IV CURSO PARA

DIPLOMATAS SUL-AMERICANOS

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor-geral Embaixador Carlos Henrique Cardim

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034/6847
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

IV Curso para Diplomatas Sul-Americanos

Rio de Janeiro, 5 a 29 de maio de 2008

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Direitos de Publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:
Mario Pucciarelli, Pintura, 1958
Óleo sobre tela, 61 x 51
Colección particular, Buenos Aires

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas
Fabio Fonseca Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

C985c Curso para Diplomatas Sul-Americanos (4. : 2008 : Rio de Janeiro) IV Curso para Diplomatas Sul-Americanos: Rio de Janeiro, 5 a 29 de maio de 2008.– Brasília : FUNAG, 2010.
272:il.

ISBN: 978-85-7631-218-5

1. Diplomacia - Estudo e ensino. I. Título.

CDU: 341.7(07)

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Apresentação, 7
Embaixador Jeronimo Moscardo - Brasil

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 9
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães - Brasil

O Uruguai ante as divisórias da aprendizagem, 17
Rodrigo Arocena - Uruguai

Colômbia: aspectos e desafios em relação com o conflito, sua política exterior e sua economia presente, 39
Marta Lucía Ramírez de Rincón - Colômbia

Palestra do Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais - Brasil , 63
Professor Marco Aurélio Garcia

Equador, 79
Rodrigo Borja

O Paraguai e sua Política Exterior, 115
José Antonio Moreno Ruffinelli - Paraguai

Argentina-Brasil, um projeto desejável e possível?, 133
Roberto Lavagna - Argentina

O Paradoxo Peruano: crescimento econômico e desaprovação política, 147
Julio Cotler - Peru

Introdução Política, Econômica e Social ao Suriname, 163
Cornelis Pigot - Suriname

Transformação da Matriz Sócio-Política e Desenvolvimento no Chile, 187
Manuel Antonio Garretón - Chile

Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão, 215
José Luis Fiori - Brasil

Algunas claves para entender Bolivia, 225
Pablo Solón - Bolívia

A integração energética da América Latina e do Caribe do ponto de vista do desenvolvimento integral, 241
María Hernández-Barbarito - Venezuela

O Brasil e a América do Sul, 261
José Sarney

Apresentação

O IV Curso para Diplomatas Sul-Americanos, que cumpriu a sua quarta edição, objetiva proporcionar aos funcionários da região oportunidade para fazer uma reflexão livre e objetiva sobre temas e problemas da agenda internacional e ao mesmo tempo conhecer a realidade brasileira mais de perto.

Trata-se de iniciativa do Ministro de Estado Celso Amorim, posta em execução pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, através da Fundação Alexandre de Gusmão e pelo Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais.

Foram convidados a proferir palestra sobre suas sociedades especialistas dos países sul-americanos no período de 5 a 29 de maio de 2008 na cidade do Rio de Janeiro.

Embaixador Jeronimo Moscardo
Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Palestra do Senhor Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Aproveito a oportunidade para fazer alguns comentários, não sobre a América do Sul, porque os senhores terão toda uma série de palestras de especialistas de diversos países sobre cada um dos países da região, mas sobre a situação do sistema internacional, tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista econômico e seus respectivos impactos sobre nossa região. Assiste-se a um fenômeno que talvez não tenha precedentes na história. Há uma extraordinária migração de capital e de tecnologia dos países chamados, tradicionalmente, "países ocidentais", para a China, em primeiro lugar. É uma migração extraordinária. Para ter-se uma idéia, hoje em dia, cerca de 630.000 empresas estrangeiras estão na China. Dentre as quinhentas maiores empresas do mundo, segundo a Revista Forbes, 480 estão instaladas na China. Essa migração de capital e de tecnologia, de uma maneira disciplinada, organizada e cada vez mais capacitada, é que permitiu à China crescer, desde 1979, a uma média de 10% ao ano e se transformar na segunda maior potência econômica do mundo, em termos de Produto Interno Bruto, medido de acordo com o sistema de paridade de poder de compra e, talvez, na segunda ou terceira maior exportadora, e importadora, do mundo. Esse fenômeno teve como precedente anterior, a migração de pessoas e de capital para os Estados Unidos no final do séc. XIX e início do séc. XX. Trata-se de fenômeno extraordinário porque não só corresponde a uma intensa migração de capital, mas também corresponde à determinação chinesa de absorver

tecnologias mais avançadas e transformar-se em uma plataforma de empresas multinacionais próprias.

Esse fenômeno tem aspectos muito interessantes porque há uma verdadeira simbiose de interesses entre os países altamente desenvolvidos e a China, cuja produção, naturalmente, é mais barata porque utiliza as mesmas máquinas, porém, mão-de-obra mais barata. Essa produção é exportada não só para os países de origem desse capital e de tecnologia, como também para outros países, como os países da América do Sul. Hoje em dia, a China tem uma posição cada vez mais inconteste como exportadora de produtos industrializados para a América do Sul. Essa exportação deveria causar grandes preocupações na Europa e nos Estados Unidos, mas, aparentemente, não é o caso. Essas exportações têm contribuído, em todos esses anos, para manter as taxas de inflação mundiais em níveis baixos. Por outro lado, os extraordinários superávits comerciais chineses extraordinários, historicamente, têm levado a um acúmulo de reservas num valor superior a um trilhão de dólares. Essas reservas são aplicadas em títulos do Tesouro Americano, principalmente, mas também em títulos do Tesouro de outros países. Isso permitiu aos Estados Unidos, nesse período, ter um potencial gigantesco de financiar atividades militares, como a Guerra do Iraque, que já custou mais de um bilhão de dólares. Em outras palavras, há uma verdadeira simbiose de interesses entre a China e os países centrais, a qual é complementada, pelas extraordinárias margens de lucro das multinacionais aí instaladas. É claro que, se esses lucros são extraordinários, os dividendos pagos por essas empresas também devem ser, então, nós temos um déficit comercial, mas temos outras vantagens que compensam fartamente esse déficit.

Outra questão interessante é que, na medida em que existe essa possibilidade de investir na China, as reivindicações salariais dos sindicatos ficam muito amortecidas porque, imediatamente, diante de reclamações por salários mais elevados, há sempre o argumento: "Então, está bem! Nós vamos transferir a nossa produção para a China". Um fenômeno semelhante de migração de capital ocorre em relação ao Leste Europeu, mas em muito menor escala. Todo ano anuncia-se que essa migração de capital vai diminuir e essa taxa de desenvolvimento vai cair. Só que, no ano seguinte, ela se repete e, às vezes, até um pouco maior. É claro que não é possível passar para muito mais que 10% porque é praticamente impossível, fisicamente, o PIB crescer 30% ao ano. É claro que temos alguns casos africanos em que, sendo o petróleo o principal produto do país, o aumento dos preços do

petróleo e de matérias-primas pode fazer com que o PIB aumente em porcentagens até maiores. Mas, numa produção industrial, isso não é viável. O que ocorre é que, ao mesmo tempo, esse fenômeno está afetando outras situações na área econômica internacional, principalmente, no que diz respeito à área de energia. A China é um país com escassez de energia. É claro que a China produz petróleo, e assim por diante, mas não no nível suficiente para essa taxa de crescimento econômico. Então, ela exerce uma pressão sobre os mercados internacionais de energia e de minérios porque a China também é um país relativamente pobre na produção daqueles minérios necessários para manter essa taxa de crescimento industrial. E é também um país pobre em termos de terras para produzir os elementos de que necessita sua população. Dessa forma, há uma pressão sobre o preço dos minérios, dos metais de uma forma geral, uma pressão sobre o preço dos alimentos, o que resulta numa busca chinesa por fontes de abastecimento na África e em outras regiões, inclusive, na América Latina. Isso afeta profundamente a distância internacional e cria grande preocupação nos países altamente desenvolvidos, e nos países em geral, diante do fato de que, se a China permanecer com essa demanda de matérias-primas, os preços continuarão subindo o que deverá afetar os padrões de consumo nos países altamente desenvolvidos.

Outro fenômeno digno de nota é a questão relativa ao meio ambiente. O crescimento chinês afeta profundamente esta questão em razão de seu nível de intensidade. Trata-se de questão vinculada aos padrões de consumo dos países altamente desenvolvidos, nos quais há grande desperdício de energia e de matérias-primas. É necessário saber se a China e a Índia poderão ter padrões de consumo semelhante aos padrões dos países ocidentais. Qualquer cálculo de aritmética mostra que esses mesmos níveis de consumo per capita de energia, consumo per capita de minério de ferro ou de aço, demandariam recursos que não existem.

Qual é a questão política que está por trás disso? Os países têm direito ao desenvolvimento e de chegarem a ter os mesmos padrões de consumo que os países desenvolvidos já tiveram? Ou os países que não são desenvolvidos não devem ter esse direito? É claro que os chineses não se preocupam com essa questão. Eles estão certamente persuadidos que têm esse direito e que, portanto, qualquer limitação a esse direito não seria aceita.

A questão é que, ao lado da China, existe também a Índia, que é um país de dimensões semelhantes, embora com outros tipos de problemas, e que também vem crescendo a taxas muito elevadas, inferiores às da

China, mas muito elevadas. Esse é um fenômeno que afeta profundamente o sistema econômico, mas também afeta o sistema político internacional porque, na medida em que a China se torna um grande investidor no exterior, em outras regiões, ela vem a ter uma maior influência nesses países. É natural que ela venha a ter uma grande influência nesses países onde ela se torna um grande investidor e um grande parceiro comercial. Mas há também uma influência sobre as questões político-militares asiáticas e em geral também. O próprio crescimento da China e o seu equipamento militar fazem com que outros países naquela região também tentem reequipar as suas forças armadas. Naturalmente, tudo isso vem ao encontro dos interesses das indústrias de armamento em todo mundo, mas aumenta muito o grau de tensão. Há uma série de disputas na Ásia em torno de reservas de petróleo no Mar da China e assim por diante. Esse é um fenômeno que já vem afetando a nossa região de uma forma direta, principalmente, no que diz respeito à parte comercial. Há uma grande preocupação com a competição por parte da China no mercado de produtos manufaturados, mas também um grande interesse dos setores primários, dos setores de alimentos e de minérios em exportar para a China. Mas isso também virá a ter conseqüências políticas, certamente, no equilíbrio de forças da nossa região em relação à influência de outros países extraregionais.

O jornal americano, "International Herald Tribune", que hoje em dia é quase um jornal internacional, publicou a notícia da visita do Presidente do Irã à Índia e a construção de um gasoduto que parte do Irã, atravessa o Paquistão e chega à Índia. O Irã é um dos principais fornecedores de petróleo à Índia e os indianos estão recebendo o Presidente do Irã com grande satisfação. Diante de uma declaração do Departamento de Estado, de que o Governo da Índia devia aproveitar a oportunidade da visita do Presidente do Irã para fazer com que ele obedecesse às sanções do Conselho de Segurança, a declaração do Governo Indiano foi de que duas antigas civilizações não precisavam receber sugestões de nenhum outro país mais recente. Então, são situações extremamente novas no contexto internacional e que mostram, no caso da Índia, a importância da energia, da sua vinculação ao Irã e dos investimentos que vão ser feitos. Esse gasoduto vai custar, estimativamente, 7 bilhões de dólares.

O fenômeno da migração também está associado a importante questão da formação de grandes blocos de países. Acredito que a União Européia

não deve ser um exemplo para a América do Sul porque são situações muito distintas. Mas, o fato é que há a formação de um grande bloco na Europa e, ao mesmo tempo, a formação de um grande bloco na América do Norte. É preciso se levar em conta que o NAFTA e os Acordos de Livre Comércio levam à formação de um grande bloco econômico, o que tem forte impacto sobre a economia e a política. Isso tem um enorme impacto sobre a economia e a política. A China é um grande bloco em si mesmo, que não fará parte de nenhum outro bloco. A Índia e a Rússia também. Grandes massas de países participam da dinâmica internacional e se apresentam como um grupo, mesmo quando não se apresentam formalmente. É o caso da América do Norte, que não se apresenta formalmente como tal, mas que tem o apoio dos países que fazem parte do seu bloco.

Nesse processo, estamos nós, a América do Sul. Nós podemos participar desse processo internacional isoladamente, com menos poder ou de forma unida. Esta possibilidade é extremamente importante. Ou seja, a formação de um grande bloco econômico na América do Sul, começa pela construção da sua infra-estrutura. Não pode existir um grande bloco econômico entre países quando não há comunicação entre eles ou quando as comunicações são muito precárias. Nós podemos observar que, na América do Sul, o sistema de transportes terrestres é muito precário. Eu estava vendo um mapa da rede de estradas na Europa durante o Império Romano. Havia uma rede de estradas extremamente densa. O comentário de um historiador foi que, naquela época, Augusto podia mandar um correio mais rápido entre Roma e Paris do que Napoleão podia, tal era a qualidade das estradas. Certamente, esse não é o caso da nossa região. As ligações por terra, por ar e por mar são muito precárias. Então, nesse esforço de construção desse espaço econômico, assim como na Europa, trata-se de um espaço econômico preferencial. Seja pelo fato de participarem de um sistema em que as tarifas seriam eliminadas.

Finalmente, seja outro fenômeno internacional digno de nota a turbulência, digamos assim, diante de um sistema estabelecido. Esse sistema estabelecido deriva dos grandes impérios coloniais; deriva da existência de um pequeno número de países que fazem parte do núcleo do sistema internacional. Desde o Congresso de Viena, em 1815, são os mesmos países que fazem parte do centro do sistema internacional, com alguns acréscimos. Os outros países eram colônias ou semi-colônias. Esse é o grupo de países que está no centro do sistema internacional desde o surgimento do sistema internacional com a Descoberta das Américas. Nos últimos 500 anos, menos nos últimos 50 anos,

esse sistema internacional foi caracterizado pela existência de impérios coloniais e de situações semi-coloniais em algumas regiões. Ele não foi caracterizado pela democracia internacional. Esse sistema levou a que estão no centro dele tivessem uma participação crescente no produto internacional. Se nós compararmos a renda per capita dos países altamente desenvolvidos com os países da América do Sul ao final da II Guerra Mundial, e compararmos hoje, a diferença é crescentemente maior. Ou seja, há um processo de acumulação de riqueza no centro do sistema.

Toda a situação de privilégio leva a uma tentativa de consolidar essa situação de privilégio. Isso parece vago, mas vou dar um exemplo na área dos produtos agrícolas. Qual é a situação de privilégio hoje em dia, no sistema internacional, no que diz respeito a produtos agrícolas? Hoje, os países altamente desenvolvidos na Europa e os Estados Unidos têm direito hoje a subsidiar a sua produção. É um direito legal, consagrado na Rodada Uruguai. O Brasil, no entanto, ao ter renunciado à sua política de subsídios antes da Rodada Uruguai, hoje em dia, não tem esse direito. Então, nas negociações da Rodada Doha, o que está vê em curso é uma tentativa de os países altamente desenvolvidos, produtores ineficientes de produtos agrícolas, manterem a sua capacidade legal de continuarem produzindo e protegendo o seu setor agrícola. Esse é um esforço internacional de normatização, de criação de normas internacionais, que consolidem essa situação de acúmulo de riqueza no centro do sistema. Isso é altamente perturbado por essa simbiose de interesses entre os países altamente desenvolvidos e a China, que eu já mencionei. Na área do meio ambiente, é a mesma coisa. É a tentativa de manter a possibilidade de continuar emitindo gases de efeito estufa e de fazer com que os países não-desenvolvidos reduzam as suas emissões. Então, esse é um fenômeno relativamente simples. No caso do sistema internacional, quando há uma situação de privilégio, há uma tentativa de consolidar, juridicamente, essa situação e fazer com que ela permaneça. Eu não vou dizer que, nos sistemas nacionais, é a mesma coisa porque seria uma outra discussão. Mas, é fácil imaginar que é semelhante.

Essa é uma situação extremamente delicada para os países da América do Sul porque, de um lado, nós temos interesses muito grandes. Primeiro, de resolver as questões de desenvolvimento econômico e social de nossos países, que são situações extremamente complexas, caracterizadas por disparidades sociais de toda a ordem e que exigem uma participação da comunidade como um todo através do Estado para resolvê-las. No meu país, 5 milhões de

pessoas recebem a "Bolsa Família", o que significa 55 milhões de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza. Nos demais países da América do Sul, tanto quanto eu conheço, as situações são semelhantes. O grau de concentração de renda é muito grande, o grau de exclusão é muito grande e esses são desafios extraordinários. Se eles não forem enfrentados, certamente, tenderão a se aprofundar, a se tornar mais graves.

Nesse processo de normatização é importante que as normas internacionais não prejudiquem o desenvolvimento dos países. É de grande importância que os países que têm problemas semelhantes, desafios semelhantes, estejam unidos para que, nesse processo de formulação de regras internacionais, essas regras sejam compatíveis com os objetivos de desenvolvimento econômico e social de nossos países. São questões semelhantes; não são iguais, mas são semelhantes. É importante que possamos colaborar entre nós, na América do Sul, para que, nesse sistema internacional, nós possamos defender e promover os nossos interesses para construirmos sociedades mais prósperas, mais justas e mais democráticas. Muito obrigado pela atenção.

O Uruguai ante as Divisórias da Aprendizagem

Rodrigo Arocena

O Uruguai é um país periférico, pequeno e sul-americano; precocemente conseguiu progressos políticos e sociais bastante notáveis e pouco previsíveis, os quais, juntamente com o escasso dinamismo econômico e ideológico das últimas décadas, assinalam o panorama nacional; assim, a nostalgia do passado e a desconfiança em relação ao futuro erguem-se como obstáculos maiores para, aproveitando as verdadeiramente favoráveis condições do presente, ingressar numa nova senda de desenvolvimento integral.

I - A condição de periferia

Vastas regiões do mundo tornaram-se periféricas quando os "países centrais" se firmaram como tais, ao se transformarem de nações agrárias em industriais. As conseqüentes diferenças de poder econômico e militar se estenderam ao terreno político, e, até mesmo, ao ideológico. A condição de periferia não se transformou, porém, em destino inelutável, mas sim numa espécie de trincheira difícil de ultrapassar. Alguns países, comparativamente poucos, o conseguiram, graças a energias "subjetivas" que lhes possibilitaram aproveitar circunstâncias "objetivas" favoráveis, em geral transformando as dificuldades em estímulos mediante respostas originais e heterodoxas.

Hoje, a condição de periferia combina permanências com modificações. Na subordinação mais ou menos acentuada de algumas nações e regiões a

outras, continuam pesando fatores de velha data. Entretanto, e sem seu desaparecimento, adquirem crescente relevância outros fatores, diretamente ligados ao novo peso do conhecimento avançado. Este se transformou, sem dúvida, para bem, mas igualmente para mal, em fonte maior de modificação e desestabilização da vida contemporânea. Não apenas as capacidades para produzir, destruir, contaminar ou curar, vêem-se alteradas, mas também as mais diversas ocupações, costumes e relações entre os seres humanos e com a Natureza.

O fenômeno afeta de uma ou outra forma o Planeta inteiro, mas de modo grandemente desigual. De forma esquematizada, mas não equivocada, pode-se afirmar que em certas regiões da Terra surgem formas variadas de um tipo semelhante de sociedade, na qual o conhecimento se constitui diretamente na decisiva força produtiva de bens e serviços. Essa é a chave maior da posição dominante dos "centros" novos ou velhos do sistema mundial atual. O restante do globo é supostamente demasiado heterogêneo; convém distinguir nele periferias, semiperiferias, enclaves centrais e zonas marginais. Entretanto, hoje como ontem, a condição de periferia, compartilhada por regiões muito diferentes, caracteriza-se por uma ausência: se antigamente, em maior ou menor grau, a indústria não marcava uma presença decisiva nas dinâmicas econômicas, algo semelhante ocorre no presente com o conhecimento.

A partir desse ângulo de visão, a condição de periferia continua existindo; ela tem, em diversas facetas da vida social, uma incidência não menor do que a que destacaram os mestres do pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento; porém, para captar e enfrentar suas modalidades atuais, há necessidade de aproximações e estratégicas novas.

II - As divisórias da aprendizagem

Uma revolução silenciosa e profunda veio tomando corpo nas últimas décadas. Desde as origens da civilização, caracterizada, em primeiro lugar, pelo aparecimento da escrita, o acesso às cambiantes formas de educação superior esteve reservado a minorias, pequenas ou pequeníssimas. Pois bem, isso está mudando rapidamente em certos lugares.

Convém destacar um antecedente maior desse fenômeno. No mundo predominantemente analfabeto das sociedades de base agrária, alguns poucos países começara a generalizar o ensino elementar a partir do século XVIII. Isso ocorreu particularmente nos países que primeiro avançaram na senda da

industrialização, ou, que mais tarde, a ela recorreram com notável velocidade. Correlação não é causalidade, mas entre educação e desenvolvimento, bastante sólida tem-se mostrado sempre a correlação.

Em seu estudo pioneiro sobre o advento da sociedade pós-industrial, publicado pela primeira vez em 1973, Daniel Bell analisa o que já se constituiu uma tendência notável nos Estados Unidos: a expansão do ensino universitário. Como se sabe, o fenômeno caracteriza todos os países "centrais" de hoje, onde a maioria dos jovens tem acesso a alguma forma de ensino avançado.

No início desta década, um estudo patrocinado pela UNESCO e pelo Banco Mundial chamava a atenção para as diferenças que a esse respeito se registram entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O enfoque é significativo, pois documentos anteriores do Banco Mundial vinham recomendando aos países em desenvolvimento que não dessem prioridade ao ensino universitário, supostamente de menor "retorno" social. O estudo mencionado afirma que as diferenças de acesso à formação superior estão constituindo uma crescente "abertura de matrícula" que diferencia cada vez mais um de outro grupo de países.

A nosso ver, a "abertura de matrícula" é um aspecto maior do subdesenvolvimento no mundo do século XXI. Todavia, mesmo assim, ela é demasiado parcial como indicador das novas dimensões da condição de periferia num mundo assinalado pelo surgimento dos "centros" de uma sociedade do conhecimento, que não se estende a todo o Planeta, mas que causa imensos impactos globais. Em poucas palavras, em relação a esse fenômeno, as grandes divisórias não têm a ver apenas com o acesso ao conhecimento, mas também, e sobretudo, com as possibilidades de uso criativo e de expansão a partir da prática.

O Uruguai, por exemplo, forma bastante menos pessoas altamente capacitadas do que o requer o desenvolvimento atualmente; entretanto, mesmo assim, registra uma significativa emigração de universitários. Como sabe, o fenômeno alcança dimensões dramáticas nas regiões mais carentes do Planeta, que são, supostamente, aquelas onde é menor, em termos relativos, o acesso à educação superior. Em outras palavras, registra-se, em muitos casos, a tendência a que, quanto menor a proporção da população que tem acesso ao ensino avançado, maior a proporção dos com formação superior que não encontram ocupação adequada a sua qualificação. Essa tendência é o oposto da que se registra em diversos países "centrais", onde a "demanda" de pessoal altamente qualificado é maior do que a respectiva e crescente "oferta".

Diríamos que a "abertura de ocupação qualificada" é, entretanto, mais grave do que a "abertura de matrícula".

Sem entrar em detalhes, podemos sugerir a seguinte representação gráfica do que vimos dizendo: imaginemos um par de eixos coordenados, num dos quais se mede a matrícula no ensino superior, e no outro, a ocupação qualificada; segundo suas coordenadas, a cada país corresponderá um "ponto". Pois bem, em cima e à direita agrupa-se um conjunto pequeno de países com matrícula superior elevada e elevada ocupação qualificada; pelo restante da figura dispersam-se os outros países, que diferem consideravelmente dos primeiros numa ou noutra das dimensões consideradas, ou em ambas. O quadro mostra uma clara separação entre amos os conjuntos: assim podem ser representadas as "divisórias da aprendizagem" entre centros e periferias. Essas divisórias constituem, segundo nosso entendimento, a medula da nova configuração do subdesenvolvimento.

III - Os países pequenos

Dizer que o Uruguai, além de periférico, é um País pequeno, pode redundar numa mera trivialidade. O dado é obvio, e óbvia também parece ser a desvantagem que supõe: as nações pequenas são, em princípio, mais débeis, menos capazes de escolher autonomamente suas estratégias, mais condicionadas por decisões alheias. Entretanto, algumas exceções se impõem. A história mostra que a condição de pequeno não implica uma postergação inelutável. Com todas as relativizações do caso, um exemplo disso o oferece a experiência do próprio Uruguai, que no início do século XX era comparativamente uma avançada democracia política e social, com um alto grau de escolaridade.

Sem dúvida, o conjunto de fenômenos que se conhece como "globalização" torna menos provável uma experiência isolada de progresso significativo num país pequeno. Contudo, também é notório que, durante a última metade de século, diversos dos países que mais notavelmente melhoraram as condições de vida de sua gente não são, seguramente, grandes em tamanho. Na verdade, faz tempo que a reflexão sobre o desenvolvimento vem prestando atenção à "condição de pequeno". Tem-se dito, com alguma graça e bastante razão, que o que têm em comum os países pequenos é que são todos diferentes. Mas vários deles têm também em comum algo que, mais do que uma realidade, é uma possibilidade: a de que o emaranhado

institucional na dimensão pequena favorece, em escala nacional, uma interação entre diversos setores coletivos diferentes, que, sem deixar de ser conflitante, possibilite uma soma de esforços em torno de projetos em boa parte compartilhados. O outro lado dessa possibilidade é que os entraves institucionais à cooperação entre atores tem, em geral, nos países pequenos, conseqüências ainda mais prejudiciais do que nos demais. Esse ponto de vista foi elaborado com lucidez e originalidade há mais de trinta anos, pelo versátil estudioso uruguaio, Carlos Real de Azúa. Uma aproximação semelhante surge mais tarde de uma fonte inteiramente diferente, a teoria dos Sistemas de Inovação técnico-produtiva, não por acaso na variante primordialmente escandinava dessa teoria. Pode-se encontrá-la no livro editado há vinte anos por Chris Freeman e Bengt-Ake Lundwall, "Os países pequenos antes da revolução tecnológica". Registramos o título, pois a nova onda de mudanças técnicas agravou, por razões óbvias de custos e escalas, os desafios com que se defrontam os países pequenos, quando, apenas para não perder posições, têm que caminhar cada vez mais celeremente. O que a obra mostra – coincidindo, sem o saber, com o ponto de vista de Real de Azúa – é que as condições sociais da transformação tecnológica contemporânea supõem não apenas dificuldades, mas também possibilidades para os países pequenos, porém só no caso de serem capazes de articular esforços de atores que, supostamente, incluam o setor público e o empresariado, mas que não se reduzem a eles, pois devem incluir os trabalhadores, os técnicos, os educadores e outros atores da sociedade civil. Em poucas palavras, se o êxito dos processos sociais de mudança técnica depende sempre não apenas da técnica, mas também do institucional e do cultural, ele é, contudo, mais garantido na "condição de pequeno".

IV - A América do Sul no início do século XXI

Os países pequenos, e os nem tão pequenos, que conheceram processos importantes e sustentados de desenvolvimento em sentido amplo, em geral aproveitaram, com estratégias específicas, um contexto mais amplo e favorável. A justamente destacada experiência da Coréia do Sul reflete uma criativa ortodoxia que lhe permitiu tirar partido da situação geopolítica circunstante. Os casos da Austrália e da Nova Zelândia, tão amiudadas vezes comparadas com a da Argentina e do Uruguai, são difíceis de compreender, se faz abstração do contexto que lhes proporcionou tão especial inserção no Império Britânico.

E, por fim, não se menospreza o reconhecimento que merece o "modelo escandinavo", se se observa que seu êxito considerável se vincula à sua posição em relação aos países pioneiros da industrialização.

O pequeno país periférico chamado Uruguai não possui destino promissor a longo prazo, à margem da América do Sul. Poderá aproveitar com bastante sucesso circunstâncias internacionais favoráveis para melhorar a colocação externa de sua produção primária, e, assim, assegurar um ciclo de crescimento possivelmente longo. Mas o desenvolvimento, inclusive se se considera apenas sua dimensão econômica, é mais do que crescimento econômico.

Explicou-o com clareza Schumpeter há quase um século. *Grosso modo*, o crescimento é mais do mesmo, enquanto o desenvolvimento econômico é crescimento com mudança, que é o símile biológico que Schumpeter utiliza para ilustrar seu conceito de inovação. Hoje, o desenvolvimento econômico requer a incorporação do conhecimento avançado e gente altamente qualificada para a produção de bens e serviços no sentido mais amplo da expressão. Trata-se, pois, de avançar pelos caminhos interligados da educação avançada e da ocupação qualificada.

Abramos um parêntese para afastar qualquer eventual incompreensão acerca do que ficou dito, que poderia ser entendido como uma loa a mais à alta tecnologia, conclamando a se concentrarem esforços apenas nos denominados setores de ponta. Isso revelaria incompreensão tanto da experiência histórica do desenvolvimento quanto do que é realmente o novo papel do conhecimento. O desenvolvimento econômico apóia-se em certas forças produtivas próprias para inovar; pode fazê-lo a partir de muitos e variados ramos da produção; adquire velocidade de cruzeiro quando a capacidade de inovação se estende a diversos setores. O conhecimento revoluciona, a partir de certas tecnologias particularmente dinâmicas e potencialmente expansionistas, o conjunto das atividades produtivas.

Um país periférico, mesmo pequeno, tem que apostar em novos setores. O Uruguai está conhecendo um bem sucedido processo em matéria de "software". Mas o avanço em matéria de alta tecnologia não pode ser feito contrapondo-a aos setores denominados tradicionais nem descartando-os. Trata-se de aproveitar as eventuais vantagens comparativas, bem como as experiências produtivas e comerciais, para "ascender" na escala de valor agregado de conhecimentos e qualificações. Trata-se, pois, de lutar contra essa nova "divisão internacional do trabalho" que coloca os países periféricos

do lado de baixo das divisórias da aprendizagem. E essa luta o Uruguai tem que empreender em união cada vez mais estreita com a América do Sul.

Não ignoramos que em matéria de integração a retórica superou amplamente a realidade de nossa região. Mas nessa matéria, embora possa justificar-se perfeitamente o pessimismo da inteligência, estamos obrigados a manter vivo o otimismo da vontade. Simplesmente, não existe alternativa. Esse otimismo não pode ser ingênuo nem estático, mas cauteloso e atento aos cambiantes sinais dos tempos.

Precisamente esses últimos nos dizem que no início do século XXI configurou-se na América Latina uma oportunidade grande e nova, sem dúvida difícil, de aproveitar, mas que seria trágico não aproveitar. Após a "meia década perdida", de 1997 a 2002, novas possibilidades se abriram no que diz respeito à economia, à política, às idéias e aos valores. Só o fato de que as "democracias de baixa intensidade" dos anos 90 não sucumbiram à crise econômica, em alguns casos pavorosa, que assinala o final dessa década, é digno de se levar em consideração.

Mais ainda, pela via democrática, vários governos novos e renovados se constituíram com amplo apoio dos cidadãos; isso é alentador, com absoluta independência da maior ou menor simpatia que possa sentir por tal ou qual governo. Nada de minimizar nem as carências e falências de que sofrem diversas democracias sul-americanas, nem os problemas que todas, em maior ou menor grau, enfrentam. Mas, a propósito, quando foi menos difícil a situação da democracia na América do Sul?

O que possui escassos antecedentes é a conjunção do que constitui a "terceira onda" da democratização em nossa região, com uma situação distinta da precedente, tanto no campo da economia como no da ideologia. Não é preciso exagerar em nenhum dos aspectos novos e positivos, mas uns e outros são visíveis. O crescimento econômico, induzido, antes de tudo, pela demanda externa de nossos produtos primários, não chega acompanhado de garantia de permanência, coisa que alguns lhe atribuíam, nessa ou anteriores versões do fenômeno. No momento em que escrevemos essas linhas, os especialistas discutem sobre a desaceleração econômica em escala internacional, devido à crise nos Estados Unidos. Mas, em todo caso, a região conheceu já cinco longos anos de crescimento importante, que provavelmente continuará sendo significativo de imediato. Por outra parte, no nível da ideologia, conquanto o "pós-Consenso de Washington" conserve não pouco de seu antecessor, o certo

é que aquele infeliz "consenso" já não domina o panorama, com na década passada.

No presente, e sobretudo com uma visão retrospectiva, a América do Sul volta a ser bastante mais do que um dado da geografia. Delineiam-se nela diferentes opções para a inserção na economia globa;, mas, de uma forma ou de outra, os países que têm mais peso, e particularmente o Brasil, apostam numa diversificação produtiva imprescindível para que tal inserção não tenha um caráter marcadamente neoperiférico. A grande questão é se as diferenças de estratégias e de poder podem ser compatíveis com uma colaboração que não reproduza dentro da região as assimetrias que se busca combater lá fora.

V - Quatro enfoques para combinar

Quando se aborda determinada questão com o objetivo de que a reflexão sirva à ação, costuma ser conveniente combinar quatro enfoques diferentes, mas interligados: normativo, factual, prospectivo e propositivo.

O enfoque normativo explicita quais são os valores que se tenta promover, respondendo perguntas do tipo: "o que queremos alcançar? Isso orientará as propostas para a ação, que devem, obviamente, levar em conta as possibilidades reais. O enfoque factual, combinando o empírico e o conceitual, tenta descrever e compreender, na medida do possível, a realidade em que se quer atuar; para captar o quê e o por quê ocorre, em relação a determinado fenômeno, amiúde é imprescindível considerá-lo como processo; ao incorporar a dimensão temporal, o enfoque factual resulta também um enfoque histórico. Para propor, é necessário estudar os fatos não apenas em suas configurações atuais, mas também do ponto de vista de suas possíveis evoluções futuras; o enfoque prospectivo, solidamente baseado na análise do ocorrido até então (a prospectiva se baseia na retrospectiva), aponta para a captação das principais tendências e dinâmicas em jogo, para ter alguma idéia sobre os possíveis cenários para o futuro, sem nunca esquecer que isso não está escrito, mas que se constrói: tendência não é destino, repetia Lewis Mumford. A combinação de valores orientadores, a análise dos fatos e reflexões sobre os futuros possíveis deve servir de base às sugestões de políticas específicas, o que constitui a matéria do enfoque propositivo. Múltiplas e bastante evidentes são as conexões entre os enfoques, que não saberia considerá-los independentes, mas que é importante não confundir. Em especial, as propostas devem inspirar-se nas aspirações éticas, contudo não podem restringir-se a

enunciá-las; devem levar em conta tanto a realidade atual como a previsível. Por outro lado, não perder de vista o enfoque normativo voltado para a busca permanente de formas novas de ampliar o espaço do possível.

Com relação ao desenvolvimento do Uruguai, esboçaremos um enfoque normativo que conjuga critérios gerais com o que cremos originar-se do melhor da construção coletiva de nosso povo.

Quanto ao primeiro, pensamos o desenvolvimento numa perspectiva profundamente influenciada pelas idéias medulares de Amartya Sem. Em sua opinião, a expansão das capacidades e das liberdades constitui tanto a meta do desenvolvimento quanto sua principal ferramenta.

Esse é o ponto de partida, no entendimento de que se firmam tanto as dimensões individuais como as coletivas, o que leva a por num mesmo nível a liberdade, a igualdade e a fraternidade ou solidariedade. Esboça-se, assim, uma concepção integral do desenvolvimento, humano e sustentável, que tem particular vigência em nosso tempo, já que a expansão das capacidades de fazer e criar aponta diretamente para a incorporação de conhecimentos e qualificações ao conjunto das práticas coletivas socialmente valiosas.

Essa concepção normativa do desenvolvimento é "ativista": trata-se de ver as pessoas não como pacientes, mas como agentes, afirma Sem. Assim, anuncia-se já uma pista propositiva, pois, reconhecendo com a maturidade que deve advir da experiência histórica o papel tanto do Estado como do mercado, ultrapassa a dicotomia entre as concepções mercadocêntricas e estadocêntricas, e ressalta a importância dos diversos protagonismos.

Uma concepção do desenvolvimento centralizado nos atores coincide naturalmente com o ensino que surge dos estudos factuais sobre os Sistemas de Inovação nos países medianos ou pequenos de maior progresso social.

Pois bem, uma concepção semelhante do desenvolvimento poderá ter alguma viabilidade propositiva se tiver uma sintonia significativa com os valores e aspirações dos cidadãos a quem se dirige. Aqui é onde nosso enfoque normativo se inspira no melhor da tradição uruguaia. Nela, os momentos mais difíceis da história nacional, durante a terrível ditadura que sofreu o Uruguai até 1984, algumas das vozes mais eloqüentes da resistência democrática, como Wilson Ferreira Aldunate, apelam para o que em seu entender faz com o nosso seja verdadeiramente um País, para manter viva a esperança num futuro diferente daquela situação de opróbrio. O Uruguai, no que ele possui de melhor, era definido a partir da opção de "viver juntos", respeitando os direitos de todos e não esquecendo nunca a frase de um

homem humilde de outrora, que dizia que nesta terra vale a pena viver porque aqui "ninguém é mais do que ninguém". Liberdade, igualdade e solidariedade, como valores compartilhados e como trilhas de progresso social: situamo-nos nessa perspectiva normativa.

VI - O apoio e o peso da história

Observando a realidade uruguaia numa perspectiva de longo prazo, tornam-se evidentes certas tendências profundas com influência considerável para uma concepção de desenvolvimento como acabamos de esboçar.

A valorização comparativamente alta da liberdade e da igualdade encontrou um terreno bastante fértil para crescer; fê-lo de forma amiúde conflitante, e, em geral, contraditória, mas não sem alcançar êxitos comparativamente significativos. Os mais importantes estão relacionados com a educação, o sistema político e a proteção social.

O Uruguai empreendeu muito precocemente – na década de 70 do século XIX – a tarefa de tornar universal o ensino primário, "leigo, gratuito e obrigatório"; os sucessos foram significativos. No imaginário coletivo, e também na realidade, a escola publica é o que de melhor a Nação construiu em sua história, e o principal apoio à noção de igualdade – tão desmentida sob muitos aspectos – segundo a qual a nossa é uma terra onde "ninguém é mais do que ninguém".

Carências muito maiores, com impacto duradouro, mostra a experiência da educação técnica. Inaugurada a Escola de Artes e Ofícios para cumprir, antes de tudo, funções correcionais para meninos "díscolos", em que pesem os grandes esforços, que incluíram os de uma das maiores e originais figuras da cultura nacional, Pedro Figari, as dimensões técnicas do ensino não conseguiram sobrepor-se, de todo, à tradicional subvalorização do trabalho manual e tecnológico. Ela possui raízes antigas na cultura dos conquistadores, foi contra-arrestada por certos contingentes de imigrantes no final do século XIX e começo do século XX, mas não foi verdadeiramente revertida.

Se a valorização da educação é um ativo de considerável relevância que surge de nossa história, a persistente subavaliação da técnica é muito mais um empecilho.

Do ponto de vista político, o País viveu em estado quase endêmico de guerra civil nos primeiros três quartos do século de sua vida independente, de 1830 a 1904; o Uruguai, depois tão pacífico, no conceito internacional,

era então um País ensangüentado: a "terra purpúrea" que Hudson descrevera memoravelmente.

Uma conjunção muito especial de circunstâncias – que em particular incluiu um quase "empate", em matéria de poder, entre os bandos tradicionais no enfrentamento, e, outra vez, o peso da imaginação, possibilitou uma precoce democratização que resultou bastante estável. Duas interrupções maiores teve essa institucionalidade democrática, uma na década de 30, do século XX; outra, muito pior, e já evocada, na de 70, e de ambas a nação emergiu com uma valorização da democracia maior do que antes. Nesse legado da história se baseou a transição sem sobressaltos, concretizada em março de 2005, quando a esquerda assumiu, pela primeira vez, o governo nacional. O Uruguai era, antes de 1920, o que hoje se costuma denominar social-democracia, quando o nome possuía outras conotações. Sua figura emblemática é, sem dúvida, José Batlle y Ordóñez, o presidente durante cujo primeiro mandato (1903-1907) encerrou de fato o ciclo de guerras civis, e com o qual se associa o reformismo social que teve impulso, com vigor particular, durante seu segundo mandato (1911-1915). Ele emprestou seu nome ao "batllismo", que é a auto-identificação da maior parte dos governos uruguaios durante o século passado, mas que é bastante mais do que isso. Designa uma expectativa amplamente difundida, e com significativo respaldo nos fatos, de que o Estado deve e pode redistribuir a riqueza de forma a atenuar desigualdades e assegurar certo bem-estar básico a todos; supõe uma atuante disposição a organizar coletividades para exigir e mesmo lutar em prol das reivindicações setoriais ante os poderes políticos; inclui, em geral, uma vocação para combinar mobilização e negociação, com não poucas habilidades para costurar acordos; e não demasiadas esperanças nas mudanças radicais. Essa atitude genérica sempre teve fortes adversários, porém tem sido, em geral, a predominante.

Se para entender a Argentina há que se compreender o que é o peronismo - algo nada fácil , para entender o Uruguai é preciso assumir que o País foi e não deixou de ser "batllista". Hoje, quando chegou a ser muito minoritário o tradicional Partido Colorado, do qual José Batllle y Ordónez foi o líder principal, mas não inconteste, durante quase três décadas, é interessante constatar que idéias e atitudes "batllistas" são conhecidas não apenas pelo setor majoritário da outra força política tradicional, o Partido Nacional, ou Blanco, mas também pela maior parte da Frente Ampla, no governo, que surgiu como uma frente popular bastante *sui generis,* em 1971, e que agrupa quase toda a esquerda.

Na realidade, os traços mais costumeiramente associados a semelhante estilo político se consolidaram não durante o período da fundação, mas no denominado "segundo batllismo", associado a Luis Batlle, sobrinho do fundador, que também chegou à presidência, e foi, provavelmente, a figura política de maior peso da política nacional entre 1947 e 1958.

Essa foi, no Uruguai, a "época de ouro" da industrialização com substituição das importações (ISI), da proteção social e da auto-satisfação nacional. Muitos pensavam que lhes tinha sido dado viver num "país modelo"; não faltavam motivos para semelhante apreciação, particularmente na perspectiva comparativa, mas o exagero chegou a ser paralisante. Expressou-o a figura emblemática da época, afirmando que, embora se dissesse que o Uruguai era a Suíça da América, numa viagem ao Velho Mundo tinha podido constatar que na verdade a Suíça era o Uruguai da Europa. A figura máxima da, àquela época, minoritária "consciência crítica", Carlos Quijano, afirmou, então, em relação ao otimismo ambiente, que se viviam "anos de bovina euforia".

O Uruguai já havia conhecido antes uma "industrialização precoce", diretamente ligada a impulsos por parte de imigrantes, como em outros países latino-americanos que viveram experiências semelhantes. Quando, depois da crise dos anos 30, a ISI adquiriu força em quase toda a região, seu impacto econômico e social foi muito grande em nosso País. Firmou-se a vocação industrializadora do batllismo, cresceram a participação da manufatura na produção e a influência política do empresariado do setor, foi ganhando força um sindicalismo independente do governo e com fortes bases nos frigoríficos e nas fábricas, como as têxteis e as metalúrgicas.

Porém, o Pais foi também exemplo do "protecionismo frívolo", que, segundo o atilado exame de Fernando Fajnzylber, caracterizou a "industrialização truncada" da América Latina. Como mostra a experiência de absolutamente todos os países que constituíram uma sólida base industrial moderna, de uma ou de outra forma é necessário proteger a indústria nascente. A questão relevante é, na verdade, outra; refere-se ao tipo de proteção, aos prazos, contrapartidas e metas. Em nosso continente, foi freqüente praticar-se um protecionismo que levava mais à concentração de energias na busca de mais proteção do que em aprender a produzir melhor, com tecnologia mais avançada, organização mais adequada e envolvimento dos trabalhadores. Sempre, segundo Fajnzylber, os países do Leste Asiático, cujo desenvolvimento industrial assombrou o mundo na segunda metade do século

XX, praticaram um "protecionismo para a aprendizagem", exigente e evolutivo à medida em que as circunstâncias mudavam, o que colaborou para deslanchar a industrialização e evitar que ela cessasse, como, em medida considerável – embora menor do que era moda dizer-se nos anos 80 – aconteceu com a ISI latino-americana. A importância da aprendizagem como núcleo do desenvolvimento econômico foi vigorosamente exposta num recente livro de Alice Amsden, que inclui uma eloqüente reivindicação da ISI na formulação de Raúl Prebisch. Voltando ao Uruguai, notemos que a proteção à indústria teve, em conjunto, um efeito positivo em matéria de igualdade e de redistribuição. Ampliou-se a ocupação em setores relativamente modernos, com melhor retribuição e proteção social. Pequenos e muito pequenos empresários puderam expandir suas atividades.

Em conjunto, tanto a proteção social quanto a proteção da produção melhoraram as condições de vida do povo e consolidaram a vocação igualitária do País. Porém, em linhas gerais, mais promoveram atitudes reativas e reivindicatórias do que pró-ativas e criativas.

Não se vinculou a bem-vinda proteção social ao impulso à capacitação e à formação. Pouco se vinculou a imprescindível proteção industrial à promoção da inovação técnico-produtiva. A significativa expansão da educação apenas se associou aos mundos do trabalho e da produção. A não menos significativa promoção da cultura abriu pouco espaço à ciência e quase nenhum à tecnologia.

Um estudo comparativo entre a Escandinávia e três países do Cone Sul – a Argentina, o Brasil e o Uruguai – sustenta, com sólida base empírica, que as diferenças em matéria de (des)igualdade constituem a principal explicação sobre as diferentes trajetórias em matéria de desenvolvimento. Cremos que a conclusão é relevante, mas deve ser melhorada. Com efeito, o Uruguai não é um País comparativamente muito desigual. Em muito poucas palavras, sugerimos que a principal diferença entre nosso País e os escandinavos assenta nas diferentes formas predominantes de enfrentar a desigualdade – coisa que eticamente entendemos, em qualquer circunstância muito valiosa. Há formas que estimulam as capacidades individuais e coletivas para aprender, criar e trabalhar inovadoramente, o que abre espaços para novos avanços na diminuição da desigualdade; chamamo-las formas da igualdade pró-ativa. Há outras formas de mitigar a desigualdade que não promovem a vocação para agentes, ou a estimulam essencialmente no que tem a ver com a redistribuição, e bastante menos no que se refere à produção e à criação

técnica, institucional, educacional e cultural em geral; essas formas da igualdade reativa são dificilmente sustentáveis a longo prazo, salvo, talvez, se a "loteria dos recursos naturais", de que fala Bulmer-Thomas, proporcionar ganhos grandes e duradouros.

Em suma, a retrospectiva sugere que a construção do futuro tem no Uruguai um sólido apoio na experiência nacional de enfrentamento da desigualdade, mas também um empecilho às formas reativas da igualdade que foram predominantes.

VII - Hoje no Uruguai

Após uma crise realmente muito grave, que no ano de 2002 alcançou contornos dramáticos, a economia uruguaia se recuperou notavelmente, e nos últimos três anos vem crescendo com uma média de 7% ao ano, o que verdadeiramente não é usual no País. A crise acentuou uma tendência de longa duração ao crescimento da oposição das esquerdas. A Frente Ampla (FA) conseguiu 21% do eleitorado em 1989, quando ganhou a administração da capital, Montevidéu, onde vive não muito menos do que metade da população, e cujo controle mantém desde então. Chegou a 30% em 1994, o que levou seus adversários a considerá-lo, com bom critério, como o mais provável vencedor dos próximos comícios, pelo que modificaram a Constituição para introduzir o pleito.

Em 1999, o FA, com 40% dos votos, teve a primeira maioria no primeiro turno das eleições, mas foi derrotado no pleito. Em 2004 venceu com maioria absoluta no primeiro turno, em meio a uma imensa manifestação de júbilo popular, que se reeditou quando o Presidente eleito, Tabaré Vasquez, assumiu seu cargo em primeiro de março de 2005.

Diversas mudanças marcaram esses primeiros anos de governo da esquerda na história do Uruguai. A investigação dos crimes da ditadura, praticamente bloqueada durante os últimos vinte anos, ganhou força significativa. Foi compilado um relatório de impacto sobre o que aconteceu com os desaparecidos, seus restos foram procurados com grande tenacidade, foram exumados os de duas pessoas mortas por tortura, foram abertas possibilidades até então inexistentes de julgar os responsáveis pelos crimes do período ditatorial, e vários deles foram processados, inclusive o presidente que chefiou o golpe de Estado de 1973.

Outro âmbito onde se registraram avanços substanciais tem a ver com a situação dos setores mais carentes, que a crise ampliou significativamente.

Contornando não poucas dificuldades, o Plano de Atenção Nacional da Emergência Social (cuja sigla, advertia-se, é PANES) colaborou para reverter a tendência, levando ajuda direta a muitas famílias, com contrapartidas que incluem o envio efetivo dos filhos para a escola. O PANES está sendo transformado em Plano de Eqüidade, que mantém a preocupação com a educação da população preterida e acentua a busca para ela de inserção no trabalho.

Conquanto ainda sejam demasiado visíveis as marcas da miséria, a situação social melhorou consideravelmente devido a fatores econômicos e de política social já assinalados, e a outros, entre os quais cabe destacar a nova política a respeito dos sindicatos. Esses tiveram que enfrentar condições bastante difíceis a partir de 1990, em particular porque o Estado deixou de convocar para negociações tripartites sobre salários e outros aspectos das relações trabalhistas, mas também porque a perseguição aos sindicatos, em diversos âmbitos, só foi obstruída a partir desse governo. Em ambos os aspectos, a política oficial claramente mudou, com o que aumentou vertiginosamente a sindicalização e melhoraram em termos médios as condições de trabalho. Colaborou para isso, com certeza, a evolução econômica e a conseqüente diminuição da desocupação, mais lenta, contudo, do que o incremento da produção, mostrando um novo exemplo que é uma tendência profunda nas dinâmicas contemporâneas.

Os fatores anotados contribuíram para um incremento do salário real, sem dúvida desigual, porém também importante.

O próprio lidar com a política macroeconômica mereceu certas criticas; por exemplo, a partir de um ângulo de visão se questiona o aumento do gasto; de outro, certo viés contrativo na política cambial e monetária. Mas não se tem questionado a solvência técnica dos que conduzem essa política, que no conjunto goza de uma aprovação importante.

O mesmo não ocorre com os anúncios oficiais sobre a entrada em ação de um "país produtivo", pois as políticas vinculadas não conseguiram verdadeiramente materializar-se.

Não obstante, a estrutura produtiva do País está mudando dentro de uma reafirmação do papel dos recursos naturais, o que se vê claramente no caso da agricultura de exportação, exemplificada particularmente pela soja, e mais ainda na expansão combinada do florestamento e da fabricação de celulose. Nesses dois itens está se registrando um investimento estrangeiro comparativamente alto, que apenas ameniza a escassa contribuição nacional

na matéria, com o que o historicamente baixo investimento total de nossa economia não se transformou demais nessa etapa de grande e inesperado apogeu.

Duas reformas "estruturais" concentram a atenção e a discussão no Uruguai de hoje. A mais ambiciosa é a criação do Sistema Nacional Integrado de Saúde, sobre cujo impacto social positivo merece ser otimista, embora à primeira vista as dificuldades de gestão pareçam grandes; se se conseguir administrá-las com solvência, será a grande reforma deste período.

Nestes dias, as polêmicas têm-se concentrado em torno de certas erros judiciais, que não permitiram aplicar aos aposentados o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, a outra reforma na qual o governo apostou muito, e cujos resultados efetivos ainda é difícil avaliar.

Em 2009, haverá eleições presidenciais e legislativas; antes, devem realizar-se eleições internas nos partidos; conseqüentemente, no próximo outono se estará em plena atividade eleitoral. Neste momento, a popularidade do Presidente da República mantém-se alta, mas a intenção de voto no partido do governo diminuiu e é um pouco inferior à soma das intenções de voto nos outros partidos, o que abre um espaço para incerteza com respeito ao resultado eleitoral bastante maior do que a percebida um ano atrás.

Em suma, o que se pode ou não fazer durante os próximos doze meses terá peso especial tanto no balanço deste governo como na definição do que vier a suceder-lhe.

VIII - Uma questão não resolvida

No inicio dos anos 90, e, já com novo vigor, no início da década seguinte, desenvolveu-se, dentro do governo, um projeto de claro viés neoliberal; os resultados foram mistos. Tomando para comparação o passado do próprio País, a transformação não foi nem um pouco menor; mas, se a comparação for com a região, deve-se dizer que o neoliberalismo ficou bastante apagado no Uruguai batllista.

A mudança de governo em 2005 pressupôs uma alteração maior no aspecto ideológico. Pois bem, em tempos de "pós-Consenso de Washington", as possibilidades objetivas para mudar drasticamente de rumo não são muito grandes, particularmente para os países pequenos. E é aqui onde retomamos as considerações das primeiras seções, particularmente as que se referiram às perspectivas da região sul-americana.

Um terreno no qual o governo uruguaio atual vivenciou uma profunda decepção foi no das relações regionais. Eram muito grandes as esperanças postas em um MERCOSUL com governos considerados muito harmônicos. Sem pretender, absolutamente, atribuir responsabilidades a esse respeito, o certo é que a realidade não correspondeu às expectativas. Um inesperado conflito em torno da instalação de uma fábrica de celulose em nossa margem do Rio Uruguai levou as relações com a Argentina ao pior nível desde muito tempo. Embora nenhum conflito de monta se tenha registrado com o Brasil, que voltou a ser nosso principal parceiro comercial, as esperanças postas nas relações com nosso grande vizinho do norte se desvaneceram bastante.

Por outro lado, o governo uruguaio tentou construir um relacionamento estreito com os Estados Unidos, chegando a aventar a possibilidade de assinar um Tratado de Livre Comércio, que não é compatível com a condição de membro do MERCOSUL, e, embora contando com grande apoio dos partidos da oposição, suscita grande oposição dentro do próprio partido do governo. O certo é que , depois de um intenso debate em âmbito nacional, o presidente Vázquez descartou aquela possibilidade no final de 2006, mas não deixou de promover uma maior colaboração com os Estados Unidos.

Assim, a estratégia de inserção internacional é não apenas uma questão fundamental não resolvida, mas também uma grande fonte de incerteza. Falando muito esquematicamente aos partidários do MERCOSUL como espaço privilegiado para uma estratégia de longo prazo, torna-se difícil encontrar argumentos favoráveis na perspectiva de curto prazo, enquanto que os que recomendam olhar o mundo, mais do que a região, não enxergam as eventuais vantagens de curto prazo para provar a sustentabilidade dessa estratégia a longo prazo.

IX - Cenários para o amanhã

Quando passamos de uma recapitulação sumária de processo e fatos relevantes de ontem e de hoje para uma incursão prospectiva, um dos maiores fatores para distinguir futuros diferentes é justamente o que venha a acontecer com a inserção externa do País. Recentemente publicamos, com Gerardo Caetano, um volume coletivo intitulado “Uruguai. Agenda 2020”, em cuja recapitulação final analisamos cenários diferentes em função da evolução da desigualdade social e da distinção, resumida aqui atrás, entre formas reativas

e pró-ativas da igualdade. O ponto de partida para isso é a famosa tese de Faknzylber, segundo a qual, nas diferentes combinações entre desigualdade alta ou baixa com crescimento lento ou rápido, na América Latina há uma "vazio", pois não se registram exemplos que combinem desigualdade baixa com crescimento rápido. O apaixonante desta hora é que talvez esse "vazio" possa começar a ser preenchido, com o que nossas sociedades serão menos injustas e seu desenvolvimento integral mais possível.

No caso do Uruguai, se somente se pudesse aspirar a uma inserção externa que não fizesse parte de uma estratégia regional compartilhada – chamemo-la inserção a sós —, a evolução da demanda internacional dos produtos primários teria peso decisivo, e dificilmente haveria grandes estímulos objetivos para uma expansão sustentada das capacidades, para a inovação e para a incorporação, tanto de conhecimento quanto de qualificações avançadas para o conjunto da produção de bens e serviços. Em tais hipóteses, se se mantivesse o bem-estar de raízes profundas, a tradição social e política do País apontaria para um reforço da igualdade, mas com caráter predominantemente reativo, enquanto que a deterioração das circunstâncias extremas traduzir-se-ia em maior desigualdade e em crescimento vagaroso.

Se, ao contrário, fosse sendo criada uma inserção a partir da cooperação no âmbito do MERCOSUL ou da região sul-americana – quer dizer, uma integração para o desenvolvimento –, isso abriria possibilidades para expansão das capacidades, mesmo que não se mantivesse o bem-estar completo, enquanto que se esta última continuar favorável, o "vazio" poderá começar a ser preenchido a partir da igualdade pró-ativa.

Em resumo, cabe sugerir o seguinte, e sem dúvida demasiadamente esquemático quadro de cenários alternativos.

	Inserção solitária	Integração para o desenvolvimento
Conjuntura externa desfavorável	desigualdade em alta e crescimento lento	expansão das capacidades em contexto de dificuldades
Conjuntura externa favorável	igualdade reativa	igualdade pró-ativa
Crescimento com escasso desenvolvimento	crescimento com escasso desenvolvimento	crescimento rápido com desenvolvimento autêntico

X - A própria responsabilidade

Em nível propositivo, parece razoável alguém se ater à área onde atua, o mundo da educação, mais precisamente, a Universidade da República. Esta é a única universidade pública do Uruguai, conta com mais de oitenta mil alunos, encarrega-se da maior parte da criação de conhecimentos que se realiza no País, e possui uma significativa quota de autonomia. Sua responsabilidade no enfrentamento das "divisórias da aprendizagem" é, portanto grande.

Na instituição tenta-se promover um novo processo de Reforma Universitária, inspirado na tradição de compromisso com a sociedade, que consideramos o ideal latino-americano de universidade gerado nesse movimento de escala continental que se conhece como a Reforma de Córdoba.

A meta fundamental da nova Reforma devia ser a generalização do ensino avançado de qualidade e ligada, ao longo de toda a vida, com o trabalho. Em termos da tradição uruguaia, uma transformação de tal quilate não é mais ambiciosa nem menos necessária do que a proposta, no final do século XIX para a generalização do ensino primário, cuja efetiva realização constitui um dos maiores apoios com que o País contou em sua história para a construção do futuro.

Enfrentar a "brecha da matrícula" requer ampliar as oportunidades de estudar em alto nível, o que, por sua vez, requer uma profunda transformação da educação. A esse respeito, pelos menos três eixos devem ser destacados: (I) uma renovada ênfase no ensino ativo, na qual os protagonistas principais da educação são, individual e coletivamente, os que aprendem; (II) uma ampla diversificação das modalidades e das instituições de ensino, e (III) muito particularmente, uma crescente conexão entre os mundos da educação e do trabalho.

Para ensinar promovendo realmente as capacidades de fazer coisas novas, e ao longo de toda a vida ativa, é necessário combinar o que se faz nas aulas tradicionais, com um amplo aproveitamento dessas verdadeiras "aulas potenciais" que constituem todos os ambientes – hospitais, fazendas, fábricas, laboratórios, estúdios profissionais, meios de comunicação, serviços públicos, centros de turismo sustentável, etc. – onde uma tarefa socialmente valiosa se desenvolve de modo eficiente.

O proposto associa o enfrentamento com a primeira dimensão das divisórias da aprendizagem, a brecha da matrícula, com a tarefa de superar a segunda, a brecha da ocupação qualificada.

Nessa perspectiva, desempenha uma papel central a reavaliação de um componente definidor do ideal latino-americano de universidade, a extensão universitária. Entendida como colaboração da universidade com outros setores coletivos para a criação cultural e o uso socialmente valioso do conhecimento, a extensão deveria chegar a fazer parte da formação que se oferece a todos os estudantes, pois ela significaria: (I) uma oportunidade de servir à nação que lhe oferece educação terciária gratuita; (II) um precoce vínculo com a sociedade, com particular atenção para os setores preteridos; (III) um ensino vinculado à solução de problemas, e (IV) uma oportunidade de mostrar o que podem fazer os jovens altamente qualificados. Vemos, pois, a extensão como um componente ético da formação universitária, que pode constituir um grande apoio à superação de ambas as dimensões das divisórias da aprendizagem.

É claro que se pensa na extensão em estreita ligação com o ensino e com a pesquisa, bem como com a busca de soluções novas para os problemas da prática, o que significa dizer com a inovação. É um dado já lembrado da realidade que, em toda a América Latina e muito especialmente no Uruguai, uma contribuição maior para a criação de conhecimentos provém da pesquisa universitária. Por conseguinte, a vinculação das capacidades universitárias para pesquisar e inovar as políticas produtivas, e, coisa habitualmente menos destacada, as políticas sociais, é questão chave para o desenvolvimento entendido como expansão das capacidades e liberdades, do fomento à igualdade pró-ativa.

No mundo inteiro assiste-se ao que não é exagero denominar luta pela alma da universidade: qual é sua missão definidora? A questão antiga se propõe com renovada relevância devido à nova influência do conhecimento no conjunto das relações sociais. Nessa grande discussão sobre o papel das instituições de ensino superior, certas posições privilegiam a contribuição para o crescimento econômico, sem maiores preocupações com a mudança social, chegando a propor como idéia motriz a noção de "universidade empresarial"; outras posições reivindicam, pelo contrário, o ideal universitário tradicional, tendo como referencial os valores propriamente acadêmicos. Na periferia, buscamos uma alternativa própria, delineada com base na noção de "universidade para o desenvolvimento".

XI - Para um projeto de nação

No Uruguai, há um século se delineou um projeto de nação democrática e igualitária que inspirou não poucos esforços frutíferos, particularmente a

conjugação de energias para a recuperação das liberdades públicas nas ocasiões em que essas foram espezinhadas.

Mas o termos chegado a ser considerados um "país modelo" ocasionou um duplo equívoco: o de crer primeiro na auto-suficiência nacional e o de, mais tarde, beirar a auto-satisfação paralisante. Quando, no final da década de 50, a "Suíça da América" começou a rachar, a tônica espiritual dominante iniciou uma passagem do otimismo fácil e mesmo frívolo, para um pessimismo pouco estimulante, pois mais ou menos explicitamente assumiu que o País não poderia ser melhor do que tinha sido. Como conseqüência, a proposta implícita costuma ser a volta ao passado, o qual simplesmente não é viável, e, a nosso ver, tampouco desejável.

Notável, no período atual, é que, em termos tanto materiais como espirituais, abriram-se no Uruguai, possibilidades maiores de encetar o caminho de um novo desenvolvimento, que se inspire no melhor do passado e que tire partido das condições objetivas do presente.

A resposta da periferia ao novo peso do conhecimento há de sugerir a construção de sociedades de aprendizagem. Enfrentar, hoje, o subdesenvolvimento, requer muito especialmente conjugação dos protagonismos de diferentes setores para expandir as capacidades e aprender, nas práticas compartilhadas, a resolver problemas velhos e novos. Essa comunhão de esforços é bastante viável no pequeno País de rica tradição democrática que é o Uruguai, onde, mais uma vez, mostraram seu vigor iniciativas oriundas da densidade da sociedade civil.

Se as capacidades políticas internas assinalam um rumo claro e se se configura na região uma integração para o desenvolvimento, poderia ganhar corpo um novo projeto nacional, o de construir um País de aprendizagem estreitamente integrado à América do Sul.

Colômbia: Aspectos e Desafios em Relação com o Conflito, sua Política Exterior e sua Economia Presente

Marta Lucía Ramírez

Introdução

A intenção do presente texto é contextualizar alguns aspectos importantes da recente história da Colômbia e suas características institucionais e sociais. Isso com o fim de lhes dar uma base para as discussões que teriam lugar esta semana.

Por esse motivo dá-se uma breve explicação sobre aspectos históricos em relação com o conflito que hoje vive o País. Examinam-se, porém, também outras características, como, por exemplo, em nível econômico e internacional.

Temas diversos, que buscam mostrar algumas características da Colômbia e servir de base ao ambicioso plano de discussões que com relação à America Latina sustentaremos na presente semana.

Estabelecem-se três eixos temáticos, identificados numericamente, cujos objetivos específicos são os seguintes:

Objetivos

1. Com respeito ao conflito colombiano e sua influência regional e internacional

Criar um contexto histórico que permita estabelecer chaves para entender o conflito colombiano.

Descobrir os principais atores armados que até hoje têm incidência na configuração do conflito interno.

Expor características relacionadas com a internacionalização do conflito interno colombiano e as atividades que realizam os diferentes grupos armados e os narcotraficantes em nível global e regional.

Descrever o contexto internacional que suscita uma mudança na dinâmica do conflito interno na Colômbia.

Descobrir aspectos da política exterior da Colômbia no contexto internacional atual e os conseqüentes desafios, tanto com o conflito interno como com outros temas da agenda nacional.

2. Com respeito a segurança da democracia

Fazer uma descrição histórica e conceitual da atual política de segurança em relação com o conflito interno colombiano.

Mostrar os resultados obtidos pela política de segurança da democracia e fazer uma estimativa de sua capacidade de alcançá-la a médio e a longo prazo.

3. Nos planos econômico e comercial

Fazer uma descrição do funcionamento da economia colombiana, seu estado atual e sua projeção no curto prazo, de acordo com as metas e as políticas do atual governo e do Banco Central.

Fazer uma descrição atual do estado da política nacional de competitividade.

Fazer uma descrição do processo de internacionalização da economia colombiana e uma breve menção dos tratados que a sustentam no plano regional.

1. O Conflito na Colômbia e sua Incidência Internacional

Antecedentes

O conflito atual colombiano não pode ser visto a partir de uma ótica recente. Ele obedece a um longo processo de fragmentação territorial, de exclusão política, de pobreza e de uma tradicional polarização política, e,

portanto, deve ser visto como um processo de duração média. Os grupos armados ilegais que atualmente operam no País se apóiam em fatores históricos para legitimizar sua ação, para combater o Estado e para atacar as elites políticas e econômicas do País. Há, inclusive, quem afirme que as décadas de conflito armado que tem enfrentado a Colômbia respondem a uma tendência histórica belicosa dos colombianos, deixando de lado os avanços e os importantes êxitos da institucionalidade nacional, como, por exemplo, ser a democracia mais antiga do continente sul-americano, e a ausência quase total de ditaduras autoritárias no século XX.

A partir da década de 30 do século XIX, logo após a dissolução da Gran Collômbia, a nova nação mergulhou numa série de querelas políticas e ideológicas e de lutas pelo poder que enfrentaram principalmente os Liberais e os Conservadores, mas também regiões inteiras entre si. Entre 1899 e 1903 ocorre a chamada Guerra dos Mil Dias.[1] Esta última grande guerra civil, a Guerra dos Mil Dias, culmina com a derrota dos liberais e assegura um longo período de governos conservadores. O verdadeiro resultado final, porém, desta e de todas as outras guerras intestinas, é a fragmentação do território, o freio ao desenvolvimenteo econômico do País e a precariedade de um Estado central. A conseqüência mais visível é a perda do Istmo do Panamá, até então território colombiano.

Em abril de 1949, ocorre o magnicídio do candidato presidencial Jorge Eliecer Gaitán, um líder popular carismático. As teorias de conspiração, as acusações de lado a lado e o desespero desencadeiam a fúria das classes populares em todo o território nacional e polarizam ainda mais o País. Com esse fato inicia-se o período sangrento conhecido como "A Violência", e é visto por muitos como o episódio que deu início ao atual conflito colombiano. Durante esses anos, os partidos políticos, liberais e conservadores, voltam a dirimir suas diferenças pela via das armas. É preciso esclarecer que dessa vez não há uma guerra civil como aquelas do século XIX. Nesse caso, são iniciativas que também provêm da sociedade colombiana e do campesinato. São formas violentas de resolver problemas econômicos, de posse da terra e de exclusão política, entre outros, emoldurados com diferenças ideológicas. Fala-se de uma guerra civil não-declarada, com grandes repercussões políticas, umas no próprio governo conservador, outras nas autodefesas liberais. Nasce a figura do bandoleiro, um camponês

[1] ACOSTA, GUTIÉRREZ. Leonardo, Coronel (R). Conflicto Colombiano Historia y Contexto. Imprenta de las fuerzas Militares del Ejército de Colombia.

freqüentemente liberal, que foge das perseguições políticas e se desloca para terras inóspitas do sudeste do País, onde forma suas próprias comunidades à margem do governo central e se transforma na semente do futuro guerrilheiro.

O período da "Violência" se encerra com a figura da breve ditadura militar do General Rojas Pinilla (1953-1957), o único ditador na história recente de nosso País. Em resposta à ditadura, surge, em 1957, a Frente Nacional. Com o objetivo de acabar com as disputas políticas no País, as lideranças liberais e conservadoras acordaram a alternância de cada um dos partidos no poder durante quatro mandatos presidenciais. Apesar de o acordo ter conseguido diminuir a polarização bipartidarista e reduzir os índices de violência, também deixou de fora da lide política muitos setores que não faziam parte das elites dos partidos tradicionais.

Essa exclusão política foi vista como um fato a mais no qual a oligarquia colombiana retinha seu poder, e levou muitos desses setores excluídos a tomar decisões mais radicais. Por ora aprecia-se o começo dos novos matizes da violência, ligada aos discursos de cunho comunista que tinham como objetivo realizar transformações revolucionárias no Estado, incubando guerrilhas, como as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e o ELN (Exército de Libertação Nacional), entre outros.

Nessa ordem de idéias, identifcam-se outros fatores que dão origem ao surgimento dessas organizações criminosas na primeira metade doa anos 50 e 60. A dinâmica da Guerra Fria, a revolução cubana, a crise interna e institucional colombiana, os problemas agrários no País, a radicalização da juventude, especialmente a estudantil, os resquícios das autodefesas campesinas liberais da época da "Violência" e as tendências ao radicalismo político em alguns dos setores da direção sindical, geram a consolidação das guerrilhas tal como as conhecemos hoje.

Em seguida, analisaremos o aparecimento e a situação atual de dois dos grupos guerrilheiros mais importantes de todos os tempos na Colômbia, as FARC e o ELN. Deixaremos de lado outras guerrilhas que surgiram nos anos 70, como o EPL e o M-19, visto que estes já não existem mais, e, portanto, não fazem parte da configuração atual do conflito colombiano.

A guerrilha das FARC – EP

A guerrilha das FARC surge formalmente em 1964, resultado da união de vários grupos de bandoleiros que decidem renunciar a uma anistia geral

oferecida pelo presidente Alberto Lleras Carmargo a todos os grupos de "bandoleiros" que se tinham transportado para a região das planícies orientais colombianas. Ali lograram formar uma importante base social que, em muitos casos, superou a precária presença do Estado. Definem-se a si próprios como grupos guerrilheiros de cunho marxista-leninista, e começaram a buscar a tomada do poder pela via da derrubada militar do governo, animados pels vitória de Fidel Castro em Cuba. [2]

As décadas de 60 e 70 transcorreram, para a guerrilha das FARC, sem grandes mudanças. São um grupo de camponeses armados que tomam posse de terras distantes e isoladas do acontecer nacional. É só em 1982, durante a Sétima Conferência Nacional, que as FARC optam por uma estratégia que combine "todas as formas de luta", isto é, a luta nas esferas politica, econômica, social e militar. A organização adota a sigla "EP", Exército do Povo, cuja estratégia passa da defensiva para a ofensiva total visando à tomada do poder político, convertendo-se numa ameaça constante para o Estado colombiano e para todos os governos legitimamente constituídos até o presente. [3]

A guerrilha do ELN[4]

O Exército de Libertação Nacional (ELN) surge na cena pública do País na década de 60, buscando a derrubada do governo colombiano mediante uma revolução de cunho marxista, com um sistema de tipo socialista, que erradicaria o capitalismo do Estado colombiano. Para começar, a grande diferença entre o ELN e as FARC é que o primeiro foi um movimento criado pelos estudantes universitários estimulados pela Revolução Cubana, com uma marcante influência das teorias políticas de Ernesto "Che" Guevara com participação da influência da "Teologia da libertação."[5] As FARC, ao contrário, são um movimento campesino que surge mais da necessidade de autodefesa do que de um genuíno propósito político.

---

[2] Pizarro LEONGOMEZ. Eduardo. Marquetalia: el mito fundacional de las FARC. Periódico de la Universidad Nacional de Colombia UN, Unimedios. N°57, Mayo 9 de 2004.

[3] Ibid. Unimedios.N°57 Mayo 9 de 2004.

[4] www.Semana.com/wf_Imprimir Articulo.aspx?Idart=100803&ver=CO1XOxSMba…. 14/04/2008.

[5] RANGEL Suarez, Alfredo. EL CONFLICTO ARMADO EN COLOMBIA Y LA EXPERIENCIA INTERNACIONAL. Capítulo 6. Pág. 166.Guerra Insurgente. Intermedio Editores.2001

Hoje o ELN se encontra num processo de paz com o atual governo. Embora a organização exista, encontra-se fracionada e claramente debilitada, graças aos duros golpes militares que lhes têm sido aplicado pela Força Pública colombiana.

Expansão e consolidação das guerrilhas e surgimento de grupos paramilitares

Durante a presidência de Belisario Betancur (1982-1986), deu-se impulso a outro processo de paz que criou condições de diálogo com as FARC e com outros grupos guerrilheiros. A pesar de vários desses grupos terem acolhido as anistias oferecidas, as FARC e outras guerrilhas optaram por expandir-se até chegar ao controle de algumas partes do território onde era mais débil a presença do Estado; à época, crescia a influência do nacrotráfico, e, principalmente, o cartel de Medellín.

Durante o mesmo período, os primeiros grupos paramilitares começavam a se organizar naquelas zonas do País onde a ação guerrilheira estava encurralando a população civil, especialmente pecuaristas e comerciantes, por meio do seqüestro, da extorsão e do roubo de bens e de gado. No início, esses grupos eram de natureza civil, e tinham o suposto objetivo de prover segurança às populações desprotegidas pelo Estado. Apesar de seu rápido crescimento, esse fenômeno continuou a ser tratado como fato isolado, e não era visto como uma verdadeira ameaça à estabilidade do Estado.

A expansão desses grupos deu-se graças a diversos fatores, por exemplo, o apoio da sociedade civil e dos empresários, pecuaristas e comerciantes nas regiões onde os paramilitres fizeram a gerrilha bater em retirada. O apoio de alguns membros da Força Pública também foi importante. As autodefesas começaram a cumprir tarefas "sujas" que as forças do Estado não podiam executar. Atuavam em muitos casos, embora de maneira independente, com a complacência de setores das Forças Militares; mas é bom esclarecer que a criação ou o apoio desses grupos nunca representou uma política de Estado, como ocorreu em outros países, na Guatemala, por exemplo, durante o governo militar de Ríos Montt, onde, inclusive, se chegou a regularizar esses grupos.

Em 1991 é redigida uma nova Constituição Política. Ela tinha como ideal principal fazer confluir todos aqueles setores que não se sentiam incluídos no plano político na Colômbia por meio de uma abertura democrática,

concedendo espaço a novos setores e novos partidos políticos. [6] Sendo a prioridade da administração Gaviria a luta contra os cartéis da droga, e especificamente contra o Cartel de Medellín, com Pablo Escobar à frente, teve como conseqüência o descuido das organizações paramilitares que já se aliavam abertamente a outros cabeças das drogas. O caso mais célebre foi a organização dos "Pepes", uma suposta aliança dos irmãos Castaño, chefes de autodefesas, com o cartel de Cali para eliminar o líder do narcotráfico na Colômbia, Pablo Escobar. Os grupos "Paras" aumentaram a já complexa situação do conflito interno colombiano com o surgimento de outra frente geradora de violência. Disputaram entre si o negócio da droga com os grupos guerrilheiros e com outros cartéis. Assumiram o controle, a sangue frio, de regiões inteiras, que funcionavam como corredores estratégicos ou que albergavam grandes culturas ilícitas. À medida em que avançavam, essas organizações teceram uma trama de redes mafiosas que até meados dos anos 90 se viram permeadas pelo negócio do narcotráfico com o prextexto de obter recursos para suas campanhas anti-subverivas. Finalmente, o dinheiro do narcotráfico foi empregdo como meio de financiamento de seus poderes locais e para o exagerado enriquecimento dos principais chefes mafiosos. A criação do grupo Autodefesas Unidas da Colômbia, em 1997 (AUC), e a ocultação, ante a opinião pública, de seu caráter narcotraficante, fizeram com que à época, e até o início desta década, passassem por uma organização com certa motivação política, em contraposição às Guerrilhas, justificando seu aparecimento e sua permanência como um grupo anti-subversivo.

Por sua vez, as FARC, que, ante a investida da Força Pública contra os principais chefes do Cartel de Medellín, tinham passado a proteger as culturas ilícitas e os laboratórios para o processamento da droga e a assumir o controle do negócio do narcotráfico em todas as fases, passam a ter 900 homens e nove frentes de combate nos anos 80, e a ter quase 15 mil homems e sessenta frentes de guerra no final dos anos 90. O ELN, no mesmo período, teve um crescimento de 70 combatentes e três frentes de ação para 3.500 homens e trinta frentes. Até meados da década de 80, esses grupos armados ocupavam 165 municípios dos aproximadamente 1092 que existem na Colômbia.

---

[6] GUTIERREZ. Sanín, Francisco. Profesor del instituto de Estudios Políticos y Relaciones Internacionales de la Universidad Nacional de Colombia. Revista Análisis Político Nª 57, Bogotá, Mayo-Agosto, 2006,Pág. 106-125.

Presidência de Ernesto Samper

O período presidencial de Ernesto Samper Pizano (1994-1998) viu-se gravemente afetado pelos escândalos derivados da filtração de dinheiro do narcotráfico em sua campanha política à Presidência da Colômbia. Isso motivou os grupos guerrilheiros a combater o Estado colombiano alegando que ele era narcotraficante e ilegítimo. A grave crise política, somada à falta de legitimidade, produziu uma estaganação nas Forças Armadas e não ação estatal.

Presidência de Andrés Pastrana

O Presidente Andrés Pastrana (1998-2002) assume desocupando 42.000 km de território nacional em busca de uma negociação de paz com as FARC. Esse processo, como se sabe, resulta num fracasso redondo, dadas a falta de vontade política desse grupo guerrilheiro e a ausência de confiança entre as partes. Durante esses anos, as FARC se consolidam no sudoeste do País e aumenta sua atividade narcotraficante e o número dos seqüestros. É durante esse processo de paz que a candidata presidencial Ingrid Betancourt e a maioria de seqüestrados políticos é retida.

Governo de Álvaro Uribe Vélez

O fracasso dos diálogos de paz e a percepção, que se alastrou pela população colombiana, da falta de vontade política de alguns grupos guerrilheiros, projetou Álvaro Uribe e sua política de mão de ferro, frente a esses grupos, à presidência da República (2002-2010). Um de seus projetos bandeira foi o Plano Colômbia, parte de sua política de Segurança Democrática, que será exposto com maior detalhe em seguida.

O conflito após o 11/09

No contexto interno colombiano, os grupos armados à margem da lei, de tendência comunista, ficaram sem fundamento, quando se deu a derrocada do mundo socialista, somado a uma reorganização do Estado, que começaria em seguida à promulgação da Constituição de 91. Todavia, as novas formas de financiamento, como as extorsões, o início das formas de financiamento

através do narcotráfico, os seqüestros e o tráfico ilegal de armas, entre outros, tornam o conflito colombiano mais dinâmico do ponto de vista financeiro e militar, e, por conseguinte, permite sua persistência.

Depois dos atos de terrorismo em setembro de 2001, nos Estados Unidos, e dos acontecimentos do 11-M na Espanha, cria-se a configuração de uma nova ordem mundial focalizando o combate ao terrorismo em todas as suas formas. Por serem grupos narcotraficantes e que empregam métodos terroristas contra a população, e por serem considerados uma ameaça à segurança nacional norte-americana, os grupos guerrilheiros e paramilitares são incluídos nas listas de grupos terroristas da União Européia e dos Estados Unidos.

A política exterior colombiana e os novos desafios

A diplomacia colombiana adaptou-se às novas exigências de um mundo globalizado e interdependente. Dinamizou as relações bilaterais com praticamente todos os países do continente americano. Desenvolveu estratégias de integração com toda a região latino-americana, especialmente com os países andinos. Avançou no conceito de desenvolvimento integral da região, especialmente das zonas fronteiriças. Para isso foram fortalecidas as comissões de vizinhança com países como o Brasil, o Peru, o Panamá, a Venezuela e a Nicarágua. O Páis olhou, também, com especial atenção, o potencial cultural e econômico dos países caribenhos e latino-americanos, adiantando planos de cooperação com governos que pouco tempo atrás não fziam parte do interesse nacional.

Por outro lado, a Chancelaria colombiana se transformou em ator principal na luta contra as drogas, o narcotráfico e os grupos armados à margem da lei. Juntamente com a Presidência da República, implementou as campanhas para promulgar o "Conceito de Responsabilidade Compartilhada". A idéia dessas campanhas é conscientizar os consumidores de droga dos efeitos devastadores que causa "cada carreira de cocaína que inala, que não apenas está causando dano a si mesmo, mas também está matando um colombiano"; As conseqüências diretas do consumo de drogas na Europa ou nos Estados Unidos são o aumento do crime organizado, os assassinatos, os seqüetros e a destruição do ambiente, por causa dos tóxicos e herbicidas que se utilizam nos cultivos ilícitos.

A transnacionalização do conflito armado colombiano é, agora, impossível de se ocultar, especialmente após a operação militar que acabou com a vida do (alcunhado) "Raúl Reyes", segundo no comando das FARC, em território

equatoriano. Os computadores encontrados em seu acampamento expôem a insistente infiltração e as diferentes atividades que esse grupo tem mantido nos países andinos. O mais preocupante é que, de acordo com essas e muitas outras provas recolhidas pelo Estado colombiano e por agências internacionais, também está comprovada a tolerância demonstrada por alguns de nossos vizinhos para com esse grupo terrorista. Vários dos países que estiveram envolvidos na recente crise de março, e que criticaram duramente o governo colombiano e as forças militares da Colômbia pela morte de Raúl Reyes, foram sistematicamente advertidos sobre a situação pelos organismos de inteligência colombianos.[7]

A cruzada diplomática empreendida pela Chancelaria colombiana também produziu bons resultados. Hoje em dia contamos com o apoio resoluto de governos decididos a combater o terrorismo em seus próprios territórios. É o caso do Brasil, com quem mantemos altos níveis de cooperação em temas de narcotráfico e lavagem de dinheiro.

A política exterior colombiana também está comprometida com a luta contra as novas ameaças globais, que não apenas afetam nosso País, como também todo o hemisfério: narcotráfico, terrorismo, tráfico de armas, crime organizado, meio ambiente, desastres naturais, pobreza, emigração , entre outros.[8] Os temas sobre proteção dos direitos humanos e do direito internacional humanaitário fazem parte ativa da agenda interna colombiana. A política exterior colombiana, durante o governo Uribe, delineou programas tendentes a melhorar as condições de vida de nossos compatrícios nos diferentes países de residência e seu processo de inserção nas sociedades locais. Foram assinados acordos trabalhistas, de imigração, educacionais, de seguridade social e de diminuição do custo do envio de remessas com países receptadores de imigrantes colombianos, bem como de incentivos para que esses colombianos possam alugar e adquirir moradia.[9] Assim, o governo colombiano conseguiu tranformar "uma política exterior para o Estado numa política exterior para a sociedade". [10]

---

[7] Os países foram alertado, assim: em duas oportunidades, a Bolívia; em 16, o Equador; em dez, a Venezuela; em quatro, o Peru; em quatro, o governo da Argentina; em sete, o Brasil, sobre a presença de membros e de contatos do grupo terrorista, bem como da localização dos acampamentos, e até das atividades ilícitas que estavam sendo executadas no Equador, como as emissoras que se encontram naquele território.

[8] ROJAS ARAVENA Francisco. *Seguridad en las Americas, Los Desafios Post Conferencia: Operacionalizar los Consensos y Articular los Conceptos*. Pág.7

[9] CONCEPTOS RECTORES DE LA POLÍTICA EXTERIOR COLOMBIANA 2002-2006.

[10] ARDILA, Marta; CARDONA, Diego; TICKNER, Arlene B. PRIORIDADES Y DESAFÍOS DE LA POLÍTICA EXTERIOR COLOMBIANA. Bogotá; FESCOL – HANSS SEIDEL – STIDTUNG.2002.

2. A Política de Defesa e Segurança da Democracia

Quando Álvaro Uribe Vélez tomou posse como Presidente da República, no ano de 2002, a guerrilha das FARC estava revitalizada e fortemente estabelecida em importantes zonas do País, depois do surpreendente fortalecimento que tinha conseguido durante as conversações de paz com o governo anterior, de Andrés Pastrana. As possibilidades de uma saída negociada para o conflito eram ínfimas. Uribe liderou o desafio da Política de Defesa e Segurança da Democracia, fundamentada na conquista do território nacional por parte da força pública e das instituições estatais, reconhecendo o narcotráfico como uma das principais ameaças contra a integridade da população civil, e ao terrorismo como sua principal arma de ação.

O êxito retumbante dessa Política deveu-se a não apenas em se ter posto o foco no componente militar da guerra e no fortalecimento das Forças Armadas, mas em se ter reconhecido que sem a ação articulada de todas as entidades estatais e da população civil, não seria possível manter o controle territorial alcançado pelas forças militares. Uribe Vélez determinou que de forma simultânea com a recuperação militar do território, devia entrar o aparato estatal para levar educação, desenvolvimento econômico e social à população civil e conseguir, assim, sua colaboração para evitar que os grupos narcoterroristas voltassem a assumir o controle da área. Além do mais, seria a ferramenta mais eficaz para evitar o recrutamento de mais civis.

No interior das Forças Armadas instaurou-se uma política de ìncentivo à eficiência, à transparência e à prestação de contas, com o fim de melhorar as finanças da instituição armada. O tema da defesa dos Direitos Humanos por parte da força pública tem sido de suma importância, e conseguiu situar as Forças Militares entre algumas das instituições mais legítimas do País. Essas garantias foram traduzidas num forte apoio da população civil às Forças Armadas e ao prório governo.

As finanças das Forças Armadas se distribuem assim:

• "62% dos recursos foram destinados a financiar ações orientadas para a proteção da população mediante o fortalecimento da capacidade militar buscando marcar presença em todo o território nacional e permitir o desenvolvimento econômico e social de regiões tradicionalmente afetadas pela violência;

• 16% destina-se a restabelecer as condições de governabilidade de zonas anteriormente influenciadas por grupos à margem da lei e organizações narcoterroristas;

• 14% permite manter a capacidade dissuasiva frente a uma ameaça externa;

• 6% destina-se à luta contra a produção ilícita de drogas;

• e 2% para criar e manter sistemas de avaliação da gestão e prestação de contas através do fortalelcimento dos sistemas administrativos (...)". [11]

Resultados da política de Segurança da Democracia

Visto que a Política de Segurança da Democracia encontra seu fundamento na aplicação da Ação Integral para conseguir, mediante a luta da Guerra Política compreendida em sua inteireza, derrotar os agentes geradores de violência na Colômbia, inclusive ameaças transnacionais, como o terrorismo, o narcotráfico e a delinqüência organizada, os resultados da Política são os mesmos da aplicação da Ação Integral no País.

Cabe recordar que à época da posse de Álvaro Uribe Vélez como Presidente da República, no ano de 2002, mais da metade do território nacional não contava com a presença de suas autoridades civis, visto que, devido a ameaças a suas vidas e de seus familiares, Alcaides, Governadores, Deputados e Conselheiros se tinham visto obrigados a renunciar a seus cargos e buscar guarida nas grandes cidades do País. Esta foi uma das primeiras conquistas do Presidente e de sua equipe de trabalho: devolver as autoridades a suas antigas regiões, que tinham sido abandonadas à sorte dos grupos narcoterroristas e da delinqüência, tornando inteiramente nula a presença do Estado e não deixando outra opção a seus habitantes que submeterem-se às ordens dos violentos. Hoje em dia, a totalidade das sedes municipais do País conta com a presença, pelo menos, da Polícia Nacional.

Em suas Memórias ao Congresso, de 2005-2006, o então Ministro da Defesa Nacional, Camilo Ospina Bernal, fez um resumo dos excelentes resultados que a Política de Segurança da Democracia tinha produzido para "melhorar o ambiente econômico e social do País", tendo conseguido uma "consolidação da autoridade, apoiada nos sólidos princípios de legitimidade,

[11] MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. Memorias al Congreso 2005-2006: Camilo Ospina Bernal, Bogotá, Julio de 2006

legalidade e governabilidade, que permitiu recuperar o controle da maior parte do território nacional, particularmente nas áreas onde os grupos armados, à margem da lei, vinham garantindo seu poder e nas zonas de importância estratégica para o País".[12]

Especificamente quanto aos objetivos incluídos na Guerra Política e Ação Integral, entre 2002 e 2006, conseguiram-se, com a Política de Segurança da Democracia: 9.897 desmobilizações individuais e 30.635 desmobilizações grupais de membros dos grupos armados ilegais, ampla proteção da população civil com a diminuição de homicídios (40,3%), massacres (63%), e deslocamento interno (24%). A Rede de Colaboradores, formada por civis, provou ser um instrumento de importância vital para sua obtenção. Igualmente, conseguiu-se combater de forma contundente e bem sucedida o narcotráfico, fonte última de financiamento dos grupos ilegais e combustível da situação violenta do País, implementando mecanismos tais como as Famílias Guarda-bosques e Famílias em Ação, fazendo, uma vez mais, uso da Ação Integral.

Quanto ao componente social e econômico, evidenciou-se um crescimento de 4,6% na média anual do quatriênio pela primeira vez, desde 1974-1978; o aumento da inversão de 8,61% do PIB para 15,23%; o desemprego diminuiu visivelmente durante os 4 anos; a matrícula oficial aumentou em 18,3%, correspondente a 1,4 milhões de contingente de educação básica e média; 8 milhões de novos beneficiários ingressaram no regime subsidiado de saúde; e a pobreza decresceu de 57 para 49,2%, entre outros.

Adicionalmente, e não sem importância, conseguiu-se que a comunidade internacional reconhecesse os grupos armados pelo que eles são: simples organizações terroristas sem ideais políticos em benefício da população civil.[13]

Por outra parte, no ano de 2005, as ONGs Foreign Policy e Fundo para a Paz incluíram a Colômbia no lugar no. 14 dentre os países com o maior Índice de Estados Falidos. Os aspectos que registram uma classificação mais alta (pior) foram: as pressões demográficas, as fugas humanas, o desenvolvimento desigual e a perda de legitimidade do Estado.

---

[12] MINISTERIO DE DEFENSA NACIONAL. Memorias al Congreso 2005-2006: Camilo Ospina Bernal, Bogotá, Julio de 2006

[13] MINISTRO DE DEFENSA NACIONAL, JUAN MANUEL SANTOS. En entrevista hecha por: TARAZONA ESTRADA, Jacqueline. Conquista de la paz: nueva fase de consolidación de la Política de Seguridad Democrática. Bogotá: Revista Ejército, ed. 135, marzo de 2007.

Em apenas e tão somente um ano, isto é, no ano de 2006, a Colômbia desceu da posição no. 27, melhorando substancialmente seus índicadores. Deve-se ressaltar que o indicador relativo à perda de legitimidade do Estado desceu de uma clssificação de 9,8 sobre 10, sendo 10 a pior, para 8,7, e o indicador total baixou de 95 pontos para 91, 8.[14]

Levando em consideração que esse indicador foi desenvolvido para medir, precisamente, a probabilidade de que o Estado venha a fracassar, transformando-se, assim, seu território em berço de insegurança tanto própria quanto da comunidade internacional, constata-se, na melhora da classificação, como graças à política estatal desenvolvida nesses campos estratégicos se conseguiu diminuir o risco em benefício da preservação e da garantia da segurança nacional.

Por último, a última pesquisa de opinião dos colombianos realizada pela firma Invamer-Gallup, cujos resultados foram publicados no mês de março de 2007, que mede, em palavras de Mao Tse-tung, a temperatura da água em que nadam os peixes, mostra que 72% dos colombianos aprovam a gestão do Presidente Álvaro Uribe Vélez; 76%, as força militares; 72%, a ONU e o Plano Colômbia, enquanto que 92% desaprovam as FARC, 91% o ELN e 86% as Autodefesas.[15]

O triunfo da institucionalidade é esnagador, e o fracasso da ilegalidade, notório numa Guerra Políticacujo objetivo principal é a vitória sobre a população civil e que, como aafirmou o próprio Presidente Álvaro Uribe, em 2 de junho de 2006, "nos Estados de opinião a arma mais importante para garantir a segurança do cidadão, para derrotar o terrorismos, é a confiança dos cidadãos na Força Pública".

A política de consolidação da Segurança da Democracia

A Política de Consolidação da Segurança da Democracia foi lançada para o setor defesa para o período 2006-2010, no quadro do Plano Nacional

[14] FONDO POR LA PAZ y FOREIGN POLICY. Informes 2005 y 2006. http://www.redri.org/Noticias/estados_fallidos_2006_fundforpeace.htm.

[15] INVAMER – GALLUP. Marzo de 2007. A firma Invamer Gallup antecipou a pesquisa entre mil homens e mulheres maiores de 18 anos, nas cidades de Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla. Utilizou o método de chamada telefônica aleatória. A coleta de informação realizou-se entre 27 de fevereiro e 1º de março de 2007. Possui uma margem de erro de 3 % e um grau de confiabilidade de 95%.

de Desenvolvimento "Estado Comunitário: Desenvolvimento para Todos". As mudanças obedeceram à nova circustância estratégica de 2006, criada graças ao sucesso da Política de Defesa e Segurança da Democracia, entre 2002 e 2006. Algumas dessas mudanças, por exemplo, foram a desmobilização das Autodefesas Unidas da Colômbia, que acolheram a Lei de Justiça e Paz, bem como a mudança da guerra das FARC, de uma de guerra de movimentos para uma guerra de posições.

Seu objetivo principal variou, igualmente, passando do controle territorial, já conseguido em grande parte do território nacional, para a recuperação social do território mediante a ação integral do Estado. Esse fato dá seu novo nome à Política, dado que uma vez conseguido o controle do território, tornou-se indispensável consolidá-lo.

Para esse fim, o País foi dividido em três diferentes zonas, de acordo com o nível de controle do Estado nas mesmas e as ameaças vigentes nelas: área com presença ativa de Grupos Armados Ilegais, áreas controladas em processo de recuperação institucional e áreas estabilizadas.

Na primeira zona, assinalada com uma cor vermelha, o objetivo é explusar os GAI e estabelecer o controle territoial, por meio de um esforço militar intensivo. Nas áreas amarelas, que são as controladas, em processo de recuperação institucional, o objetivo é manter a ordem e a segurança no seio da comunidade, buscando atrair instituições estáveis, conseguindo isso através do esforço policial e militar intensivo. Finalmente, nas áreas verdes ou estabilzadas busca-se consolidar a autoridade estatal e estabelecer instituições estatais e serviços públicos, conseguindo-o através de intenso esforço político e social.

Por outra parte, e quanto à luta contra o narcotráfico, combustível principal do conflito, por ser fonte de financiamento por excelência dos grupos terroristas, mudou-se a ênfase, da aspersão aérea para a erradição manual das culturas.

Quanto à segurança da cidadania, determinou-se uma estratégia nesse sentido para desarticular os grupos e bandos da comissão de delitos de impacto nas cidades.

Parte essencial da política é o treinamento militar, ao mesmo tempo que a criação de uma política integral de direitos humanos e a reforma de instituições como a jurisdição penal militar.

Todavia, e principalmente, a Política de Consolidação é continuação da Política de Defesa e Segurança da Democracia, adaptada às novas condições estratégicas derivadas do grande êxito da primeira política.

Resultados preliminares, de 2006 e 2007

• Homicídio comum: 17.479 (2006) para 17.198 (2007).
• Homicídio de sindicalistas – redução de 68% entre 2006 e 2007.
• Homicídio de indígenas – redução de 15,6%.
• Homicídio de jornalistas – redução de 66,7%.
• Homicídio coletivo – 37 casos (2006) para 26 casos (2007).
• Seqüestros – 687 (2006) para 486 (2007).
• Detenções ilegais – 6 (2006) para 2 (2007) (em 2002 foram 177).
• Atentados terroristas – 646 (2006) para 387 (2007).
• Sobrevôos a oleodutos – 106 (2006) para 57 (2007).
• Hectares de folha de coca aspergidas – 152.960.
• Hectares de culturas erradicadas manualmente – 43.054 (2006) para 66.396 (2007).
• Membros neutralizados de grupos criminosos – 198 (2006) para 636 (2007).
• Membros neutralizados de grupos subversivos – 2.165 (2006) a 2.067 (2007).
• Desmobilizações individuais – 2.460 (2006) para 3.192 (2007).
• Deslocamentos – 194.877 individuais e 22.229 coletivos (2006) e 97.186 individuais e 12.690 coletivos (2007).
• No ano de 2007, registraram-se 2.581 combates, com uma média de 27 neutralizações diárias.
• Membros da força pública assassinados em combate – 597 (2006) para 471 (2007).
• Vítimas de minas – 795 militares e 370 civis (2006) para 693 militares e 181 civis (2007) – 10% das vítimas são menores de idade.
• No ano de 1998 morriam 2 militares para cada guerrilheiro; em 2002, 1 militar para cada 3 guerrilheiros. Hoje, é assassinado 1 militar para cada 9 guerrilheiros.
• Atualmente, as FARC contam com 8.576 efetivos e aproximadamente 3 mil milicianos (de mais de 17 mil no ano de 2002, e mais de 20 mil milicianos).
• O ELN conta com 2.140 efetivos.
• Os grupos criminosos possuem 5.096 membros.[16]

[16] Dados obtidos do Ministério de Defesa Nacional – www.mindefensa.gov.co

O atual governo chegará ao fim dentro de poucos mais de 2 anos, e ninguém poderá garantir que a próxima administração decida continuar a mesma linha de segurança e defesa nacional. Não dar continuidade a essa política, dados os excelente resultados obtidos, será arriscar um retrocesso na matéria, luxo que a Colômbia não se pode dar, visto que no País já não há mais vidas para sacrificar nessa luta que nos dilacera há quase cinco décadas.

Aqui ressalta a importância do Projeto de Lei "pelo qual se estabelece o Sistema de Segurança e Defesa Nacional", que se encontra há alguns meses no Congresso da República, visto que além de regulamentar outros temas fundamentais para o Setor Defesa, como o restabelecimento do Conselho de Segurança e Defesa Nacional, garantirá que os princípios estruturais que proporcionaram seu êxito contundente para a Política de Segurança e Defesa Nacional, se perpetuem, convertendo-se, dessa forma, numa verdadeira política de Estado, e não de governo, sujeita à mera vontade e ao capricho da aministração do dia. Esse Projeto não procura transformar em Lei essa Política, mas, sim, consagrar os eixos fundamentais sobre os quais deve-se estruturar toda a Política de Defesa e Segurança Nacional, sem os quais ver-nos-íamos expostos a uma situação de incerteza quanto à continuidade e sustentabilidade dos êxitos obtidos na luta contra a violência em nosso País.

3. Economia Colombiana

Situação atual

A economia colombiana cresceu 6,6% no terceiro trimestre de 2007, completando sete trimestres consecutivos de expansão a uma taxa superior a 5,5%.

Entre as causas do crescimento do Produto Interno Bruto colombiano podem-se distinguir duas classees de fatores: os externos, determinados pela influência das grandes economias mundiais; e os internos, inerentes ao desenvolvimento doméstico da nação.

Entre os fatores externos de crescimento, encontramos o pico inversor, o consumo das famílias e a disponibilidade de crédito que tiveram os agentes ao longo de 2007. Definitivamente, as melhoras no campo econômico, em grande parte produto da segurança da democracia, configuraram cenários propícios ao crescimento econômico dos últimos anos e o aumento da confiança dos consumidores na economia.

O consumo desempenha um papel crucial na atual fase de expansão econômica. O consumo dos lares (63% do PIB) cresceu 6.2% ao ano no terceiro trimetre de 2007. Os bens duráveis aumentaram 22.1% ao ano (6.3% do PIB). A construção modera seu ritmo de crescimento: 12.2% ao ano entre janeiro e setembro de 2007 (construções, 1.6%, e obras civis, 28% ao ano).

O aumento do produto interno bruto explica-se pelo incremento de 22% de inversão, 6.4% de exportações e 16.6% de importações, num período equivalente, entre janeiro e setembro de 2007, ocasionando um crescimento médio, no terceiro semestre, de 7.3%.

Entre os fatores externos que afetaram positivamente a economia colombiana destacam-se o aumento dos melhores termos de intercâmbio e os fluxos de capital para economias emergentes, em 2007, que fortaleceram os ciclos de expansão do PIB. Contudo, a situação está mudando, e será menos favorável em 2008 devido à recessão nos Estados Unidos, na qual se calcula que para cada 1% que deixe de crescer a economia mundial, a da Colômbia deixará de crescer 1.4%.

Por outra parte, o crescimento mundial passou de 3.9% em 2006, para 3.6% em 2007, e à frente da desaceleraçãoa estiveram os membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), cujo PIB caiu 0.3 pontos percentuais até estacionar em 2.5% no último ano.

A queda foi mais acentuada nos Estados Unidos, onde o crescimento passou de 2.9% em 2006, para 2.2% em 2007, em grande parte como conseqüência do enfraquecimento do mercado da habitação, com a queda rápida da inversão da mesma e a restrição do crédito, tanto para as empresas quanto para os consumidores.

Após quatro anos de sólido crescimento do PIB e do comércio, de subida constante do preço dos produtos básicos, baixas margens no mercado de bônus, variação gradual das taxas de juro e taxas de câmbio relativamente estáveis, agravou-se a volatilidade dos mercados internacionais.

Entretanto, apesar do panorama favorável de que desfrutou a economia colombiana, ainda persiste um déficit em conta corrente de -3.6% do PIB e um déficit fiscal estrutural de -4% do PIB; continuam as pressões inflacionárias em torno de 6%, quando a meta do Banco da República é de 3.5%, e 4.5% para 2007. A valorização nominal da taxa de câmbio, de 10% ao ano, afeta sobremaneira as exportações, aumenta as importações e avoluma o défict atual da conta corrente, situação que tem como contrapartida a redução da dívida externa contraída em dólares.

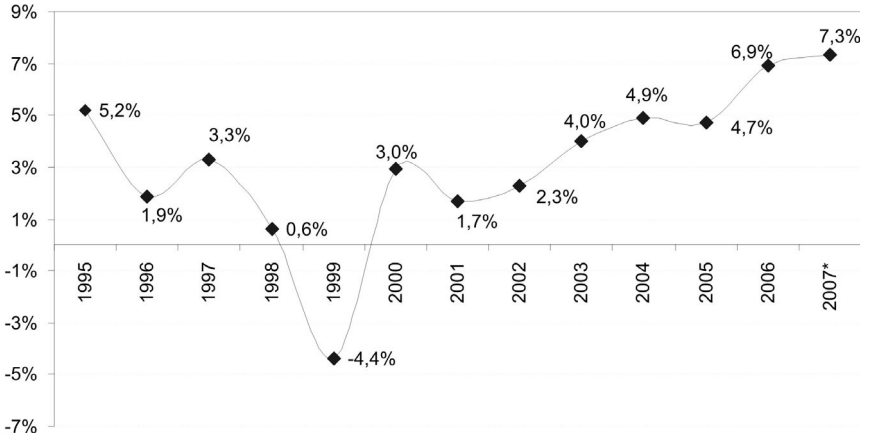
Projeção

A solidez da economia colombiana em 2008 depende de até onde chegará a crise nos Estados Unidos e da manutenção de relações comerciais com os outros sócios comerciais, entre eles, a Venezuela e o Equador.

Diversas organizações econômicas nacionais, entre elas a ANIF, projetam que para 2008 a economia crescerá em torno de 5.5%, sustentada num nível de desempenho inferior a 10% e uma inflação de 4.4%. Espera-se que o déficit da conta corrente chegue a 3.2% do PIB, e o déficit primário do Governo Central supere os 7% do PIB.

Orientação e resultado da política nacional de competitividade [17]

A política de competitividade e produtividade propõe que em 2032 a Colômbia seja um dos três países mais competitivos da América Latina, e tenha um nível de ingresso por pessoa equivalente ao de um país de ingressos médios ou altos, através de uma economia exportadora de bens e serviços de alto valor agregado e inovação, com um ambiente de negócios que incentive a inversão local e estrangeira, propicie a convergência regional, melhore as oportunidades de emprego formal, eleve a qualidade de vida e reduza substancialamente os níveis de pobreza. O gráfico a seguir, elaborado pelo Conselho Nacional de Competitivade, expõe os principais elementos dessa política.



[17] Colombia construye y siembra futuro, Política nacional al fomento de la investigación y la innovación, COLCIENCIAS.2008

Para concretizar essa visão, propõe-se realizar: a) o desenvolvimento de setores de classe mundial; b) o salto na produtividade e geração de emprego; e c) a formação do trabalhador e a empresarial, tudo baseado no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação. Pilares que, por sua vez, se completam com estratégias para a eliminação de barreiras à competência e ao crescimento da inversão (estrangeira e nacional), que incluem diferentes aspectos, como estabilidade macroeconômica e jurídica, educação e habilidades para o trabalho, regulamentos e instituições a serviço da produção, infra-estrutura física, provisão de serviços públicos, provisão e respeito ao direito de propriedade, qualidade de vida e cidades agradáveis, e aumento da taxa de poupança.

A Colômbia tem apresentado um desempenho médio no desenvolvimento da competitividade e continua com o árduo trabalho de se consolidar como uma das nações mais competitivas da região. Durante 2007 obteve os seguintes resultados:

• Apenas a Colômbia conseguiu manter o nível em termos de competitividade em matéria de educação e treinamento superiores: na posição 69 em ambos os anos. Entretanto, é um fracasso atenuado no processo de avanço para padrões mais altos de competitividade no País.

• Os êxitos a destacar no índice de 2007 são os aumentos em competitividade na estabilidade macroeconômica, ao acrescentar dois pontos com respeito ao ano anterior, subindo da posição 65 para a posição 63, e o aumento de 24 degraus em matéria de saúde e educação primária, conseqüência dos esforços do governo nacional para conseguir a cobertura universal na Colômbia nessas duas áreas. Mesmo assim, para 2008 a Colômbia perde, em termos absolutos, 6 pontos em matéria de competitividade com relação ao ano anterior, ao passar da posição de número 63, entre 2006 e 2007, para a posição de número 69, entre 2007 e 2008.

As razões pelas quais a Colômbia perdeu nível de competitividade são as seguintes:

• Instituições: a Colômbia perde 11 posições no que diz respeito a eficiência, idoneidade e transparência das instituições para administrar os mercados e a economia nacional; essa redução está ligada aos escândalos de parapolítica que viveu o País durante 2007, e à intensificação dos delitos de

lesa humanidade (assassinato dos deputados em Cali, por exemplo). Em 2006-2007, o País alcança o degrau 68 e cai para a posição de número 79 em 2007-2008.

• Infra-estrutura: nesse item, a Colômbia perde 11 posições com relação ao ano anterior. As condições de comércio e o crescimento da economia não mantêm o nível de desempenho, estado e inversão em infra-etrutura. O Fórum Econômico Mundial adverte para a deficiência da infra-estrutura para desenvolver a atividade econômica nacional. Para 2006-2007, a Colômbia obteve a posição de número 75, e em 2007-2008 cai para a posição de número 86.

• Eficiência do mercado de bens: essa é uma das quedas mais pronunciadas no índice de competitividade. A Colômbia perde 34 posições em relação ao ano anterior, quando se localizou na posição de número 51 nesse item, porém, para 2007-2008 foi deslocada para a posição de número 85 na classificação geral.

• Eficiência do mercado de trabalho: apesar do crescimento econômico do País, do aumento do produto, da inversão e da poupança, o nível de desemprego manteve-se quase constante ao longo de 2007. Quanto a esse item, a eficiência da Colômbia é punida com a perda de 9 pontos ao passar, em 2006-2007, do degrau de número 65 para o de número 74 em 2007-2007.

• Sofisticação nos negócios: a Colômbia perde impulso empresarial para sofisticar os negócios, segundo o WEF. Nesse item, perde competitividade ao cair da posição de número 48, em 2006-2007, para a posição de número 65 em 2007-2008, perdendo 17 posições.

• Inovação: apesar dos avanços em matéria de ciência e tecnologia, a Colômbia continua perdendo posições nessas áreas vitais para o nível de competitividade do País. Com relação ao ano anterior, a Colômbia perde 13 posições na tabela de classificação por competitividade, ao passar do degrau de número 59, em 2006-2007, para o de número 72 em 2007-2008.

Resultados do processo de internacionalização da economia

Buscando aumentar os benefícios que nosso País obtém com o comércio, e gerando as estratégias econômicas e políticas para se inserir no esquema globalizado, a Colômbia dá o primeiro passo em matéria de internacionalização e integração de sua economia, com a assinatura do Acordo de Cartagena,

em 1969, com o qual se criou o Grupo Andino. Juntamente com a Colômbia, assinaram o Acordo a Bolívia, o Chile, o Equador, o Peru e a Venezuela.

O Acordo de Cartagena começou a se delinear a partir de 1966, com a Declaração de Bogotá, e começou a vigorar em 16 de outubro de 1969. Essa decisão política permitiu aumentar a integração comercial entre seus membros de forma importante, bem como incrementar o comércio recíproco entrre todos os que o assinaram.

Em 1976, o Chile se retirou do Grupo Andino, orientando sua política de integração comercial em direção ao Cone Sul e ao Brasil. A razão para a desvinculação do Chile foi seu desacordo quanto à aplicação do modelo de industrialização via substituição de importações, denominado Modelo Cepalino, seguido pelos países andinos vinculados ao Acordo, e que era acompanhado por um drástico regime de controle da inversão estrangeira. Durante 2006, após tentativas de mediação por parte dos países andinos, a Venezuela também oficializou sua retirada do grupo comercial.

Contudo, as políticas mudaram na Colômbia bem como na maioria dos países latino-americanos, e o Chile está negociando novamente seu ingresso. Com efeito, desde o ano passado, o Chile exibe a categoria de Membro Associado da CAN.

O próximo passo significativo em seu processo de internacionalização foi dado pela Colômbia ao assinar o Acordo de Montevidéu, em 1980, por meio do qual se criou a Associação Latino-Americana de Integração, a ALADI.

Essa associação foi criada com o objetivo de promover a integração e o desenvolvimento harmônico e equilibrado da região até chegar a formar um mercado comum latino-americano. O acordo foi assinado pela Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru e Venezuela. Cuba aderiu recentemente.

Nesse tratado serão contemplados diversos mecanismos para atingir os objetivos nacionais. Tais mecanismos foram a preferência tarifária regional, os acordos de alcance regional e os acordos de alcance parcial.

Esse tratado foi classificado como um tratado marco de integração, que permite aos países membros desenvolverem uma estratégia ampla de integração, instrumentando e regulamentando os mecanismos para fazê-lo. Nesse contexto, a ALADI se constituiu na plataforma para a negociação de Acordos Comerciais por parte da Colômbia.

Durante a década de 80, a Colômbia negociou diversos Acordos de Alcance Parcial, cujo objetivo era o fortalecimento do intercâmbio comercial mediante a concessão de preferências tarifárias e não-tarifárias. Como parte desses Acordos, destacam-se os assinados com os países centro-americanos: a Guatemala, a Nicarágua, a Costa Rica, El Salvador, Honduras e o Panamá.

Posteriormente, a partir de 1991, houve na Colômbia uma virada importante em matéria política e jurídica. A Constituição Política foi mudada, e, a partir daquela data, ficou estabelecido que a política internacional deve procurar a integração com outros países, e, em particular, com os países latino-americanos. A mudança jurídica reflete, além disso, uma mudança profunda do modelo econômico adotado pelo Estado e o início de uma abertura econômica em prol da transformação e do desenvolvimento do País. Longe vai o Modelo Cepalino, e implementou-se um modelo de desenvolvimento baseado na competitividade e na produtividade das empresas do País.

Parte dessa política para responder ao desafio da integração foi a redução de barreiras ao comércio, a abertura ao investimento estrangeiro e o aprofundamento da integração com os países da região, mediante a celebração de acordos comerciais.

Nessa ordem de idéias, foram assinados novos acordos, também no contexto da ALADI, como o Acordo de Complementação Econômica, entre a Colômbia e o Chile, em dezembro de 1993; com o Panamá, naquele mesmo ano, e com Cuba, em 2000, entre outros. Nesse mesmo cenário, é bom salientar a assinatura do Acordo de Complementação Econômica entre a Colômbia, o México e a Venezuela, conhecido como G3.

Durante 2004, foi assinado o Acordo de Livre Comércio entre os países membros da CAN e os países membros do MERCOSUL, com o qual se aprofunda o nível de integração da Colômbia com os países sul-americanos.

Atualmente, a estratégia de internacionalização da Colômbia se concentrou na negociação de Acordos de Livre Comércio que adotam os principais desenvolvimentos nessa materia em nível internacional. Esses Acordos têm-se orientado e sido priorizados de acordo com a importância de nossos parceiros comerciais.

Isso explica as negociações de um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos, o tratado de livre comércio que atualmente se se procura aprovar com os países que formam a denominada área do "*Triângulo do Norte"*(Guatemala, Honduras e El Salvador), e os processos de negociação,

previstos para 2008, com o Canadá, a União Européia, os países que formam a EFTA (a Islândia, o Principado de Liechtenstein, o Reino da Noruega e a Confederação Suíça), os países da APEC, entre outros, e o Tratado de Livre Comércio com o Chile, que está aguardando sanção presidencial.

Finalmente, é necessário notar que como estratégia de internacionalização no âmbito multilateral, desde 1994 a Colômbia faz parte da Organização Mundial do Comércio.

Palestra do Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais

Professor Marco Aurélio Garcia

En primer lugar, quería agradecer, por supuesto, las palabras amables del Embajador Moscardo y decir que es un gran gusto tener acá la Senadora Marta Lúcia, con quien compartimos tantas reuniones en el pasado, cuando tuvo una conducta muy brillante frente al Ministerio de Defensa de Colombia. Quería decir que también es un gran honor tener acá al Presidente Rodrigo Borjas que será muy pronto llamado a responsabilidades importantes en nuestra región y, por supuesto, al nuestro querido Embajador Baena Soares, ex-Secretario General de la OEA. Mañana, el Embajador Baena Soares está de cumpleaños y así yo quiero saludarle, así que no voy a tener necesidad de llamarlo porque ya voy a saludarle por aquí, personalmente.

Bueno, yo quisiera compartir con ustedes algunas reflexiones sobre la política externa brasileña, obviamente, centrada en una reflexión regional, los problemas y las soluciones que nosotros tenemos en la región sudamericana y las grandes perspectivas que se están viendo para nosotros. Quisiera decirles que esas reflexiones las presento en una perspectiva más general de lo que estamos enfrentando hoy en día, que es un periodo de transición en el mundo. Yo creo que, de verdad, estamos enfrentando un periodo de transición, después del final de la Guerra Fría y de todo ese periodo que se abrió en el fine de los años 80 y los años 90 y una parte del nuevo siglo. Fue un periodo muy marcado por una supremacía unilateral de Estados Unidos que se ha reflejado en el ámbito económico, en el ámbito

político y en el ámbito militar. Yo creo que nosotros estamos transitando casi a mundo, no solo multilateral, sino que también hacia un mundo multipolar. Nosotros estamos teniendo la emergencia de nuevos polos económicos, de nuevos polos que van a tener también, en función de su importancia económica, una significación política, y a lo mejor, también militar. Bastaría ver la consolidación de Europa en ese sentido, mas allá de los problemas que el continente enfrenta, la emergencia de países como China, India, el resurgimiento de Rusia, después de un periodo que se siguió a la caída y desaparición de la Unión Soviética. Creo que, además, todo eso deberá ganar un control más preciso a partir de las elecciones de este año en Estados Unidos, que creo que van producir transformaciones en la política externa de ese país. Entonces una de las preguntas que creo que se plantean hoy día es saber si América del Sur y América Latina — pero fijémonos en esa dimensión para dar más prioridad a América del Sur — van a tener efectivamente esa importancia significativa y no solamente seremos espectadores y no actores de una gran transformación que, a lo mejor, está en curso en la humanidad.

Yo empezaría por llamar la atención para características importantes que la región tiene para poder jugar ese papel. Algunas son de naturaleza material y otras tienen una dimensión más inmaterial, pero no por eso son menos importantes. América del Sur, en primer lugar, es un basto territorio con gran diversidad, con gran biodiversidad también, y tiene, seguramente, las más grandes reservas energéticas del mundo. Si nosotros contabilizarnos los recursos en materia de petróleo, de gas, el potencial energético de la región, que es equivalente al potencial energético que OPEP ha constatado existir en el mundo del petróleo, formas alternativas de energía, como son los biocombustibles, todo eso configura la región como una grande reserva energética, quizás, la más grande reserva energética del mundo.

Nosotros tenemos también un gran potencial agrícola, una región de gran producción agrícola, no solo de agricultura extensiva, sino también una agricultura calificada, que es el resultado por la investigación científica y del trabajo intelectual y transformaciones de naturaleza técnica. Aquí ya vemos dos segmentos que son absolutamente fundamentales para el mundo de hoy en día y, sin duda alguna, para el mundo de mañana. Las demandas de energía y alimentos, en el cuadro de crecimiento de la economía mundial van a acentuarse cada vez más. Imagínense ustedes las transformaciones que están

en curso en países de grande población, como China e India, y lo que eso va a significar en términos de demandas energéticas y de demandas alimentares.

Nosotros también tenemos acá, hoy día, ya una razonable industrialización que está, por supuesto, más concentrada en algunos países, pero que tiene una tendencia de expandirse hacia otras regiones y que comporta, desde formas tradicionales de industria hasta formas muy sofisticadas. Por lo demás, corresponde también a un momento en el cual se esta produciendo un gran cambio en nuestro perfil industrial. Si antes, la idea de centro-periferia era una idea que correspondía efectivamente a la realidad, hoy día, nosotros vemos que hay una desindustrialización de los países centrales y, muchas veces, un traslado de núcleos industriales importantes hacia lo que antes se llamaba la periferia del mundo. Eso ha significado, posteriormente, que nuestra región haya recibido considerables inversiones en materia industrial, no solo en materia de industrias tradicionales, como fue el caso del proceso de industrialización de los años 40, después de los años 50 y 60, sino que, en algunos casos, también en sectores de industrialización de punta. Además, los países de región comienzan a preocuparse con eso y comienzan a desarrollar políticas industriales nacionales y en algunos casos políticas industriales regionales que van a significar constantemente una orientación más precisa. Para citar un caso nacional, ayer, el Gobierno Brasileño lanzó su Programa de Política Industrial para los próximos 10 años, que tiene una clara delegación e intervención del Estado, en el sentido de crear ciertas direcciones para nuestro proceso de industrialización, con una dimensión también occidental.

Mencionando eses aspectos materiales, podemos agregar otros, pasemos a cuestiones más inmateriales, pero insisto, que no son menos importantes. Hoy día, nosotros somos una región democrática y una región de paz. Mas allá del pequeño conflicto que tuvimos recientemente en la región andina, para el cual creo que se podrá perfectamente encontrar una solución diplomática, con todo el esfuerzo que se hace en esta dirección, si comparados con otras regiones del mundo, somos no solo una región de paz, sino que una región que no tiene grandes contenciosos de fronteras. Hay todavía algunos contenciosos que se plantean, pero no creo que se constituyan efectivamente en factores de crispación de administración de conflictos. Al revés, muchos de ellos están hoy día siendo tratados, están siendo manejados también por el canal diplomático. Somos, además, una región en la cual hay considerables progresos de naturaleza política. Todos los gobiernos de la región fueron

elegidos democráticamente, lo que contrasta muchísimo con el panorama que teníamos hace pocas décadas, donde parte importante de la región y de grandes países de la región estaban todavía dominados por regimenes autoritarios. Somos una región en que eses procesos democráticos, además, fueron limpios, reconocidos internacionalmente y, lo que es más importante, tuvieron una amplísima participación de la ciudadanía, en muchos casos, incluso, con una ampliación considerable del espacio ciudadano de la región. Las instituciones funcionan. Por supuesto, hay dificultades, hay problemas, pero, de una manera general, los grandes impactos políticos, los grandes confrontes políticos que nosotros tenemos en la región se resuelven fundamentalmente en el marco democrático, en el de marco de instituciones que, muchas veces, tienen sus temores, pero la idea de reformarlas está planteada como una cuestión esencial.

Tenemos una ventaja con relación a otras regiones del mundo, que es la ventaja de la cercanía lingüística. Tanto es verdad que yo estoy hablando este portuñol de mala calidad. Es obvio que tenemos nuestros amigos que cuidan de Surinam, que hablan el ingles, pero eso no llega a establecer una diferenciación entre nosotros tan importante. Si ustedes van a una sesión del Parlamento Europeo, verán que hay más intérpretes que Parlamentarios, de tantas que son las lenguas que se hablan ahí. Tenemos también esa cercanía cultural, que no excluye la diversidad de culturas, pero es una cercanía que nos permite un diálogo cultural mucho mas fluido, aunque digo que todavía nosotros no conseguimos explotar todo el potencial cultural y el intercambio cultural que tenemos.

¿Cuales son los principales problemas? Yo diría que hay algunos problemas sobre los cuales debemos detenernos. Algunos de ellos están en vías de resolución, otros que son más complejos y, más que una resolución, exigen también una reflexión de nuestra parte, para que podamos efectivamente ir más allá de esas coyunturas actuales para encontrar soluciones. Yo no he mencionado, pero está presente en toda mi reflexión, el hecho de que todos eses gobiernos democráticos de la región que tienen características muy distintas entre ellos, incluso aquellos que parecen más cercanos, todos eses gobiernos tienen, hoy día, una fuerte preocupación, que no creo que sea puramente retórica, cuanto al proceso de integración. Si todos queremos efectivamente una integración de la región, ese es un valor que hay que explotarlo, que hay que desarrollarlo. Obviamente, hay concepciones distintas sobre el proceso de integración. Hay algunos que economizan más ciertos

aspectos comerciales, otros que valorizan más los aspectos económicos, otros que tienen una visión más completa de la integración de lo económico, de lo político y de lo cultural, pero, creo que no hay ningún país de la región que tenga una posición aislacionista. Al revés, cuando sobre este país, muchas veces, cae la acusación de que es un país que quiere aislarse, inmediatamente, su gobierno trata de hacer manifestaciones para decir: "No. Nosotros también estamos involucrados en el proceso de integración".

¿Cuales son los problemas que nosotros tenemos? Yo diría que el primer y grave problema que tenemos es el problema social. Nuestra región es todavía una región donde hay mucha pobreza, pero, sobretodo, donde hay mucha desigualdad. Creo que ese es uno de los problemas tremendos que tenemos. En primer lugar, por sus aspectos humanos; en segundo lugar, por sus implicaciones económicas porque son efectivamente factores que disminuyen un poco el ímpetus de nuestro crecimiento económico y dan un 'sentido' muy destorcido a ese tipo de crecimiento económico; y tercer lugar, porque también tienen ramificaciones políticas, en la medida que, son factores de inestabilidad política, que son factores que amenazan, muchas veces, al proceso democrático. Yo creo que no hay una plena democracia política si la democracia económica y la democracia social no están garantizadas.

Hay que decir que los gobiernos están haciendo un esfuerzo muy grande en esa dirección. No quiero evaluarlos, pero quiero decir que no hay ningún gobierno que no se preocupe fundamentalmente con el enfrentamiento de esa actitud social. En primer lugar, porque hay una preocupación generalizada con el crecimiento de nuestras economías. Nosotros pasamos de un periodo en que la palabra "desarrollo" tenía sido prácticamente excluida de nuestro vocabulario, a un periodo en el cual la idea de que crecer es una cosa que está muy fuerte y muy diseminada en todos los gobiernos, crecimiento, pero con distribución de ingresos, con inclusión social. Luís Gustavo siempre decía que "lo importante no es crecer, sino que lo importante es el desarrollo". Nosotros estamos manejando políticas en la región que, con más o menos éxito, están tratando de realizar una compleja ecuación: crecer, incluir, distribuir ingresos con los más diversos programas de aumento de empleo, pero, a la vez, también mantener el equilibrio macroeconómico. Si nosotros mirarnos en la historia de nuestro continente, por lo menos, la historia de mi país, creo que somos fruto de un gran crecimiento. La economía brasileña, entre el 30 y el 80, creció considerablemente. Sin embargo, ese crecimiento se hizo con mucha exclusión social, con mucha pobreza, con mucha concentración de

ingresos y también con un gran desequilibrio macroeconómico porque se hizo en base a largos ciclos inflacionarios, o ciclos de endeudamiento externo, lo que significa que nosotros tenemos una amplia vulnerabilidad externa. Hoy en día lo que nosotros consagramos es exactamente al revés. La economía de la región, de una manera general, pudo crecer incluyendo y disminuyendo la pobreza, disminuyendo la exclusión social. No tenemos procesos hiperinflacionarios, hay una amenaza aquí o allá, pero con baja vulnerabilidad externa. Es muy significativo que una de las regiones que está menos afectada por la crisis que actualmente nos embarca, y que, todavía, no se sabe adonde nos va a llevar, es exactamente nuestra región de América del Sur.

¿En Brasil hay problemas? Sí, hay problemas, pero hay también voluntad política de resolverlos. ¿Hasta dónde esto nos llevará? No lo sé, porque depende, entre otras cosas, de la continuidad de ciertos procesos políticos, de la rectificación de otros procesos políticos, problemas que están en el orden del día y creo que sería importante, quizás, dar más densidad a nuestra cultura política para poder enfrentar esas cuestiones, lejos de ciertos paradigmas políticos e ideológicos, de un y otro extremo, que nos han entorpecido la cabeza durante un gran período. Hay un otro factor, que creo que es un factor negativo y que está justamente en contraste con el potencial que ya había mencionado en el comienzo, y que creo que está vinculado fundamentalmente al hecho que, si es cierto que nosotros tenemos un gran potencial energético, si es cierto que tenemos un gran potencial agrícola, si es cierto que tenemos también un gran potencial en materia de minerías, que serán más importantes en el futuro, no es menos cierto que hay una paradoja. Una región que tiene la más grande reserva energética del mundo, es la región que sufre, en varios de sus países, crisis energéticas, como nosotros hemos visto recientemente. Eso significa que nuestra región, que tiene una gran producción agrícola no consigue hacer con que esa producción agrícola circule entre nosotros de una manera más tranquila. En Manaus, se comen productos que vienen del sur de Brasil y se podría perfectamente comer productos de Ecuador o de Venezuela, que son países más cercanos, incluso, más cercanos de la cultura local.

Esto plantea la necesidad de divulgar un proceso de integración que lleve en consideración la integración física y la integración energética de la región. Ese es efectivamente un grandísimo problema. Necesitamos, por ejemplo, de carreteras y de puertos que puedan ser utilizados, no solo por el país que los tiene, sino que por países lejanos. Creo que, en ese en particular, uno de

los pasos importantes que se han dado es el hecho de que, recientemente, la Presidenta Bachelet y el Presidente Lula se hayan reunido para definir que, en un plazo de poco más de un año, vamos a tener una conexión segura entre Arica y Santos, pasando por parte de Argentina. Lo mismo con los proyectos que hoy día se están desarrollando entre Argentina y Chile para establecer una ligación Atlántico-Pacífico, más para el sur, o la carretera transoceánica entre Brasil y Perú, o el proyecto "Manda Manaus" que Ecuador y Brasil están desarrollando juntamente con Perú. Esos son algunos de los resultados de iniciativas que se están estableciendo para, efectivamente, resolver ese déficit de estructura física. Ya vimos que, frente a los retos energéticos más coyunturales de los últimos años, se ha establecido una práctica de solidaridad muy fuerte. Esa solidaridad existe entre Argentina y Brasil, entre Argentina y Uruguay, entre Chile y Argentina, entre Bolivia y los demás países de la región. Pero tenemos que buscar, desde luego, soluciones más durables. No podemos quedarnos simplemente tratando de pasarle energía cuando el otro no tiene, recibirla cuando uno necesita, sino que hay que crear redes más concretas para resolver ese problema. Hay una disposición del Gobierno Boliviano de llevar adelante proyectos energéticos con nosotros también. Hay la idea del grande Gasoducto del Sur, que tiene una enorme complejidad, no solo técnica, financiera y ambiental. De cualquier manera, eso ha sido planteado y será un elemento importante. Tenemos la cooperación de Venezuela con muchos países de la región, de Ecuador, en fin, hay iniciativas importantes y, ahora, en el ámbito de la UNASUR, la Comisión Energética está efectivamente estudiando formas de crear una política energética regional.

Hablando de integración, nosotros consagramos que los proyectos de integración que tenemos en la región son muy distintos en relación a otros proyectos de integración. Siempre hablamos mucho del paradigma europeo, pero creo que hablamos mucho del paradigma europeo más bien por lo positivo que el paradigma europeo tiene. Europa es un conjunto de países que salieron devastados de dos grandes confrontaciones mundiales. Cerca de 100 millones de personas murieron en esas dos guerras, lo que significó también una destrucción enorme de la infraestructura, pero sobretodo una destrucción enorme de los valores políticos, de los valores morales que estaban presente en una civilización que, a nosotros, nos parecía paradigmática. Europa se reconstruyó y creo que, sobretodo, cuando hubo ese acercamiento entre Francia y Alemania, eso significó un concretamente para todos que miraron ese proceso, no siempre como una cooperación, un valor importante. Cuando

nosotros compatibilizamos procesos de integración regional, en determinados momentos, eso puede significará pierda de soberanía, o cesión de soberanía a favor de un proyecto más amplio. Yo se que ese es un tema de gran complejidad en el Derecho Internacional, en la Filosofía Política y, sobretodo, es un tema que no es visto con mucha facilidad por las Cancillerías en el mundo de una manera general. Pero fue, digamos, un poco la fascinación por ese proceso europeo que nos llevó también a plantear, quizás, estas formas de integración. Hay que decir que, por una serie de razones que están vinculadas a la historia de nuestra región, los procesos de integración se hicieron de forma diversificada, de tal manera que, nosotros no tenemos hoy día una situación semejante a aquella que precedió, en cierta medida, a la integración europea, que fue una sola matriz, por así decir, para hablar de la dimensión comercial. Sería impensable, a corto plazo, que nosotros pudiéramos lograr una unión aduanera en la región, por una razón muy sencilla: nosotros tenemos varios sistemas comerciales en la región. El MERCOSUR es una región aduanera imperfecta que, hoy día, involucra cuatro países y, muy pronto, el quinto país, que es Venezuela. Nosotros tenemos la Comunidad Andina, tenemos los países que están vinculados al CARICOM e tenemos también otros países que hicieron opciones por el establecimiento de Tratados de Libre Comercio con Estados Unidos, con Europa, con China etc. Entonces, hoy día, implantar una política comercial común en la región es difícil, por lo menos, para una integración aduanera perfecta. Lo importante es que se haya producido un acercamiento comercial muy grande, prácticamente, todos os países de la región están asociados al MERCOSUR.

Los procesos de integración aduanera, los procesos de integración comercial son importantes, pero, aunque tenemos problemas serios. ¿Cuáles son esos problemas? Nosotros somos una región con muchas asimetrías que están vinculadas, no solo a las especificidades económicas, a la diversidad de territorio y poblaciones etc. Una unión que se pasaba en el comercio, lejos de establecer un equilibrio, podría, quizás, aumentar las asimetrías. Esa es la razón por la cual no se puede trabajar exclusivamente con la idea de integración comercial y tenemos que pensar medidas que neutralicen un poco la reproducción de esas asimetrías. Habría que pensar, en primer lugar, en una multiplicidad de inversiones y, en según lugar, y creo que es lo más importante, en una complementariedad productiva que se establezca en el ámbito industrial. Ahí, creo que el ejemplo europeo es bueno porque, en ciertas áreas de la agroindustria se puede establecer la complementariedad, como la industria

naval, la industria de defensa, la industria de fármacos etc. Es posible que nosotros tengamos productos que sean resultado de esa integración. En el ámbito de la industria aeronáutica, que es muy desarrollada en Brasil, ya hay niveles de cooperación con Chile y podemos avanzar rápidamente en una cooperación fuerte con Argentina, Uruguay y otros países de la región. Toda la discusión que se está haciendo sobre las cuestiones de defensa de la región también implicaría que nosotros creáramos una industria de defensa regional. Creo que esa posibilidad de una integración productiva es de fundamental importancia para que nosotros vengamos a neutralizar esas asimetrías y hablo eso de una forma muy tranquila porque la economía brasileña sería "la más beneficiaria de esas asimetrías". Pero, yo no creo que Brasil pueda desarrollarse a costo del subdesarrollo de otros países de la región. El desarrollo tiene que ser absolutamente integrado y la industrialización de la región es algo fundamental. Con la Argentina nosotros tenemos que establecer una relación que valorice mucho el proceso de reindustrialización. No debemos pensarlo como un proceso que complica, sino que como un proceso que complemente lo que tenemos. Lo mismo con los acuerdos con Venezuela, que van en la misma dirección. A nosotros nos interesa concretamente que Venezuela salga un poco de su dependencia absoluta del petróleo y pueda transformarse en un país que también se industrialice más, aunque sea una industria de transformación, vinculada a sus riquezas petroleras y minerales y también vinculada a la producción de bienes y servicios porque su población justificaría que muchos sectores de industria de bienes de consumo de masa pudieran establecerse ahí. Para eso, habrá que se establecer inversiones. Hay países que tienen capacidad de inversión y, si no las tiene, hay que ver cómo viabilizar esas inversiones. Por otro lado, también, la asistencia técnica. En el caso de Venezuela, nosotros decidimos establecer una cooperación regional en el ámbito agrícola e industrial, trasladando oficinas de la EMBRAPA y también una oficina de la Agencia Brasileña de Desarrollo industrial. Creemos que ese puede ser un camino importante a desarrollar con otros países.

Mencioné aquí que, en el proceso de integración, nosotros enfrentamos dificultades de financiación. Creo que, hoy día, las dificultades de negociación no son tan grandes como podríamos pensarlo, pero si existen. Para eso, estamos haciendo un ejercicio de crear un Banco del Sur, cuyo formato estamos estudiando. Pero, creo que más que el Banco del Sur, es más importante que nosotros tuviéramos un sistema financiero sudamericano más sofisticado. No creo que esté en el orden del día alcanzar una cosa como la

moneda única europea. Pienso que, todavía, eso es muy temprano. Pero sí, podemos dar pasos importantes que nos ayudarán, como la generalización de los convenios de interés recíproco para comercio y para exportación de servicios, por ejemplo. Estamos estableciendo con Argentina una práctica de realizar nuestro comercio, en los dos lados, en moneda nacional y no más en dólar. Y, sobretodo, pienso que lo que más importante en la región es la creación de un sistema de garantías que pueda permitir concretamente flujos de inversiones y de exportaciones con más calidad. Muchas veces, no tenemos tantas dificultades en hacer una inversión, en financiar una exportación de servicios etc., pero, las cosas se complican porque no hay un sistema de garantías. Muchos países tienen el cuidado, porque cometieron ese error en el pasado, de imponer ciertas condiciones para proteger su economía. Brasil no tiene ningún tratado de garantía de inversiones. En el último gobierno fueron enviados tratados de ese tipo al Congreso, pero, fueron retirados porque pesaba sobre ellos la crítica de que eran inconstitucionales, en la medida en que implicaban en graves infracciones a nuestra ciudadanía. Pero, hay otros países que lo tienen. Entonces, repensar ese sistema como un sistema regional me parece una cuestión importante, pero, eso significa también constituir un sistema de garantías que sea sólido y consistente.

Ahí están algunas cuestiones que tienen grande importancia para el proceso de integración. Avanzamos, entonces, en dirección a cuestiones más complicadas, porque son las cuestiones de naturaleza política. En primer lugar, en lo que se refiere a ese proceso de integración, yo diría que, si avanzamos en el ámbito de políticas económicas, de infraestructura, de políticas energéticas etc., todo está muy bien, tiene que ser así, pero, tenemos que pensar también en las dimensiones de políticas institucionales. Yo creo que uno de los problemas que el MERCOSUR tiene es su baja institucionalidad. El MERCOSUR no tiene una institucionalidad fuerte. Quizás, eso mejore un poco con el Parlamento del MERCOSUR, que será compuesto por deputados elegidos por voto directo, a partir de 2010. Pero, nosotros debemos tener, en relación a Montevideo, una actitud un poquito más cercana de la actitud de la Unión Europea. Yo diría que hay falta de democracia en Montevideo. Eso es para tomar un caso aislado. Ahora, estamos inseridos en un proceso más completo, más amplio, que es el proceso de la UNASUR, que comenzó por una propuesta de Comunidad Americana de Naciones y ahora va a concretizarse como Unión de

Naciones Sudamericanas. Hay un proyecto que prevé una serie de iniciativas de integración en el ámbito de infraestructura, social, de energía, integración financiera etc., y se va a producir la constitución de una estructura política e institucional que tendrá su sede en Quito. Para el tratado entrar en vigor, tendrá que recibir, se no estoy equivocado, la aprobación del Congreso de nueve países, pero que es una iniciativa ambiciosa y que nos plantea también la idea que tengamos alguna política en lo que se refiere a los temas de defensa. Brasil está presentando una propuesta. El Ministro de Defensa Brasileño ha visitado casi todos los presidentes de la región y acredito que Presidente Lula va a presentar lineamientos muy generales del proceso de defensa sudamericano. Nosotros entendemos que eso es de gran importancia porque no nos parece que se pueda pensar, en el largo plazo, en una política de integración económica, social e institucional, si nosotros no tenemos en cuenta también la dimensión de defensa. Es evidente que esa es una cuestión en que tendremos que avanzar con mucho cuidado, despacio, pero también con mucha franqueza. Yo creo que la recepción de la idea en general es muy buena porque involucra también esa dimensión económica que yo les había mencionado. Uno de los retos de esa política de defensa sudamericana sería la constitución de una industria defensa regional, que nos impidiera de ir simplemente a compras al shopping norte-americano, al shopping europeo, al shopping ruso y pudiéramos pensar en una industria de defensa adaptada a las exigencias de una región de paz, como es la nuestra, pero, utilizando una capacidad económica e ideológica propia, en cooperación con otras partes del mundo.

Muy bien. ¿Todo perfecto? ¿Ningún problema? Sí. Hay problemas. Eso creo que es la parte más difícil de nuestras reflexiones y discusiones, que es tratar de pensar con la paradoja: ¿por qué, en una región que presenta tantos siglos de homogeneidad, que parece más homogénea, quizás, do que nunca antes hubiera ocurrido?, ¿por qué, en una región donde hay políticas que son comunes, preocupaciones que son comunes, con una idea de integración muy fuerte, sin embargo, tenemos problemas, tenemos diferencias? Y diferencias que podrían, en un determinado momento, comprometer ese momento tan favorable para un proceso de integración. Yo creo que, más que lamentarnos, y para que pudiéramos actuar positivamente sobre esa situación, resolver esa paradoja, quizás

lo más importante es tratar de entender lo que pasa en la región. Por Dios, no me gustaría que ustedes entendieran que yo vine aquí a presentar un análisis, pero, vine simplemente presentar algunas reflexiones que, quizás, nos ayuden a entender mejor lo que está ocurriendo en nuestra región y como nosotros podemos enfrentar esas dificultades, a pesar de la diversidad, y en favor de una unidad que preserve nuestra integración. Yo creo que, en la raíz de las dificultades actuales, están situaciones distintas, por las cuales vivieron nuestros países. Se yo tomo países como Chile, como Argentina, como Uruguay, como Brasil, yo constato que, más allá de lo distinto, de cualquier manera, ellos vivieron, en las últimas décadas, algunas experiencias que tuvieron un cierto aspecto común. Fueron países que hicieron una apuesta en un proceso de industrialización substitutiva de importaciones, que enfrentaron, en determinados momentos de su historia, crisis de ese proyecto nacional desarrollista, crisis estas que fueron motivadas, por un lado, por la emergencia del sector popular, por otro lado, por la permeabilidad de los gobiernos a esas camadas populares y, por supuesto, por la resistencia de las clases dominantes. La consecuencia de esas crisis que afectaron eses cuatro países, para citar los cuatro y no más, fue la interrupción del proceso democrático, que se dio en Brasil, en 1964, en Argentina, en varios momentos en ese período, en Chile, en el 1973 y, en Uruguay, un poco después, y que significaron un intento de resolución de esas presiones populares por transformaciones más estructurales, de una forma brutal, en algunos países, más fuerte que en otros, pero, en todos ellos, con pérdidas importantísimas para el sistema democrático. En la mayoría de estos países, en el caso de Chile, Argentina y Uruguay, dominaron alternativas del tipo liberal, lo que significó pérdidas importantes desde el punto de vista de la industrialización. En algunos países, hubo un impacto en el ámbito agrícola, lo que ocasionó la necesidad de reforma agraria, como en Chile y en Brasil. La diferencia entre esos países fue una política económica de tipo ortodoxo, muy distinta de las recetas del Fundo Monetario Internacional. Durante la dictadura, en Brasil, los militares recuperaron la plataforma nacional desarrollista, sin un sentido democrático, por supuesto, y la implementaron en los años 70. Fue el período en lo cual la economía brasileña creció 100%, se industrializó y trató de llevar ese proceso de industrialización sustitutiva de importaciones hasta las últimas

consecuencias. No lo consiguió, por varios factores, incluso, factores políticos, sin duda, pero también por lo desequilibrio macroeconómico, en cierta medida, por la crisis del petróleo existía en el país.

Cuando esos países salen de sus dictaduras, lo hacen con graves consecuencias en sus economías, consecuencias esas que van a tener una incidencia, más o menos importante, sobre la vida social y la vida política. En el caso de Chile, de Argentina y Uruguay, el proceso de desindustrialización significó un riesgo en el proceso de transición. En el caso brasileño, hubo una situación un poco distinta. La situación de crisis económica era muy fuerte, sobretodo, por los factores de naturaleza macroeconómica internacional. Pasado eso, yo creo que eses países entraron en una fase pos-neoliberal, en la cual tratan, en cierta medida, de desarrollar una ecuación que lleve en consideración una profunda reflexión sobre el pasado: necesidad de crecimiento, necesidad de distribución de ingresos, necesidad de reducir la vulnerabilidad externa y, sobretodo, de establecer un equilibrio macroeconómico para evitar el endeudamiento etc. Creo que eso configuró una situación de verdadero equilibrio político, en el cual las cosas pudieron resolverse por medio de elecciones más o menos tradicionales, con una demostración de maturidad política extraordinaria. Dentro ellos, sobretodo, es el caso de Argentina. Haber sobrevivido a una gravísima crisis económica, con sus implicaciones sociales, como Argentina sobrevivió, significa concretamente que ese es un país de gran calidad política, de gran calidad ciudadana.

Otros países, sin embargo, tienen una historia distinta. No es mejor ni peor; es distinta. Son países que no tuvieron procesos de industrialización tan complexos. Colombia, si lo tuvo, y lo tiene, pero eran países mucho más dependientes de productos minerales, petróleo, gas etc. Ahí se establecieron relaciones muy complexas porque, en eses países, la lucha contra la apropiación del excedente económico siempre es una lucha más complicada. Fundamentalmente, es el caso Venezuela, de Bolivia, de Ecuador y, en cierta medida, también es el caso de Perú, aunque Perú tuviera una estructura económica más diversificada. En eses países, no hubo propiamente una crisis del nacional desarrollismo, como nosotros conocemos, pero, en un determinado momento, lo que ocurrió es que la lucha contra la apropiación del excedente que las economías producían fue una lucha más plural, sumado al hecho que

esas economías son mucho ordenadas por la situación internacional. Pensemos que, en la Crisis de 29, los países que más sufrieron fueron las economías basadas en la producción de dinero y los países agrícolas consiguieron recuperarse más rápidamente. En esos países, yo creo que empezaron a producirse conflictos muy fuertes. En algunos casos, como en Bolivia y Ecuador, esos conflictos también eran determinados por cuestiones de naturaleza étnica, lo que agregaba más un elemento a esa conflictividad social.

¿Cuál es el problema, entonces, que nosotros tuvimos ahí? En varios países, creo que hubo una emergencia de nuevas fuerzas sociales y un fenómeno democrático muy importante, que fue la ampliación del espacio público e ingreso de nuevos actores políticos en ese espacio público. Creo que las transformaciones que nosotros estamos asistiendo en esos países, que son transformaciones que, muchas veces, aparecen como un sinal de instabilidad, significan concretamente movimientos de intentos de restablecer una nueva institucionalidad. Cuando hay un ingreso masivo de nuevos actores políticos, obviamente, las instituciones políticas se ven amenazadas. Yo llamo la atención de ustedes que es muy sintomático que, en tres de los cuatro países que yo he mencionado, vale decir, en Venezuela, en Ecuador y en Bolivia, se ha planteado la necesidad de una reformulación institucional, a partir de Asambleas Constituyentes. Las Asambleas Constituyentes pueden ser convocadas a cualquier momento, no hay ningún problema. Pero, cuando ellas se convocan en la forma que se convocaron, eso significa concretamente que la institucionalidad ya no da cuenta de los nuevos problemas. Entonces, yo creo que eso que aparece bajo la forma de instabilidad es, nada más, nada menos, que la expresión de eses nuevos fenómenos sociales y políticos. Ustedes entenderán que, estando aquí representantes de todos los países que yo he mencionado, yo debo cultivar una prudencia analítica absoluta yo no quiero ir más allá de lo que he mencionado acá. Pero, creo que es muy importante que nosotros tengamos la capacidad de demostrar que lo que está ocurriendo en esta región no es, nada más ni nada menos, que una señal de democracia. Si alguien me dice que hay muchos conflictos, hay mucha turbulencia, hay muchos movimientos sociales, debemos contestar porque democracia es eso. Nosotros la conocimos. Creo que, para nuestros amigos europeos, si quieren estar mirando esta realidad, y el Departamento de Estado Norte-Americano

que está mirando nuestra realidad bajo los ojos de los neo conservadores norte-americanos, seria muy bueno que ellos pudieran compartir con nosotros discusiones como esas y sobretodo escuchar lo que ustedes van a decir.

Gracias.

Equador

Rodrigo Borja

A América Latina

Os homens das caravelas, ao pisarem pela primeira vez terras americanas, em 1492, acreditaram haver chegado à parte ocidental da Índia, e não a um Continente novo e desconhecido. Por isso, Cristóvão Colombo e seus companheiros de aventura deram o nome de *Índias* às terras que descobriram, e a Espanha assim as denominou durante toda a época colonial. Denominação que se originou de um equívoco geográfico. Até àquele momento, os europeus sabiam da existência de apenas três continentes: o seu, a África e a Ásia. Com a África tinham mantido relações seguramente intensas, de vizinhança, de guerra e de intercâmbio. Da Ásia importavam porcelana, seda, jóias, substâncias vegetais aromáticas, pérolas, pedras preciosas, ouro, prata, especiarias e outros produtos. Quando, com a conquista de Constantinopla no ano de 1453 pelos turcos otomanos, foi fechada a rota tradicional que unia a Europa à Ásia Menor, e estes estenderam seu domínio por imensos territórios imperiais, os espanhóis e os portugueses viram-se forçados a buscar uma nova rota que os conduzisse aos portos do Oriente a fim de canalizar por ela seu comércio. Naquelas circunstâncias ocorreu a Colombo a idéia de ir para o Oriente pelo Ocidente, devido a sua suspeita de que a Terra era redonda; após dois meses de longa e fatigante navegação, chegou, a 12 de outubro de 1492, a uma ilha que os nativos denominavam *Guanahani,* e que

ele batizou com o nome de *São Salvador*, e depois chegou a outras que supôs serem a parte ocidental da Índia. Por isso, chamou de *Índias* a essas terras. Somente vinte anos depois, com a descoberta do Oceano Pacífico, por Balboa, e com a navegação de Magalhães e de El Cano por suas águas, deram-se conta os europeus de que tinham descoberto um novo Continente – um *mundus novus* – do qual deu notícia um obscuro navegador florentino, chamado Américo Vespúcio, nas cartas que escreveu a seus patrões italianos. Nelas, afirmou que essas terras não eram as da Ásia, e sim, outras bem diferentes. Eram umas terras de dimensões tão gigantescas, de vales e montanhas colossais, de rios tão caudalosos e de solos tão luxuriosamente férteis, que as noções européias de espaço e de distância nelas resultavam completamente inadequadas.

O nome *América* apareceu pela primeira vez em 1505, num pequeno livro intitulado *Cosmographie Introductio*, que atribuía, equivocadamente, o descobrimento dessas terras ao navegador italiano Américo Vespúcio. Muita controvérsia suscitou, posteriormente, tal denominação. Não poucos julgaram inadmissível que um aventureiro emprestasse seu nome obscuro de corsário às imensas terras descobertas por Colombo, numa das mais arriscadas e impressionantes façanhas da história. O lógico teria sido denominá-las *Colona, Colômbia* ou *Columba,* como sugeriram alguns, em homenagem ao denodado navegador.

Segundo dizem os escritores Arturo Ardao, em sua obra *Génesis de la idea y el nombre de América* (1980), e Ignacio Hernando de Larramendi, em sua *Utopía de la Nueva América,* foi o colombiano José María Torres Caicedo quem empregou, pela primeira vez, já bem adiantado o século XIX, a expressão América Latina para se referir ao conjunto de países colonizados pela Espanha, Portugal e França nesta parte do Planeta.

Essa novíssima denominação foi aceita imediatamente pelo Vaticano, que, em 1862, mudou o nome do *Colégio Americano do Sul* para o de *Instituto Eclesiástico da América Latina.* Mais tarde, a França e a Inglaterra adotaram também esse nome, com certo sabor de hostilidade para com a Espanha.

O nome se generalizou

Todavia, sempre me tenho indagado: por que esse nome? Por que se escolheu o vocábulo "latino", e não outro, mesmo admitindo o afã colonialista

da França daquele tempo? O que levou, então, a se denominar assim este novo mundo?

Provavelmente foram as línguas dos colonizadores, todas elas derivadas do latim, que foi o dialeto da cidade de Roma, que se espalhou pelo Lácio, e, mais tarde, pelas colônias do Império Romano, na Península Ibérica e nas Gálias. Existiu o *latim culto*, ou *sábio*, que se expressou através das obras da admirável literatura romana e em peças da incomparável eloqüência de seus oradores, e o *latim vulgar*, falado pelo povo, do qual procederam as línguas modernas, denominadas *românicas*, que são o espanhol, o francês, o português, o italiano, o romeno, o sardo, o provençal, o rético, o dálmata e outras.

Os latinos foram os habitantes do Lácio, cuja capital foi Roma. Sua língua foi o latim. Eles dominaram, durante o Império Romano, os territórios do que depois viria a ser a França, a Espanha e Portugal, países que haveriam de conquistar mais da metade da América, e que, com seu caldeamento de sangue e de cultura, produziram as nações denominadas latino-americanas.

Essas nações se diferenciam cultural e idiomaticamente entre si: as ibero-americanas foram conquistadas pela Espanha e por Portugal, e falam castelhano e português; as outras, pela França, e falam francês, juntamente com as línguas vernáculas dos povos nativos.

América Latina não é uma denominação muito precisa nem feliz. O que assim se denomina é um Continente heterogêneo. Há nele países continentais e insulares, grandes e pequenos, com regimes políticos distintos, dentro e fora da democracia, sistemas econômicos diferentes, estruturas étnicas diversas e graus desiguais de desenvolvimento econômico e social. Não há, portanto, uma homogeneidade latino-americana.

O Equador

Sua geografia

Situado no Noroeste da América do Sul, o Equador é um país de 256.370 km quadrados de extensão. Atravessado pela linha equinocial, seu território pertence aos dois hemisférios. Faz fronteira ao Norte com a Colômbia; ao Sul e a Leste, com o Peru; e a Oeste com o Oceano Pacífico.

A cordilheira dos Andes, que com suas duas ramificações paralelas – a ocidental e a oriental – atravessa de Norte a Sul o País, divide-o

geograficamente em três regiões continentais bem diferenciadas: a costa, o planalto andino e a amazônia, dentro das quais existe uma multiplicidade de climas e microclimas e uma grande quantidade de ecossistemas. Complementa seu patrimônio territorial a região insular, composta principalmente pelo arquipélago das ilhas Galápagos, situado a mil km de distância do continente.

A região costeira é formada por planícies férteis, com densa vegetação, bacias sedimentares e colinas de pouca altitude, pelas quais correm os rios que descem dos Andes e desembocam no Oceano Pacífico. A mais importante das redes fluviais é a bacia do rio Guayas, com aproximadamente doze afluentes. A região possui 640 km de costa, com amplas e formosas praias e atrações balneárias. Recebe a influência dos fenômenos oceânicos: a corrente quente e úmida do *El Nino*, procedente do Norte, e a corrente fria e seca de *Humboldt*, que vem do Sul. Nela encontram-se as províncias de Esmeraldas, Manabí, Guayas, Santa Elena, Los Ríos e El Oro.

Na região interandina, circundada pelas duas ramificações dos Andes – a cordilheira oriental e a ocidental –, formaram-se numerosos vales e desfiladeiros de grande beleza e fertilidade, situados entre mil e oitocentos e três mil metros de altitude. Nas cordilheiras encontram-se os altos vulcões de neves eternas: o Chimborazo, com 6.310 metros acima do nível do mar, o Cotopaxi, com 5.897, o Cayambe, com 5.790, o Antisana, com 5.758, o Altar, com 5.320, o Illiniza, com 5.248, o Tunguragua, com 5.023 e o Cotacachi, com 4.944. Eles dão origem a numerosos rios de leitos profundos, cascatas e cachoeiras. Nessa região serrana encontram-se as províncias de Carchi Imbabura, Pichincha, Santo Domingo de los Tsáchilas, Cotopaxi, Bolívar, Tungurahua, Chimborazo, Cañar, Azuay e Loja.

Para o oriente se estende a espessa selva amazônica, que é parte da maior floresta tropical e úmida do Planeta e do maior sistema hidrográfico, e detentora da quinta parte da reserva de água doce da Terra. Sua biodiversidade é tão rica e heterogênea que numa milha quadrada de selva há mais espécies animais e vegetais do que nos territórios dos Estados Unidos e do Canadá juntos. Pertencem à região amazônica as províncias de Sucumbíos Napo, Pastaza, Orellana, Morona Santiago e Zamora Chinchipe.

Cada uma das regiões possui suas próprias e diferentes culturas. Na região costeira produzem-se, principalmente, cacau, arroz, milho, frutas tropicais, camarões cultivados em piscinas, frutos do mar, gado de corte. No planalto, principalmente: trigo, cevada, milho, flores, leguminosas, hortaliças

e uma variedade de frutas de clima temperado. Na região amazônica encontram-se as mais importantes jazidas de petróleo e de gás natural.

A quarta região – a insular – é composta principalmente pelo arquipélago das Galápagos, situado no Oceano Pacífico, a 1.000 km de distância da costa continental equatoriana, sobre a linha do Equador. É um conjunto integrado de ilhas de origem vulcânica que emergiram à superfície do mar há aproximadamente quatro milhões de anos.

O arquipélago possui 8.000 km quadrados de superfície, repartidos entre três ilhas e dezessete ilhotas.

Descobertas pelo arcebispo do Panamá, Tomás de Berlanga, em 1535, a bordo de um navio que as correntes marítimas desviaram de sua rota, apareceram pela primeira vez na carta de navegação traçada por Abraham Orteluis, em 1570, e o imperador Carlos V da Espanha enviou às ilhas a primeira missão científica, dirigida pelo capitão siciliano Alexandre Malaspina.

O governo equatoriano tomou posse delas em 12 de fevereiro de 1832, e as denominou *Archipélago del Ecuador*. Em 1979, a UNESCO incorporou-as à lista de bens do *Patrimônio Natural da Humanidade*.

As fascinantes ilhas Galápagos, onde o tempo parece ter parado, foram laboratório natural principal onde o sábio inglês Charles Darwin pesquisou os fundamentos de sua teoria da evolução, que expôs em sua oba *A Origem das Espécies*, publicada em 1859, cujos 1.250 exemplares da primeira edição foram vendidos no próprio dia de seu lançamento.

Desde aquele momento, as ilhas despertam o interesse da comunidade científica mundial.

O isolamento do Continente e outros fatores ocasionaram um endemismo extraordinariamente alto, que se não pode comparar com o de nenhum outro lugar do Planeta. A terça parte da vegetação terrestre, 90% dos répteis, 80% dos mamíferos e 20% dos peixes são endêmicos.

Com o objetivo de proteger os ecossistemas, a biodiversidade e a beleza incomparável da paisagem insular, meu governo aprovou e pôs em prática, em 1992, um plano integral para a gestão dos recursos naturais marítimos e turísticos das ilhas Galápagos.

Sua história

Onde é hoje o Equador, habitaram, na antigüidade, aproximadamente 11 mil anos atrás, hordas, clãs e tribos indígenas com diferentes graus de

desenvolvimento. Os mais importantes foram Quitus, Shyris, Puruhaes, Cañaris, Mochas, Paltas, Zarsas, Huacas, Tuzas, Tulcanes, Quillasingas, Quinches, Chillos, Ambatos, Tiquizambis, Chimbos, e Caras.

Foram os Shyris que estabeleceram o Reino de Quito sobre esses territórios das primitivas sociedades aborígenes.

Diz o historiador equatoriano, arcebispo Federico González Suárez, em sua "Historia General de la República del Ecuador", publicada em vários volumes, no ano de 1890, que, visto que os povos que habitaram antigamente o Equador "não conheciam a escrita, e conservavam a memória do passado por meio de tradições orais, sujeitas a mudanças e alterações (...), não uma história propriamente dita, mas um quadro traçado a largas pinceladas é a única coisa que das nações indígenas que povoaram essas províncias, à época da chegada dos espanhóis, pode apresentar o historiador". Todavia, ele distingue dois períodos na pré-história dos grupos indígenas que habitaram e guerrearam nessas terras: "o que precedeu o domínio dos Incas, e o que transcorreu desde que os filhos do Sol subjugaram as diversas nações que existiam nesta parte do Continente americano e as submeteram ao império de Cuzco". O primeiro período foi o do Reino de Quito, estabelecido pelos *Shyris,* depois de haverem dominado os *Quitus* e outras tribos; e o segundo, o do domínio incaico, que durou perto de meio século e que terminou com a chegada de Francisco Pizarro às costas equatorianas.

A conquista do Reino de Quito pelos Incas teve início na segunda metade do século XV, pelo monarca Túpac Yupanqui, e continuou com seu filho, Huayna Cápac, que estabeleceu o gigantesco império – a que denominou *Tahuantinsuyo* – e que se estendeu das planícies de Pasto, no Norte, até à fronteira dos Araucanos, no Sul; e desde o Oceano Pacífico, no Leste, até os Andes orientais. O império inca se estendia da atual Colômbia até o Chile. As duas cidades mais importantes do império eram Cuzco e Quito.

O *Tahuantinsuyo* viu-se perturbado pela guerra civil entre os dois herdeiros de Huayna Cápac: Huáscar y Atahualpa. Ao primeiro, deixou seu pai a parte sul do império, e ao segundo, a parte norte. Isso foi o que determinou seu testamento. Logo, porém, em sua ânsia de domínio sobre o *Tahuantinsuyo*, os filhos viram-se envolvidos numa cruenta guerra civil dinástica. Huáscar marchou sobre Quito com seu exército aguerrido. Atahualpa foi-lhe ao encontro, e depois de diversos e demorados combates, o venceu. Huáscar foi executado. Nisso, porém, chegaram os barbudos. Capturaram e

mataram Atahualpa. E foi esse o fim do império inca e o começo da conquista e colonização desta parte da América.

El Rei Felipe II da Espanha, mediante despacho real de 29 de agosto de 1563, criou a Real Audiência de Quito nas possessões territoriais do que é hoje o Equador. As audiências eram unidades político-administrativas constituídas sobre circunscrições territoriais bem delimitadas, com autoridades religiosas, políticas e judiciárias. A maior autoridade política era o Presidente da Audiência, o qual representava o monarca espanhol; os ouvidores eram a autoridade judiciária.

A cidade de Quito, localizada nas faldas do vulcão Pichincha, a 2.800 metros de altitude em relação ao nível do mar, foi fundada pelos espanhóis no ano de 1534, no mesmo lugar onde os Shyris tinham estabelecido sua monarquia. Dessa cidade partiu a expedição de 4.000 índios e 220 espanhóis, organizada por Francisco de Orellana, que, depois de uma penosa travessia de doze meses, e mais de 4 000 km percorridos, descobriu o rio Amazonas, no dia 12 de fevereiro de 1542, e navegou por ele até sua foz, no Oceano Atlântico, realizando, em meio a indizíveis sofrimentos e sacrifícios humanos, uma das mais notáveis odisséias da história.

Quando as colônias espanholas alcançaram sua emancipação da Espanha, adotaram como critério para delimitar seus respectivos territórios o *uti possidetis*, o qual, em suas origens, foi uma fórmula jurídica própria do Direito Romano, que se invocou antigamente nas ações de posse – *interdicto* – para reclamar, em juízo sumário, a posse atual de alguma coisa por parte de quem a possuía sem violência, clandestinidade ou precariedade, por determinado tempo. Depois, esse princípio jurídico foi adotado pelo Direito Internacional para resolver alguns dos problemas de delimitação de fronteiras entre os Estados.

A fórmula que as ex-colônias espanholas empregaram para fins territoriais foi a do *"uti possidetis, ita possedeatis*", que significava "*da forma como possuís, continuareis possuindo"*. Ela serviu para determinar os limites dos Estados que tinham chegado à vida independente após a etapa colonial e que assumiram seus territórios em função das divisões político-administrativas estabelecidas anteriormente pela metrópole colonizadora. O princípio do *"Uti possidetis"* foi levado do Direito Civil para o Direito Internacional, pela primeira vez, na *paz de Breda*, celebrada entre a Inglaterra e a Holanda, em 1748. Desde então, tem sido empregado para determinar a situação territorial entre os Estados depois de uma guerra ou ao término de uma situação colonial.

No Direito Territorial hispano-americano, o princípio do *uti possidetis juris* alcançou muita força no século XIX para definir os direitos territoriais das antigas colônias espanholas no momento de sua independência, segundo os títulos expedidos pelo rei da Espanha. De acordo com esse princípio, os novos Estados se formaram em base aos territórios atribuídos pela autoridade metropolitana às respectivas circunscrições coloniais até 1810, que foi considerado o ano emblemático da independência hispano-americana.

A partir do triunfo definitivo das forças *independentistas* sobre o exército espanhol, em 1822, o que hoje é o Equador fez parte do Estado da Gran Colômbia, que se constituiu nesse ano sob a inspiração e o comando político do Libertador, Simon Bolívar. A Gran Colômbia era integrada por três distritos: Venezuela, Cundinamarca e Quito, cujas capitais eram as cidades de Caracas, Bogotá e Quito, respectivamente. Teve ela, porém, uma existência efêmera, pois as forças centrífugas foram mais fortes do que as centrípetas. A Venezuela se separou em 6 de maio de 1830, e convocou imediatamente uma Assembléia Constituinte que deu origem ao novo Estado. Simultaneamente, uma "Assembléia de Notáveis" – aqueles eram tempos de notáveis – reunida em Quito, em 13 de maio de 1830, se pronunciou pelo desmembramento do distrito do Sul da Gran Colômbia, e a 14 de agosto do mesmo ano instalou-se, na cidade de Riobamba, ao sul de Quito, a Assembléia Constituinte que redigiu a primeira Constituição para o novo Estado, a qual, como todas as constituições latino-americanas de seu tempo, foi inspirada na Constituição norte-americana, de 1787.

A Gran Colômbia se dissolveu devido às pressões separatistas dos líderes locais, e assim se desvaneceu o projeto de Bolívar, de formar, através da integração, um Estado grande e poderoso, que pudesse influenciar os destinos da América do Sul.

Esse foi o inicio da vida independente do Equador.

Sua capital, a cidade de Quito, possui o centro histórico com a arquitetura colonial mais importante e mais bem conservada da América Espanhola, com suas ruas estreitas e altas, a praça maior, seus conventos monumentais e suas igrejas barrocas, erguidas nos séculos XVI e XVII.

A UNESCO a declarou *patrimônio cultural da humanidade*. Seu centro emblemático é a praça maior – construída segundo os cânones andaluzes tradicionais e as instruções que vinham da metrópole –, em torno da qual se levantaram o palácio do governo, a casa consistorial, a catedral, o palácio arquiepiscopal e as mansões principais. Nos dias da colônia desfilaram

por ela o frade, a beata, o *juerguista*, o vendedor de água, o vendedor de calçados, o ginete, o sereno das madrugadas, todos mais tarde estampados nas páginas da novela latino-americana – *Manuela,* de Eugenio Díaz Castro, *Maria,* de Jorge Isaacs, *El Chulla Romero y Flores,* de Jorge Icaza, e muitas outras –, que pintaram os protagonistas da praça colonial hispano-americana. Nos tempos da colônia, e, depois, nos primeiros anos da república, a praça maior – que a partir da emancipação passou a chamar-se *Praça da Independência* – era o lugar de encontro das pessoas, o foro público e a fonte principal de informação da vida comunitária. Na "hora do passeio" para lá acorriam os senhores elegantes da classe dominante para discutir política, conspirar contra o governo e intercambiar boatos. Nos dias festivos realizavam-se ali as procissões religiosas e os desfiles militares.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII formou-se a "escola quitenha" de pintura, escultura e desenho, que deixou testemunhos maravilhosos nas artes plásticas, que são exibidos principalmente nos museus e nas velhas igrejas e conventos de Quito, nos quais o esplendor do barroco quitenho, estampado em suas paredes e tetos, alcançou alturas inigualáveis.

O barroco quitenho é uma arte mestiça, forjada pela fusão de culturas, primordialmente religiosa. É uma mescla do espanhol, do italiano, do flamengo, do bizantino, do mourisco e do quitenho. Metade imitação, metade originalidade, a escola quitenha reúne os elementos decorativos europeus com os americanos, ornamentação pomposa e sobrecarregada, estampada sobre tecido, madeira, pedra ou muro. Muitos pintores, imaginários e talhadores indígenas e mestiços muito talentosos – como Pedro Bedón, Alfonso Chacha, Francisco e Jerónimo Vilcacho, Cristóbal Naupa, Sebastián Gualoto, Diego de Robles, Bernardo Legarda, Manuel Chili (mais conhecido como *Caspicara),* Miguel de Santiago, Nicolás de Goríbar, Bernardo Rodríguez, Hernando de la Cruz, Manuel Samaniego – deixaram peças de mui rica ornamentação e policromia, pintadas ou talhadas.

A *escola quitenha*, muitas de cujas obras são de autores anônimos, gozou de prestígio na América Latina, e a seu respeito muito se tem escrito no âmbito da pintura e da escultura.

Sua composição étnica e demográfica

No Equador vivem treze milhões de habitantes, segundo as projeções do censo da população realizado em 2001; deles, 55% são da área rural e

45% da urbana. Sua densidade populacional é, portanto, de 50 habitantes por km quadrado.

É um país essencialmente mestiço. Sua população é composta de caboclos e mulatos perfazendo 82%; índios, 8%; brancos (ou predominantemente brancos), 7%; e negros, 2%.

Como ocorre com a imensa maioria dos Estados, o Equador é plurinacional.

No mundo existe perto de duas mil nações inseridas em cerca de duzentos Estados, de modo que a grande maioria destes possui caráter plurinacional. Pois bem, no território equatoriano convivem várias pequenas nações indígenas, das quais as mais importantes são: a *quichua,* a *huaorani,* a *achuar,* a *shuar,* a *cofán,* a *siona*, a *secoya,* a *shiwiar,* a *zápara,* a *epera,* a *awa,* a *chachi* e la *tsáchila.* A maioria habita em paragens distantes da região amazônica e vive apegada a suas velhas e primitivas religiões e costumes.

A mestiçagem – diz o filósofo da história equatoriana Gabriel Cevallos García – é a grande realidade histórica do Equador, e, em geral, dos povos dos Andes. "A mescla de tipos humanos de diversas procedências começou – diz Cevallos García – milhares de anos antes que os espanhóis viessem dar às costas americanas e iniciassem um novo gênero de miscigenação". Como conseqüência, nosso tipo humano, nossa cultura e a fisionomia histórica são o resultado das ondas migratórias que vieram a essas terras milhares de anos antes de os exércitos incas vencerem e subjugarem os quitenhos, e de por elas excursionarem os homens das caravelas.

A palavra "cholo" é um americanismo que o historiador peruano Carlos Daniel Valcárcel diz provir do quícha. Por sua vez, o inca Garcilaso de la Veja (1539-1616), bom conhecedor dessas coisas, afirmou que *cholo* é uma palavra procedente das ilhas de Barlavento, quer dizer "cão", e foi aplicada por vitupério aos filhos de mulatos.

A palavra possui diversos significados. Em alguns países ibero-americanos, como o Chile e a Costa Rica, possui, além disso, a acepção de "covarde", provavelmente como resquício da guerra do Pacífico.

Em alguns países é termo pejorativo, e em outros, não. Pode até ser tratamento carinhoso, em sua forma diminutiva: "cholito", ou "cholita". Nos países andinos – Equador, Peru e Bolívia –, onde o mestiço de índio e branco possui características étnicas com traços indígenas visíveis, costuma-se dizer "cholear" para discriminar negativamente alguém, isto é, "tratá-lo como a um cholo". No Peru, entretanto, a palavra não possui essas conotações

pejorativas. *Cholo* é o mestiço que abre caminho na vida social e se supera. Houve, recentemente, um presidente de evidente sangue mestiço que a si próprio se denominava, com certo sabor de orgulho, o "cholo Toledo".

No geral, nos países andinos o termo tem, para os de cima, certa conotação pejorativa. O branco "puro sangue" com freqüência pensa que *cholo* é um homem complicado, e que, mescla de ressentimento social e de rebeldia, tem temperamento violento, introvertido e contraditório. O *cholo*, por sua parte, menospreza o índio, embora saiba que por suas veias corre sangue índio, e não gosta do branco, que considera discriminador e abusivo. Recordemos o "torto Rodríguez" da novela *"*Huasipungo*"*, de Jorge Icaza, ou o "cholo Cisneros", de *"*Todas las sangres*"*, de José María Arguedas. O *cholo* tem a percepção de que o sistema social no seio do qual vive – sistema injusto e de pouca mobilidade – lhe nega toda possibilidade de progresso, e que, haja o que houver, sua vida não mudará. O sistema é demasiadamente inflexível. Isso deu origem a uma forte e justificada desconformidade em seu espírito.

Poderia estar aí uma explicação da instabilidade política e social dos países andinos.

Partindo da ótica do índio, o *cholo* é um ser em que não se pode confiar, porque tende a se desprender de suas raízes e a se assemelhar ao branco para servir, no final das contas, a seus interesses. O boliviano Fausto Reinaga – fundador, em 1962, do *Partido Indio Boliviano*, e em 1977, da *Comunidad India Mundial* – prega, por essa razão, uma "indianidade" radical, onde não há espaço para o *cholo* nem para o branco. Ele acha que a "revolução indígena" acontecerá quando a sociedade inca, maia, azteca e pele vermelha despertar e se puser a marchar em em busca do "poder do índígena". Reinaga ataca impiedosamente o mestiço, a quem acusa de racismo "em relação ao índio". Considera que o mestiço – o *cholo* –, seja ele frade, historiador, antropólogo ou político, é sempre um títere da europeização das comunidades indígenas da América.

O movimento reivindicador dos valores da miscigenação, que teve início com a Revolução Mexicana, repercutiu no Peru, com José Carlos Mariátegui, e no Equador, com Jorge Icaza. Naqueles anos, nos países mestiços dos Andes, se desenrolava uma batalha campal entre os "hispanistas", que cantavam as glórias da Espanha, e os "indigenistas", que exaltavam o império inca. A literatura se encarregava de dramatizar a dicotomia entre o patrão branco, desumano e feroz, e o índio, subjugado.

Um falava espanhol, o outro, quíchua. As novelas *"El Tungsteno"* (1931), de César Vallejo, e *"Huasipungo",* de Jorge Icaza, foram, no Peru e no Equador, uma maravilhosa expressão desse mundo maniqueísta. O mestiço era, até aquele momento, o grande ausente da realidade social e da narrativa dos países andinos. Na realidade, nas primeiras décadas do século passado, as fotografias e desenhos daquele tempo só mostravam crioulos com cartola e índios de poncho. O mestiço, entretanto, não faz sua entrada no cenário social. O próprio indigenismo marxista, ao mesmo tempo em que atribuía ao índio o papel redentor que Marx confiou ao proletariado, esqueceu-se do mestiço. Em meio a esses fogos, insurgiu-se o mestiço, como elemento fundamental da realidade social andina e mesoamericana, e como protagonista da literatura de denúncia. Em suas veias corre sangue índio e sangue branco. O historiador peruano Carlos Daniel Valcárcel afirma que o mestiço "padece da tragédia dupla de duas almas irreconciliáveis e de dupla rejeição, dos de cima e dos de baixo". Entretanto, o *cholo* luta e se esforça denodadamente para abrir caminho para si na vida social, para se superar culturalmente, para impor sua visão original da vida e defender seus direitos. No fim das contas, a grande verdade do descobrimento da América é a miscigenação. Rica de potencialidades e de originalidade.

Sua biodiversidade

Do ponto de vista taxonômico, há no Planeta alguns lugares mais ricos do que outros em variedades de espécies. Em 1997, após haver realizado trabalhos de campo em mais de vinte países tropicais, Russell Mittermeier – à época presidente da entidade ambientalista Conservação Internacional – identificou em seu livro "Megadiversity" 17 países em que se concentra a maior biodiversidade do Planeta. Quase todos eles são condôminos da floresta amazônica. São países que possuem uma impressionante megadiversidade em plantas, aves, mamíferos, anfíbios e nos ecossistemas fluviais e marinhos.

Mede-se a biodiversidade de um ecossistema pela heterogeneidade das espécies, isto é, tanto pelo número das que habitam numa área quanto por sua abundância relativa.

No Equador há 324 espécies de mamíferos, 1.559 de aves, 710 de peixes, 409 de répteis e 402 de anfíbios. Significa isso que num pequeno país de 256.370 km quadrados existem mais espécies de aves do que em

todo o território dos Estados Unidos, mais espécies de peixes do que nos mares da América do Norte ou da Europa, e mais espécies de anfíbios do que em todo o território europeu. Isso sem incluir os artrópodes (insetos, anfíbios, crustáceos). E existem 20.000 espécies de plantas vasculares. O que significa que com apenas 0.1% da superfície terrestre, possui mais de 11% de todas as espécies de vertebrados (mamíferos, aves, anfíbios e répteis) do Planeta. Sua opulenta *megadiversidade* e riqueza de paisagens, de beleza e de ecossistemas, deve-se a que o Equador, situado em pleno Trópico de Câncer da América do Sul, é atravessado pela cordilheira dos Andes, que divide seu território continental em três grandes regiões, dentro das quais ocorre uma infinidade de climas e microclimas e uma grande quantidade de ecossistemas.

Sua estrutura jurídico-política

O Equador é um Estado unitário que se divide, política e administrativamente, em 24 províncias, e cada uma das quais compreende vários cantões. A descentralização administrativa, ou por serviços, não afeta a condição unitária do Estado.

Suas cidades mais populosas são: Guayaquil, Quito (que é a capital), Cuenca, Ambato e Santo Domingo.

O governo central é republicano presidencial, dividido em três grandes poderes: o *legislativo*, exercido pelo Congresso Nacional, de estrutura unicameral, composto por legisladores eleitos por suas respectivas províncias de modo proporcional a sua população; o *executivo*, exercido pelo Presidente da República, seus ministros de Estado e os demais funcionários da administração; e o *judiciário*, exercido pela Corte Suprema de Justiça, pelos tribunais provinciais e pelas judicaturas.

Assume a função de controle da constitucionalidade das leis o Tribunal Constitucional, que é um órgão independente, integrado por nove membros, nomeados pelo Congresso Nacional da seguinte forma: dois de uma lista tríplice enviada pelo Presidente da República; dois de uma lista tríplice enviada pela Corte Suprema de Justiça; dois escolhidos pelo Congresso Nacional dentre seus membros; um, de uma lista tríplice enviada pelos prefeitos provinciais e pelos alcaides municipais; um de lista tríplice enviada pelas organizações de trabalhadores, de índios e de camponeses; e um de lista tríplice enviada pelas câmaras da produção.

São funcionários de eleição universal, direta e secreta: o Presidente e o Vice-Presidente da República e os legisladores, para um período de quatro anos. É proibida a reeleição imediata do Presidente e do Vice-Presidente.

O Tribunal Supremo Eleitoral e os tribunais eleitorais provinciais, que gozam de autonomia administrativa e econômica, são os órgãos encarregados de organizar, dirigir e vigiar os processos eleitorais universais e diretos; de organizar, dirigir e vigiar os referendos que se convoquem nos casos constitucionalmente previstos; de realizar os escrutínios das eleições e consultas populares; de resolver os litígios e reclamações que possam surgir nesses processos; e de julgar os gastos eleitorais dos partidos.

O Tribunal Supremo Eleitoral é integrado por sete vogais eleitos pelo Congresso Nacional.

Está prevista a revogação popular do mandato dos deputados, dos prefeitos provinciais e dos alcaides municipais por iniciativa de pelo menos 30 por cento dos eleitores na respectiva circunscrição territorial.

A Constituição garante o funcionamento dos partidos políticos, cujo nascimento e operação são regidos pela lei. Para seu reconhecimento legal, o partido deverá adotar princípios doutrinários que o individualizem, possuir um programa de ação, contar com uma organização em âmbito nacional e reunir o número mínimo de afiliados exigido por lei. Um partido desaparecerá de pleno direito se em duas eleições pluripessoais sucessivas não obtiver ao menos 5% dos votos válidos. A Lei dos Partidos Políticos, com a finalidade de garantir a independência econômica dessas organizações políticas em relação aos grupos de pressão, estabelece, em seu benefício, um financiamento estatal, proporcional aos votos obtidos, e lhes reconhece certas isenções tributárias; contudo, limita seus gastos eleitorais e os proíbe de receber contribuições econômicas de Estados ou de empresas estrangeiras e de pessoas ou instituições que possuam contratos com o Estado.

Os magistrados da Corte Suprema são nomeados pelo Congresso em forma vitalícia, porém podem ser removidos de suas funções pelas autoridades nomeadoras de acordo com as causas indicadas na Constituição e nas leis.

Cada uma das províncias é dirigida por um governador nomeado pelo Presidente, por um Conselho Provincial constituído pelo Prefeito Provincial, que é a autoridade executiva, e por um órgão colegiado formado por um número variável de conselheiros provinciais, eleitos pelos cidadãos de sua circunscrição territorial em proporção a sua população.

Um dos direitos políticos é o de voto, para cujo exercício requer-se: ser cidadão equatoriano nato ou naturalizado, ter completado 18 anos de idade e estar no gozo dos direitos políticos. Os membros das Forças Armadas e a Polícia Nacional não podem eleger nem ser eleitos. Esses direitos são suspensos no caso de condenação judicial à prisão ou a reclusão pelo prazo de duração da condenação.

O Equador é membro fundador da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1945, e faz parte também da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Grupo do Rio, do Tratado Amazônico, da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), da Comunidade Andina de Nações (CAN), da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e de outras organizações internacionais.

O Equador faz parte do processo de integração econômica andina, fundado em 26 de março de 1969, com o nome de Acordo de Cartagena – ou Pacto Andino – pela Colômbia, o Equador, o Peru, a Bolívia e o Chile, ao qual aderiu a Venezuela, em 1973, e do qual se retirou o Chile sob a ditadura de Pinochet, em 1976, e a Venezuela em 2006.

Podem-se determinar três etapas no desenvolvimento da integração andina: a primeira, muito dinâmica, que se estendeu até 1975, quando foram criados os órgãos metanacionais para a condução do processo, se estabeleceram programas de redução dos direitos alfandegários, adotou-se um regime comum de tratamento da inversão estrangeira e para marcas e patentes, e se implantaram programas setoriais de desenvolvimento industrial; depois veio uma etapa estacionária, na qual o processo perdeu dinamismo devido às dificuldades financeiras dos países integrantes, os quais baixaram o nível de seu comércio recíproco e de cumprimento dos compromissos assumidos; e a terceira etapa, de recuperação e reativação do Pacto Andino, que teve início em 1989, graças à decisão tomada em Caracas pelos presidentes Virgilio Barco, Rodrigo Borja, Alan Garcia e Carlos Andrés Pérez, de acompanharem diretamente o andamento do processo de integração, e de se reunirem duas vezes por ano no Conselho Presidencial Andino – que foi a nova e superior instância política que eles criaram – para passar em revista as ações executadas no semestre. Isso emprestou um grande dinamismo ao processo e multiplicou o comércio sub-regional. Segundo informações da JUNAC, no período compreendido entre 1990 e 1995 o grupo andino incrementou seu comércio intra-sub-regional a um ritmo de 27% ao ano, embora não tenha sido um crescimento simétrico, visto que o Equador

aumentou suas vendas de US$ 188,5 milhões para US$ 364; a Bolívia, de US$ 59,9 para US$ 199; o Peru, de US$ 214 para US$ 412, enquanto que a Colômbia as aumentou de US$ 327,7 para US$ 1.805, e a Venezuela, de US$ 293 para US$ 1.847 milhões. O que demonstra que, de muito, esses países foram os beneficiários principais da integração, visto que quintuplicaram e quadruplicaram, respectivamente, suas colocações no mercado andino.

Apesar de todos seus tropeços e limitações, o processo andino de integração é, do ponto de vista técnico e institucional, o ganho maior dos que se puseram em marcha na América Latina, até apresente data, e o único que dispõe de uma instância judicial comunitária – o Tribunal Andino de Justiça – para solucionar as controvérsias entre os países membros, por ocasião, ou em conseqüência dos acordos de integração.

Em abril de 1996, os presidentes dos países andinos, reunidos na cidade de Trujillo, no Peru, tomaram duas resoluções de caráter formal: substituir a denominação de "Pacto Andino", como era conhecido desde seu nascimento esse sistema de integração, pela de "Comunidade Andina", obedecendo, provavelmente, à influência européia, e criar uma instância intermediária de condução do processo: o Conselho Andino de Ministros de Relações Exteriores.

Os governantes dos doze Estados sul-americanos, reunidos na cidade de Cuzco, em 8 de dezembro de 2004, projetaram criar a Comunidade Sul-Americana de Nações, com a finalidade de "desenvolver um espaço sul-americano integrado nos âmbitos político, social econômico, ambiental e de infra-estrutura". Decisão que foi ratificada nas cúpulas presidenciais de Brasília, em setembro de 2005 e de Cochabamba, em dezembro de 2006, ocasião em que os presidentes disseram que "a integração sul-americana não apenas é necessária para acabar com os grandes flagelos que afetam a região, como a pobreza, a exclusão e a desigualdade social persistentes, que se transformaram, nos últimos anos, numa preocupação central de todos os governos nacionais, mas é também um passo decisivo para alcançar um mundo multipolar, equilibrado, justo e assentado numa cultura de paz". Foi na ilha venezuelana de Margarida que esta iniciativa se concretizou, em 16 de abril de 2007. Os governantes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Paraguai, do Peru, do Suriname, do Uruguai e da Venezuela fundaram a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), com sede em Quito, e me propuseram presidir a Secretaria-Geral da nova entidade.

Aceitei a responsabilidade, face a minha velha vocação integracionista, que me levou, 28 anos atrás, a escrever um pequeno ensaio intitulado "a sindicalização dos países pobres", que continha um fervoroso arrazoado em defesa da união de nossos países e da formação de um "sindicato" internacional que pudesse fortalecer nossa posição no mundo exterior.

Imediatamente tornei conhecida dos presidentes minha opinião sobre o que deve ser a UNASUL. O ponto central de minhas sugestões foi a idéia de reunir na nova instituição, de âmbito regional, todas as entidades sub-regionais existentes, a fim de progredir da integração subcontinental – a cargo da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) – para a integração continental sul-americana, com base nas experiências, êxitos e frustrações dos sistemas sub-regionais. Esse me parecia o caminho para alcançar os objetivos de desenvolvimento dos países da América do Sul e possibilitar sua inserção internacional no mundo implacavelmente competitivo do pós-Guerra Fria. A idéia era fazer frente, com a força multiplicada da união, aos blocos de estados do mundo desenvolvido e à constelação de corporações transnacionais que se haviam consolidado com força inédita no pós-Guerra Fria.

Entretanto, a instrumentação do processo enfrentou escolhos pelo caminho. A comissão de funcionários de alto nível, designada pelos governos para formular o projeto de estatuto fundamental, optou por criar uma nova instituição integracionista paralela às que existiam. Com o que, em minha opinião, o projeto dos presidentes, concebido com tão clara visão do futuro, ficou enfraquecido.

Sua vida política

Panorama geral

Nas entranhas da sociedade política equatoriana cruzam-se e se entrecruzaram diferenças e contradições políticas, econômicas, sociais, culturais, religiosas, étnicas e regionais que conspiram contra sua coesão social. Daí nasce sua tormentosa história, em que têm-se alternado governos democráticos, ditaduras militares, golpes de Estado, mudanças de Constituição, instabilidade política, atraso econômico e injustiça social.

Em seus 178 anos de vida republicana, houve apenas uma revolução digna de tal nome: a *Revolução Alfarista*, do final do século XIX, de cunho

liberal-radical, que dividiu em duas a história do Equador. Todos os demais movimentos insurrecionistas não passaram de bem sucedidas tramas de quartéis na calada da noite, embora seus protagonistas tenham sempre falado de "revolução". Sua história acidentada tem enfrentado o flagelo de mudanças bruscas de governo. Sua debilidade institucional tem permitido isso. Foram ensaiadas 18 Constituições em seus 178 anos de historia republicana: 1830, 1835, 1843, 1845, 1851, 1852, 1861, 1869, 1878, 1884, 1897, 1906, 1929, 1945, 1946, 1967, 1978 e 1998. Todas elas foram elaboradas e promulgadas via assembléias constituintes, exceto a de 1978, que foi aprovada através de *referendum*. Essa *inflação* constitucional tem obedecido à idéia ingênua de que a mudança de Constituição assegura uma mudança de condutas públicas. Entretanto, tudo continuou, obviamente, como antes. As normas constitucionais deambularam nas alturas, sem ancorar na sociedade. Hoje mesmo está reunida a assembléia constituinte nº 19, que dará à luz, no final deste ano, um projeto de Constituição para ser submetido a *referendum*.

O certo é que na América Latina ocorreram muitos golpes de Estado e muito poucas revoluções. Provavelmente as únicas transformações que, por sua profundidade e irreversibilidade tiveram caráter revolucionário foram a A*lfarista*, de 1895, no Equador, a mexicana, de 1910, a boliviana, de 1952, a cubana, de 1959 e a *sandinista*, de 1979, na Nicarágua, embora esta carecesse, na verdade, da irreversibilidade própria da uma revolução. As demais rupturas da ordem constitucional, na torturada história latino-americana, não foram mais do que golpes de Estado que mudaram as pessoas do governo, mantendo, contudo, intocada, a ordem econômica e social estabelecida.

O processo revolucionário liberal – radical do final do século XIX, no Equador, liderado pelo general Eloy Alfaro – que ganhou seus galões de general nas batalhas da liberdade e à frente de um *exército popular* – levou mais de três décadas de luta de guerrilha – luta "*motonera*", se dizia naqueles tempos – para abater o *ancien régime* feudal do Equador, no qual a Igreja Católica era a maior latifundiária do País. Eram suas as melhores e mais extensas fazendas do planalto andino, e seus os índios que nelas trabalhavam. Os filhos dos índios também eram seus. Esses "senhores de missa e panelada", como os denominava o escritor equatoriano Juan Montalvo – um dos melhores prosadores da língua castelhana no século XIX –, administraram o país como se fosse um feudo. O governo revolucionário, porém, presidido por Alfaro, expediu, em 1908, a Lei de Beneficência, mediante a qual foram desapropriadas as terras da Igreja em favor do Estado, que com elas formou um fundo de assistência pública. A alta

hierarquia católica não tardou em protestar: "essa lei é um crime contra a Religião, um atentado contra a sã moral, um abuso de autoridade e uma violação dos direitos em que se alicerça a ordem social", disse. E concluiu: "deram atestado de cidadania ao comunismo".

A revolução *alfarista* realizou no Equador uma transformação institucional profunda. Substituiu uma classe social por outra no exercício do poder, separou a Igreja do Estado, secularizou o governo, consagrou a tolerância religiosa, proclamou a liberdade de culto, implantou o laicismo na educação pública, estabeleceu o casamento civil e o divórcio, aboliu o *concertaje* (contrato mediante o qual os índios se obrigavam, vitalícia e hereditariamente, a realizar trabalhos agrícolas em benefício do dono da fazenda, sem salário ou com um salário ínfimo), suprimiu a prisão por dívida e por obrigação de fazer, e eliminou a *obraje* (prestação de serviço imposta aos índios), o imposto de três por mil sobre as terras agrícolas, o pagamento de dízimos e primícias à Igreja e outros encargos feudais.

Não obstante ser uma revolução liberal, ditou as primeiras normas sobre jornada de trabalho, descanso obrigatório, previdência social, trabalho das mulheres e de menores, contratos individuais de trabalho, responsabilidade por acidentes de trabalho, proteção da maternidade, distribuição de terras agrícolas e expropriação dos fundos sem cultivo, e expediu outras normas de caráter social, que foram consagradas depois na Constituição de 1906, destinada a institucionalizar as conquistas revolucionárias.

Durante o século XX, a instabilidade política tem sido uma constante na história equatoriana. Rebeliões, golpes de Estado, ditaduras, abandono do poder, renúncia dos governantes têm determinado essa instabilidade política crônica. Houve apenas pequenos períodos de continuidade constitucional, quando alternaram governos eleitos: de 1948 a 1961 e de 1979 até o presente. Entretanto, nessa última etapa ocorreram três abandonos do poder: o de Bucaram, em fevereiro de 1997, o de Mahuad, em janeiro de 2000 e o de Gutiérrez, em abril de 2005, os quais, ao primeiro grito na Praça da Independência, fugiram pela porta dos fundos ou pelo teto do Palácio, sem a elementar elegância de um Mariano Ospina Pérez, que nos tormentosos momentos do "bogotaço" de 1948, em seguida ao assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, na Colômbia, quando a fúria popular, fora de qualquer controle, pedia sua cabeça, exclamou: "para a Colômbia vale mais um presidente morto do que um presidente fugitivo", ou a de um Salvador Allende, que preferiu ter os miolos expostos no palácio presidencial, a ver-se humilhado pelos sequazes de Pinochet.

Na última década e meia, o crescente divórcio entre a política e a moral produziu graves crises de governabilidade. A corrupção, no Equador e em outras partes, constitui um duro escolho para a governabilidade, porque ilegítima os governantes, lhes diminui a credibilidade e os despoja da credencial ética para mandar e ser obedecidos. O poder é sustentado por um sistema de crenças: governar é ser crível, ter crédito, despertar confiança.

A ausência desses fatores produziu uma etapa de insubordinações e convulsões sociais. As multidões saíram às ruas a gritar que fossem embora os governantes. O primeiro foi Bucarana, de quem o Congresso retirou o cargo por inabilidade total para governar, em cumprimento do Art. 76 da Consituição, qeu dizia: "*O Presidente da República abandonará definitivamente suas funções e deixará vacante o cargo (...) por incapacidade física ou mental declarada pelo Congresso Nacional*".

É óbvio que a "incapacidade mental" do Direito Constitucional não é a alienação mental ou a loucura dos psiquiatras. Para incorrer nela bastava o desgoverno dominante, a inaptidão para governar e a permanente ausência de seu escritório no Palácio Nacional "por medo dos fantasmas", segundo disse com toda seriedade.

Cinco meses bastaram para esgotar a paciência popular.

Casos paralelos foram, pouco tempo depois, os de Jamil Mahuad e Lucio Gutiérrez. O primeiro prejudicou milhões de equatorianos com o congelamento dos depósitos bancários, a macrodesvalorização do sucre, em cinco oportunidades, e a dolarização. O povo se enfureceu e revolveu as ruas. O outro demonstrou uma incapacidade clamorosa para governar, e, ante os protestos, deu ordens para que atirassem no povo.

Os dois fugiram do Palácio quando o povo irrompeu na Praça da Independência, e se asilaram em embaixadas: na do Chile um e na do Brasil, o outro. O efeito jurídico e político do asilo diplomático é o salvo-conduto e a saída do asilado para fora do país. Foram, então, chamados os respectivos vice-presidentes para que concluíssem os mandatos dos titulares.

A imprensa internacional não explicou bem esses acontecimentos.

Os partidos

A origem dos partidos equatorianos remonta aos dias da luta pela independência em relação à Espanha, no início do século XIX. Os próceres

quitenhos do 10 de agosto de 1809 já se dividiam em monárquicos e republicanos.

Mais tarde, no círculo político do libertador Simon Bolívar, voltaram a ocorrer discrepâncias entre quem almejava o estabelecimento de uma presidência vitalícia, e, inclusive, a restauração da monarquia, e os que, imbuídos das idéias dos enciclopedistas franceses, postulavam um governo republicano e a ampliação das liberdades.

O Partido Conservador, ou o que se pode considerar seu equivalente, foi fundado em 1883 sob o nome de Partido Católico Republicano, que mais tarde mudou sua denominação para a de "conservador", mas que continuava sendo o "partido dos católicos". A origem do Partido Liberal é menos clara. Sua formação se deu por etapas. Houve a idéia de "avanço", sustentada pelas mentes mais lúcidas daquele tempo, todas inspiradas no iluminismo francês do século XVIII. E no dia 24 de julho de 1890, reuniu-se em Quito a convenção que declarou constituído o novo partido político.

Entretanto, os dois partidos eram "partidos de notáveis", muito típicos de seu tempo, que não se preocupavam com aglutinar as massas, e sim com congregar pessoas de destaque social ou econômico. O "Partido Conservador" pertencia aos proprietários de terra e ao clero da Serra, e sua força estava localizada em Quito, ao passo que o "Partido Liberal" era integrado pelos representantes da incipiente burguesia comercial e bancária da Costa. Sua fortaleza era Guayaquil.

Esses foram os germens do bipartidarismo conservador-liberal, que, de uma forma ou de outra, esteve presente desde a primeira metade do século XIX. Seus dois caudilhos emblemáticos foram, respectivamente: Gabriel Garcia Moreno, o autoritário teocrata de meados do século, e o revolucionário liberal Eloy Alfaro, que em 1895 tomou o poder, após quase trinta anos de lutas de guerrilha.

Em 1926 foi fundado o "Partido Socialista Equatoriano", de tendência marxista-leninista, com uma pequena elite de intelectuais e artistas de primeira linha, mas que não afetou o bipartidarismo reinante.

No início dos anos 30, surgiu uma organização política *sui generis* denominada "Compactação Operária Nacional", integrada por operários, artesãos, pequenos comerciantes e camponeses, o qual se tinha formado para apoiar a candidatura presidencial de um distinto e culto fazendeiro serrano chamado Neftali Bonifaz. Ele venceu as eleições, mas foi desqualificado pelo Congresso Nacional porque sua nacionalidade equatoriana suscitava dúvidas,

visto que ele, em sua despreocupada juventude, segundo afirmou, tinha utilizado passaporte peruano. Nessa conjuntura, um jovem advogado chamado José Maria Velasco Ibarra, que se tornou notável orador, preencheu o vazio deixado por Bonifácio, e, saindo do Congresso, se projetou à visibilidade política. O movimento que o impulsionou levou o nome de "velasquismo", em homenagem a seu líder, e esteve integrado, como soe acontecer com os populismos caudilhistas, aos mais díspares componentes: desde os chamados "Cavaleiros da Imaculada", de profundas raízes clericais e conservadoras, até filocomunistas, todos articulados em torno da figura do doutor José Maria Velasco Ibarra, que ocupou a Presidência da República em cinco oportunidades, embora apenas em uma – 1952-1956 – tenha conseguido concluir seu mandato constitucional. Dos vinte anos que corresponderam a seus cinco mandatos presidenciais, só exerceu o poder durante onze, por causa das derrubadas do poder.

Nos anos 50, chegou a Guayaquil outra organização de feição populista: "Concentração de Forças Populares" (CFP), mescla das idéias mais contraditórias, liderada por um político carismático e audaz chamado Carlos Guevara Moreno, que apareceu por essas terras afirmando haver lutado nas fileiras republicanas durante a guerra civil espanhola, e ter sido "mordido pela cruel metralha fascista". Esse grupo – que trouxe ao País técnicas de mobilização de massas até então desconhecidas, e que usou, para sua coreografia política, hinos, marchas, bandeiras e tropas de choque no mais genuíno estilo *mussoliniano* – chegou a reunir, em determinado momento, uma importante força política, embora seu líder tenha fracassado em seu intento eleitoral de ascender ao poder.

Camilo Ponce, um destacado líder da Direita equatoriana, fundou, em 1951, o "Movimento Social-Cristão", que em seus inícios foi um pequeno círculo elitista de personagens altamente situados na escala social, que, porém, em 1956, com a ajuda do velasquismo, chegou ao poder.

No início de 1971, fundou um movimento de jovens, denominado "Esquerda Democrática", que logo se converteu num grande partido de massas, de orientação socialista democrática, com especial penetração nos bairros pobres das cidades e nos setores rurais. Em sua declaração de princípios, se autodefiniu como "um partido democrático e revolucionário que expressa e promove os anelos, idéias e aspirações dos trabalhadores intelectuais e manuais do Equador". Foi o primeiro partido a suscitar – faz quase quatro décadas – a questão econômica no debate político e a trazer

temas novos à consideração pública, como o ambientalismo, as relações entre o Estado e o mercado, o desenvolvimento humano e a questão internacional.

A Esquerda Democrática conquistou o poder sob minha direção, em 1988, após uma impressionante mobilização das massas.

No início dos anos 80, Abdala Bucaram, cunhado do presidente Jaime Roldós, que morreu num acidente de aviação, em maio de 1981, formou um grupo populista a que, como pretensa homenagem à memória do jovem presidente, chamou 'Partido Roldosista".

O Movimento fundado por Camilo Ponce se transformou depois no "Partido Social-cristão", que esteve em ponto de desaparecer, em seguida à morte de seu caudilho, mas que foi resgatado de sua ruína, em 1984, por um empresário e político saído da Câmara de Indústrias de Guayaquil, chamado Leon Febres-Cordero, que naquele ano venceu as eleições presidenciais e governou de 84 a 88.

Devido à falta de um regime jurídico que regulamentasse sua existência e sua operação, havia no Equador uma proliferação de partidos políticos. Eram, na verdade, minipartidos, carentes de qualquer representatividade, que não passavam de alguns senhores, suas máquinas de escrever e seus boletins de imprensa, formados ao calor do oportunismo político e dos devaneios ideológicos. É longa, porém pouco significativa a lista desses partidecos, que nas eleições não ousavam lançar candidatos próprios, mas que participavam de alianças com os partidos grandes para auferir vantagens burocráticas. A volatilidade eleitoral era lamentável. O troca-troca dos dirigentes, escandaloso. Na gíria política do Equador inclusive se cunhou a expressão "mudança de camiseta" para indicar o troca-troca político, por analogia com o que acontece no futebol profissional: o jogador de uma equipe é contratado pelo clube adversário para a nova temporada.

Em fevereiro de 1979, porém, a ditadura militar, nos últimos anos de seu exercício, depois de consulta prévia aos dirigentes políticos, promulgou a Lei dos Partidos Políticos, que dispunha: 1) que os partidos políticos gozam da proteção do Estado; 2) que apenas eles podem apresentar candidatos para uma eleição popular; 3) que para ser candidato e exercer um cargo eletivo requer-se estar filiado a um partido político; 4) que para que um partido possa ser reconhecido legalmente, e possa intervir na vida pública do Estado, deve: a) professar princípios doutrinários que o individualizem, b) possuir um programa de ação compatível com o sistema democrático, c) contar com o número de filiados que a lei exige, e d) estar organizado em âmbito nacional.

Na lei se dispôs, além disso, o financiamento público dos partidos, responsabilidade afeta ao Estado, levando em conta a proporção dos votos obtidos nas últimas eleições pluripessoais, para as quais as alianças estavam proibidas.

A lei tratou de introduzir um pouco de ordem no caótico mundo dos partidos, porém não conseguiu evitar que surgissem deformações do sistema e até abusos do mesmo. Alguns partidos tinham perdido, ou nunca tinham tido democracia interna, debate ideológico, mobilidade interior. Eram grupos caudilhistas ideológicos, com tendências ao populismo. Tudo isso os conduziu à paralisia dos quadros dirigentes, a sua burocratização e à conversão do partido num diafragma que sufocava os anelos dos comandos intermediários e dos militantes da base.

Isso levou os meios de comunicação a desenterrar o termo "partidocracia" – que apareceu na Europa, durante o último pós-guerra, para designar a presença decisória dos partidos na vida política e no processo da reconstrução democrática européia após a queda do fascismo – e a atribuir à palavra um sentido pejorativo, para desprestigiar todos os partidos, de cambulhada, e sem atenuantes nem diferenças, e gerar uma forte corrente de opinião contrária aos mesmos.

O atual presidente, Correa, marchando com sua infantaria sobre o bombardeio da imprensa, coroou a obra de destruição dos partidos, que ficaram reduzidos a sua expressão mais simples.

Não desconheço que algumas das críticas tiveram certa justificativa. Houve partidos que se limitaram à mobilidade interna e consolidaram cúpulas auto-eleitas e autoritárias, que exigiram dos governos "quotas de poder" para seus dirigentes o famoso *loteamento*, de que se falava nos porões da política italiana , ou que eliminaram a meritocracia nos sistemas de promoção de seus membros, que incorreram em atos de corrupção, ou que descambaram para o populismo . Isso é verdade. Entretanto, não invalida a tese de que os partidos políticos são elementos indispensáveis da democracia nas sociedades do mundo contemporâneo. Não há democracia sem partidos. Eles são os intermediários entre a sociedade e o poder. Encarregam-se de recolher, organizar, enriquecer e canalizar as difusas aspirações populares e apresentá-las a quem exerce a autoridade pública.

Não se inventou, contudo, nada que substitua os partidos políticos. Eles, com todos os seus defeitos, continuam sendo elementos indispensáveis nos regimes democráticos como intermediários entre o povo e o governo. Têm-

se formado associações de toda a espécie: ambientalistas, feministas, gremiais, sindicais, religiosas, de consumidores, de produtores, etc., etc., porém nenhuma delas, nem mesmo todas juntas, podem substituir os partidos políticos em sua visão universal dos problemas de um país. Aquelas são grupos de interesse, e, como tais, possuem pontos de vista demasiadamente parciais e zonificados. Com efeito, os sindicatos trabalhistas, as corporações empresariais, os grupos de pressão, as organizações não-governamentais (ONG), os novos movimentos sociais e outras entidades que intervêm na vida pública do Estado, representam interesses parciais e setorizados dentro da sociedade, e carecem da visão universal dos problemas de um país que devem possuir os partidos.

Sua economia

A Constituição define a economia equatoriana como uma "economia social de mercado", que "se organizará e desenvolverá com a coexistência e concorrência dos setores públicos e privados". Esse conceito foi tomado de empréstimo aos economistas alemães da *escola de Friburgo,* no pós-guerra Alfred Müller-Armack, Walter Eucken e Leonhard Miksch, entre oturos , que acrescentaram a palavra "social" à expressão economia de mercado" com a pretensão de estabelecer "o princípio da liberdade dos mercados vinculado com a compensação social", na tentativa de encontrar uma "terceira via" entre a economia de livre mercado, de feição liberal, e a economia dirigida, de cunho marxista. Todavia, ainda que seus propugnadores digam que a *economia social de mercado* não é uma repetição do *laissez faire*, a verdade é que ela não deixa de ser uma economia de mercado, isto é, um sistema no qual os agentes econômicos privados planejam e decidem suas ações de modo descentralizado.

A economia equatoriana possui todas as características comuns aos sistemas capitalistas: propriedade privada dos meios de produção, abstenção do Estado na atividade dos agentes econômicos privados, economia aberta, exploração da mão-de-obra dos trabalhadores assalariados e submissão da atividade econômica às leis do mercado: oferta e procura, iniciativa privada, liberdade para empreender, livre concorrência, apetite do lucro, acumulação.

A recuperação fiscal faz-se por meio de impostos, taxas e contribuições especiais. Os impostos são diretos e indiretos. Uns cobram-nos o poder central, e outros, os poderes seccionais. Os níveis de tributação são relativamente baixos.

No ano de 1989, meu governo realizou uma profunda reordenação do sistema tributário, que reduziu um emaranhado de mais de cem impostos indiretos, de baixa arrecadação, a três: o imposto de renda, o imposto sobre o valor agregado IVA e o imposto de consumos especiais(ICE). A reforma ampliou a base tributária do imposto de renda, melhorou as arrecadações, porém liberou de seu pagamento os estratos sociais médios e os setores de baixo ingresso. Concomitantemente, instrumentamos uma reforma integral do sistema alfandegário, que corrigiu a dispersão das tarifas, baixou o nível impositivo de algumas importações e desestimulou o contrabando.

Essas reformas se mantiveram, em sua essência, até hoje.

A economia equatoriana se divide, segundo a classificação proposta pelo economista Colin G. Clark, que se tornou clássica, nos setores *primário, secundário* e *terciário*.

Como todo país economicamente subdesenvolvido, as atividades que mais avançaram no Equador foram as primárias: mineração, agricultura, pecuária, exploração florestal, pesca e outras, de que se obtêm os produtos básicos para o consumo direto, as matérias-primas para a indústria e os produtos primários de exportação.

A indústria e outras atividades secundárias, da mesma forma que o setor terciário da economia, que consistem na prestação de serviços e não na produção de bens materiais, tiveram um desenvolvimento incipiente. O comércio, os bancos, as finanças, os seguros, as comunicações, a informática, a administração, a publicidade, as relações públicas, o "marketing", o transporte, os serviços profissionais não avançaram muito, e sua participação no produto interno é bem mais baixa.

Da mesma forma que nos demais países da América Latina, no Equador são muito baixos os índices de computadores por pessoa, e muito escassa a inserção na Internet.

O abuso publicitário, típico das economias abertas, contribuiu para formar no Equador uma *sociedade de consumo*, com toda sua carga de exacerbação publicitária, inversão de valores e alienação. O jogo publicitário conduziu, como em outros países latino-americanos, à manipulação do mercado, que, contradizendo as avaliações dos economistas clássicos, não é ele quem diz aos produtores o que devem produzir para satisfazer as necessidades dos consumidores, mas, sim, o inverso: são os produtores que determinam ao mercado, através da mágica da publicidade, o que deve consumir.

Os dados macroeconômicos do Equador são os seguintes:

• PIB de 2007: US$ 44.449.915 milhões.
• PIB *per capita*: US$ 3.419 milhões.
• PIB projetado de 2008: US$ 48.508 milhões.
• O PIB do petróleo decresceu de 0,1% em 2006, para 0,0% em 2007, e o setor não-petroleiro decresceu na mesma proporção de 0,1%.
• Inflação de 2007: 3,32%, que numa economia dolarizada não é uma taxa baixa. E a projeção para este ano é 4,25%.
• Previsões de crescimento do PIB para 2008, segundo organismos internacionais: 1,9%.

Setor petroleiro

Produção de petróleo cru, de janeiro a novembro de 2007: 170.515.000 b/d, com uma média diária de 509.000 barris, dos quais 257.000 foram produzidos pela corporação estatal petroleira equatoriana "Petroecuador", e 252.000 pelas empresas privadas estrangeiras.

Setor externo

Os seis principais parceiros comerciais do Equador foram, em 2007:

Estados Unidos:
• exportações: US$ 6.029,8 milhões.
• importações: US$ 2.794,8 milhões.
• saldo positivo: US$ 3.235,0.

União Européia:
• exportações: US$ 1.753,9 milhões.
• importações: US$ 1.245,8 milhões.
• saldo positivo: US$ 508,1.

Peru:
• exportações: US$ 1.491,9 milhões.
• importações: US$ 481,1 milhões.
• saldo positivo: US$ 1.010,8.

Chile:
- exportações: US$ 658,1 milhões
- importações: US$ 503,3 milhões
- saldo positivo: US$ 154,8

Colômbia:
- exportações: US$ 650,6 milhões
- importações: US$ 1.458,8 milhões
- saldo negativo: US$ 838,2

Venezuela:
- exportações: US$ 484,1 milhões
- importações: US$ 1.318,5 milhões
- saldo negativo: US$ 834,4

Em termos percentuais, o mercado norte-americano representou 43,60% das exportações e 20,50% das importações; os mercados da ALADI, 31,4% das exportações e 35,60% das importações;. o restante da América, 8,60% das exportações e 5,90% das importações; a Europa, 10,90% das exportações e 10,60 das importações; e a Ásia, 5,30% das exportações e 22,30% das importações.

Dentro da ALADI, a Comunidade Andina (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia) representou 20% das exportações e 21,70% das importações.

Os 10 principais produtos de exportação:

- petróleo cru;
- banana e plátano;
- derivados de petróleo;
- camarão;
- manufaturas de metais;
- flores naturais;
- cacau;
- atum e pescado;
- derivados do café;
- madeira.

Em 2007, as exportações FOB somaram US$ 13.852,36 milhões, dos quais as exportações de petróleo foram US$ 8.279,44 milhões, e as não-

petroleiras, US$ 5.572,92 milhões, enquanto que as importações FOB somaram US$ 12.583,97 milhões, dos quais as importações petroleiras representaram US$ 2.588,28 milhões, e as não-petroleiras, US$ 9.995,70 milhões. O que, no conjunto, produziu uma balança comercial favorável de US$ 1.268,39 milhões, visto que do superávit petroleiro de US$ 5.691,16 milhões restou o déficit não-petroleiro de US$ 4.422,77.

Tem ocorrido desaceleração das taxas de crescimento das principais exportações não-tradicionais, nos dois últimos anos. As de camarão, de produtos do mar, de flores e manufaturas de metal diminuíram, enquanto que aumentou a de derivados de cacau.

A inversão estrangeira direta experimentou notável incremento: de US$ 124,2 milhões, em 2006, para US$ 470,8 milhões em 2007.

As remessas dos emigrantes registraram, em 2007, a cifra de US$ 2.259,6 milhões.

Setor financeiro

A reserva internacional de livre disponibilidade do Estado somou, em 31 de dezembro de 2007, US$ 3.481.100 milhões.

A 21 de dezembro do mesmo ano, o crédito para o setor privado alcançou o volume de US$ 11.372.100 milhões.

As captações dos bancos privados alcançaram, entre janeiro de 2006 e outubro de 2007, US$ 10.096.909 milhões. Os depósitos à vista somaram US$ 6.652,687 milhões, e os depósitos a prazo, US$ 3.082.725 milhões.

No mesmo período, sua carteira bruta de crédito alcançou a cifra de US$ 7.444.945 milhões, e a carteira líquida, US$ 6.994.173 milhões.

Balança comercial de 2007

- superávit do setor petroleiro: US$ 4.509 milhões.
- déficit do setor não-petroleiro: US$ 3.353 milhões.
- superávit total: US$ 1.156 milhões.

Setor fiscal

Os ingressos do governo central em 2007 foram: não-petroleiros, 79% e petroleiros, 21%. Desses, US$ 4.315,47 milhões corresponderam a

ingressos tributários, US$ 1.154,04 a transferências, e US$ 390,49 a ingressos não-tributários.

Os egressos foram: 70%, gastos correntes, e 30%, gastos de capital. Os gastos correntes se distribuíram assim: 49%, salários, 16%, interesses de dívida, 14%, transferências, 8%, bens e serviços, e 14%, outros.

Dívida de 2007: US$ 13.864 milhões
- externa: US$ 10.626 milhões
- interna: US$ 3.238 milhões

Dívida total: 31,2% do PIB:
- 23,9% externa
- 7,3% interna
- cálculo para 2007: US$ 14.100 milhões

Dolarização

No início do ano de 2000, por decisão do governo democrata-cristão presidido por Jamil Mahuad, foi decretada a substituição do sucre equatoriano pelo dólar norte-americano para todas as transações financeiras e comerciais. Quer dizer, o dólar transformou-se em nossa moeda de curso legal. Desde aquele momento, o símbolo monetário norte-americano se converteu na unidade de conta, em meio de pagamento, em medida de valor, em instrumento de câmbio e em mecanismo de poupança no Equador.

A medida obedeceu a razões mais políticas do que econômicas. Foi adotada em meio a grandes convulsões sociais – com um povo inteiro que repudiava a corrupção e a incompetência dos governantes – como uma tábua de salvação ante o iminente naufrágio político.

A dolarização implicou a renúncia do Estado ao direito de cunhar moeda, de traçar a política monetária e cambial – direito que se transferiu à Reserva Federal dos Estados Unidos – e a obter os benefícios da senhoriagem na cunhagem de moeda.

Apenas cinco Estados do mundo adotaram formalmente a dolarização: o Panamá, a Libéria, de 1944 a 1989, o Timor Leste, o Equador e El Salvador. Os três primeiros, por razões muito peculiares. O Panamá, porque as empresas construtoras do Canal pagavam com dólares os salários de seus 75 mil trabalhadores, o que converteu, de fato, o dólar na moeda oficial. A

Libéria, porque foi fundada, em 1847, por escravos negros libertos provenientes dos Estados Unidos, os quais promulgaram uma Constituição copiada da dos Estados Unidos e implantaram, de 1944 a 1989, a dolarização de sua economia.

E o Timor Leste, porque, ao obter sua independência nacional, após 350 anos de colonialismo português, foi invadido pelo exército da Indonésia, em 7 de dezembro de 1975, e teve início tanta desordem e convulsão social que o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi obrigado a enviar uma força internacional de paz, assumir o controle político e administrativo do País e implantar a dolarização para eliminar o caos monetário.

A imposição de um regime monetário como esse, segundo afirmou o professor de Harvard, Jeffrey Sachs, num artigo publicado na revista *Foreign Policy*, no outono de 1999, constitui uma "camisa de força" sobre a economia, porque deixa ao governo toda a possibilidade de manipular as variáveis monetária e cambial para equilibrar o volume da massa monetária, dar competitividade às exportações, desestimular as importações supérfluas e amortecer os golpes dos mercados mundiais. Nessas condições, as autoridades tendem a compensar a inflexibilidade que o sistema transmite à economia com a flexibilidade do trabalho e os reajustes de emprego, salários, benefícios sociais e das garantias trabalhistas, por cujo lado contrabalançam a rigidez da economia devido à alienação de alguns dos instrumentos de política econômica.

Sob esse sistema, o banco central perde a capacidade de emitir moeda, e deixa de ser o eventual prestamista de última instância dos bancos comerciais com problemas. O banco central deixa de servir como banco do governo, isto é, como prestamista de última instância para ajudar a bancos com problemas de liquidez, deixa de manipular os câmbios internacionais e de realizar as chamadas operações de mercado aberto (*"open market"*), que consistem principalmente na compra e venda de valores negociáveis, como meio de injetar dinheiro na economia.

Os defensores da dolarização, porém, sustentam, por seu lado, que ela tem capacidade de restabelecer a confiança dos investidores na moeda local – o dólar , de afastar o perigo da desvalorização, de baixar as taxas de juro, de minimizar o risco cambial, de diminuir os "custos de transação" – *transaction costs* – na troca de moeda, de estabilizar os preços e de submeter os bancos locais à vigilância da Reserva Federal dos Estados Unidos.

Recordo-me de que durante minha administração, remando contra a corrente, bem no auge do liberalismo na América Latina, era a autoridade

pública, e não o mercado, quem fixava os grandes preços da economia: o preço do trabalho, que é salário, o preço do dinheiro, que são os juros, e o preço da divisa, que é o tipo de câmbio.

Indicadores sociais

O Equador foi um dos pioneiros na promulgação de um código de trabalho que regulamentasse as relações trabalhistas-patronais e que garantissem os direitos inalienáveis dos trabalhadores. Foi expedido em 1938.

Os antecedentes europeus e norte-americanos da convenção coletiva de trabalho não estavam muito distantes. Em 1904, a legislação genebrina regulamentou a contratação coletiva. A França o fez em 1906, a Suécia, em 1910 e a Noruega, em 1911. O governo de Weimar, na Alemanha, promoveu à condição de constitucionais as normas sobre o tema. A Itália, às vésperas do advento do fascismo, incorporou à sua legislação a figura jurídica do contrato coletivo. Os Estados Unidos da América, nos anos do *new deal* do Presidente Franklin D. Roosevelt, expediram o *Wagner Act*, que regulamentou essa forma contratual. O primeiro Estado latino-americano a aceitá-la foi o México, com sua Lei Federal do Trabalho, de 1931. E o exemplo mexicano foi seguido por diversos países da América Latina.

O *contrato coletivo* é um mecanismo muito eficiente para que os trabalhadores possam alcançar melhores condições de trabalho. A força do grupo, numa frente unida de negociação, o consegue.

No Equador, as leis de conteúdo social protegem especialmente a criança, o ancião, o trabalhador, o camponês e o inquilino pobre.

Os principais indicadores sociais do ano 2006 foram os seguintes:

Pobreza:
- nacional: 38,3%:
- urbana: 24,9%
- rural: 61,5%

Indigência:
- nacional: 12,8%:
- urbana: 4,8%
- rural: 26,9%

- desemprego aberto: 7,5% de PEA
- subemprego: 39,37% de PEA

coeficiente de Gini: distribuição do consumo: 0,46%

Analfabetismo:
- nacional: 9,1%

Etnia:
- índia: 28,2%
- afro-equatoriana: 12,6%
- mestiça: 7,5%
- branca: 6,7%

Desnutrição crônica:
- nacional: 18%
- urbana: 13%
- rural: 26%
- desnutrição global:
- nacional: 9%
- urbana: 7%
- rural: 11%

População sem seguro de saúde:
- urbana: 79,4%
- rural: 78,9%

Habitação própria:
- nacional: 65,7%
- região costeira: 70,2%
- região interandina: 60,6%
- região amazônica: 69,1%

Déficit de habitação:
- nacional: 60,9%
- região costeira: 70,3%
- região interandina: 49,2%
- região amazônica: 79,5%

Água encanada:
- nacional: 48%
- urbana: 65,7%
- rural: 13,6%

Meu governo

Quando entreguei o poder, em 10 de agosto de 1992, foi gratificante dizer a meu sucessor que a economia crescia na faixa de 5,4%, que as exportações tinham atingido 16% ao ano, que o investimento privado na economia tinha batido recordes históricos, que havíamos baixado pela metade a inflação e que lhe transferia um país em plena marcha no compasso da paz, da segurança jurídica e do respeito aos direitos humanos.

Minha equipe de governo cumpriu uma tarefa extraordinária, e como fruto do trabalho coletivo, pudemos construir 1.300 programas de água potável e de canalização de esgotos que incorporaram 1.200.000 habitantes dos setores rurais aos benefícios deste serviço; demos eletricidade a 600.000 equatorianos do campo; aumentamos em 40% a superfície agrícola por meio de irrigação; distribuímos quase 4 milhões de hectares de terras de cultura aos camponeses e colonos (quatro vezes mais do que nos 25 anos de reforma agrária que nos precederam); implantamos a educação intercultural bilíngüe, com 1.812 creches e 4.300 novos cargos de professor; assistimos a 700 mil pessoas da terceira idade com a Lei do Ancião, e aos mestres lhes demos a lei da carreira docente, gratificação por antigüidade e melhoria nos quadros; criamos a rede comunitária infantil, na qual atendíamos a 230.000 crianças por dia durante a jornada de trabalho de seus pais; entregamos merenda escolar a 1.100.000 crianças diariamente; por meio do sistema de saúde familiar integral, atendemos a um milhão e meio de pessoas; os índices de vacinação infantil chegaram a 70%; e criamos o crédito estatal a favor dos microempresários.

Em plena era do "consenso de Washington", "equadorianizei" todas as fases da indústria petroleira, algumas das quais estavam em mãos de particulares ou de estrangeiros. Transferi para a propriedade do Estado duas refinarias situadas na península de Santa Elena. A operação do oleoduto transequatoriano, de 506 km de extensão – que transporta o

petróleo cru dos poços da Amazônia para o porto de Esmeraldas, no Oceano Pacífico, para posterior exportação , que até àquele momento encontrava-se em mãos da empresa Texaco, dos Estados Unidos, foi transferida para os técnicos equatorianos; e o consórcio Texaco-Corporação Estatal Petroleira Equatoriana passou a ser administrado pelo sócio majoritário, que era o Estado equatoriano.

Essa foi a resposta que demos ao neoliberalismo.

O Paraguai e sua Política Exterior

José Antonio Moreno Ruffinelli

Breve Introdução

O Paraguai é um dos menores países da América do Sul, não apenas em extensão, como em quantidade de habitantes e em seu produto interno bruto.

Nascido para a vida independente a 15 de maio de 1811, teve, como todos os demais países da América, em seus primórdios, uma trajetória cheia de vicissitudes.

Os vizinhos, especialmente a Argentina, se negavam a reconhecer sua independência, alegando, esta última, que o Paraguai ainda fazia parte do Vice-reinado do Rio da Prata, do qual estava já independente a Argentina, uma província. O Brasil e os demais países tampouco a reconheciam.

Essa situação deu motivo a que o Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia, conhecido na história como o Ditador, ou o Supremo, se decidisse por uma política de isolamento do País, para proteger sua independência. Isso ocorria entre 1814 e 1840, data da morte de Francia.

Se a isso acrescentamos a injustiça da geografia, que o deixa, já durante a colônia, sem um metro de costa marítima, agrava-se o isolamento. Era, como o denominou nosso grande escritor Augusto Roa Bastos, "uma ilha rodeada de terra".

Durante o governo de dom Carlos Antonio López, a partir de 1842, num trabalho paciente, mas firme, conseguiu, pouco a pouco, ir vencendo essas

adversidades, e foi assim que foi sendo reconhecida a independência do Paraguai, primeiro pela Bolívia, em 17 de junho de 1843, em seguida, pelo Brasil,em 14 de setembro de 1844, e, finalmente, pela Argentina, em 15 de julho de 1852.

Apesar desse último reconhecimento tardio, foi fundamental a participação do Paraguai na obtenção da unidade da Argentina, dividida por disputas internas entre Buenos Aires e a Confederação com o chamado Pacto de San José de Flores, em 1858, assinado com a mediação de Francisco Solano López.

Logo, porém, por questões que não vêm ao caso analisar agora, veio a hecatombe. Uma guerra injusta e "desgraçada", como chamava o Barão do Rio Branco às guerras, que quase destrói o País.

Durou seis anos, de 1864 a 70, e em seu final quase não restava população no Paraguai, e grande parte de seu território tinha sido perdido, talvez as terras mais ricas. Foram três países contra um, e era lógico supor que acabaria dessa forma.

Tão logo consegue recuperar-se desse desastre, apaece em seu horizonte outra frente de tormentas: a Bolívia. Com efeito, por questões de limites, herdados do Vice-reinado do Peru, começa uma batalha, legal, a princípio, e em seguida, como diria Von Clausseviatz, continuação da política por outros meios, ou seja, a guerra. Uma dura contenda, onde houve mais de trinta mil mortos em cada país, que poderia ter sido evitada, mas em que a irrracionalidade venceu e o direito teve de ceder espaço à força para dirimir o conflito.

Pode-se dizer que recentemente, então, ao término dessa guerra, em 1935, está concluído o processo da independência paraguaia.

E como é de supor, todos os esforços de sua política exterior até então tinham sido direcionados para a defesa de seu território. Toda a diplomacia paraguaia esteve voltada para esses misteres, fundamentalmente para sua própria existência. Toda a intelectualidade do País trabalhou nesses temas.

Tão logo acabou a guerra com a Bolívia, porém, sobreveio um longo período de anarquia interna, quando o exército e os políticos disputavam o controle do País, ou, às vezes, ambos associados nessa empreitada. Menciono, como exemplo, que em dezenove anos o Paraguai teve nove presidentes da República, sendo que alguns duraram menos de trinta dias.

Isso acarretou – como é lógico supor – um muito pequeno empenho quanto a suas relações internacionais. E como conseqüência, a política

internacional do Paraguai foi vacilante durante anos. Nada havia escrito sobre ela, e cada um que a tinha a seu encargo, imprimia-lhe o sentido e a direção que lhe ditava seu bom ou mau entendimento das coisas. Se a isso acrescentarmos os períodos de instabilidade política, teremos o componente ideal para entender por que não tivemos uma política internacional coerente.

1. Política Exerior do Paraguai

Segunda metade do século XX

Durante a época de Stroessner (1954-1989), adotava-se o conceito de política pendular entre nossos dois grandes vizinhos. Mas eram outros tempos, ninguém falava de globalização, os horizontes eram mais estreitos, e os grandes temas internacionais eram suscitados principalmente nos países limítrofes.

As relações entre os países da região, isto é, aqueles que não eram limítrofes, eram muito escassas. O comércio internacional se desenvolvia em meio a grandes dificuldades que os países trataram de eludir por meio da Rodada do Uruguai, onde se negociava o GATT, que em seguida passou a ser a Organização Mundial do Comércio. Os únicos blocos regionais que funcionavam eram a Comunidade Econômica Européia, que tinha sido criada em 1958, com o Tratado de Roma, e a ALADI, a partir de 1961 (ALALC, então), entidade essa que não passava de uma entidade mais de expressão de desejos do que de realizações concretas, embora precisemos ser honestos e dizer que algo avançou com sua instalação. Todavia, estava longe de ter atendido aos objetivos para os quais fora criada. Talvez, para nosso País, o mais inportante era o reconhecimento como país de menor desenvolvimento relativo, o que lhe assegurava a possibilidade de obter vantagens em suas negociações comerciais.

Por outra parte, não devemos perder de vista, e voltamos a repetir, que o Paraguai tem uma situação geográfica especial: é um País sem litoral. Isso condicionou sua história e dificultou seu desenvolvimento, pois sempre esteve dependente do rio, que mais de uma vez tenho denominado "o velho rio". E durante anos nossos vizinhos do sul creram que esse rio internacional era somente deles. E nos cobraram impostos na época colonial (as sisas e alcabalas); e mais tarde, já na época independente, nos obrigaram a contratar práticos para nossos barcos, e outros tipos de restrições que terminaram

recentemente, em 1967, quando se assinou o Tratado de Livre Navegação nos Rios Paraguai e Paraná.

A assinatura desse acordo não foi uma coincidência nem uma concessão gratuita. Era, exatamente, conseqüência dessa política pendular à qual nos referimos, pois que o Paraguai tinha inclinado para o Brasil, a partir da aproximação que teve o Presidente Juscelino Kubitschek, com o qual se tinham assinado os acordos que permitiam a construção da Ponte da Amizade, entre Ciudad del Este e Foz do Iguaçu, até o também concedido, entre os acordos mencionados, Porto Franco de Paranaguá, ponto por onde começavam a fluir as exportações paraguaias.

Contudo, é preciso reconhecer que o primeiro presidente brasileiro que deu passos na direção de uma relação mais próxima foi Getúlio Vargas, que fez uma visita histórica ao Paraguai em 1941, a primeira que realizava um mandatário brasileiro ao País.

2. A década dos oitenta

A década dos 80 trouxe profundas mudanças na região. Os regimes militares, que imperavam em quase todos os países, foram substitituídos por governos democráticos, e isso, sem dúvida, facilitou a tarefa de se iniciar conversações em busca de destinos comuns.

Por outra parte, também o mundo inteiro sofreu uma transformação na segunda metade do século XX. Os países começaram a entender que não podiam avançar sozinhos; que era necessário o agrupamento ou integração para poder avançar com os desafios que a sociedade impunha. As economias eram muito vulneráveis isoladamente, mas, em conjunto, elas podiam constituir-se em uma alternativa válida para seus povos. Assim, nasceu em 1953 a "Sociedade do Carvão e do Aço" entre a Alemanha e a França, que foi o gérmen, o início do que seria mais adiante, a Comunidade Econômica Européia, como se disse, constituída mediante a assinatura do Tratado de Roma, em 1958, logo transformada na União Européia, mediante o Tratado de Maastricht, de 1991.

Também pelo final dos anos 80 caía o Muro de Berlim, e, com ele, se desfazia a União Soviética, desintegrando-se literalmente, e da qual se separou uma dezena de países. E apareciam também as chamadas economias emergentes, como a China e a Índia, que modificariam substancialmente o mapa econômico mundial.

Esse era o contexto da Europa, da Ásia e de nossa região. Quanto a esta, pela primeira vez podia-se dizer que na década de 90 todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba, possuíam governos democráticos.

Entretanto, nem todas as democracias eram de qualidade para irradiar tranqüilidade. E precisamente o Paraguai era uma dessas. A primeira eleição, depois de 1989, isto é, após a derrocada de Stroessner, em que se elegeu como presidente o general Andrés Rodrígues, foi a de 1993, que pode ser considerada a primeira realizada com todas as condições exigidas para que seja considerada como legítima. Entretanto, sobrevieram instabilidades, sobretudo no final do governo de Juan Carlos Wasmosy, que foi eleito naquelas eleições. A primeira surgiu quando ele decidiu destituir o comandante do Exército, General Lino Oviedo, e, ao que parece, o General se negou a entregar o comando, o que gerou uma grave crise que demandou o concurso dos países do MERCOSUL, inclusive do Secretário Geral da OEA, César Gaviria, para conjurá-la, ao convencer o General Oviedo de que a melhor opção era o cumprimento da ordem do Presidente.

Oviedo, porém, continuou atuando na política, já como general reformado, e foi o candidato vencedor das internas do partido colorado para as eleições de 1998.

Foi aí que Wasmosy decidiu processar o candidato eleito pelo Partido Colorado (no poder desde 1947). O processo, por crime de desacato, foi levado adiante por um Tribunal Militar, e em seguida, devido a um recurso interposto por Oviedo na Corte Suprema de Justiça, contra a sentença condenatória no âmbito militar, a questão ficou entregue à justiça. A Corte Suprema confirmou a sentença do Trbunal Militar, de dez anos de prisão, e com isso, Oviedo, que tinha ganhado as internas do Partido Colorado, ficou sem o lugar. Dessa forma, seu imediato na fórmula presidencial, o engenheiro Raúl Cubas se transformou no candidato do Partido Colorado, e o perdeder nas internas, o Dr. Luis Maria Argaña era ungido como candidato à vice-presidência, cumprindo-se, assim, o disposto na legislação eleitoral.

A poucos meses de assumir, o Eng. Cubas percebeu que seria muito difícil governar, pois as interferências que sofria por parte do candidato afastado (Oviedo) o impediam de tomar as decisões apropriadas. Um fato detonador foi o indulto que concedera, por decreto, da pena a que tinha sido condenado Oviedo, a poucos dias do início do governo de Cubas, em 1998, o que gerou imediatamente reações adversas na classe política do País. O setor liderado por Argaña começou a conversar com a oposição, a aproximar

coincidências na busca de acordos que permitisse um governo estável, visto que de outra forma seria muito difícil a caminhada do Paraguai pela senda do desenvolvimento.

Todavia, em 24 de março foi assassinado o Dr. Argaña, e com isso se desencadeou uma crise política de grandes proporções ante a mobilização popular e também da classe política, que desembocou num julgamento político que ficou inconcluso, devido à renúncia do Engenheiro Cubas à Presidência da República.

Tanto nas crises mencionadas, durante o governo Wasmosy, quanto nessa última, a comunidade internacional teve grande participação para ajudar a conjurá-las. Sobretudo o MERCOSUL, cujos embaixadores trabalharam ativamente para o cumprimento da chamada cláusula democrática, inserida no Protocolo de Ushuaia. Como se disse, também a OEA atuou na crise de abril de 1997, quando o próprio Secretário Geral, César Gaviria, se dirigiu a Assunção para ajudar a resolver, a contornar, a situação criada por causa da destituição de Oviedo do cargo de Comandante do Exército.

Nos acontecimentos de março de 99, imediatamente após a renúncia do Engenheiro Cubas, em que teve participação decisiva o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso,[1] que lhe ofereceu as garantias necessárias para se asilar em território brasileiro, e em cumprimento de disposições constitucionais, assumiu a Presidência da República o Dr. Luís Ángel González Macchi, à época Presidente da Câmara de Senadores e do Congresso Nacional, uma vez que tinha ocorrido vacância dupla: a do Presidente da República (com a renúncia de Cubas), e, alguns dias antes, a do Vice-presidente, com a morte de Argaña.

O governo de González Macchi iniciou-se com bons auspícios, pois o integravam todas as forças políticas representadas no Parlamento: o Partido Colorado, o Partido Liberal Radical Autêntico e o Partido Encontro Nacional, no que se passou a chamar de "governo de unidade nacional".

Entretanto, devido às dificuldades próprias de um país que não conseguia firmar sua vida democrática, em pouco tempo se deu o afastamento do governo do Partido Liberal Radical, ficando aquele apenas entre colorados e encontristas (membros do Partido Encontro Nacional, liderado por Guilherme Caballero Vargas).

---

[1] Ver as Memórias do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Isso debilitouo governo, uma vez que perdia a maioria parlamentar, fazendo com que cada projeto de lei tivesse de ser negociado com altos custos políticos. Ademais disso, surgiram alguns casos de corrupção que respingaram no próprio Presidente da República. A situação estava, pois, bem complicada.

Era indubitável que o País tinha ingressado numa profunda crise de governabilidade, que acompanharia praticamente toda a gestão do Presidente González Macchi.

3. Os grupos regionais (MERCOSUL)

Já na década de 90, entretanto, era evidente que o mundo tinha mudado. E muito. Os países buscavam mecanismos conjuntos de consulta e cooperação para enfrentar os enormes problemas que a conjuntura mundial apresentava.

Dessa forma, nasceu o Grupo do Rio, sobre as bases do que lhe dera origem, o Grupo de Contadora, que reuniu todos os países da América Latina, principalmente para sustar a intervenção norte-americana em diversos países da região.

Tinha também sido formada a Comunidade Andina de Nações, com o objetivo de criar uma zona de livre comércio entre eles (o Chile o Peru, a Bolívia, o Equador, a Colômbia e a Venezuela) que facilitasse o tráfego comercial, muito deteriorado em razão das diferentes barreiras que os países lhe impunham.

E no Cone Sul nasce, em 1991, entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, o Mercado Comum do Sul, conhecido como MERCOSUL, mediante um Tratado assinado em Assunção, em março daquele ano.

Considero interessante, por ser cidadão de um desses países envolvidos pelo Tratado, analisar seus antecedentes, pela importância de que se reveste.

Em 9 de novembro de 1988, a Argentina e o Brasil assinaram o *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.* O mesmo punha fim a um longo período de desencontros entre os dois países, tornados mais graves na época dos governos militares, que tiveram lugar nas décadas de 60 e 70.

Esses desencontros chegaram a um ponto culminante com as negociações sobre a reunião das represas hidrelétricas de Itaipu e Corpus, consideradas pelos militares dos dois países como uma questão de estratégia de suma importância. Como o Paraguai era condômino nesses empreendimentos, o mesmo foi incluído nos acordos tripartites celebrados, e além disso, teve participação ativa neles, tanto que o mesmo foi assinado na cidade que hoje

é conhecida com o nome de Ciudad del Este, embora, logo após, para se completar o ciclo, se tenha realizado um brinde em Foz do Iguaçu (Brasil) e um almoço em Puerto Uguazú (Argentina).

Obviamente, o já aludido Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento referia-se, fundamentalmente, a questões de caráter comercial, pois era evidente que nessa matéria se concentravam as maiores desavenças entre esses países. De qualquer forma, com esse tratado começou a se formar a consciência de que a integração era o melhor caminho para superar as dificuldades em nível regional, em conformidade com a tendência integracionista para onde se encaminhara o mundo, acrescido do fenômeno da globalização, que começava as suas primeiras manifestações. Logicamente, podia-se estender o acordo para outros países; a integração podia resultar mais benéfica. Assim, o Uruguai e o Paraguai foram convidados para a integração do novo bloco que começava a se constituir quando se realizaram aquelas condições políticas exigidas, isto é, governos democráticos, embora, para ser sincero, há que reconhecer que não tiveram tempo para negociar melhor seu ingresso porque a opção era entrar naquele momento ou esperar algum outro, que não se sabia quando ia acontecer.

Na data de 26 de março de 1991, foi assinado em Assunção o Tratado que dá origem ao MERCOSUL.

De qualquer forma, a integração do Paraguai e do Uruguai ao bloco deixou patente a existência de sérias dificuldades para o funcionamento ideal do MERCOSUL. Esses dois países, muito menores em tamanho, população, e, sobretudo, no que se refere a suas respectivas economias, não teriam a mesma capacidade de negociação (*bargaining power*) nem tampouco o tempo necessário para tal, pois os prazos urgiam e as decisões deviam ser tomadas celeremente. Como é natural, essas dificuldades continuam em vigor hoje, e impedem que o processo de integração seja levado a cabo de forma adequada e rápida, embora se tenha que dizer que, levando em conta o fator tempo, o ritmo de progresso, em sua primeira etapa, foi maior do que o da União Européia. O objetivo primordial que motivou a assinatura do Tratado de Assunção era o de ampliar a dimensão dos mercados nacionais através da integração, como condição fundamental para acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social, rompendo, de certa forma, com a desigualdade e a exclusão que imperava em certa medida nos países signatários do Tratado, bem como com uma longa sucessão de episódios de crises econômicas.

Posteriormente à assinatura do Tratado, as sucessivas mudanças de governo nos países do MERCOSUL, fruto de eleições livres e democráticas, influenciaram de forma diferente na consolidação da integração do bloco. Alguns dos governantes eleitos mostraram-se mais ou menos partidários da idéia de intensificar o processo de integração, enquanto que outros não mostravam o mesmo entusiasmo. Isso conduziu a vários "*relançamentos*" do MERCOSUL, com o objetivo de revitalizá-lo, visto que, por vezes parecia enfraquecer-se ou cair na apatia e no desinteresse.

De todo modo, com marchas e contramarchas, o bloco continua, e apesar das críticas, que provêm, geralmente, do setor privado, visto ser ele quem sofre, como é lógico supor, os inconvenientes que surgem em todos os blocos de integração, contudo um balanço pode demonstrar que o mesmo produz saldos positivos no incremento do comércio.

Porém, além disso, o MERCOSUL, sobretudo com a participação na cena política de governos de coloração socialista, começou também a se estender fundamentalmente para a área social. Na verdade, não é que inauguraram esse caminho, visto que anteriormente já havia esforços nesse sentido, se é que não o aprofundaram. Entretanto, não apenas no social, porque hoje há também uma área cultural, de saúde pública, de saúde animal, especialmente para a luta conjunta contra a febre aftosa; enfim, creio que hoje se ocupam de todas as áreas.

Quanto à área política, o passo mais importante foi a criação do Parlamento do MERCOSUL. Sempre se criticou, como um *défficit* do bloco, a falta de deliberação popular. Quer dizer que as negociações eram realizadas pelos térnicos das chancelarias sem participação dos demais setores da sociedade. E uma forma de suprir essa deficiência foi a criação do Parlamento. Se bem que por sua natureza interestatal sua função não possa ser muito ampla, será, contudo um espaço aberto para o diálogo e para impulsionar, a partir daí, iniciativas que se considerem de interesse para a região

Outro passo transcendente para o bloco integrador foi a assinatura do Protocolo de Olivos.

3.1. Solução de controvérsias no MERCOSUL

Um tema que desde cedo foi motivo de preocupação para a consolidação institucional do bloco foi o do sistema de solução de controvérsias. O Tratado de Assunção continha disposições que previam a instituição de tal sistema,

embora de caráter meramente transitório. O mesmo devia estender-se para além de 31 de dezembro de 1994. Embora provisório, o sistema resultava sumamente importante para dirimir as controvérsias que pudessem surgir nos primeiros anos da entrada em vigor do Tratado de Assunção. Em cumprimento do previsto no Tratado, os países integrantes do bloco assinaram, em 91, o Protocolo de Brasília para a solução de controvérsias.

O sistema instituído pelo Protocolo de Brasília baseava-se fundamentalmente na formação de Tribunais arbitrais *ad hoc*, destinados a resolver as controvérsias sobre a interpretação, aplicação e cumprimento do Tratado de Assunção e das decisões que em seguida se adotassem. O Protocolo foi posteriormente regulamentado. No regulamento estabeleceu-se que a solução de controvérsias começaria por negociações diretas entre os Estados envolvidos. Se essas fracassassem, a questão seria levada para dentro do Grupo Mercado Comum. Se, por sua vez, a intervenção do Grupo não conseguisse por término à controvérsia, os Estados afetados poderiam solicitar a formação de um Tribunal Arbitral *ad hoc*.

Os árbitros do Tribunal *ad hoc* deveriam ser eleitos a partir de uma lista de dez candidatos que cada país apresentaria à Secretaria do MERCOSUL, e, em princípio, a sede deveria ser escolhida pelo próprio Tribunal, embora posteriormente se tenha resolvido que a sede dos tribunais arbitrais seria a cidade de Assunção. De qualquer forma, esse último foi cumprido apenas parcialmente, visto que dos nove laudos ditados durante a vigência desse protocolo, apenas dois foram assinados na cidade de Assunção.

Quanto às decisões levadas aos arbitrais, elas eram inapeláveis, embora se admitisse contra elas, como único recurso, o de esclarecimento. [2]

Também se admitia que o país que não cumprisse o exarado na sentença, seria passível da aplicação de medidas compensatórias, de forma a dotar de certo caráter coercitivo as decisões do Tribunal, evitando, assim, se convertessem em meras recomendações ou conselhos.

---

[2] González C. A.. Sistemas de Solución recontroversias del MERCOSUR, As. 2003. p. 166: "O recurso à nota de esclarecimento foi empregado por uma ou ambas as partes em cinco controvérsias. A nosso ver, em alguns casos com o verdadeiro sentido de uma nota revocatória ou de apelação ante o mesmo Tribunal *ad hoc*. Em algumas oportunidades, o Tribunal adotou um critério muito lato ao interpretar o recurso, respondendo como se se tratasse realmente de um recurso de esclarecimento, mesmo não tendo acolhido a petição. Em outra, declarou que a petição extrapolava objeto do recurso".

Essas foram, em largos traços, as características do sistema instituído pelo Protocolo de Brasília. Conquanto longe de constituir o melhor sistema possível, o mesmo se adequava ao que cabia esperar da etapa inicial do processo de integração.

Dado o caráter transitório do sistema previsto no Protocolo de Brasília, foi assinado, no final do ano de 1994, o Protocolo de Ouro Preto, com o qual se pretendia substituir o sistema cuja vigência expirava. De qualquer forma, esse novo instrumento tampouco representou um avanço significativo para a instalação de um autêntico sistema permanente.

Para começar, àquela altura a prioridade do bloco era por em funcionamento uma União Aduaneira, como primeira etapa para a construção de um mercado comum. Visto que as energias do bloco deviam ser empregadas nessa tarefa, ficou decidido simplesmente confirmar o sistema de solução de controvérsias instaurado pelo Protocolo de Brasília. De todo modo, estabeleceu-se a obrigação de efetuar uma revisão do sistema então vigente de solução de controvérsias com vista à adoção de sistema permanente a que faz alusão o item III do Tratado de Assunção, e o artigo 34 do Protocolo de Brasília. Essa obrigação devia ser levada a cabo antes da conclusão do processo de convergência da Alfândega Externa Comum.

3.2. Evolução do sistema: para um Tribunal Permanente

A criação de um Tribunal Permanente, que desse tranquilidade e, sobretudo, segurança jurídica ao bloco, contribuindo, assim, para sua consolidação, foi, desde sempre, uma aspiração paraguaia. Nesse sentido, e na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do Paraguai (à época), apresentamos a "Proposta paraguaia para melhorar a Justiça do MERCOSUL". Essa proposta, que continha um projeto de protocolo, tinha por propósito avançar na institucionalização de um sistema de solução de controvérsias, substituindo os meios de solução mais marcadamente políticos que aconteciam sob a norma então vigente por meios mais autenticamente jurídicos. Os fundamentos da proposta tinham relação, além disso, com o caráter meramente transitório do sistema instituído pelos Protocolos de Brasília e de Ouro Preto.

No dia 18 de fevereiro de 2002, foi assinado em Buenos Aires, na Quinta Presidencial de Olivos, o Protocolo de Olivos. O mesmo encontra-se

atualmente em vigor, com a ratificação dos quatro países membros desde 2 de janeiro de 2004. Com a assinatura desse Protocolo, deu-se um grande passo para a consolidação de um sistema de solução de controvérsias adequado, mediante o estabelecimento de um Tribunal de Revisão Permanente. Com ele parecia , finalmente, cumprida o previsto no item III do Anexo III do Tratado de Assunção.

Em largos traços, pode-se dizer que o Protocolo de Olivos estabelece um procedimento com maiores garantias processuais para os Estados e uma relativamente melhor proteção para os particulares. Como instrumentos para a solução de controvérsias, o Protocolo em questão compreende, além das opiniões consultivas, um procedimento que se desenvolve nas seguintes etapas:

a) negociações diretas;
b) intervenção do Grupo Mercado Comum;
c) procedimento arbitral *ad hoc;*
d) procedimento de revisão;
e) medidas excepcionais de urgência.

Se compararmos o sistema atual com o instituído pelo Protocolo de Brasília, notaremos que nesse último, para comparecer a um procedimento de arbitragem, era necessário esgotar previamente as instâncias obrigatórias anteriores. O procedimento se consubstanciava perante o Tribunal *ad hoc*, composto por três árbitros, o qual, uma vez proferida a sentença, encerrava suas funções. Dado o caráter ocasional do tribunal, ele implicava risco de que se produzissem opiniões divergentes ditadas por diferentes tribunais formados *ad hoc*, cujas decisões não constituíam uma jurisprudência que pudesse servir de fonte em outros casos.

Tudo isso, naturalmente, trazia embutido um grande problema para a segurança jurídica do MERCOSUL, de modo que o sistema atual pretende remediar a situação anterior com a finalidade de contribuir para a consolidação institucional do bloco. Pode-se afirmar que essa reivindicação de institucionalização estava dirigida, em primeiro lugar, à justiça, e, em seguida, a um eventual parlamento do MERCOSUL, de modo que uma das mensagens mais claras emitidas pelo bloco para a comunidade internacional com relação a sua consolidação institucional foi a criação do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL.

No que resta desta exposição, dedicar-nos-emos a descrever e explicar as principais figuras consagradas pela regulamentação do Protocolo de Olivos relacionada com os diferentes instrumentos para a solução de controvérsias, a saber:

a) as opiniões consultivas;
b) o procedimento arbitral *ad hoc*;
c) procedimento perante o Tribunal Permanente de Revisão;
d) medidas excepcionais de urgência; e
e) reclamações de particulares.

4. Diretrizes principais da Política Exterior Paraguaia

No ano de 2002, pela primeira vez na história do Paraguai traça-se um esboço escrito das diretrizes da política exterior paraguaia do século XXI. Obviamente, tratava-se de um plano de médio e longo prazo, que devia ser objeto de revisão permanente por parte da Chancelaria, de acordo com a evolução da conjuntura internacional. É sabido que em matéria de relações internacionais, os acontecimentos se sucedem com uma velocidade vertiginosa, e, além disso, que todo plano está sujeito a permanentes revisões.

Podemos afirmar, então, em base nesse documento, que os grandes temas da agenda internacional do Paraguai são os seguintes:

a) Desenvolvimenteo sustentável

Nesse setor, o Paraguai deve lutar para conseguir êxitos na combinação da sustentabilidade, da livre iniciativa com responsabilidade e igualdade social por meio da efetiva vigência do comércio internacional livre de barreiras protecionistas. Deve lutar para conseguir um mundo no qual as desigualdades sejam atenuadas e se busque uma melhor distribuição da riqueza. Com isso, seriam evitados os conflitos de caráter político que ocorrem por falta de políticas claras em que devem estar empenhados todos os governos. O livre comércio pode ser uma das ferramentas fundamentais para conseguir isso. Porém deve ser, entenda-se bem, livre comércio "livre", isto é, que não existam os entraves alfandegários ou para-alfandegários que os desvirtuam. Possuímos muitos exemplos sobre o tema. Para mencionar apenas um, o do aço brasileiro e sua comercialização com os Estados Unidos, felizmente hoje resolvido.

b) Estado de direito democrático, governabilidade e questões sócio-culturais

No mundo atual, e, sobretudo, em nossa região, não se pode pensar em outro sistema de governo que não seja a democracia. Sabemos que esta existe em nosso País, embora longe de alcançar a qualidade desejada. Houve inúmeras e reiteradas tentativas, algumas já relatadas aqui, de interrupção. Todavia, ela tem evitado, com sucesso, os escolhos, embora sempre esteja latente o tema da governabilidade, que é, obviamente, intimamente relacionado com a democracia. Esse tema é muito complexo, pois existem numerosos fatores que devem ser levados em conta.

O principal fator é, entretanto, o político. Nem todas as vezes é alcançada a maioria necessária, por parte dos governos, para aprovarem seus planos, e isso significa necessidade de negociação permentente, no âmbito do Congresso, com os demais partidos. Os movimentos sociais, também, adquiriram muito poder nos últimos tempos, e se transformaram em verdadeiros grupos de pressão que dificultam a governabilidade. Por outra parte, as classes mais necessitadas exigem solução imediata de seus problemas, para os quais não existem receitas mágicas, e sim um plano de médio prazo, que contenha fundamentalmente ações para frear os enormes gastos do Estado, e alocar mais recursos para a área social. O imediatismo exigido é de impossível execução, mas pode ser viável a adoção, no mais curto prazo possível, das medidas que podem ajudar a eliminar a enorme pressão social de que padecem nossos países.

c) Economia, comércio e investimentos

São também um fato indiscutível as mudanças ocorridas no mundo nos últimos tempos no que respeita às relações comerciais. Agir isoladamente tornou-se uma tarefa impossível, sobretudo em economias tão débeis como a nossa, de forma que o melhor caminho para enfrentar os desafios nessa área é o do multilateralismo, ou a constituição de blocos, visto que dessa maneira é muito mais fácil negociar com outros blocos ou países mais desenvolvidos. Temos que admitir que um país como o Paraguai, com seis milhões de habitantes, é pouco atraente para uma negociação com a União Européia. Não assim, porém, se a negociação se realiza através do MERCOSUL.

Por outra parte, há também o desafio da segurança jurídica. Os investidores são muito cuidadosos na hora de escolher os lugares onde empregar seu capital, e o farão naqueles países que ofereçam, em primeiro lugar, segurança jurídica, e, em seguida, leis ágeis sobre investimento, que ofereçam garantias de retorno dos serviços, facilidades de crédito, energia abundante, ou, pelo menos, disponível.

d) Direitos humanos

A partir dos governos militares, que se caracterizaram por uma sistemática violação dos direitos humanos, e desde o advento de Jimmy Carter como Presidente dos Estados Unidos, o tema dos direitos humanos adquiriu importância fundamental, e essa é a razão por que no Paraguai se fez dos direitos humanos um tema fundamental de sua agenda internacional. Em virtude deles, pela primeira vez, em 2002, fui eleito membro da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

e) Meio ambiente

Esse tema, de indubitável importância para todo o mundo, que traz preocupação a todos os níveis, também faz parte da agenda paraguaia. Deve participar de todos os esforços regionais e mundiais para adotar políticas conducentes e resguardá-los das agressões que nós, os próprios habitantes do Planeta, lhe estamos fazendo diariamente.

5. Objetivos da Política Exterior Paraguaia

Com base em tudo o que foi dito anteriormente, pode-se resumir os objetivos da política exterior do Paraguai nos seguintes objetivos para os próximos anos:

a) Desenvolver uma política econômica e de inserção comercial internacional que facilite a abertura dos mercados externos para apoiar o crescimento e aumento da competitividade nacional.

b) Fortalecer a democracia e os processos de integração e cooperação política e econômica sub-regionais e hemisféricas.

c) Desenvolver uma política de conexão com o mundo, incentivando a captação e o aperfeiçoamento da infra-estrutura de transporte, energia, comunicações e tecnologias da informação.

d) Promover iniciativas pública e privadas para o aperfeiçoamento da educação, estimulando a cooperação e a assistência internacional como estratégia para a superação da pobreza e a inclusão de nosso País na sociedade mundial do conhecimento e da informação.

e) Contribuir para a criação de uma ordem mundial pacífica, segura, eqüitativa e preocupada com a sustentabilidade.

f) Promover mecanismos de diálogo e consulta com as organizações da sociedade civil para traçar a política exterior do País. [3]

6. À moda de conclusão

Como conclusões relativas à política exterior paraguaia podemos dizer que ela está direcionada, como em todos os países, ao fortalecimento do poder nacional, e, por conseguinte, para sua inserção no mundo de forma positiva, com forte inclinação para a diplomacia econômica e comercial, e atenção especialmente voltada para os direitos humanos.

Suas relações com os vizinhos e dentro do bloco MERCOSUL são prioritárias e buscam um melhor entendimento que lhe permita alcançar as metas de desenvolvimento consentâneo com o mundo em que vivemos. Isso, entretanto, não deve ser um obstáculo a que se negocie abertura de mercados fora do bloco, em negociações conjuntas com ele ou separadamente.

Deve-se notar que outros países da região, como o Uruguai, por exemplo, estão a ponto de assinar acordos de livre comércio sem a participação do MERCOSUL, o que, para mim, se configura num fato de sérias conseqüências para a integração, porém o fazem porque às vezes não encontram respostas dentro do próprio MERCOSUL.

O Paraguai busca, também, contribuir, com sua presença nos organismos internacionais, para a construção de um mundo melhor, mais pacífico, onde imperem as normas do direito internacional, o respeito à autodeterminação dos povos, e um desenvolimento harmonioso e equilibrado entre todos os regimes do globo.

---

[3] Bases y lineamientos de la Política Exterior del paraguay para el siglo XXI. Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay, Noviembre de 2002.

O Paraguai enfrenta o processo de globalização como um desafio que tem seus pontos fortes e fracos, e que deve saber aproveitar os primeiros e precaver-se contra o últimos, de tal forma que possa ser de grande utilidade para o País.

E, finalmente, busca, como país sem litoral, que se lhe concedam preferências que lhe permitam ter acesso ao mundo em condições de maior competitividade. Por essa razão, participa ativamente da Comissão de Países Sem Litoral das Nações Unidas, onde se propugna para que os países que possuem litoral concedam facilidades aos que não dispõem de mar.

Esta é, em rigorosa síntese, uma visão do Paraguai e de sua política exterior.

Argentina-Brasil, um projeto desejável e possível?

Roberto Lavagna

As iniciativas visando à convergência entre a Argentina e o Brasil avançaram substancialmente desde os acordos de 1986. Lá se romperam, embora não tenham desaparecido por completo, as tendências negativas a uma competição conflituosa, pouco visíveis, porém não menos negativas, à indiferença mútua. Ambas atitudes e posturas só podem ser combatidas com decisão política compartilhada e com a existência de planos estratégicos convergentes, até chegar ao ponto em que a estratégia passe a ser um projeto regional.

Para que os objetivos de um projeto regional possam ser atingidos, e, por conseguinte, para que o salto qualitativo dado em 1986 avance decididamente, há, todavia, dois escolhos que convém reconhecer:

i) a tendência verificada, pelo menos do início dos anos 80 em diante, a se adotarem, em matéria de economia e de política externa, condutas não-convergentes no tempo, e

ii) a ausência, na relação bilateral, de discussão em profundidade sobre a estratégia de desenvolvimento e de inserção na região e no mundo.

Tarefa quase impossível e inútil, dirão muitos pragmáticos, para quem o traçado de uma rota, de linhas de energia e o aumento do comércio, são muito mais eficientes e valem mais, tanto em escala nacional quanto regional,

do que discussões abstratas sobre a coordenação de fases de política econômica, ou as ainda mais longínquas discussões sobre visões estratégicas. Os que argumentam dessa forma contrapõem realidades e êxitos comerciais ou de infra-estrutura com o tédio de discursos burocráticos que não têm relação com as necessidades e os interesses concretos.

Diante desse argumento, eu diria Sim e Não.

Sim, é verdade que, com freqüência, em nossa região – e por que não dizer também no mundo – produzem-se mais discursos e especulações do que obras e decisões concretas, com base na realidade e nas necessidades imediatas de nossos povos.

Não é verdade, por outro lado, que esse pragmatismo consiga, por si mesmo, substituir a existência de uma "visão" de para onde vamos, de onde o mundo está mudando e de como nos adaptamos e nos inserimos ativamente nele.

Aí está o exemplo da União Europeia para nos fazer lembrar essa dupla necessidade de ação a partir da reflexão: o que teria sido do projeto europeu, se, por trás da Comunidade do Carvão e do Aço (setores estratégicos no momento do esboço do projeto), não tivesse existido uma motivação extra-econômica, que foi o estabelecimento das bases de uma *pax europea* que impossibilitasse a repetição de confrontos como os da I e da II Guerra Mundiais. Ali, na busca de um esquema de paz duradoura, estava a matriz de um projeto que logo se alcançou pela via de acordos em políticas para o carvão e o aço e para a agricultura.

Quase por absurdo poderia alguém perguntar se as dificuldades atuais da construção européia não passam, exatamente, pela perda de visão, pela perda de profundidade e pelo fato de que a expansão geográfica talvez se esteja fazendo à custa de uma maior superficialidade, baseada exclusivamente em interesses econômicos.

O pragmatismo é uma condição necessária, não, porém, suficiente, com certeza. Vale a pena, por conseguinte, analisar os dois escolhos que se antepõem a nosso processo integrador.

I. Condutas não-convergentes

Nos últimos vinte e cinco anos é possível distinguir três períodos nos quais as condutas da Argentina e do Brasil não foram convergentes, nem em sua leitura da realidade econômica, nem da política internacional. A primeira

[conduta] ocorreu por ocasião da crise da dívida que o México desencadeou em 1982. Durante uma década, os grandes bancos internacionais tinham agido reciclando os recursos extraordinários que os países produtores de petróleo tinham recebido como resultado do primeiro *shock* de elevação do preço do petróleo e derivados, em 1973. Nesse processo de reciclagem, os países latino-americanos encontraram-se diante de ofertas de crédito visivelmente mais flexíveis do que de costume, e fizeram uso desses créditos aumentando de forma substantiva seu endividamento externo.

Quando surgiu a crise, apareceram duas interpretações diferentes: a que indicava que estávamos diante de uma crise de "liquidez", e a dos que críamos que havia uma crise mais grave, de "solvência".

Os países centrais e os grandes bancos internacionais, que tinham agido como prestamistas, sustentavam a tese da liquidez, e sua proposta foi no sentido de evitar "saques" (*hair cuts*) abertos, e de favorecer, como alternativa, um processo de refinanciamento que implicava algumas reduções menores do endividamento. A tese da crise de "solvência", por sua vez, propunha que o endividamento era insustentável, e que eram necessários saques explícitos mais amplos. Do contrário, ficaria hipotecado o crescimento de muitos países.

A escolha de um ou de outro caminho não eram meras decisões individuais dos países, uma vez que havia implicitamente um efeito "dominó". Se os países devedores, ou, pelo menos, os de maior peso, tivessem podido impor o critério de que se estava diante de uma crise de solvência, teria sido possível não apenas refinanciar, como, até mesmo, aliviar, de forma substantiva, as dívidas externas.

Isso não ocorreu. Enquanto o Ministro da Fazenda brasileiro, Funaro (Governo Sarney) se inclinava para uma ação concertada em torno do critério de solvência, o governo argentino (Administração Alfonsin-Sourrouille) preferiu aceitar a tese da liquidez e embarcar num processo de reescalonamento das dívidas, mais do que numa efetiva redução da mesma.

A segunda ocasião foi durante a década de 90. A Argentina (Administração Menem-Cavallo) embarcou num processo generalizado de liberalização financeira, de privatizações e de forte valorização da moeda nacional, além de um regime cambial rígido, como foi o da "convertibilidade", que funciona praticamente como uma Caixa de Conversão. Durante aqueles anos, o Brasil, ao contrário, manteve uma maior autonomia de sua política monetária, cambial e econômica, em geral (Governo Fernando Henrique

Cardoso-Malan). Essa disparidade de políticas econômicas, que, com o correr dos anos, se tornou cada vez mais evidente, especialmente a partir de 1995, e do período pós-Tequila, dificultou planos estratégicos comuns. Mais ainda, a Argentina envolveu essas políticas econômicas num alinhamento internacional muito patente com os Estados Unidos, dentro da doutrina conhecida na Argentina como das "*relações carnais*", usando uma expressão do chanceler argentino do momento.

A Argentina virou moda nos mercados internacionais, foi designada aliada externa da OTAN, participou da Guerra do Golfo e funcionou como o melhor aluno do Consenso de Washington. O grau extremo desse alinhamento não foi compartilhado pelo Brasil, e se não ocorreu um conflito aberto, surgiram desconfianças e até rivalidades inúteis.

O terceiro e último exemplo corresponde a esta década. Ruindo a "convertibilidade", ruiu também, na Argentina, a confiança social e política nas políticas ortodoxas do Consenso de Washington. Produziu-se, no País, a pior crise econômica e social em um século, com o fracasso do sistema financeiro no atendimento de seus compromissos (2001, Governo de De la Rúa-Cavallo) e o posterior e inevitável *default* aberto da dívida, decretado com grande ausência de prolixidade por um governo transitório que durou apenas alguns dias (Administração Rodriguez Saa).

A posterior renegociação da dívida externa com um "saque" muito substancial (governos Dudhalde-Lavagna e Kirchner-Lavagna) e a colocação em marcha de uma nova política econômica que se distanciou das recomendações ortodoxas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), ocorreu num momento em que o Brasil optou pelas políticas mais convencionais. À flexibilidade e subvalorização do peso argentino correspondeu uma permanente valorização do Real brasileiro. Às taxas de juro baixas na Argentina corresponderam, durante certo tempo, taxas de juros básicas muito altas no Brasil (Governo Lula da Silva-Palocci/Mantega).

A Argentina destaca-se, em nível mundial, pela política de redução da dívida líquida com o FMI e o Banco Mundial. Além disso, com relação a esse último organismo e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi proposta a substituição dos programas de "ajuste estrutural" pela volta da política tradicional de créditos para projetos de infra-estrutura. O Brasil levou mais tempo para se adequar à idéia de redução da dívida, e, pelo contrário, os representantes do Brasil advogaram a idéia de manter os programas de ajuste estrutural, que implicavam, segundo nosso ponto de vista, ainda mais e

inaceitáveis intromissões nas políticas internas. Nessas ocasiões, do lado argentino preservou-se a autonomia da política monetária, enquanto que o Brasil entrou no esquema mais rígido de metas de inflação.

A moda trabalha hoje a favor do Brasil, e, visivelmente, contra a Argentina. Seria impossível, nessas notas, discutir a pertinência de uma ou outra das posições acima assinaladas. O que agora é preciso enfatizar é que não houve sincronia na escolha de políticas, que, além do mais, foram, de um lado e do outro, decididas sem a menor consulta com o parceiro. Enquanto um dos países foi flexível, menos ortodoxo, e, por conseguinte, mais autônomo com respeito a fatores externos, o outro deliberou por ser ortodoxo e por preocupar-se prioritariamente com a opinião dos mercados.

II. Estratégia de desenvolvimento e inserção e integração regionais

O segundo dos obstáculos é o da falta de uma estratégia de desenvolvimento que não seja mero reflexo das decisões nacionais, mas que sejam também dotadas de uma envergadura regional.

Como no caso anterior, podem-se escutar argumentos contrários a essa afirmação. Poder-se-iam citar exemplos de desenvolvimentos estratégicos, como a indústria nuclear, o setor farmacêutico, ou o plantio de soja na Argentina. No Brasil não se pode ignorar a não menos espetacular expansão da soja, o programa de biocombustíveis, o desenvolvimento da indústria aeronáutica ou as políticas de médio prazo no setor petrolífero, que transformaram o Brasil, de um país quase inteiramente importador de petróleo, em uma das reservas mundiais. Reservas que o situariam, pelo menos, entre os 10 primeiros países produtores.

Mais ainda, é possível citar alguns outros exemplos, em cada um dos países, e utilizar isso como reflexo de estratégias em escala nacional, com impacto indireto sobre a região.

Creio, entretanto, que o problema não é esse. É óbvio que em ambos os países há planos do tipo estratégico. Entretanto, "planos" no plural não são a mesma coisa que um "plano" global integrado. Os planos, no plural, atendem a setores ou áreas específicas, e, de fato, podem revelar-se bem sucedidos e mudar segmentos importantes da realidade nacional.

A menos que se pense que o mero somatório de planos é um plano estratégico, numa visão global podem coexistir os sucessos parciais com a insuficiência global.

Essa é também a posição do ministro de Assuntos Estratégicos do Governo do Brasil, que, há pouco, afirmou: "*o que interessa é que não existe debate sobre nossas respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento, não temos uma comunidade intelectual, e precisamos tê-la.*" Mais uma vez, o exemplo da Europa está disponível. Mas, para além das fronteiras internas livres, particularmente as comerciais, há numerosos programas de desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e de serviços para o conjunto de países ou para subgrupos do mesmo. Isso, e não apenas as tarifas alfandegárias externas comuns, é o que diferencia um projeto de livre comércio de um projeto de mercado comum e união econômica.

Exatamente por isso, o projeto atual assemelha-se mais a uma zona de livre comércio, do tipo NAFTA, do que foi o projeto inicial.

O ex-Presidente Sarney, na mesma linha de idéias, diz:

> *"Mas nos equivocamos no processo de integração, quando, em julho de 1990, Brasil e Argentina assinaram a Ata de Buenos Aires, decidiram mudar os rumos e, em vez de focalizar o mercado comum, priorizaram o desenvolvimento de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira em um prazo de cinco anos, com os riscos implícitos nessa nova abordagem*."

A partir da perspectiva global, alguém poderia indagar, e provar para ele mesmo, que esse somatório de planos não mudou o problema mais grave em nossos países, que outro não é senão o da enorme desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades. A fragmentação social, o mal mais manifesto dos países latino-americanos, não se modificou, e as ações de compensação, via planos sociais, não conseguem mais do que aliviar necessidades do presente, sem modificar as condições do futuro.

A Argentina dificilmente poderia argumentar que possui uma visão global, quando, numa década, transitou de uma economia da supervalorização da moeda nacional e do superendividamento, para uma economia de moeda subvalorizada, e à busca da eliminação do endividamento como objetivo essencial. Não existe plano estratégico sério que possa justificar essas variações, que, além do mais, tiveram seu equivalente em matéria de relações internacionais. Nos últimos dez anos, passou-se de uma adscrição sem críticas à política dos países centrais e

dos organismos multilaterais, para certo "esquerdismo" *light*, grandemente desafiador dos organismos multilaterais.

Resultaria igualmente difícil para o Brasil explicar por que, para além dos elogios e da atração dos investimentos, tem sido, dentre os países "continentes" e as potências emergentes (BRIC) o de menor crescimento. É muito possível que tanta diferença em relação à China, à Rússia e à Índia, categoria a que o Brasil aspira pertencer, esteja relacionada com o fato de a taxa SELIC e a livre mobilidade de capitais terem pesado mais na consideração dos poderes públicos e privados do País do que a taxa de expansão do produto interno bruto.

Produto Interno Bruto
Taxa média anual de crescimento

Período	Brasil	China	Índia	Rússia (*)
1980-1989	2,98	9,71	5,57	n.d
1990-1999	1,72	9,99	5,65	-3,8
2000-2007	3,44	9,85	7,1	7,03

(*) Média 1993-1999

III. Os escolhos a superar

Em síntese, expostos brevemente, os temas de fundo que nos impediram de avançar e que ainda nos impedem são:

- Solvência ou liquidez , como conceitos alternativos para diagnosticar crises financeiras.
- Supervalorização ou subvalorização da relação de troca com o mundo global.
- Sustentabilidade macro ou aceitabilidade dos mercados.
- Visão estratégica ou somatório de planos; ou seja, visão global, que modifique as questões fundamentais da armadura social e da dinâmica econômica, ou visão parcial, somatório de planos em áreas relevantes.

Sem dúvida, há outras questões que podem ir contra o processo integrador, entretanto, no meu entendimento, resumem-se aqui alguns aspectos relevantes, e, certamente, não meramente teóricos. Parece-me muito útil refletir

sobre os aspectos acima indicados, que constituem a organização econômica e social, e que têm, por conseguinte, conseqüências de fundo.

IV. Estratégia de desenvolvimento e inserção no mundo global

Em um mundo crescentemente globalizado, isolar-se equivale a expor-se ao atraso e à irrelevância. Não é menos verdade, por outra, que abrir-se sem uma estratégia nacional e regional equivale a renunciar à possibilidade de crescimento e distribuição.

Se tivesse de representar graficamente a globalização, com certeza recorreria a uma esfera. Numa visão ideal, a globalização pode ser representada por uma esfera lisa e perfeita, onde a distância mínima entre dos pontos apresenta uma única solução. A esfera é, além disso, rígida, de forma que a ação que se exerça sobre ela não a altera. A realidade, por sua vez, pode ser mais bem representada por outro tipo de esfera. Uma noz também é uma esfera, porém rugosa, e nela a distância mínima entre dois pontos pode apresentar mais de uma solução. É, além disso, suficientemente porosa para que a ação que se venha a exercer sobre ela possa alterar certas condições.

Essa diferença de representação pode, também, ser a diferença entre uma aceitação *passiva*, de um único caminho, o da globalização, e uma aceitação *ativa* do mundo global, onde se reconhece que pode haver mais de um caminho para se incorporar a ela.

A ortodoxia econômica e social, estabelecida nos centros intelectuais do mundo desenvolvido e nos organismos multilaterais, particularmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que habitualmente expressam os interesses e desejos do G7, favorecem a "imagem" perfeita da globalização. O princípio básico é que tudo aquilo que resista à livre circulação de bens, serviços e capitais, é negativo e implica perder possibilidades em termos de crescimento. Há, contudo, nesse pensamento dominante, uma não menor exceção. A globalização já não é perfeita, passa a ser rugosa, apta a definir soluções nacionais para encontrar caminhos diferentes quando se trata da livre circulação de pessoas. Nesse caso, as barreiras, os controles, as políticas restritivas e seletivas são defendidas e aplicadas com vigor cada vez maior. Os muros se erguem quando se trata de trabalhadores não qualificados, mas as portas tendem a se abrir quando se trata de pessoal qualificado em universidades e centros de formação do mundo em desenvolvimento.

Alguns países importantes do mundo em desenvolvimento – Índia, por exemplo – propuseram em foros internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, como estratégia de negociação, uma posição diferente: controles para o comércio internacional de bens e serviços, e liberdade para o trânsito de pessoas. Isto é, controle para os bens, não, porém, para os fatores de produção, ou, em última instância, liberdade para ambos.

Para além dessa discussão, que se repete com freqüência em grandes conferências internacionais, a realidade prática do mundo em desenvolvimento ganha com adotar a idéia de que a *globalização rugosa* está mais próxima de seus interesses. É porque isso permite reconhecer a existência de estágios diferentes de desenvolvimento; tentar desenvolver novos setores e ir adaptando, progressivamente, as produtividades aos padrões internacionais; contrabalançar políticas, como as que favorecem no mundo desenvolvido a importação de bens sem elaboração, e discriminam, por meio de uma escala alfandegária invertida adversa, os bens com valor agregado, etc., etc.

Aceito esse princípio de entrar para a globalização com margens de ação, a grande diferença é se o mesmo vai-se expressar através de políticas pontuais, *ad hoc*, de curto prazo, ou se fazem parte de uma estratégia global do País. A diferença é enorme.

O puro pragmatismo e casuísmo das políticas pontuais faz com que as políticas fiquem em mãos de empresários em busca de renda, que a corrupção se alastre devido à conivência com interesses setoriais e que o valor das tecno-estruturas do Estado tenda a decair. Ao contrário, quando se define uma política nacional estável, com objetivos e horizontes bem definidos, a capacidade dos caçadores de renda logo se restringe, e a luta contra a corrupção dispõe de formidáveis instrumentos, como o desenvolvimento de equipes técnicas de alta qualidade e a possibilidade de julgar resultados concretos *versus* objetivos que correspondam ao plano estratégico.

São muitas as vozes que se levantam contra a globalização. Desde as que assumem um tom decididamente negativo até as que cercam o fenômeno com advertências e precauções. A romancista e ensaísta francesa Viviane Forrester escreveu

> *"Não vivemos sob a garra fatal da globalização, e sim sob o jugo de um regime político único e planetário não reconhecido: o ultraliberalismo, que rege a globalização e a explora em detrimento*

das grandes maiorias. Essa ditadura sem ditador não aspira a *tomar o poder, e sim a dirigir os que o exercem"*[1].

O economista de Harvard, Dani Rodrik diz:

"*o que não me agrada, e em algumas ocasiões também ocorre, é que alguns acabem tornando-se imensamente ricos, enquanto outros pioram de situação, e a globalização definitivamente desempenha um papel contribuindo também para essa segunda conseqüência".*[2]

Mais perto de nós, nosso Aldo Ferrer afirma: *"a globalização é seletiva*, *e abarca as esferas onde predominam os interesses dos países mais poderosos".*[3]

Uns e outros têm razão, porém a globalização como fenômeno tecnológico aí está e parece pouco provável imaginar um cenário em que haja um retrocesso. Por conseguinte, restam três alternativas:

• repeli-la, e ficar à margem das correntes tecnológicas, comerciais e de investimento mundiais;

• aceitá-la passivamente, e reduzir os benefícios que dela se podem auferir; ou

• aceitá-la de forma ativa, limitando os riscos e maximizando as possibilidades

Para avançar na definição de uma *inserção ativa*, é útil pensar em quais são os elementos básicos através dos quais se desenvolvem vantagens comparativas e competitivas.

Nesse sentido, há que explorar quatro grandes elementos de competitividade:

i) os menores custos trabalhistas;

ii) dotação natural de fatores (clima, terra, minas);

iii) as grandes escalas de produção; e

iv) diferenciação de bens e serviços, associados à disponibilidade de melhores tecnologias de produtos e/ou de processos.

---

[1] "Una extraña dictadura".

[2] "Entrevista diario Clarín", 13.4.08".

[3] "De Cristóbal Colón a Internet: América Latina y la Globalización".

Os baixos custos trabalhistas são típicos de países com alta disponibilidade de mão-de-obra, que em economia se define como abundância de um dos fatores da produção: o trabalho. Esse tem sido, e é, ainda, um dos grandes ativos de países como a China, a Índia, e, em menor grau, de outros países em desenvolvimento, como a Indonésia.

A dotação natural significa, obviamente, dispor de condições privilegiadas de terra, clima, água ou minas.

As grandes escalas de produção permitem uma forte redução de custos fixos, desde a pesquisa e desenvolvimento do produto e dos processos até à colocação no mercado, passando por etapas intermediárias, como difusão, desenho, cadeias de serviços associados com o bem, etc. Para alcançar essas escalas, são necessários mercados internos mais amplos em matéria de população e de poder aquisitivo e/ou forte implantação em mercados internacionais relativamente abertos.

Finalmente, dispor de tecnologias que fazem com que a variedade, a utilidade, a qualidade de bens e serviços e o ciclo de renovação sejam "diferenciais" com relação aos disponíveis nos mercados mundiais.

Há, hoje, na cena internacional, países que dispõem de vários desses elementos sobre os quais assenta a competitividade. Outros, por sua vez, podem contar com apenas um.

Países como a China são, hoje, temíveis, em termos de competição, porque dispõem de enormes recursos de mão-de-obra de baixo custo relativo, trabalham com grandes escalas de produção, e, mais recentemente, foram-se incorporando à produção de bens de base tecnológica.

Outros, em geral os países desenvolvidos, o são ao mesmo tempo em que pagam altos custos de mão-de-obra e de seguridade social. Isso ocorre porque, em compensação, dispõem de tecnologias de ponta, e sobre essa base, chegam com bens (bens de capital e equipamento, em geral, medicamentos, etc.) e/ou serviços de valor agregado (software, conteúdos audiovisuais, por exemplo) a mercados mundiais desregulamentados, com o que conseguem consolidar grandes escalas de produção.

Economias de baixo nível de desenvolvimento (África), ou de escassa integração, diversificação e encadeamento interno (países produtores de petróleo) só operam em mercados baseados em recursos naturais, muito especialmente na mineração.

Ficam por último países especializados em bens altamente diferenciados, com fortes especializações de valor agregado, seja na categoria de bens (p. ex., Israel em equipamento de segurança, a Itália em couro, etc.), seja em serviços (finanças e administração de carteiras, como em diversos países europeus).

Se esse é o quadro geral, o Brasil e a Argentina deveriam definir suas estratégias nacionais e regionais a esse respeito.

Repassando os elementos, pode-se advertir:

• que a Argentina possui população escassa, e que o Brasil a possui média, se comparada com países do Sudeste Asiático;

• que contamos com condições naturais e desenvolvimento empresarial muito importante em setores produtivos de bens agropecuários e da pesca, bem como com recursos minerais importantes; que, salvo no caso de alguns bens intermediários, ou, excepcionalmente, de bens finais (bens do setor agro), nossas escalas de produção são reduzidas, no caso da Argentina, e médias, no caso do Brasil;

• que a inserção mundial, mesmo com escalas produtivas mais reduzidas, pode ocorrer na base da diferenciação de produtos.

Isso inclui tanto bens genuinamente de alta tecnologia quanto bens de capital, bens alimentícios de elevada qualidade, por conseguinte diferenciados em escala mundial, e mesmo bens de consumo com alto *design,* ou serviços com valor agregado, como *software*, conteúdos, etc.

Como conseqüência – e salvo exceções –, a inserção ativa passa fundamentalmente, para nossos países, por uma "base" de recursos naturais – dos quais a maioria possui caráter de renováveis (alimentos) – e de especialização em bens e serviços diferenciados. Muito dessa diferenciação faz parte da cadeia de agregação de valor a partir de bens agroindustriais ou de recursos naturais em geral. No caso dos recursos naturais e adquiridos (agropecuária) há, sem dúvida, um limite ao acesso a mercados, que hoje é imposto por parte das políticas de países que subsidiam e protegem exageradamente a produção local. Entre os que usam ativamente essa combinação de subsídios/proteção estão nada mais nada menos do que os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, isto é, mercados com grande poder aquisitivo.

É óbvio que a situação não é idêntica no caso da Argentina e do Brasil. Basta assinalar que a restrição populacional e a disponibilidade abundante de

mão-de-obra agem muito mais fortemente sobre a Argentina do que sobre o Brasil.

Outro tanto ocorre com as escalas eficientes de produção, onde a dimensão do Brasil é duas ou três vezes maior.

Diante dessa vantagem relativa do Brasil, a Argentina conta com a de ter que desenvolver um aparato econômico e de emprego muito menor, o quer permite alcançar o equilíbrio ocupacional – por conseguinte, social – de modo mais fácil.

Não obstante essas diferenças, no fundamental, no dia de hoje, nem a Argentina nem o Brasil contam com as vantagens de dispor de um esquema produtivo de país desenvolvido, nem com reservas populacionais comparáveis às do Sudeste Asiático.

É evidente que a Argentina, em particular, em termos de população, é um país pequeno, que não pode nem deve competir sobre uma base de baixos salários e escassa ou nula proteção social. Tampouco conta, hoje, salvo no setor agropecuário, com grandes escalas de produção. Resta, portanto, uma base comercial de exportação agropecuária e de pesca e o desafio de ter acesso a mercados a partir da diferenciação de bens e serviços.

Da soma do fator escala de produção que o setor primário oferece, com a diferenciação de produtos e o progresso tecnológico que possamos desenvolver dinamicamente, depende que o País seja ou não capaz de esboçar um esquema de inserção ativa na globalização.

Um modelo dessa natureza é o de salários reais e de benefícios sociais altos, no estilo dos países desenvolvidos. Para que isso seja sustentável, há uma exigência clara: conseguir o avanço tecnológico. Esse avanço pode ocorrer seguramente por combinação da incorporação de tecnologias disponíveis no mundo, pela adaptação de tecnologias, ou, em casos mais limitados, pelo desenvolvimento de soluções próprias. Isso só é possível num país que atribua à educação em todos os seus níveis, incluindo-se a formação de quadros, e à ciência e tecnologia, um papel central. O fabrico de um doce, o esboço de um objeto, o tratamento de insumos do setor agrícola, a construção de uma central nuclear, de um avião, de bens ou serviços da área de informática, etc., etc., são inatingíveis sem população apta a absorver métodos, copiar, adaptar, inovar.

Se não contarmos com maciços processos educacionais, não seremos capazes de auferir vantagens da globalização. Isso vale tanto para os bens e

serviços diferenciados quanto para o setor primário, onde as vantagens tecnológicas que tornam possíveis as grandes escalas também requerem um sistema educativo importante.

A conclusão poderia, então, assim resumir-se:

- Não à negação do fenômeno globalizador.
- Sim à preparação para a definição da estratégia-país, à idéia de até aonde ir e do que fazer ante esse fenômeno tecnologicamente irreversível.
- O reconhecimento de que há espaço para uma estratégia regional em que as alternativas da Argentina e do Brasil diferem mais pelo "grau" do que pela substância, sem que isso signifique minimizar diferenças, e, por conseguinte, alternativas. E
- Atribuir à educação, no mais amplo sentido, um papel absolutamente fundamental.

Buenos Aires, 20 de maio de 2008

O Paradoxo Peruano: crescimento econômico e desaprovação política

Julio Cotler

Desde a última "transição para a democracia", levada a cabo em 2001, o Peru atravessa uma situação paradoxal: paralelamente a um elevado e sustentado crescimento econômico, a maioria da população desaprova a atuação do governo da vez, as instituições oficiais e o regime democrático. Essa situação torna mais graves os problemas e os conflitos que atravessa o País desde o passado, ao mesmo tempo em que as precárias lideranças, as representações políticas divididas e os obsoletos organismos estatais não podem e/ou não têm interesse em projetar novos mecanismos de coesão social e política que se façam adelquados aos novos tempos que vive o País.

No contexto da liberalização e da abertura econômica proclamada no início dos anos 90 do século passado, e do equilíbrio macroeconômico que a administração pública vem praticando desde então, a demanda explosiva por *commodities* e os termos de intercâmbio favoráveis contribuíram para que o Peru experimentasse um elevado crescimento econômico, com baixa taxa de inflação, durante sete anos consecutivos, e, apesar da conjuntura externa desfavorável, calcula-se que o País manterá esse tendência durante os próximos anos; daí, correr voz em torno de um provável "milagre peruano".

Com efeito, entre 2001 e 2008, a economia cresceu, por ano, 6.5% em média; o valor das exportações foi multiplicado por quatro, e o PIB cresceu cerca de 50%. Essa condição permitiu ao tesouro acumular reservas internacionais, antecipar o pagamento da dívida externa e reduzi-la de forma

significativa; igualmente, contribuiu para que o investimento privado duplicasse e para que a administração pública contasse com crescentes ingressos fiscais destinados a promover políticas de minoração da pobreza, a descentralização, e, em geral, dinamizar a demanda interna, com o conseqüente impacto no crescimento do emprego e da renda.

O vigoroso apoio político do presidente Garcia à estabilidade macroeconômica e ao investimento proporcionou um clima econômico favorável e a redução do risco-país, pelo que a agência de avaliação Fitch outorgou ao Peru "grau de investimento" para a dívida garantida pelo Estado, havendo a expectativa de que outras sigam o exemplo. Essas circunstâncias permitiram a assinatura de um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, e que se encontre em tramitação a assinatura de acordos semelhantes com países da Ásia e com a União Europeia.

Entretanto, juntamente com esse inédito quadro econômico, a gestão do presidente Alejandro Toledo (2001-06) foi desaprovada pela imensa maioria, e, hoje, ao cabo de dois anos de governo de Alan Garcia, cerca de dois terços da população desaprova a atuação da atual administração; está aí a explicação o fato de, cada um em seu tempo, Toledo e Garcia terem sido os presidentes mais impopulares da América Latina.

Esse repúdio às gestões governamentais tem-se manifestado através das reivindicações e dos protestos que diferentes setores sociais e regionais têm realizado com diferentes graus de violência; igualmente, as críticas ao governo também se manifestam nas periódicas pesquisas de opinião. Vem daí a especulação sobre a possibilidde de que em 2011 um "*outsider*" ganhe o voto majoritário e subverta o atual estado de coisas, tal como ocorreu em 2006, quando Ollanta Humala perdeu as eleições para Alan Garcia por uma exígua margem de 2%.

Esse conjunto de manifestações críticas explica um quadro de instabilidade social e de insegurança política, motivos para que existam sobejas dúvidas sobre o rumo que o País pode adotar no futuro; razão suficiente para que certas agências de avaliação de risco adiem a decisão de outorgar o grau de investimento nas finanças peruanas, apesar de seu excelente desempenho econômico, e de que as empresas transnacionais celebrem acordos com os governos para assegurar a estabilidade jurídica de seus investimentos.

Em termos gerais, aduz-se que as censuras generalizadas e os violentos protestos contra os governos de Toledo e de Garcia devem-se ao fato de

que eles descumpriram, se é que não traíram, suas promessas eleitorais de dar prioridade às reivindicações das classes populares e das regiões andinas, criando fontes de trabalho e de renda, de modo a reduzir, senão a acabar, com a pobreza e a exclusão social. Isso porque o modelo neoliberal implantado pelo regime autoritário comandado por Fujimori-Montesinos favorecia exclusivamente as empresas estrangeiras e os ricos.

Quer dizer, o repúdio aos governantes, e, em geral, ao sistema político, dever-se-ia ao fato de que o crescimento econômico não vem acompanhado de políticas distributivas que atendam aos setores excluídos do mercado e do aparato estatal, o que torna ainda mais visível a desigual e injusta distribuição dos recursos sociais.

Entretanto, essas corretas avaliações ignoram que o crescimento econômico sustentado durante os últimos anos, proporcionou o crescimento do emprego, da renda e do consumo, contribuindo para baixar o nível de pobreza de 44% para 39% da população, pelo que se presume a existência de novas fontes de mobilidade social; igualmente, tais argumentos desconhecem que os governos regionais receberam uma quantidade inédita de renda, que os serviços públicos foram ampliados e continuam se estendendo a setores e regiões até agora excluídos do orçamento público.

Por outro lado, tem-se procurado explicar o mal-estar público recorrendo a fatores psicológicos; a esse respeito, especialistas do BID concluíram que "quando o crescimento econômico aumenta, a satisfação se reduz, pelo menos inicialmente ..." devido às expectativas e às frustrações que alimenta a comparação com "outros" que se encontrariam em melhores condições[1] – proposição que, diga-se de passagem, lembra o "efeito túnel", de Albert Hirschmann. Esse argumento é igualmente plausível, mas não explica, entre outras coisas, a persistência e a intensidde dos sentimentos de insatisfação da maioria dos peruanos com as autoridades, após sete anos de crescimento econômico continuado.

Para responder a tais questões e complementar essas interpretações, examinaremos (ainda que brevemente) as condições estruturais que assinalam o crescimento econômico e a desaprovação ao sistema político: a desigualdade social, a debilidade do Estado e a fragmentação da representação política;

[1] Luis Alberto Moreno y Eduardo Lora, "La brecha de satisfacción. El crecimiento económico y sus consecuencias".

em segundo lugar, revisaremos (sumariamente) as relações entre as autoridades e os diferentes setores da sociedade no contexto das políticas neoliberais.

i) As divisões sociais

O Peru carrega grandes divisões sociais de caráter estamental e regional que deram origem a uma ruptura dupla: entre os setores dominantes e o resto da sociedade, e entre os residentes das áreas urbanas, capitalistas e "modernas" do litoral e os camponeses ancorados no universo "tradicional", comunitário e indígena da serra. Daí o fato de circularem livremente referências à existência de "dois países" separados social, racial, regional e culturalmente, que, por sua vez, possuem, internamente, poucos e débeis laços de união entre seus membros.

Não obstante, as rápidas e profundas mudanças sociais produzidas durante as últimas décadas contribuíram para mudar essa visão dualista e proporcionar uma percepção em consonância com a crescente diversidade social e cultura do País. A partir de meados do século passado, a migração do campo para a cidade e da serra rural para o litoral urbano modificou a distribuição geográfica da população; a expansão do capitalismo e do mercado de trabalho, bem como a expansão da educação e dos meios de comunicação diversificaram a composição das camadas sociais, destacando-se o desenvolvimento dos setores médios, profissionais e empresariais de diferentes origens e trajetórias, "mestiços".

Paralelamente, a difusão de novos padrões de consumo e de estilos de vida pelos meios de comunicação e pelos residentes no estrangeiro, influem no aparecimento e desenvolvimento de novas expressões culturais urbanas que privilegiam a fusão de concessões e de práticas tradicionais com as cosmopolitas.

Entretanto, essa nova situação não consegue desfazer a tradicional visão de "atraso" da serra, na medida em que essa região concentra a pobreza e a indigência do campesinato indígena, que constitui a maioria da população "marginalizada", senão explorada; igualmente, porque essa imagem se projeta nos descendentes dos imigrantes andinos para as cidades, os quais constituem o grosso das camadas populares.

Essas condições determinam que os privilegiados setores de renda elevada, brancos e mestiços, discriminem, diariamente, os setores populares

urbanos de origem andina, contribuindo para dificultar sua mobilidade social e para menoscabar sua auto-estima, aumentando a tradicional distância e os sentimentos de desconfiança e de hostilidade entre essas camadas sociais;[2] parodoxalmente, esse comportamento tende a se fortalecer à medida em que esses setores populares incursionam cada vez mais em diferentes cenários públicos – empresariais, culturais, políticos – desafiando os tradicionais setores privilegiados e pressionando para fazer valer seus direitos de cidadãos e suas práticas culturais. Esse contexto de exclusão e de discriminação constitui um fator chave da incontrolável emigração internacional para países desenvolvidos, que chegou a comprometer em torno de 10% da população total.

Por outro lado, essas divisões sociais fazem-se acompanhar da oposição histórica do "interior" do País ao tradiciodanal centralismo burocrático limenho, forjada em torno das práticas patrimoniais-clientelistas adotadas pelos grupos dominantes que têm controlado o Estado; hoje, essas relações conflituosas tendem a se renovar, devido às restrições que o governo "central" impõe aos governos regionais.

Todavia, a clássica dominação de Lima sobre as províncias tende a enfraquecer-se, devido ao fato de que a abertura democrática e a descentralização proporcionaram a eleição de representantes políticos que mobilizam a opinião pública local e nacional contra as limitações impostas pelas autoridades limenhas; igualmente, porque aqueles fenômenos propiciam o surgimento de novas lideranças e movimentos sociais capazes de negociar com o governo a distribuição dos recursos destinados a promover o desenvolvimento regional.

Por sua vez, em algumas zonas do País o crescimento econômico e a expansão de atividades informais, senão ilícitas – contrabando, narcotráfico, corte ilegal de madeira – contribuem para o desenvolvimento de atividades privadas, com o conseqüente surgimento de novos agentes sociais que imprimem uma dinâmica social e política relativamente independentes do centro limenho.

Essas divisões sociais se manifestam com muita clareza nas eleições e nas pesquisas de opinião relacionadas com as políticas econômicas. Com

[2] Na pesquisa sobre valores mundiais realizada pela Universidade de Michigan, em 2002, o Peru apresenta os índices interpessoais de desconfiança mais altos dentre 163 países; por outro lado, a mesma pesquisa realizada o ano passado assinala que os peruanos se declaram os menos felizes dentre doze países da América Latina.

efeito, durante os comícios de 2006 ficou evidente que a população urbana e litorânea votou em Garcia, enquanto que a serra e a floresta rurais votaram em Humala. Por outro lado, as camadas de renda alta e média-alta (A/B), localizadas na zona litorânea do País – os "ganhadores" – majoritariamente são favoráveis a opções "neoliberais", razão por que apoiaram Toledo e agora apóiam Garcia, enquanto que a maioria das camadas médias e populares (C/D/E), especialmente as radicadas nas regiões serranas e da floresta – os "perdedores" –, se inclinam por alternativas políticas de cunho nacionalista-populista, e constituem o grosso da população que repudiou a gestão de Toledo, e, agora, critica a gestão de Garcia: em meados de 2008, enquanto Garcia obteve 40% de aprovação em Lima e no litoral norte, no sul obteve 7%, e na floresta, 11%.

Em resumo, apesar de que há algumas décadas a sociedade peruana processa importantes mudanças, persistem, com diferentes graus e tons, os traços das tradicionais divisões sociais, culturais e regionais, determinando que fique evidente a natureza desigual do desenvolvimento, razão por que subsistem fatores que bloqueiam a constituição de novas modalidades de coesão social, indispensáveis à formulação "imaginária de uma comunidade política".

ii) A debilidade do Estado

Como outros países andinos, o Peru também sofreu contínuas interrupções constitucionais, devido às intermitentes intervenções militares, evidenciando a falta de legitimidade da autoridade estatal e as dificuldades que enfrentam para se consolidar. Após a independência, e ao longo do século XIX, as contínuas lutas de facções entre os grupos de poder, estabelecidos em Lima e nas províncias, desembocaram na proclamação de cerca de setenta governos, isto é, em média, cada um deles teve uma duração de um ano. Em seguida, a partir dos anos 30 do século passado, a luta contra o regime oligárquico, protagonizada pelo Apra, redundou num longo período ditatorial, que foi interrompido em 1945 por circunstâncias internacionais; entretanto, em poucos anos se retomou a tendência histórica, pelo que, desde então, e até agora, se sucederam cinco interrupções constitucionais, com suas correspondentes "transições para a democracia". Quer dizer, durante a segunda metade do século XX, a cada vinte anos, em média, o País experimentou mudanças abruptas do regime político.

A partir de 1945, os governos eleitos democraticamente procuraram redistribuir a renda para combater as profundas desigualdades, mediante políticas econômicas que afetavam os interesses dominantes; por isso, aquelas medidas resultaram em desordem econômica e em crise política. Os golpes militares e os regimes autoritários que sucederam esses governos reprimiram as pressões distributivas, perseguindo as organizações populares e suas representações políticas, ao mesmo tempo em que privilegiavam as expectativas dos investidores, de preferência estrangeiros, liberalizando a economia e restringindo o papel do Estado ao desempenho das funções repressivas.

Essas sucessivas mudanças políticas se fizeram acompanhar de incessantes modificações institucionais que atendiam aos oscilantes interesses dos protagonistas políticos, enquanto que o pessoal administrativo era recrutado, indistintamente, entre os clientes dos poderes de fato, durante os períodos ditatoriais, e dos militantes dos partidos, durante os governos democráticos. Essa condição propiciou a formação de redes de interesses particulares que sustentavam e fortaleciam a corrupção, consistituindo e apoiando a privatização dos recursos e dos espaços públicos, em qualquer dos regimes políticos.

Quer dizer, o uso patrimonial do Estado conspirou contra a profissionalização do serviço civil e contra a consolidação da autoridade central, motivo pelo qual esta não contou com os recursos econômicos e institucionais para controlar o extenso e acidentado território, nem para penetrar na sociedade, a fim de fazer valer o cumprimento da legalidade. Essa situação se prolonga na atualidade, razão por que diferentes setores reclamam pela "falha do Estado"; essa queixa, porém, possui diferentes conotações, de acordo com os setores sociais, como não poderia deixar de ser.

Para os trabalhdores, os pobres e excluídos, essa carência produz uma profunda sensação de abandono e de insegurança, motivo para que seus porta-vozes reivindiquem a participação ativa e direta do Estado para atender a suas necessidades de emprego e de renda, de educação, de saúde e de moradia; essa reivindicação é particularmente forte devido a que o investimento público nesses itens tem sido tradicionalmente reduzido: em termos comparativos, o gasto social equivale à metade da média latino-americana.

Essa falha do Estado deu lugar ao desenvolvimento de uma generalizada "informalidade", visto que envolve cerca de 60% da população ativa que se baseia em práticas que desconhecem, se é que não repudiam, as regras oficiais, facilitando a existência de forças que exercem o narcotráfico, o corte ilegal

de madeira, o contrabando, e que convivem com os remanescentes dos movimentos subversivos, na serra e na floresta.

Por sua vez, para as camadas de renda elevada, imbuídas pela ideologia neoliberal, a presença do Estado deve se limitar a promover o investimento privado e a fazer observar as regras do mercado; concretamente, a assegurar os direitos de propriedade e a incentivar a melhoria da competitivade econômica, as condições necessárias para manter o ritmo atual de crescimento econômico e a "inclusão" das camadas populares no mercado, tal como vieram fazendo os últimos governos, embora de forma parcial.

Devido à manifesta "debilidade" do Estado em satisfazer as demandas sociais, em controlar o território e fazer respeitar a ordem legal, não se deve estranhar a muito baixa classificação que os diferentes estratos sociais conferem aos órgãos públicos e aos partidos políticos, e, em geral, ao regime democrático. É assim que, em termos comparativos, o Barômetro latino registra que o Peru possui, na região, o índice mais alto de desaprovação ao desempenmho do governo e ao regime democrático.

Em geral, se responsabiliza o Chefe de Estado por essas falhas, devido a que sua centralidade política e o acendrado culto ao presidencialismo contribuem para consolidar a idéia de que esses defeitos existem por "falta de vontade política" ou por desinteresse presidencial para corrigi-los e por as coisas em seu devido lugar.

Apesar das constantes pressões sociais e das organizaões multilaterais, os governos não realizaram as reformas de "segunda geração" destinadas a adaptar os obsoletos órgãos públicos aos requisitos da globalização e às reivindicaçõs sociais. Exceto nos organismos muito especializados, o avanço das reformas da administração pública tem sido reduzido e desigual, devido, fundamentalmente, à oposição e/ou ao interesse da fragmentada e desprestigiada representação política.

iii) A crise de representatividade política

Desde os anos 30, e até já bem encaminhado o século passado, as profundas divisões sociais e as a que temos feito referência deram origem a posições políticas antagônicas e intolerantes. Durante esse período, a intermitente implantação de regimes autoritários determinou a existência de prolongados períodos de crises de representação, que, além da repressão e da exclusão política das organizações dos setores populares e médios

mobilizados, ajudou a fragmentação e a impotência política dessas camadas sociais.

A dificuldade para se organizarem legitimamente e para fazerem valer suas reivindicações por meios institucionais incentivou essas camadas a ignorar a importância da autoridade e de suas normas legais, reforçando o repúdio de amplos setores ao Estado; por outro lado, a repressão do Estado determinou que a participação política se desenvolvesse por canais clandestinos, e que a violência se constituísse na única forma para eliminar a exclusão política e transformar a ordem social.

A ruptura do regime oligárquico e as importantes transformações sociais que o governo militar promoveu durante os anos 70, mais o direito ao voto dos analfabetos – em sua maioria camponeses indígenas – que a Constituição de 1979 concedeu, deram impulso à participação de amplos setores, até então excluídos, nos assuntos públicos; como conseqüência, a população eleitoral duplicou seu número durante a década seguinte.

A partir da transição, em 1980, a sociedade e a política caminharam por trilhos opostos, o que desencadeou graves conflitos e uma séria crise de governabilidade; por isso, a "década perdida" foi um momento particularmente crítico na história peruana contemporânea.

As repetidas eleições gerais e municipais evidenciaram a extrema volatilidade eleitoral e a fragmentação política, contribuindo, como em ocasiões anteriores, para que se arraigassem as clássicas posições políticas antagônicas e intolerantes na agitada vida parlamentar, e que fracassassem os esforços para se estabelecer uma relação construtiva entre os agentes destinada a consolidar um sistema de partidos políticos que estabilizasse e legitimizasse o regime democrático.

Nessas circunstâncias, a subversão do Sendero Luminoso, e, em seguida, do Movimento Revolucionário Tupac Amaru, permitiu enxergar o repúdio e a alienação de importantes contingentes de jovens e de profissionais ao Estado,[3] ao mesmo tempo em que a aliança dessas organizações com o crescente tráfico ilegal de drogas contribuiu para que, entre ambas as forças, pusessem em xeque a força pública e aterrorizassem a sociedade: com efeito, a subversão e a repressão das forças armadas ocasionaram a morte de 70

[3] Porém, também pôs em evidência as diferenças e a intolerância mútua: enquanto os militantes do Sendero eram, em sua maioria, originários da serra, e se identificavam com ideologias maoístas, os membros do MRTA provinham do litoral, e seguiam as diretrizes guevaristas, isto é, esses movimentos constituíam expressões nítidas.

000 pessoas, em sua imensa maioria camponeses-indígenas da serra meridional.

Por outro lado, a permanente instabilidade política e as constantes mudanças das políticas econômicas durante os anos 60 e 70 desembocaram em reiterados desequilíbrios que inibiram a capitalização empresarial, e, em geral, do País; como conseqüência, a renda por pessoa, por exemplo, alcançada em 1975, estancou durante os 30 anos seguintes. Nessas difíceis condições, as conseqüências da crise internacional da dívida (1982), os desastres causados pelo fenômeno El Niño (1983), e, por causa da subversão, a destruição de bens públicos, no montante de 25 000 milhões de dólares, equivalente a cerca da metade do produto bruto, agravaram a frágil situação econômica que se arrastava penosamente. Por último, a hiperinflação desencadeada durante o governo de Garcia, entre 1987 e 1990, e os intensos conflitos sociais que se sucederam, acabaram por desarticular o Estado e a organização política e social.

Quer dizer, como resultado da conjunção de todos esses fatores, no final da década de 80 o Peru sofreu uma severa crise orgânica do sistema social, razão por que se questionou a governabilidade do País. O generalizado desprestígio dos poderes públicos e dos partidos políticos favoreceu o surgimento e o triunfo do "outsider" Fujimori nas eleições de 1990; incitando a desaprovação social à "partidocracia" e às anacrônicas instituições oficiais, proclamou ele o "autogolpe", em 1992, com o beneplácito geral, e se assenhoreou do poder, em aliança com os poderes de fato, nacionais e internacionais, dando início ao um novo período autoritário, que prometia durar 20 anos, para empreender a definitiva "reconstrução nacional".

O sucesso do ajuste econômico e a prisão da cúpula dos movimentos subversivos consagraram a aprovação do presidente Fujimori, ao mesmo tempo em que o controle dos organismos do poder asseguraram sua reeleição em 1995. Entretanto, as sucessivas demonstrações de arbitrariedade e de corrupção por parte de Fujimori e de Montesinos provocaram uma reação interna e externa contra a tentativa fraudulenta de se reeleger, mais uma vez, em 2000.

As "traições" do "mal menor"

A última das transições para a democracia, em 2000, abriu um leque de possibilidades para enfrentar a crescente divisão social, a persistente debilidade

do Estado e a fragmentação política; a forma como se encarou a solução desses problemas pendentes, bem como os resultados que produziram, explicam, em boa medida, os níveis e os graus de insatisfação social com o desempenho das autoridades, das instituições públicas e com o regime democrático, no contexto do crescimento econômico sustentado.

Em seguida às mobilizações contra o fujimorismo, Alejandro Toledo convocou "todos os sangues"[4], com o apoio de figuras democráticas e defensoras dos direitos humanos, encabeçou as mobilizações dos "quatro suyos"[5], o que lhe permitiu firmar sua candidatura presidencial, congregando um grupo variegado, composto de simpatizantes, amigos, familiares (e muitos oportunistas) para formar o "Peru Possível" e competir com Lourdes Flores, representante da direita neoliberal, e com Alan Garcia, que, de regresso do exílio, recompunha a arruinada organização do Apra para voltar a apostar na presidência.

Toledo conseguiu ganhar o apoio popular enfatizando sua origem andina, residente que era de um bairro popular de uma cidade provinciana, Chimbote, e que, por seus esforços, conseguira ter uma carreira profissional bem sucedida no estrangeiro. Para sublinhar sua origem e sua associação com o campesinato indígena, identificou-se com Pachacútec[6], e celebrou seu triunfo eleitoral com cerimônias supostamente incas, em Cusco e em Macchu- Picchu.

Foi assim que Toledo procurou representar os "povos aborígenes", que constituíam as camadas mais pobres, mas também tentou encarregar-se das aspirações por mobilidde social das classes populares, não apenas porque conhecia, na própria carne, suas necessidades, mas também porque estava capacitado a satisfazê-las, graças a sua qualificação profissional. Por outro lado, Toledo também procurou ganhar o apoio dos empresários e dos setores médios, fzendo destacar sua experiência acadêmica e profissional, de natureza internacional, mostrando-se disposto a considerar suas aspirações no contexto da globalização em marcha, para o que se rodeou de renomados profissionais e técnicos.

Quer dizer, Toledo procurou representar mundos divididos e contrapostos; todavia, muitas vezes essa pretensão se expressou através de fórmulas estereotipadas e caricatas, que criaram animosidade e zombaria, bem como

---

[4] A referência ao consagrado livro de J. M. Arguedas alude à integração de diferentes grupos sociais.

[5] Os "suyos" eram as partes que constituíam o Império Inca.

[6] Atribui-se a Pachachutec o ter organizado e consolidado o império do Tawantinsuyo.

expressões racistas por parte de diferentes figuras e de estratos urbanos. Apesar dessas reações e do ódio do fujimorismo para com Toledo, a possibilidade de que Garcia voltasse a governar fez com que, numa segunda volta, Toledo congregasse a variada e dispersa oposição social ao Apra e fosse eleito como o "mal menor".

Desde o início, Toledo se propôs avançar simultaneamente na estabilização e no crescimento econômicos, bem como no fortalecimento da democracia, propósito que para os radicais de qualquer matiz político equivalia a encontrar a quadratura do círculo. Enquanto o governo continuava com as políticas "neoliberais" instituídas pelo fujimorismo, propôs tornar realidade o pacto entre "todos os sangues" através do estabelecimento do "Acordo Nacional", no qual representantes dos partidos e das organizações de trabalhadores, das igrejas e das organizações da "sociedade civil" deveriam hipotecar seu apoio a determinadas "políticas de Estado", a fim de assegurar sua continuidade a longo prazo. Simultaneamente, o Executivo acordou com o Legislativo o impulso à descentralização política e econômica, a fim de satisfazer uma antiga aspiração da província.

Por outro lado, Toledo ratificou a constituição da "Comissão da Verdade e da Reconciliação", destinada a investigar as causas da subversão e de suas conseqüências, ao mesmo tempo em que apoiou o processo judicial dos casos de corrupção e de violação dos direitos humanos do fujimorismo, mas também os cometidos pelos governos dos anos 80, presididos por Belaunde e por Garcia, em que estavam envolvidas mais de mil pessoas, entre empresários, militares e políticos.

Foi assim que Toledo se propôs enfrentar a fragmentação política e a debilidade do estado, articulando determinados agentes e interesses sociais, e excluindo outros, a fim de assegurar o crescimento econômico, condição necessária para reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

Entretanto, o comportamento irregular e frívolo do presidente Toledo lhe diminuiu a credibilidade, o que contribuiu para que seu "partido", o Peru Possível, não se consolidasse, e que os dirigentes e membros da bancada oficialista buscassem atender a seus interesses particulares, minando as precárias bases partidárias, e, na verdade, sabotando os projetos governamentais. Dessa forma, uma vez mais, a fragmentação e a irresponsabilidade dos partidos foram classificadas como "politiqueira", o que reforçou o descrédito no sistema político.

Como era de se esperar, a democracia incentivou os setores silenciados durante o autoritarismo a que apresentassem reivindicações de toda natureza e densidade, ao mesmo tempo em que as promessas eleitorais promoveram expectativas sociais. Nesse sentido, os recém-eleitos governos regionais exigiram a imediata liberação de atribuições e de recursos econômicos para levar a cabo seus projetos com independência em relação ao governo central; por último, as novas condições favoreciam o desenvolvimento de movimentos sociais opostos às tentativas de privatização dos serviços públicos, ao mesmo tempo em que Alan Garcia e a organizada máquina aprista propuseram medidas nacionalistas-populistas contrárias ao "neoliberalismo", o que os ajudou a comandar a oposição ao governo.

Em circunstâncias em que a economia do País começava a sair da crise internacional, a proliferação de demandas sociais foi mal, tardiamente ou nunca atendida, devido à ineficiente administração pública; esse resultado, bem como a frivolidade e o nepotismo da *entourage* presidencial contribuiu para que, rapidamente, se desenvolvesse, entre os setores populares, um generalizado sentimento de "traição" de Toledo às promessas que havia proclamado. Esse sentimento se refletiu em seu rápido descrédito: no início de sua gestão, Toledo foi aprovado por 62% da população, mas depois de três meses esse índice caiu para a metade, e, desde então, não parou de cair, até o fim do período de governo.

Ao mesmo tempo em que o Apra ignorava o Acordo Nacional, Garcia apoiava as freqüentes mobilizações contra o governo para que aplicasse as políticas distributivas, que, aliás, tinham tido conseqüências desastrosas durante sua administração; mais ainda: Garcia encabeçou os pedidos de cassação do mandato presidencial de Toledo.

Resumindo, o preceito tecnocrático das políticas econômicas e a fragmentação das representações políticas se juntaram para desabilitar o Acordo Nacional como espaço de negociação entre estratégicos agentes sociais, o que resultou no clássico confronto entre os agentes que obedeciam a visões opostas. Assim, parecia repetir-se a já conhecida história, com suas conseqüências previsíveis.

Então, Garcia competia com Lourdes Flores, reproduzindo uma antiga rivalidade entre populistas e liberais; de repente, o surgimento de Ollanta Humala, com suas propostas etnopopulistas e xenófobas, mudou o panorama político, com o contundente apoio que recebeu na serra e na floresta, isto é, a massa dos "excluídos".

No primeiro turno das eleições Garcia derrotou Flores na competição pelos votos urbanos e do litoral, acusando-a de representar os "ricos"; no segundo, em que enfrentava Humala e Garcia, enquanto este reconhecia sua responsabilidade pelo fracasso de seu governo, e declarava ter mudado de orientação econômica, ante o perigo que representava Humala, o eleitorado costeiro não teve alternativa, senão conceder a vitória a Garcia como o candidato "menos mau".

Desde o início de sua segunda administração, ficou evidente que, como havia confessado tardiamente, Garcia tinha operado uma conversão política radical: de um lado, abandonou os projetos históricos do Apra, de natureza nacionalista e distributiva, com o que renunciou às medidas que promovera para tornar difícil a vida de Toledo; e, por outro lado, adotou plenamente as propostas liberais postuladas por Lourdes Flores, de quem tinha ganho a eleição, atirando-lhe ao rosto que ela representava os interesses dos ricos. Assim, para a massa aprista, e também para os setores médios e populares do litoral, que apostaram em Garcia, essa conversão constituiu uma traição, enquanto que os seguidores de Humala não pararam de classificar essa súbita mudança de comportamento como uma deserção dos ideais históricos do Partido do Povo.

Enquanto o crescimento econômico alcançava velocidade de cruzeiro, evidenciou-se que seus resultados se distribuíam desigualmente, favorecendo as camadas média e alta do litoral, que, de início, contavam com melhores e maiores ativos, e, nessas condições, recrudesceu uma oposição silenciosa ao governo, que apareceu nas pesquisas; mas essa oposição também adquiriu conotações muito agressivas, com greves regionais e bloqueios de estradas; contudo, essas manifestações locais não conseguiram ter uma tradução política. A organizada bancada aprista aproveita a fragmentação da política para fazer alianças pontuais, que, por momentos, conseguem reduzir a temperatura no Congresso, ao mesmo tempo em que resultam inúteis os esforços para (re)construir frentes políticas que enfrentem organizadamente Garcia e o Apra.

O mal-estar público que as pesquisas e os meios de comunicação revelam, assim como as manifestações e os bloqueios de estradas, devido à incapacidade do sistema político e da administração pública para melhorar a distribuição dos frutos do crescimento econômico, provocaram reações insólitas da parte do presidente Garcia. Numa série de artigos publicados na imprensa sob o título genérico de "O cão do hortelão", revela sua face autoritária, ao acusar indiscriminadamente os críticos ao governo de

"arcaicos", "comunistas" e "falsos ambientalistas", entre os mais suaves qualificativos, além de aproveitar para atacar os organismos defensores dos direitos humanos e criminalizar os protestos sociais; aí a explicação para ter acusado de "terroristas" os promotores da paralisação nacional, no início de julho de 2008, e de ter lançado mão das forças armadas para garantir a ordem pública.

Em circunstâncias em que o aumento dos preços dos bens de consumo aperta o precário orçamento dos setores populares, e em que o Executivo se dispôs a frear o crescimento para enfrentar a inflação, a saraivada de decretos supremos para promover a "revolução capitalista" e a modernidade pode aumentar os motivos de confronto e intensificar o mal-estar público, com conseqüências imprevistas, e que se tornará patente dentro em breve.

Concluindo: com dois anos de governo, Garcia enfrenta crescentes protestos devido aos mecanismos tecnocráticos que adota para enfrentar a solução das questões pendentes – a divisão social, a debilidade do Estado e a fragmentação política –; aparentemente, ante tais protestos parece optar por soluções autoritárias.

Dessa forma, uma vez mais, o Peru revela dificuldades estruturais para avançar democraticamente na senda do desenvolvimento capitalista.

Julho de 2008

Introdução Política, Econômica e Social ao Suriname

Dr. Cornelis Pigot

O Suriname pode ser considerado um "pequeno estado insular", um "pequeno Estado-ilha". Possui[1] uma população pequena: 492.829 habitantes (Censo realizado em 2005) de diferentes etnias que influenciam a estrutura político-partidária, a econômica e da vida social (preferência para fins matrimoniais). O Suriname pode, também, ser considerado uma "ilha" em sua região porque possui melhores relações e conexões com países distantes (8 vôos diretos por semana para a Holanda, 3 para o Brasil, 2 para a Guiana e 2 para a Guiana Francesa) e o País se debate na periferia do CARICOM, da América Latina e das novas estruturas de globalização.

O Suriname possui uma economia de caráter dualístico: um setor de exportação grandemente modernizado, voltado para a exportação internacional de alumina (Alcoa/BHP Billiton), de camarão, de arroz (produtores nacionais), de petróleo cru (petróleo do Estado), de madeira (local e para o Extremo Oriente) e ouro (lAM-gold and Newmont). Por outro lado, existe produção de bens de subsistência em pequena escala para fins parcialmente comerciais, destinados ao mercado local (também para o mercado étnico surinamês na Holanda). Esse segmento da produção foi modernizado

[1] Anexo 1: Informação geral sobre o País.

ad hoc , mas é predominantemente tradicional, de mão-de-obra intensiva e informal.

O Suriname é um jovem Estado independente. Tornou-se independente apenas em 1975, e ainda mantém fortes relações com a Holanda.

Essas relações podem ser constatadas através de diversos indicadores.

O Suriname obtém grande ajuda econômica quando os governos estão de boas relações, e as transferências financeiras de fontes privadas são consideradas uma fonte principal de entrada de dinheiro estrangeiro.

As relações sociais com a Holanda são também intensas, se medidas pela quantidade de vôos (8 vôos diretos por semana no meio da estação) e relações formais e informais entre os setores públicos e privados nos dois países.

Os laços familiares são, também, fortes, uma vez que aproximadamente 300.000 surinameses vivem na Holanda. As influências políticas pós-coloniais são também evidentes, uma vez que os partidos políticos em ambos os países possuem laços em nível de partido. Temas locais, especialmente os do Suriname, são, com freqüência discutidos publicamente na Holanda.

O Suriname possui uma estrutura espacial colonial. Paramaribo se destaca e é uma cidade colonial voltada para o exterior, na costa atlântica e com orientação internacional. É exploradora em relação às outras partes do país, que são responsáveis pela produção. Paramaribo não possui atividades básicas, mas tem a melhor infra-estrutura, e apenas redistribui o que as outras áreas produzem. Sua área rural, os distritos de Wanica e Commewijne, contam com 310.000 habitantes. Todos os serviços de qualidade se concentram em Paramaribo. Os subúrbios modernos reúnem as classes sociais ricas no norte e os segmentos mais pobres no sul, enquanto os bairros mais antigos são socialmente integrados. O centro antigo, da era colonial, com prédios de madeira, no estilo colonial holandês, consta da "World Heritage List".

1. Situação Política

A Assembléia Nacional, parlamento surinamês, possui 51 assentos. O Presidente e o Vice-presidente são eleitos no Parlamento, com maioria de 2/3 dos votos, ou, quando não é atingida a maioria no Parlamento, na assembléia popular, que é um fórum ampliado, com todos os representantes regionais eleitos e membros de órgãos importantes do Estado. Os ministros são escolhidos pela coalizão de partidos, depois que as posições foram alocadas,

e são empossados pelo Presidente. Como os ministros são indicados por seus respectivos partidos, eles parecem mais leais a seus partidos do que ao Presidente. Os partidos são predominantemente baseados na etnia e na religião. Atualmente representados no Parlamento são: o dos Indianos/Hindus: VHP 8, PVF 2, NK I; o indonésio: Pajama Luhur 6, KTPI 1; os Crioulos: NPS 8, DNP 3, SPA 1, DA 91 1; o dos Maroons (semelhantes ao dos Kilombos) 5. Um partido étnico mais integrado é o NDP 15. A coalizão no poder no momento é formada pelos partidos VHP, NPS, SPA, PL, A-combinatie e DA 91. Essa combinação é chamada New Front +. Ela ganhou 28 assentos nas eleições de 25 de maio de 2005. As próximas eleições estão previstas para maio de 2010.

Durante seus poucos anos de independência, o Suriname diversas vezes verificou que o governo dirige mal o País, a tal ponto que a reabilitação da economia através da adoção de programas de ajustes estruturais e da introdução de valores morais é necessário e urgente. Os jornais e a mídia em geral são muito críticos do desempenho governamental.

Temas importante relacionados com as estruturas e que possuem influência política são:

- Reestruturação da economia, de tal forma que ela garanta ambiente transparente de competição com crescimento sustentável e orçamento equilibrado. Atividades de reestruturação não estão incluídas num programa formal de ajuste estrutural, mas fazem parte das prioridades do governo. A execução é altamente influenciada pelo momento político. Os mercados monetários agora são liberais e o novo dólar surinamês é moeda estável e conversível; O ambiente monetário estável dos últimos 5-6 anos tem sido a base da recuperação econômica e do crescimento constante de 6% ano. A privatização das empresas estatais e as reformas do serviço público são lentas e tocadas sem necessidade de decisões difíceis.
- A reabilitação do setor social não está de acordo com o que o povo espera. Obviamente, os recursos governamentais não financiam todas as necessidades básicas em demanda e ao governo e ao povo falta a coragem política de publicamente escolher as prioridades. No setor social nem tudo está disponível para todos os membros da sociedade.

A educação, os serviços de saúde, e os direitos democráticos são garantidos pelo governo. A situação habitacional é deplorável. No campo

do seguro e da segurança, as empresas privadas estão ganhando a aposta: companhias de seguro, de serviços de saúde, etc.

• Melhoria da situação no interior.

Aproximadamente 40 000 cidadãos surinameses e trabalhadores visitantes, principalmente do Brasil, vivem e trabalham no interior. A infra-estrutura é ruim nessa região (educação, serviços de saúde, direito de propriedade da terra, licenças, etc.). O descontentamento com o governo central leva à mobilização política de natureza étnica com vantagem para o partido A-combinatie com uma estrutura de filiação baseada nos *maroons.*

• Controle do tráfico de drogas e da influência dos barões da droga na vida social, econômica e política.

A forte influência do dinheiro da droga acaba com o planejamento legítimo das carreiras e com a moralidade. O Parlamento está agora discutindo uma lei anticorrupção como uma das medidas para atenuar a situação. Mas é possível que mesmo nesse fórum a influencia dos barões da droga seja a razão para tanto atraso na aprovação da lei pertinente.

2. Situação Econômica e Social

O Suriname pertence ao grupo dos países em desenvolvimento, e pode ser visto tanto como fazendo parte do Caribe (levando em consideração a pequena escala da economia) ou da América Latina (levando em consideração as mais importantes dificuldades de seu desenvolvimento).

Problemas de natureza étnica, dependência de um grupo pequeno de produtos de exportação (bauxita e petróleo cru), ajuda financeira do estrangeiro e forte movimento de emigração são características caribenhas. Forte influência militar no início dos anos 80 na vida econômica, política e social, que alimentaram a corrupção bem estruturada e em larga escala, além de políticas governamentais ineficientes, leis e controle sem força reguladora são marcas registradas mais com jeito de América Latina. Os entraves ao desenvolvimento decorrem mais da falta de ação governamental orientada por metas do que da falta de recursos naturais e financeiros.

3. Etapas do Planejamento do Desenvolvimento no Suriname

O planejamento do desenvolvimento no Suriname acompanha o pensamento internacional a esse respeito. Em torno de 5 estágios podem ser observados, que são semelhantes aos do resto do mundo.

a. O período do "Consenso do Congresso da Índia"

Esse período começou depois da Segunda Guerra Mundial, enfatizando o planejamento estatal. O Suriname começou esse período com o *Welvaartsfonds*, seguido pelo plano decenal e o qüinqüenal. Planejamento centralizado com forte influência governamental na construção de fazendas, no sensoriamento remoto das riquezas naturais, etc. A idéia geral era fazer um inventário dos recursos naturais e explorá-los. A expectativa era de progresso do desenvolvimento a ser alcançado copiando a tecnologia ocidental, modernizando as instituições, elevando o nível de educação da população e enfatizando o desenvolvimento agrícola como base para o crescimento para a maioria da população. A melhoria da empresa doméstica eliminaria a influência do grande negócio (*big business*) e provaria que o mecanismo do mercado livre não era adequado às economias do Terceiro Mundo.

b. O período do paradigma dual da economia

Influenciado pelos estruturalistas latino-americanos com soluções fixas e prontas, como regulamentação dos juros, controle da taxa de câmbio, controle dos preços e dos salários, o Suriname desenvolveu a ideologia da "mobilização de seu próprio potencial, inclusive os recursos humanos, e a introdução dos pólos de crescimento". Esse anseio de modernização surgiu no Suriname nos anos 70, após a construção da represa de Afobaka. Urbanização em grande escala para os desabrigados foi vista como um agradável sintoma de modernização, e uma conseqüência lógica do paradigma do "crescimento desequilibrado". Grande parte das áreas rurais foram consideradas como não suficientemente interessadas nos esforços desenvolvimentistas, e os investimentos foram concentrados nas áreas de crescimento, como o Suriname ocidental (a bauxita de Bakhuys e a represa de Kabalebo), Commewijne (LaC), etc. Havia a convicção de que esses

lugares tinham maior potencial de crescimento do que outras partes do País. O conceito de planejamento foi orientado para dentro. O Suriname achou que faria enorme progresso em matéria de desenvolvimento por suas próprias forças e com ajuda da Holanda.

c. O desenvolvimento voltado para fora

No final de 1970, ficou evidente que o Suriname e a Holanda tinham opiniões diferentes sobre a abordagem para o desenvolvimento do Suriname. Os holandeses, por exemplo, se recusaram a financiar inteiramente a represa de Kabalebo com os fundos do acordo que tinham assinado. Foi a primeira vez que o Suriname teve de ir às compras sozinho em busca de grande volume de dinheiro. O importante é que o Suriname teve de começar a pensar sobre facilidades de investimento par companhias estrangeiras. Mas o Suriname, tendo um grande volume de dinheiro destinado a seu desenvolvimento pelos holandeses, não podia facilmente mobiliar fundos estrangeiros. Assim, o Suriname não tomou parte na crise de 1990 e no colapso dos mercados de capital brasileiro e mexicano.

d. O Consenso de Washington

Forçado pelo desgoverno da economia no período militar, o Suriname teve de pensar sobre reforma estrutural, quando voltou ao regime democrático no final dos anos 80. Regras para a administração macroeconômica de instituições financeiras tornaram-se urgentes. Os elementos que se tornaram importantes foram: disciplina fiscal; investimento em atividades de alto rendimento, e não em projetos políticos; reforma dos impostos; liberalização parcial do mercado de capital; taxas de câmbio livres; eliminação das quotas de importação; privatização; proteção da propriedade privada e importância do meio ambiente.

Embora o Suriname tenha se recusado a participar do programa de ajuste estrutural monitorado pelo FMI, teve de se submeter às regras de um monitor externo, o Warwick Research Institute, conforme acordado com os holandeses. O programa de ajuste estrutural surinamês era uma mistura do modelo do Consenso de Washington e uma rede de segurança social financiada pelos fundos do Tratado. O Consenso de Washington tinha seus lados positivos para o Suriname, porque aumentava a transparência, e, assim, abrandava a

corrupção e promovia a democracia. Por outro lado, era excessivamente direcionado no que diz respeito às finanças, e não incorporava suficientemente os aspectos sociais e políticos.

e. A aldeia global

Como somos todos influenciados pelos processos da globalização, vemos agora que a economia está sendo julgada pelos indicadores que enfatizam boa governabilidade e redução da pobreza.

O Suriname está lutando por uma administração justa, que é avaliada com base nos seguintes indicadores:

- Indicadores para a política econômica:

a. a inflação no Suriname foi de 8.3% em 2007;

b. o déficit orçamentário para este ano fiscal foi calculado em 405 milhões de SRD, ou 5.4% do PIB;

c. a liberalização do comércio acompanha as metas da CARICOM e da OMC.

- Indicadores da qualidade institucional:

a. a aplicação da lei é boa;

b. qualidade da burocracia: necessita de melhorias; propensão à corrupção: muito alta, uma vez que a lei anticorrupção ainda não está em vigor.

- Outros indicadores:

a. melhoria da educação: devagar; melhoria dos serviços de saúde: bom progresso; apoio à pesquisa agrícola: devagar; solidariedade na sociedade: devagar, por falta de fundos para reforma das pensões e para os cuidados com a saúde.

Alguns indicadores sociais e econômicos

A taxa média de nascimentos é 25.7 (pequeno aumento em relação aos quatro ou cinco anos, mas constante declínio em relação a 1972: 32.9). A taxa de morte é como a dos países desenvolvidos modernos: média de 6.8. A emigração sempre foi um fato.

O valor das exportações em 2007 foi de US$ 1.311 milhões, consistindo de alumina, alumínio, petróleo cru, arroz, banana/plátano e hortaliças, camarão/peixe, madeira, produtos da madeira e outros produtos. A reserva monetária no final de 2007 era 1.181 milhões de dólares surinameses, com 1.087.5 dólares surinameses de moeda estrangeira e 94.5 em ouro. Deve ser levada em consideração a exportação de ouro em grande escala.

Até agora o governo não conseguiu regulamentar a produção de ouro dos *pork-knocers* (prospectores de minas) no interior. O ouro gera pouco imposto e é o maior poluente da água de superfície com partículas de argila e de mercúrio.

O uso da terra é principalmente para fins agrícolas: 65,110 ha (34,743 para cultivo em grande escala e 30,367 em pequena escala); 53,495, arroz; 2057, banana; 1768, tomate e outras hortaliças; 1419, laranja; 1148, coco; esses são os mais importantes. Os animais domésticos não são importantes em termos de quantidade: 88,865, gado vacum; 19,615, porco; 2 milhões de aves domésticas, etc.

Ao longo dos anos, a política de desenvolvimento tem buscado a modernização e o fortalecimento das instituições. As reformas em busca de um setor público mais eficiente são importantes. O papel do setor privado e das ONGs também tornou-se central no conceito de desenvolvimento. Por outro lado, os países doadores tornaram-se mais críticos ao doar. A ajuda para o desenvolvimento do Suriname, como o próprio Suriname, são parte importante desse conceito global de estrutura. Estudos de impacto tornaram-se obrigatórios em todas as atividades relacionadas com desenvolvimento, sejam hospitais, escolas, etc.

Se de uma atividade nenhum impacto positivo é esperado, será praticamente impossível conseguir ajuda ou tomar dinheiro emprestado. A opinião de fortes líderes locais, sejam eles líderes políticos, econômicos, financeiros sociais, ou tribais, é crucial para a mobilização dos fundos e para o diálogo efetivo com os parceiros internacionais.

Relação com os holandeses

Discussões com os holandeses sobre desenvolvimento foram, durante muito tempo, o tema mais importante de todas as administrações. Quando o Suriname se tornou independente, os holandeses prometeram ajuda de US$ 1.000.000.000 para o desenvolvimento durante 10 a 15 anos. O ministro holandês para o desenvolvimento e o governo surinamês concordaram sobre

uma abordagem setorial para a ajuda holandesa remanescente. Os setores para a ajuda são Educação, Serviços de saúde, Governo, Meio ambiente, Habitação e Agricultura. O progresso nesses setores tem sido lento. A Holanda e o Suriname estão agora a ponto de reformular suas políticas para um novo tipo de relação entre dois Estados independentes, com respeito mútuo e soberania. O Suriname possui laços fortes com a Holanda e não pode se tornar apenas mais um país na lista de prioridades holandesas.

Os investimentos governamentais foram pequenos, uma vez que o apoio dos holandeses não ocorreu nos últimos anos (saúde pública, educação, infra-estrutura, seguridade social, desenvolvimento no interior). Processos lentos na formulação dos planos setoriais são apontados como responsáveis por esses atrasos. A sociedade civil está ficando mais importante nos setores sociais relacionados com a Holanda. Com a assistência de fundos de parceiros estrangeiros, estão sendo estabelecidos elos no âmbito das municipalidades, de agências relacionados com meio ambiente, de escola para escola, de cidade para cidade, etc.

Setor público

Os salários dos funcionários públicos ficaram congelados desde 2002 até 2005. Há expectativa de que tenha um aumento para fortalecer a demanda de bens de consumo e de moeda estrangeira. O Suriname adota um mercado de câmbio aberto desde 11 de junho de 2002.

O interior

A situação nas áreas remotas do interior é ruim, uma vez que os serviços do governo não dispõem de fundos para empreender viagens longas para o interior, e assim os compromissos com os serviços não podem ser mantidos.

Empecilhos

Importantes restrições econômicas são mencionadas com freqüência desde a Segunda Guerra Mundial, mas a maioria desses aspectos negativos na economia surinamesa ainda está por acontecer. Era de se esperar que as dificuldades econômicas mencionadas tivessem sido abordadas pelos diversos planos de desenvolvimento. A opinião pública geral é de que a economia do

Suriname não está crescendo como podia, e de que sem reformas estruturais, a coisa tende a se deteriorar. Por outro lado, as estatísticas mostram um crescimento do PIB da ordem de 5 a 6% ao ano nos últimos anos. As oportunidades de crescimento rápido encontram-se na indústria da bauxita e das usinas hidrelétricas no oeste do Suriname, e com o ouro em outras partes do País, como é o caso de Gros Rosebel.

Temas centrais

Temas interessantes com possível forte impacto público no futuro são:

1. Discussões com a Suralco (Alcoa) e a BHP-Billiton, que solicitaram concessão para exploração de bauxita na área de Bakhuys.
O futuro econômico do Suriname será grandemente afetado por essa decisão do governo e pelos investimentos esperados.

2. Questão de fronteiras com a Guiana.
A disputa na fronteira marítima foi resolvida, e as expectativas sobre as reservas de petróleo são grandes. A disputa de terras no triângulo meridional (Rios Curuni e Kutari versus Rio Corantyne Superior) ainda permanece.

3. Prevenção do crime para manter a percepção da segurança por parte do público.

4. O tráfego, especialmente em Paramaribo, está se tornando um grande problema de espaço, visto que uma crescente quantidade de veículos precisa ser acomodada na infra-estrutura de uma cidade velha.

4. Algumas Considerações sobre o Desenvolvimento Mundial

O Paradigma e o Suriname no Século XXI

"Não podemos prever o futuro, mas podemos prepará-lo. O futuro é construção." Declaração de Ilya Prigogine, ganhador do Prêmio Nobel.[2]

[2] Citação retirada de "The World Ahead", our future in the making, by Frederico Mayor and Jerome Binde. Unesco publishing, 2001.

4.1. Casamento seletivo

O desenvolvimento no mundo é influenciado pela revolução científica que nos conduziu a uma era de incertezas e dúvidas em escala global. Nesse paradigma de complexidade, globalização e incerteza, necessitamos de criatividade política. Visto que a terceira revolução, baseada na idade da informação e na rápida adoção de novas tecnologias em todas as áreas da vida humana, está transformando rapidamente nossas sociedades numa espécie de códigos de computador, hoje, e códigos genéticos amanhã, uma nova e globalizada rede de alianças públicas e privadas está surgindo. É evidente que a velha estrutura política do mundo, isto é, as fronteiras, não consegue mais conter os novos desenvolvimentos, visto que a tecnologia, levada pelas microondas em super auto-estradas de informação não obedece às fronteiras dos países. A primeira revolução industrial foi carregada por ferrovias; a segunda, por carros, aviões, eletricidade e *fordismo*. A nova revolução industrial levou a uma nova divisão do mundo entre globalizadores (mais ou menos 20%) e globalizados. No Suriname, tomando por base a educação e o tipo de ocupação, apenas uns 10% da população está engajada nos novos desenvolvimentos.

Estamos num novo mundo de segregação dividindo a sociedade, o trabalho, os amigos, as escolas e as pátrias através do *casamento seletivo.* Sua lógica é baseada no agrupamento exclusivo dos com melhor desempenho, como se percebe muito claramente nos esportes de ponta , no mundo do *showbusiness,* e agora ameaçando também os serviços de saúde, de bancos, de consultoria e até mesmo da produção material. Esse processo também exclui gente de boa educação, mas que não pertence à categoria dos com melhor desempenho. Isso afeta a identidade nacional quando se trata de questões como "Seedorf e Rijkaard são surinameses? Ronaldinho é espanhol? Alain Belda, o presidente da Alcoa Internacional é americano? O diretor da BHP/Billiton, que é de origem surinamesa, é surinamês?" Nós vivenciamos segregação até mesmo dentro de nossas estruturas familiares, quando muitos de nossos filhos estudam no estrangeiro e obtêm nacionalidade diferente da nossa. Até mesmo os sistemas educacionais estão se dividindo, deixando a maior parte dos estudantes apenas com educação geral, no nível de bacharel, e os poucos brilhantes obtendo ensino de alto nível, por sua ligação com centros internacionais de ensino. Com relação à escolaridade, tornou-se compulsória, para nós, a

participação em cursos internacionais de treinamento, como este do Itamaraty, porque, em nossa opinião, esses cursos são globalizados e nos dão uma oportunidade de nos tornarmos globalizadores em nossa profissão. Mas também os negócios e as instituições estão se partindo e se reconstruindo a alta velocidade dentro da perspectiva global. Tomemos como exemplo o caso da produção, no Brasil, do avião Bandeirantes, que se tornou hoje um produto global. As famílias professam a mesma fé, transformando a família de um único genitor num fenômeno, não por falta de opção, mas pela opção dos parceiros de escolher a quem eles querem como genitor dos filhos, tornando frágeis os casais, muito freqüentemente uma forma temporária de viver juntos.

Outra ameaça à sociedade surinamesa é que o grande crescimento do setor privado no controle de tecnologias modernas, como o computador, o telefone móvel e até a reprodução humana, está conduzindo a uma mudança no controle industrial pelo governo ou pela família tradicional. Novas alianças tornam –se ainda mais fortes do que o governo e elas também clamam por democracia que, em sua visão, significa menos controle governamental e mais desnacionalização da estratégia de desenvolvimento. Nessa perspectiva vivenciamos muitos poderes solapando o poder tradicional no seio de nossa sociedade.

• Conglomerados industriais, como a BHP-Billiton e a Suralco, no Suriname, parecem ocupar o assento do motorista quando se trata de determinar o que deve acontecer com os depósitos de bauxita e com o potencial hidrelétrico, e assim eles decidem sobre o futuro da economia.

• ONGs, como WWF e CI-S são as agências líderes quando se trata de meio ambiente.

• No Suriname, são bem conhecidos os nomes de companhias e de entidades que provavelmente estão envolvidas com o crime, que estão no negócio de lavagem de dinheiro e mesmo em atividades envolvendo drogas. Elas estão, há muito tempo, fora do alcance da polícia e da justiça. Por exemplo, foi apenas em 2007 que o governo conseguiu dar início ao processo de trazer à barra dos tribunais os assassinos de dezembro de 1982.

No Suriname, e provavelmente na maioria dos países latino-americanos e do Caribe, o processo de globalização é acompanhado por um contínuo processo de urbanização, não obstante o fato de que a maioria de nossas populações já vive em cidades. No Suriname, um grupo grande de pessoas, principalmente analfabeta e de origem *maroon* está se deslocando para a

parte meridional da cidade de Pamararibo sem possibilidade de emprego em qualquer ocupação moderna, e estação adicionando combustível à fogueira de um sistema de autogeração de *apartheid* espacial-social na cidade, minando a própria base da democracia.

Os jovens no interior já não obedecem aos líderes tribais e negligenciam as leis tribais. O governo e os pais não podem controlar a informação que está chegando via Internet para os filhos. Não podemos deixar de constatar a emergência de novos segmentos prósperos na sociedade surinamesa, que parecem estar mais bem protegidos contra o infortúnio, e categorias sociais que são excluídas, e parecem tornar-se presa da indiferença, da exclusão e da falta de solidariedade. A modernização privada cedeu lugar ao crime, avançando até os centros de decisão. Enquanto os governos dos países ricos estão mais preocupados com assuntos econômicos e financeiros, o desenvolvimento da sociedade surinamesa é um desafio abrangente. Notável é o fato de que a maioria do povo não mostra qualquer envolvimento na discussão sobre o desenvolvimento. Há uma percepção, da parte dele, de que sua voz não será ouvida, e de que, economicamente falando, ele não está tão mal, em vista das imagens que ele vê na CNN, mostrando o que acontece em outras partes do mundo. Na verdade, se olharmos para os números fornecidos pelo Escritório Geral de Estatísticas, a situação da saúde, da infra-etrutura, a mobilidade e o PIB *per capita* aumentaram. Mas nós estamos observando um sistema com êxito econômico baseado nos conceitos de liberdade que se esqueceu de implementar a igualdade e a solidariedade em nosso País. Ele exibe um vazio ético. O povo e o governo também estão felizes porque o Suriname não é um campo de batalha racial, com a sociedade até hoje conseguindo evitar lutas étnicas, e diferentes segmentos da sociedade descobrindo a arte de viver juntos em paz. Mas a falta de interesse no processo político resulta em que no fim do dia o governo é eleito por aproximadamente 60% da população, com grande influência dos votos flutuantes.

Então, quais são nossos desafios pela frente?

- Paz em nossa sociedade.

Sem paz, todo esforço com vistas ao desenvolvimento é fadado ao fracasso.

- Erradicação da pobreza, com especial e imediata atenção para a erradicação da pobreza extrema, que é importante em termos regionais.

Essa pobreza levou a nova forma de *apartheid* urbano no Suriname, com riqueza sem precedentes em certas partes de Paramaribo. O fato é que, por exemplo, o único clube de golfe no Suriname, é proprietário de um campo nos setores de renda média da cidade, e está mais interessado em construir muros para separar a si próprio das comunidades vizinhas do que em envolver os pobres "*caddies*" em programas de aperfeiçoamento pessoal. Isso demonstra, ilustra, claramente, o vazio ético mencionado acima. Essa proliferação de exclusão tende a destruir o próprio fundamento da democracia. Então, podemos levar o crescimento econômico a áreas de extrema pobreza?

- O desenvolvimento sustentável e a administração inteligente do meio ambiente global.

Não temos recursos de três vezes o tamanho da Terra para nos equipararmos à América do Norte, como é o caso dela em relação ao mundo. O Suriname, com seus vastos recursos naturais, tem condição de estancar a espiral de pobreza. Ele está também em condição de dar um basta ao excessivo uso dos recursos naturais e adotar sabedoria ecológica. No setor florestal, por exemplo, o Suriname adotou o caminho certo para um uso mais econômico, mais inteligente e mais cuidadoso de seus recursos naturais. Em setembro de 2008, o Suriname será hóspede da conferência da UNFF sobre um novo instrumento global, sem força de lei, para geração de renda sustentável proveniente das florestas do mundo.

- A importância, para o País, da avaliação de suas atuais alianças, grandemente baseadas no paradigma do livre mercado e do *laissez-faire,* e da reestruturação de acordo com um bem definido conjunto de objetivos e metas.

Em minha opinião, o Suriname terá de mostrar coragem política para implementar uma estratégia de pilotagem diferente. Discutindo o Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Relações Exteriores do Brasil e do Suriname, eu percebi que nós não possuímos um quadro conceitual geral par a cooperação entre os dois países.

- E ficou evidente o que o filósofo Sêneca disse: "O vento nunca é propício a quem não sabe para onde vai".

Um país precisa ter um norte e um plano de longo termo, conforme aprendemos, com certeza, aqui no Itamaraty. Com maior razão, quando os

novos desafios não podem ser revolvidos em nível local ou nacional. Vejamos, por exemplo, as taxas de câmbio, os preços das *commodities*, a mudança do clima, os mercados financeiros, o crime, a lavagem de dinheiro, a poluição, a água potável, a energia, etc.

Então, por que tão poucas providências são tomadas, no âmbito nacional e no internacional? Freqüentemente devido aos interesses de visão curta, como no caso dos Estados Unidos com o protocolo de Kyoto, ou por causa da falta de visão e de coragem política. Podemos pedir contas a nossos líderes antigos por decisões que eles tomaram, e pelas que eles adotaram muito tardiamente? Mas, como disse Píer Paolo Pasolini, em "As mil e uma noites", "o futuro não é um único sonho, mas uma multidão de sonhos".

Moldura para ação no Suriname

Eu concordo com a opinião de que para progredir um país precisa de quatro acordos:

1. Um acordo social

A primeira prioridade do Suriname é reconstruir a solidariedade através da erradicação da pobreza e a redução das disparidades escandalosas que conduzem à apatia e à exclusão.

2. O acordo natural

É necessária aliança entre a ciência, o desenvolvimento e a preservação ambiental. Temos que cumprir os compromissos da Rio 92, de Kyoto e de Bali, em 2007. Temos que colocar a produção e a pesquisa a serviço do desenvolvimento sustentável, e levar em consideração o conceito da Unesco de "Reservas da Biosfera".

3. O acordo cultural

Esse acordo enfatiza educação de qualidade por toda a vida, para todos, e excelente profissionalismo como qualidades básicas da democracia e instrumentos chave para a erradicação da pobreza. Nós vemos que os Estados "inteligentes" agora encaram a educação de qualidade como a pedra fundamental do desenvolvimento de seu povo, e eles mobilizam fundos para financiar sua educação. O Suriname está bem atrás desses Estados no que diz respeito a essa estratégia. Temos de combater o analfabetismo. Temos de

avançar de uma sociedade da informação para uma sociedade do conhecimento com fertilização transcultural.

4. O acordo ético

Temos de lutar para reinvestir nossa experiência de tal forma a colocar a inteligência acima das coisas materiais e ter em mente que temos de prevenir, em vez de remediar. Basicamente, isso significa que a implementação da democracia e das regras e direitos tem que ocorrer em âmbito supranacional , e deve aplicar-se a todos os países. Nesse contexto, podemos obter justa retribuição dos benefícios da globalização. Falando com simplicidade: o desenvolvimento terá sentido se conseguirmos:

• Criar uma infra-estrutura mundial aceitável por todos.
• Redistribuir os ganhos da globalização.
• Convidar todos a participar.
• Condenar o crime, combatê-lo e desestimulá-lo.
• Respeitar os direitos humanos de todos.
•Sustentar o princípio da não-interferência na política nacional dos outros Estados e em seus governos democraticamente eleitos.
• Apenas empregar a força contra outros Estados com o consentimento das Nações Unidas.
• Exercer a solidariedade e compartilhar com os outros.
• Permitir aos estudantes de outros países acesso a seu sistema educacional
• Implementar a igualdade, e não apenas exercer a democracia profissional.

Deixem-me concluir chamando a atenção dos senhores para os princípios dos estudantes do futuro. E estou citando a Unesco:

- Confiar nas pessoas, a menos que haja prova de que sua confiança está sendo mal empregada, porque é impossível construir um futuro duradouro baseado em desconfiança.
- Cuidar do planeta, porque nós o tomamos emprestado às gerações futuras e a elas temos de devolvê-lo no mesmo estado em que o encontramos
- O que é inteligente é bonito, porque nosso futuro reside em nosso espírito, e não nas coisas materiais que possuímos hoje. Não SMART [sigla

em inglês] significando Específico, Mensurável, Aceito, Realista e Subordinado a prazos [*Specific, Measurable, Accepted, Realistic and Time bound*], mas no sentido de que nosso desenvolvimento tem de se basear em nossa sabedoria e inteligência, se queremos legar uma terra boa às futuras gerações.

- Preparar para a paz, se desejamos paz, porque se nos prepararmos para a guerra, teremos guerra.
- Dar, se quisermos receber, porque o amor e o conhecimento são as únicas coisas que aumentam quando compartilhados.
- Num mundo e num mercado globais precisamos de uma democracia global não confinada às fronteiras e polícias nacionais.

Nosso futuro não foi escrito com antecedência, está em nossas mãos, de todos nós.

- O volume de dinheiro gasto por anos em máquinas de guerra se aproxima de US$ 700 bilhões. O volume, calculado pelo PNUD, para garantir as necessidades básicas da humanidade inteira, é US$ 40 milhões por ano.

Referências

Adelaide-Merlande. Histoire contemporaine de la Caraibe et des Guyanes. Paris : Karthala, 2002.

Binde Jerome. The future of values. Paris : Unesco, 2004.

Binde Jerome. Keys to the 21st Century. Paris : Unesco , 2001.

International Journal Global Governance and its Critics Unesco 2001
Of Social Science Mayor Frederico. The World Ahead, our future . Paris : Unesco 2001.

Pleskovic B. en Stiglitz. JAnnual World Bank Conference On Development Economics. Washington, 1997-2002.

Pigot C. De grenzen van ons land en onze districtgrenzen. Paramaribo.

Pigot C. Inleiding tot het Caraibische gebied. Paramaribo.

Sedney J. De toekomst van ons verleden, Democratie, etniciteit en politieke Machtsvorming in Suriname. Paramaribo, 1998.

International Monetary Fund: www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr07179.pdf

Banking sector information: www.desbank.sr

www.cbvs.sr/english/statistieken.htm

ANEXO 1: Informações Gerais sobre o País:

(Retiradas, predominantemente, dos relatórios do FMI, da OEA, do BID e da UE)

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, das Nações Unidas, classifica o Suriname como um país de desenvolvimento médio, colocando-o como 86º em desenvolvimento humano (dentre 177 países). Entretanto, o País está 1 ih acima do mais bem classificado em termos de recursos naturais. Com 80% da população total vivendo em Paramaribo e nas áreas costeiras, o PIB anual *per capita* do Suriname é de US$ 2.300, e o desemprego atualmente anda pela casa dos 8.4%, enquanto há expectativa de que a inflação caia para 8% em 2006.

O PIB real cresceu 8% em 2004, e ao redor de 5%em 2005, impulsionado pela abertura de uma nova mina de ouro e pelo investimento no setor de alumina e de bauxita. O FMI afirma que "o forte crescimento recente da economia foi apoiado por uma atitude cautelosa da política macroeconômica. O déficit geral do governo central caiu de mais ou menos 3 por cento do PIB de 2004 para em torno de 1 por cento do PIB de 2005. Essa melhora resultou de um substancial aumento da renda oriunda do setor petroleiro, que mais do que compensou os altos gastos de capital durante o período pré-eleitoral, e as perdas de renda devidas à demora no ajuste dos preços domésticos do combustível.

Refletindo as necessidades financeiras do governo, agora mais baixas, o financiamento fiscal por parte do Banco Central caiu de aproximadamente 1 por cento do PIB em 2004, para ½ por cento em 2005". Como membro da CARICOM, o Suriname suspendeu as barreiras comerciais em preparação ao Mercado Comum da CARICOM. Atualmente se beneficia do *boom* global em termos de preços das *commodities* e do aumento dos produtos da mineração, mas permanece isolado do comércio mundial e necessita de grandes investimentos e/ou de reformas estruturais para aumentar a renda com exportação. O País ainda depende das exportações tradicionais de petróleo, ouro, bauxita, madeira, banana, camarão e arroz para seus principais parceiros comerciais (os Países Baixos, os Estados Unidos e o Caribe). O petróleo superou a bauxita como principal fonte de renda e de remessas do exterior, particularmente dos 300.000 surinameses residentes nos Países Baixos, que respondem por aproximadamente 10% do PIB.

O holandês é a principal língua oficial, e o inglês é amplamente falado pelos 492.829 habitantes do Suriname. Além deles, uma quantidade de grupos étnicos mantêm seus próprios idiomas.

Não há uma religião principal, e os diversos grupos étnicos e religiosos desenvolveram modos de convivência pacífica. O hindus constituem o maior segmento da população, 27.4%, os crioulos 17.7%, os javaneses 14.6%, os *maroons* 14.7% e os ameríndios, 3 %. O restante da população é constituída por chineses, europeus, e, recentemente, trabalhadores brasileiros imigrantes, além de uma pequena comunidade judia.

Os principais meios de transporte no interior são os rios, embora haja também transporte aéreo em pequenas aeronaves. Embora 95%da população tenha acesso a água potável tratada, e 83% a serviços de saúde pública, ainda há problemas naquelas áreas e na de educação. As comunidades do interior encontram-se entre as mais marginalizadas e tendem a ser privadas de acesso a atividades econômicas sustentáveis e aos serviços sociais. Os gargalos de seu desenvolvimento incluem falta de facilidade de transporte, de eletricidade, de educação básica, de escolas, de serviço de saúde, de telefone e de acesso à Internet . Três quartos das crianças em idade escolar encontram-se nas escolas primária e secundária, mas as crianças no interior não têm acesso à escola secundária. Por outro lado, os líderes tradicionais no interior buscam compartilhar a tomada de decisão com respeito à terra e aos recursos naturais.

O Suriname assinou recentemente a Convenção da OIT sobre os Povos Indígenas (1989) que abrange os direitos sobre a terra, acesso aos recursos naturais, à saúde, à educação, ao treinamento vocacional, às condições de emprego e ao cruzamento de fronteiras. Embora o Suriname não possua estratégia específica para redução da pobreza, o Plano Plurianual de Desenvolvimento 2006-2011 (MOP) aborda o tema da redução da pobreza como parte das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDGs). Além do mais, o Pronunciamento do Presidente sobre Políticas para 2005-2010, publicado em 2005, deixa claro que as MGDs são as pedras fundamentais de uma política de desenvolvimento sustentável, baseado no respeito pelos direitos dos outros povos. Isso requer "uma correta atribuição de tarefas entre o Governo, o setor privado, os sindicatos e a sociedade civil". É igualmente essencial que haja parceria entre as partes, com consultas regulares". Visto que o direito a emprego está previsto na Constituição, a criação de empregos é um ponto de interesse vital. E devem ser envidados

esforços voltados para a criação das "condições exigidas para estimular os micro, pequenos e médios negócios", bem como a promover as tecnologias modernas, e a aperfeiçoar a administração das relações de trabalho".

Contudo, muito ainda precisa ser feito para ajudar o setor privado doméstico a crescer. Existem mais de 120 empresas estatais, bem como numerosas SMEs no Suriname necessitadas de um ambiente econômico mais liberal para poderem operar com eficiência.

A reforma do setor público, atualmente em fase de preparação, inclui como *desideratum* que por volta de 2015 75% da população economicamente ativa esteja empregada pelo setor privado. Entretanto, atualmente o GoS [setor público] emprega 60% da mão-de-obra, e gasta 25% de sua renda em salários. O governo em geral é centralizado em Paramaribo, mas estão sendo tomadas medidas para descentralizá-lo, distribuindo-o pelos demais 9 distritos administrativos.

No Índice de Corrupção, da Transparência Internacional, o Suriname progrediu da 49ª posição para a 78ª , dentre 159 países (2004-2005). Entretanto, o atual governo comprometeu-se a se tornar um governo isento de corrupção. A Lei Anticorrupção ainda está para ser aprovada, mas o GOs reconheceu formalmente que planos nacionais e internacionais precisam estar associados a "bom governo" e aos "direitos humanos". Por essa razão o MOP tem uma abordagem ao desenvolvimento "baseada em direitos", e assume o "império democrático da lei", com consulta aos agentes econômicos, sociais e culturais como tema central. Por outro lado, tendo reconhecido que o emprego das mais recentes tecnologias da informação e da comunicação está ficando demasiadamente para trás, o GoS agora pretende fazer o maior uso possível de ICT nos negócios e no desenvolvimento. Ele está empenhado na criação do Instituto Nacional de ICT para dar um passo adiante no desenvolvimento, tanto dentro do governo quanto no setor privado.

Com respeito ao meio ambiente, prevalecem atritos entre os trabalhadores surinameses e estrangeiros na indústria de mineração de pequena escala. A imigração ilegal de trabalhadores (garimpeiros do Brasil e *pork-knockers* da Guiana) para a não-regulamentada indústria de mineração, está provocando a contaminação dos rios e dos peixes. O emprego de mercúrio para a extração do ouro afeta a saúde da população local. A proposta, mas ainda não emanada Lei do Meio Ambiente, tornará ilegal o uso de mercúrio na mineração de ouro. O MOP, na verdade, acentua a importância da preservação do meio ambiente como um pré-requisito para o desenvolvimento sustentável. Da

mesma forma, um recente *Perfil Ambiental do País*, da CE, observa que "uma condição básica é que o meio ambiente deve ser um fator primordial do desenvolvimento social e econômico para garantir um meio ambiente são para as futuras gerações". O *Perfil* declara que esse não pode mais ser considerado como um tema separado, e [por isso] a conservação da biodiversidade e a preservação do interior e das áreas litorâneas recebem grande apoio de muitas organizações políticas surinamesas e da sociedade civil.

Resumo

Como parte de um movimento para consolidar o compromisso caribenho com a justiça internacional, a Coalizão para a Corte Criminal Internacional (CICC-CCCI) apelou a oito Estados caribenhos (as Bahamas, Granada, o Haiti, a Jamaica, St. Lucia, St. Kitts-Nevis, e o Suriname) para que ratificassem ou aderissem ao tratado. O Presidente Ronald Venetiaan pediu a seu governo que tomasse a peito o tratado, e o Suriname já foi co-anfitrião da primeira conferência regional do CARICOM sobre o tema. Hoje 100 países, incluindo-se Antigua e Barbuda, Barbados, Belize, Dominica, São Vicente e Granadinas, Trinidad e Tobago e a República Dominicana se filiaram. A CARICOM receberia de bom grado a ratificação do tratado por parte do Suriname, o que viria a consolidar o império da lei no País e aumentar a estabilidade política a longo prazo.

Panorama econômico

Visível progresso

A economia surinamesa continua a beneficiar-se do *boom* global das *commodities* e do crescimento da produção mineral. A economia cresceu 7.8% em 2004, impulsionada pelos investimentos do setor minerador. Como os preços das *commodities* subiram, estima-se que as exportações de ouro, petróleo, banana e arroz, e o investimento na modernização do setor da bauxita, tenham alimentado o crescimento em torno de 5.0% em 2005.

Nesse mesmo tempo, a inflação caiu para aproximadamente 9.0% ao ano, em 2004, segundo cálculos do FMI, enquanto a taxa de câmbio se estabilizou. Com os preços das *commodities* indicando que permaneceriam

altos nos anos vindouros, espera-se que o crescimento continuará na faixa de 4.0% ao ano. A inflação foi mantida estável, em torno de 8.0% ao ano. O progresso do Suriname nos últimos anos tem assistido a um desempenho estável da macroeconomia em geral. Além disso, as agências internacionais de avaliação também estão começando a reconhecer esses feitos, atribuindo B+ entre Padrão e Pobre.

Panorama do setor chave

Tudo bem com alumina, ouro, petróleo, arroz e banana. A bauxita, usada na produção da alumina, é a coluna da economia do Suriname. Ela responde por mais de 15% do PIB nacional e 70% da renda com exportação.

Transformação da Matriz Sócio-Política e Desenvolvimento no Chile*

Manuel Antonio Garretón

O Chile até os anos 50

No início do Século XX, o Chile começava a gestar o que denominamos a matriz sócio-política clássica para a América Latina: estatal, nacional, popular, democrática, e partidária no caso do Chile. O modelo econômico e social, até então, baseava-se num sistema de livre mercado, conhecido como o modelo de desenvolvimento para fora, apoiado no paradigma mais ortodoxo do livre comércio. O modelo econômico ortodoxo combinava com um sistema oligárquico de democracia restrita, com grandes níveis de exclusão política e social. O papel do Estado durante aquele período foi mínimo, juntamente com a expansão capitalista das cidades, com desenvolvimento baseado na mineração e na indústria, que atraíam grandes fluxos migratórios do campo e do centro do País. Como conseqüência, sobreveio uma grave problemática social, que deixou patente a crise do modelo oligárquico, o qual se viu

* Trabalho preparado para o IV Curso para Diplomatas Sul-americanos, organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), síntese de uma pesquisa realizada para o Research Program Consortium on Improving Instititutions for Pro-Poor Growth. School of Environment and Development. University of Manchester, com a colaboração de Daniel Grimaldi. Utilizamos diversos materiais de outros trabalhos do autor, especialmente os realizados juntamente com Malva Espinosa (Ver Bibliografia).

definitivamente derrotado após a crise mundial de 1929, obrigando a mudar a estratégia de desenvolvimento definitivamente, e iniciar uma nova era em que o Estado, pela primeira vez, assumiu um papel.

A denominada "questão social", dos anos 20, para se referir ao problema de exclusão insustentável do novo proletariado, gerou um clima propício a importantes transformações sociais. De 1880 até os anos 20, foram surgindo grupos políticos progressistas, de classe média, e um incipiente movimento operário, que alcançou um importante nível de organização por volta de 1922, com a fundação do Partido Comunista. Embora seja verdade que os grupos progressistas, até os anos 20, não tinham produzido grande efervescência eleitoral, é também verdade que ajudaram a propor novos temas na agenda social, e que, com a candidatura do liberal Arturo Alessandri Palma, que chegou à presidência em 1920, conseguiram importantes avanços. Durante o governo de Alessandri, foi redigida uma nova Constituição, em 1925, que recebeu grande influência das doutrinas sociais constitucionais dominantes no século XX, a partir das cartas fundamentais inigualáveis que foram a Constituição Mexicana (1917) e a Soviética (1918), de forma que a Constituição Chilena esteve destinada a assegurar um grau de bem-estar mínimo aos cidadãos com a proteção explícita do trabalho, da indústria e das obras de previdência social. Graças às bases institucionais da Constituição de 1925, são redigidos o Código do Trabalho, em 1931, e um Código Sanitário. Essa Constituição estabelece um sistema Presidencialista democrático, para deixar para trás as experiências traumáticas de parlamentarismo, que tinha levado às graves crises institucionais no final do século XIX, e, também, uma nova lei eleitoral que incorpora a proporcionalidade como princípio orientador da representação no Congresso; a separação absoluta entre a Igreja e o Estado; cria o Banco Central; redige-se uma nova legislação bancária; a lei do orçamento e a Controladoria Geral da República.

A Constituição de 1925 ofereceu uma base constitucional para o desenvolvimento dos processos sociais posteriores, que veremos mais adiante, e que ajudam a constituir a matriz sócio-política clássica baseada em elementos tais como institucionalidade econômica relativamente moderna, democratização política, proteção social, papel promotor do Estado, laicismo. Tudo isso, entretanto, com um caráter relativamente precário e sujeito a marchas-ré parciais, devido, até os anos 60, à exclusão do campesinato e de setores urbanos pobres, e à presença de enclaves oligárquicos e econômicos,

como a propriedade estrangeira da grande mineração, a resistência dos setores proprietários e a falta de coalizões políticas estáveis entre o centro e a esquerda, expressões políticas dos setores médios e populares, respectivamente.

A Grande Depressão de 1929 afetou o Chile de forma ruidosa, mais do que a muitos países da América Latina e do mundo, graças à queda vertiginosa das exportações de salitre e de cobre, diminuindo, assim, a renda fiscal e as reservas, o que redundou na cessação da dívida externa até 1931. A estratégia para contornar a crise foi a industrialização, com substituição de importações (ISI), o que implicou a diminuição das importações, combinadas com políticas de expansão da demanda interna e controle do tipo de câmbio. Abandonou-se o padrão ouro e implementou-se uma série de medidas destinadas a fortalecer a produção e a demanda nacionais ante o fechamento dos mercados internacionais, aplicando-se quotas e tarifas, desincentivando a importação de bens de consumo, juntamente com políticas monetárias e fiscais anticíclicas.

Resultado da aplicação do modelo ISI foi, naturalmente, o desenvolvimento de uma indústria nacional, graças à ajuda e proteção do Estado, mediante instituições tais como a Corporação de Fomento da Produção (CORFO), criada em 1939, que produziu uma simbiose entre um Estado empresário e um setor privado grandemente subsidiado. O sistema capitalista permaneceu inquestionável em suas bases até os anos 50, graças a uma adaptação circunstancial à crise de 29, num primeiro momento, e, depois, à consolidação de uma idéia ou modelo de "Estado de Compromisso", uma versão latino-americana do *welfare state*, nunca consolidado no Chile.

A aplicação dessas medidas, num primeiro momento, foi mais uma resposta natural e racional à crise, visto que não era possível outra saída viável ante o descalabro financeiro internacional, e, posteriormente, a Segunda Guerra Mundial. Contudo, até o fim desse evento, o aprofundamento dessas medidas viu-se reforçado pelo surgimento de uma ideologia latino-americanista estribada na teoria do desenvolvimento, ou estruturalismo, impulsionado pela CEPAL, nos meados dos anos 40.

A matriz estatal-nacional-popular-democrático-partidária

O modelo social chileno, ou matriz sócio-política predominante no século XX, pode ser definido como estatal-democrático, nacional-popular e político-partidário, e poderia ser caracterizado pela imbricação entre política e sociedade civil, incluindo-se a economia, com um papel preponderante e

articulador, em volta do Estado, do sistema de agentes políticos ou do sistema partidário.

Tratava-se, assim, da afirmação da identidade de uma comunidade nacional que se vai construindo com o trabalho e as lutas de seus agentes representativos no campo político. Isso representa um esforço de incorporação social amplo e a busca de solução de conflitos na esfera institucional, e não pela força, coerção e exclusão.

No plano político, que foi sempre a principal expressão da idéia nacional-estatal-democrático-popular-partidária, encontravam-se a Constituição de 1925 e uma constitucionalidade que buscava o respeito à lei e às liberdades, juntamente com a responsabilidade do Estado e do serviço público. Igualmente, as leis sociais da época, o voto universal e a incorporação das massas à política, a partir de 1920. Nessa idéia firmou-se o eixo dos projetos do Partido Radical e dos partidos da Esquerda, da Frente Popular, como a integração das classes médias e de setores populares, da Pátria Jovem e da Revolução em Liberdade, do projeto democrata-cristão dos anos 60 e da Via Chilena ao Socialismo, encabeçada pela Unidade Popular e pelo presidente Allende, entre 1970 e 1973. No plano sócio-econômico, esse projeto foi representado pela industrialização, através do papel condutor do Estado, da educação pública gratuita e das universidades de âmbito nacional, da reforma agrária, e, em seguida, das nacionalizações e do Serviço Nacional de Saúde, entre muitos outros marcos significativos. Inclusive, numa época já passada, o serviço militar cumpriu, até determinado momento, um papel de integração nacional.

Com os governos da Frente Popular, de 1938 a 1952, começa uma etapa sólida de reformas sociais e de crescimento industrial, com políticas destinadas a gerar a base de uma infra-estrutura para a produção e um sistema de proteção social para as classes operária e média. Entre 1940 e 1953, a indústria cresceu com uma média de 7,5% ao ano, chegando a aumentar sua participação no PIB, de 7,9% em 1929, para 23,0% em 1955.

Os resultados do período indicam que, independentemente da orientação política ou ideológica dos governos que se sucederam por mais de quarenta anos, havia certo consenso político e social básico em torno do esforço de industrialização e do papel do Estado como eixo fundamental do desenvolvimento, mediante instituições tais como a CORFO, que controlava 30% do investimento bruto total. Não obstante, o acordo sobre o papel do Estado não impedia a existência de discrepâncias nos campos econômico e

político da direita, bem como divergências sobre as orientações sociais no campo mesocrático-popular ou de centro-esquerda. A política de industrialização e de eliminação do incentivo ao comércio exterior, por sua vez, trazia implícita uma discussão política relacionada com os movimentos de trabalhadores, representados nas estruturas políticas do Estado e dos partidos. Esses movimentos operários estabeleceram alianças com o novo empresariado industrial, com prejuízo do setor agrícola proprietário de terras, mas relacionado com as exportações, elemento que seria um ponto de conflito na hora da crise do modelo ISI.

Pelo final dos anos 50, o modelo começa a desmoronar. A inflação e o desemprego foram sinais de sérios problemas, conseqüência da aplicação das medidas protecionistas na economia, que, apesar de apresentar índices de melhoria quanto à qualidade de vida e ao acesso aos serviços à população, prenunciava um cenário futuro muito ruim. O governo conservador de Carlos Ibáñez del Campo, eleito em 1952, tentou realizar reformas no modelo cepalino, sem êxito, com as recomendações da missão econômica norte-americana Klein-Saks (1955) restringindo a oferta monetária e o gasto público, que, devido aos resultados recessivos, não puderam ser aplicadas.

O modelo substitutivo de importações não produziu todos os frutos esperados. As críticas ao mesmo mostram que ele gerou um aparato burocrático excessivo e ineficiente para sustentar a infra-estrutura de benefícios sociais e de setores produtivos ineficientes; juntamente com isso, não se alcançou a almejada independência do setor externo, visto que cresceu a dependência das importações de bens de capital e de matérias-primas para atender à produção interna; a distorção de preços através de subsídios; a falta de competição; como conseqüência, a alta dos preços e o desemprego levaram o modelo a um questionamento maior, que tornou mais grave o confronto ideológico entre defensores do modelo cepalino e seus detratores, partidários de uma modernização neoliberal.

Foi em 1958, com a chegada ao poder do conservador Jorge Alesandri Rodrigues, que se tentou um processo de reforma capitalista modernizadora, que procurou estabelecer o setor privado como motor do desenvolvimento, mas com uma política fiscal ativa, no estilo keynesiano. Foi estabelecido um tipo de câmbio nominal como uma espécie de âncora para o controle dos preços, juntamente com a sustentação dos créditos externos ao governo, isto é, uma política keynesiana de endividamento fiscal para ativar a demanda interna mediante o gasto do fisco. Apesar do acerto das reformas, elas não

produziram os resultados esperados nem suficientes para manter o crescimento da produção, nem o controle dos preços, visto que a estratégia modernizadora carecia de uma coerência de médio prazo, com as medidas de ajuste propostas e de controle dos preços, e graças à contenção das medidas de Alesandri, que produziram um resultado apenas momentâneo para controlar a inflação. Por outro lado, essas medidas não contaram nem com o apoio do setor empresarial nem com uma maioria política consistente.

O governo do democrata-cristão Eduardo Frei Montalva (1964) poria em marcha um processo de reformas, juntamente com um plano denominado "A Revolução em Liberdade", sustentado por uma estabilização cambial gradual não-recessiva, pela reforma agrária e por uma forte proteção das organizações sindicais camponesas, pela modernização industrial, com um importante papel promocional do Estado no fomento da indústria das telecomunicações e da petroquímica, além do começo da nacionalização do cobre (denominado "chilenização"), que, mais tarde, tornaria realidade concreta o governo da Unidade Popular.

Entre 1965 e 1973, configuram-se as tendências reformistas, cuja plataforma principal foi a integração crescente dos setores populares mais pobres dos mundos agrário e urbano, no plano econômico, político e social. No governo de Eduardo Frei as reformas adquiriram um caráter mais gradual; entretanto, no governo de Allende a estratégia foi de mudanças radicais, fundamentalmente no plano da organização econômica e social. Excetuando-se a ampliação da cidadania, não foram propostas reformas ao sistema político-institucional em nenhum dos governos reformistas.

As principais reformas no campo econômico (reforma agrária, nacionalização do cobre) estavam relacionadas com o sistema de propriedade de setores considerados estratégicos para o desenvolvimento. Por sua vez, as reformas de ampliação democrática estiveram concentradas na organização social e na incorporação aos mecanismos eleitorais de camponeses, jovens e analfabetos.

Durante esses governos, foi baixada a lei de sindicalização do campo, que ajudou na incorporação à vida política do setor rural, por séculos preterido em seus direitos sociais e políticos; estendeu-se o direito de voto aos analfabetos e se baixou de 21 para 18 anos a idade para exercer o sufrágio. Durante ambos os governos houve respeito absoluto à Constituição e ao exercício regular das instituições democráticas, e plena vigência das liberdades públicas e do Estado de Direito.

O espectro político enfrentava um duplo processo: de ampliação, por um lado, com a gestação de partidos de esquerda dissidentes da Democracia Cristiana; e de polarização e endurecimento, por outro, através da unificação da direita num partido de cunho mais nacionalista e autoritário (Partido Nacional), da autonomização do centro, mais ideológico e de projeto alternativo próprio (Democracia Cristiana), do agrupamento da esquerda em torno da matriz marxista-leninista e de um projeto de cunho mais radicalmente anticapitalista.

Da crise de 29 até 1973, o Estado desempenhou papel central não apenas na orientação do desenvolvimento e do "ordenamento" dos agentes econômicos e sociais, em base a um modelo desenvolvimentista comum, mas, além disso, foi o articulador social e político por excelência. Os governos de alternância, de direita, centro ou esquerda, mantiveram políticas econômicas de proteção à indústria nacional, de subsídio aos agentes econômicos (como as baixas taxas de juro para o crédito) e de redistribuição de renda sistemática e progressiva, assumindo, por uma parte, funções na regulamentação dos salários e dos preços, e, por outra, aumentando os aportes em matéria social para educação, saúde e habitação no orçamento fiscal. De fato, o investimento social é, inclusive, reconhecido hoje como um dos resultados duradouros do desenvolvimentismo. Além do mais, é visto como uma base sem a qual não teria sido possível o crescimento que hoje exibe a economia chilena. Os resultados econômicos do período analisado mostram tendências moderadas, mas sustentadas, de crescimento, baixa taxa de desemprego e taxas razoáveis de investimento, ainda que com altos índices de inflação, o que mostra o caráter mais político da derrubada da democracia em 1973.

A característica principal da matriz clássica é a centralidade da política. Isso não apenas com respeito aos processos econômicos. Também na instituição de agentes sociais e no plano das orientações culturais, sem negar a autonomia própria dessa dimensão. É verdade que nos encontramos na presença de orientações culturais que valorizam a educação, a igualdade e a solidariedade, os projetos coletivos de nação e o caráter mesocrático, mas onde, tampouco, estão ausentes componentes meritocráticos e também classistas e oligárquicos, provenientes da presença da cultura do campo ou da fazenda. Contudo, a identidade chilena e o processo de construção de identidades coletivas em seu interior teve a política como lugar no eixo central.

Esta foi muito mais do que os processos que definem o governo e suas decisões. Foi o modo particular de se constituir como sociedade uma forma de vida social. A política foi o principal lugar de resposta às buscas de sentido, e as instituições o principal instrumento dessas respostas, configurando uma perpétua ambigüidade ou hipocrisia entre a aceitação da norma e a dúvida sobre seu valor intrínseco.

Todavia, a particularidade da política chilena é que se tratava de uma política de caráter mais partidário do que personalizado ou populista, como ocorria em outros países da América Latina. A existência de um espectro ideológico partidário completo, antes que se completasse a participação das massas na vida social e política, conferiu a essa centralidade da política um caráter altamente ideológico, que se radicalizará nos anos 60 e que associava ideologia abstrata com reivindicações concretas.

O modelo nacional-popular, estatal-democrático e político-partidário que descrevemos com largos traços, em que pesem suas realizações, apresentou grandes contradições e limitações. Entre elas, a marginalização ou subordinação e incorporação tardia de camponeses, de populações urbanas, das mulheres e de esferas regionais; a exclusão e avassalamento de diversas formas culturais e de identidades não ligadas à expressão política, particularmente as dos povos aborígenes; o sectarismo, que consistia na apropriação e identificação da idéia nacional-popular com determinado setor social, político ou cultural, excluindo os demais, segregando, em vez de integrar.

Uma cultura que não incentivava a criatividade individual nem a diversidade de expressões, mas, sim, uma homogeneidade aparente que dissimulava traços de mediocridade, de discriminação, de classismo e de hipocrisia. Por último, uma excessiva dependência da economia em relação à política nos aspectos de natureza mais estritamente técnica.

São precisamente essas contradições e a dificuldade de superá-las que criam as condições propícias a uma crise, que será aproveitada pelos setores dominantes da economia e pelas Forças Armadas, para realizar seu próprio projeto sócio-econômico e político, completamente estranho aos princípios do modelo vigente até então. Em 1970, há uma crise de legitimidade do modelo de desenvolvimento capitalista e de suas conseqüências sociais, não, porém, do regime democrático. Durante o período 1970-1973, ao contrário, desenvolve-se a crise de legitimidade democrática que provocará a derrocada de todo o sistema político.

A Unidade Popular e a crise político-econômica

O conjunto de partidos da esquerda chilena, agrupados na Unidade Popular, sob a liderança de Salvador Allende, compartilhava com as forças políticas chilenas, em qualquer ponto do espectro ideológico, da aspiração revolucionária de mudança radical e global da sociedade. No caso da esquerda, ele era entendido no sentido socialista, como substituição da sociedade capitalista, diferentemente, porém, da totalidade dos países latino-americanos, mantendo-se nos limites de um regime democrático. Por outro, o projeto de conteúdo, a transformação do modelo capitalista e o início da transição ao socialismo, pagavam o preço das visões predominantes à época, como o determinismo econômico da vida social e política, das elaborações ideológicas através de sistemas relativamente monolíticos de pensamento, e, sobretudo, da ausência de modelos referenciais para o pensamento da esquerda que não foram os socialismos históricos ou reais, nem a matriz marxista-leninista revolucionária.

Em que isso pese, conseguiu-se formular tentativamente uma visão própria, a "via chilena para o socialismo", cuja melhor expressão doutrinária é a definição que faz Salvador Allende, em sua Primeira Mensagem ao Congresso, como Presidente, em 1971, ao defender a relação entre democracia política e democracia econômica e social.

De sua parte, o programa da Unidade Popular se referia, por um lado, a certas metas e formulações estratégicas, e, por outro, a medidas específicas de natureza basicamente redistributivas e de satisfação das necessidades das grandes maiorias. O vínculo entre ambas era a desapropriação dos monopólios, que repassaria ao Estado o excedente necessário para reorientar o aparato produtivo para satisfação de tais necessidades.

Com um espírito eminentemente anticapitalista, o programa econômico da Unidade Popular focalizou uma política redistributiva depois da democracia econômica, baseada em mudanças estruturais na propriedade, mediante um programa de nacionalizações dirigido à grande mineração do cobre, do salitre, do iodo, do ferro e do carvão, aos bancos, ao comércio exterior e aos monopólios estratégicos. Houve intervenção em empresas privadas de distribuição consideradas estratégicas; outras foram tomadas por organizações de trabalhadores, arbitrariamente, bem como em muitas propriedades agrícolas não atingidas pela reforma agrária do período anterior. Por outro lado, foram reduzidas as tarifas dos serviços públicos e aumentaram os salários mediante

emissão de meio circulante do Banco Central, provocando uma inflação que atingiu 293% em 1973.

Para além das deficiências teóricas e programáticas do projeto da Unidade Popular, e de um discurso que exacerbava a identidade do setor social popular, tornando-o excludente e confrontador, tratava-se da busca da quadratura do círculo: fazer uma revolução por métodos não-revolucionários e democráticos, sem contar com a maioria institucional que, no Chile, se constrói apenas por meio dos partidos políticos. A necessidade de uma estratégia de construção de maioria, de cuja ausência a Democracia Cristiana tem também uma conta a saldar com seu passado, é a grande lição do período. E, sem dúvida, a Composição de Partidos pela Democracia, que sucede o regime militar, em 1990, não se explica apenas pela necessidade de luta contra a ditadura militar, mas também, precisamente, pela aprendizagem dessa lição. De qualquer forma, analisar a realidade do período 1970-1973 e de seu desfecho no golpe militar de 1973 apenas em termos de um fracasso devido à debilidade e inevitabilidade de um projeto e de sua estratégia seria pecar por desconhecimento. Esses três anos foram marcados por uma luta política em que um setor da oposição à Unidade Popular e ao governo de Allende tentou, desde o primeiro momento, sua derrubada, um objetivo que também era perseguido, à época, pelo governo norte-americano.

O projeto autoritário neoliberal

Entre 1973 e 1989, deu-se a interrupção do regime democrático, com o Governo Militar de fato, sob a liderança de Augusto Pinochet. O golpe de Estado pôs fim à regularidade institucional que tinha vivido o País, com raras interrupções, em mais de 150 anos de vida republicana, com a dissolução do Congresso; a proibição dos partidos políticos; a suspensão dos mecanismos eleitorais; a eliminação, praticamente, das liberdades públicas; a repressão maciça e sistemática a quem quer que se considerasse partidário do governo anterior e aos opositores do novo regime e a subordinação do Poder Judiciário ao governo de fato. O modelo institucional do regime autoritário se consolida ao se aprovar, num plebiscito fraudulento, a Constituição de 1980, que dará lugar a um processo de institucionalização autoritária que desembocará, oito anos depois, no plebiscito de 1988.

Estamos aqui ante um projeto contra-revolucionário. A história do regime militar chileno, de 1973 a 1981/1982, é a história de um duplo processo. Por

um lado, a repressão e a desativação dos agentes anteriormente constituídos, o que, dada a natureza de tal constituição, passa pela supressão da atividade político-partidária, que se manifesta num primeiro momento sob o manto da Igreja. Por outro lado, a personalização, mesclando traços de ditadura pessoal e de regime institucional, do poder político e militar do general Pinochet, e a formação de um núcleo hegemônico em que se combina esse poder político personalizado com a condução sócio-econômica do Estado, a cargo de uma equipe tecnocrática ligada muito rapidamente ao capitalismo financeiro, conhecido como os *Chicago Boys*.

O conteúdo principal do projeto civil-militar era, por um lado, reverter as relações entre economia e Estado, reduzindo este o máximo possível em suas tarefas integrativas e redistributivas e em seu papel de referente da ação coletiva, sem deixar de usá-lo para as tarefas coercitivas e para a implantação do próprio modelo. Por outro lado, tratava-se de impulsionar um conjunto de transformações sociais e instituicionais que foram conhecidas como "modernizações", cujo significado principal era a atomização das relações sociais, reduzindo-as a mecanismos de mercado, e cortando sua vinculação com a ação política. A fórmula autoritária neoliberal se propôs como uma superação radical das fórmulas precedentes, a capitalista tradicional, a fórmula mista dos anos 60 e da orientação socialista da Unidade Popular. Com a supressão da política, o regime militar pôde realizar as transformações que o núcleo tecnocrático julgou necessárias, que se impuseram a partir do Estado, sem contrapesos sociais. Os custos sociais do ajuste foram amplamente analisados, e os efeitos sobre a sociedade atual e futura são indubitavelmente uma onda de longo prazo. A fórmula neoliberal produziu não apenas uma reestruturação econômica, como também uma intervenção na política, que significou um modelo institucional de regime, plasmado na Constituição de 80; um reordenamento social que significou a emergência do ator empresarial e a dissolução dos agentes sociais populares; e mudanças nas orientações culturais dos agentes sociais e políticos.

O plano econômico estabilizador e refundacional do Governo Militar baseou-se na desarticulação do Estado de Compromisso da matriz sócio-política clássica, e na construção de um novo projeto que se tornaria, do ponto de vista de nosso enfoque analítico, uma matriz neoliberal. Primeiramente, estabeleceram-se políticas para controlar os desequilíbrios macroeconômicos, tendo como principal prioridade o controle da hiperinflação, e, posteriormente, a abertura comercial unilateral e

indiscriminada, e a liberalização dos preços e do mercado financeiro. Da mesma forma, começou-se a desmantelar o aparato estatal sobre todo o sistema empresarial estatal por meio de privatizações, inclusive de algumas áreas tradicionalmente pertencentes ao Estado, como o sistema de pensões e o atendimento em matéria de saúde. O endividamento externo foi um pilar fundamental para implementar as reformas da nova economia, arma de dois gumes, que, em seguida, em 1982, fez o sistema bancário cair em *default*, com a crise da dívida mundial.

Juntamente com a introdução de mudanças radicais na economia (liberalização, abertura externa e privatização), o governo militar transformou as políticas sociais. Essas mudanças ocorreram em seis direções principais: redução drástica dos recursos, afetando com particular intensidade a moradia, a saúde e a educação (e dentro dessas, as maiores reduções em investimento e remuneração para o pessoal desses setores); transferência de funções executivas, relocação de serviços para o setor privado e desconcentração geográfica de ministérios e de serviços; introdução de mecanismos de mercado na destinação de recursos públicos (subsídio às demandas); implementação de medidas concretas destinadas a reduzir literalmente os programas universais e a dar ênfase aos recursos públicos a serem gastos nos segmentos mais pobres da população; desenvolvimento de programas sociais compensatórios para situações de extrema pobreza; e enfraquecimento do poder dos trabalhadores e dos sindicatos, com um rígido controle da expressão coletiva de demandas sociais.

Apesar da falta de um coerente "pacote de reformas administrativas", como tais, o governo militar, desde o instante do primeiro ajuste de política, em 1975, executou um conjunto de medidas que transformaram profundamente o aparato do Estado. Entre elas, encontram-se as privatizações maciças de empresas públicas – deixando algumas privatizações "pendentes" e poupando a grande mineração de cobre –, como também a privatização dos serviços públicos, especialmente a seguridade social; a relocação das funções dos serviços públicos; a relocação do déficit fiscal das prefeituras, nas áreas de educação e saúde; a redução drástica de empregados públicos e a eliminação de agências; a reestruturação e enfraquecimento de ministérios "sociais" e a modernização dos "econômicos"; a nova regionalização do País, com uma chancela militar; e o estabelecimento de uma Lei Orgânica Constitucional, que fez com que as modificações nesse corpo legal fossem enormemente difíceis.

Consequentemente, apesar de algumas medidas iniciais de racionalização financeira e admidnistrativa, na prática resultou uma deterioração acentuada da gestão pública, visto que as autoridades econômicas do regime militar consideravam o Estado, por definição, ineficiente. A permanentte arbitrariedade, o autoritarismo e a desvalorização das funções públicas devastaram a moral dos burocratas. Seus salários foram reduzidos desproporcionalmente pelos ajustes fiscais. O governo de Pinochet, obcecado pelas privatizações, abandonou os empregados dos serviços públicos a sua própria sorte.

Assim, promoveu-se uma noção extremamente negativa do papel do Estado, identificando modernização e administração eficiente com o setor privado. O pensamento político dominante associou o setor público a idéias antiquadas, burocráticas e anacrônicas, idéias e imagens. Como conseqüência, todos os empregados públicos foram injustamente considerados como ineficientes. Essa visão preconceituosa, que repudiava as funções e a eficiência das políticas públicas, continou nos governos democráticos que se seguiram, entre os grupos políticos de direita e os setores empresariais. Por trás desses argumentos há, por uma parte, interesse em impedir a geração de estratégias de regulamentação, e por outra, em privatizar tudo o que estiver disponivel em matéria de capital e de serviços públicos. Aqui, porém, adicionalmente, existe um aspecto político-ideológico maior: castigar um setor que é visto como responsável pela crise de 1973, eliminando a intervenção estatal, entendida como a principal causa da politização da sociedade.

Neoliberais e neoconservadores, enfatizando a ineficiência da ação do estado e seus efeitos supostamente prejudiciais ao crescimento econômico, de fato deram início a um poderoso freio na modernização endógena da administração pública, opondo-se a diversas iniciativas de reforma tentadas pelos governos democráticos.

Em 1981/1982, como conseqüência da crise da dívida, produziu-se uma crise do modelo econômico, que permitiu a irrupção de protestos populares e da oposição no espaço público. É a partir de 1986 que o regime consegue recompor, em parte, seu modelo econômico, e preparar o cenário do plebiscito de 1988, no qual a oposição aceita participar para transformá-lo, de mecanismo de projeção do regime, em mecanismo de desencadeamento de um processo de término da ditadura e transição para um regime democrático.

É verdade que o regime militar conseguiu impor um novo modelo de desenvolvimento, mas isso foi depois de um estrondoso fracasso nos anos de

1981-1982, que representou crescimento negativo durante um período, obtendo certa recuperação a partir do ano de 1986; não faz sentido, então, falar de um milagre econômico chileno.

Sem dúvida, não existiu tal recuperação, no que tange a nenhum indicador social, se se fizer comparação com os anos 60.

Resumindo, a ditadura militar e seu modelo neoliberal produziram uma mudança na matriz sócio-política chilena, embora, como não criou uma nova, implicou basicamente sua desarticulação.

Democracia e matriz híbrida

A transição política no Chile começou com o resultado do Plebiscito de 1988. Naquele momento, foi eliminada definitivamente toda possibilidade de retorno ao autoritarismo, em que pesem as intenções claramente não democráticas do pinochetismo civil e militar. E ela se encerrou com a ascensão do primeiro governo democrático, em março de 1990. Desde então, quatro governos da Coalizão de Partidos pela Democracia, coalizão de centro esquerda, formada pela Democracia Cristã, pelo Partido Socialista, pelo Partido a favor da Democracia (PPD), e, de menor importância, pelo Partido Radical Social-Democrata, estiveram ao timão com dois Presidentes democrata-cristãos (Patricio Aylwin, 1990-1994; Eduardo Frei, 1994-2000); e dos socialistas-PPD (Ricardo Lagos, 2000-2006; e Michelle Bachelet, 2006-2010). Resolvia-se, assim, um dos grandes problemas da sociedade chilena no século XX: a existência de uma imbricação entre agentes sociais e sistema partidário se manifestava no nível de cada pólo partidário democrático progressista, porém, com exceção da Frente Popular do final dos anos trinta, não se havia constituído numa coalizão democrático-progressista que unisse centro e esquerda. E dizemos parcialmente porque a configuração dos agentes sociais tinha mudado de tal forma que já não era igualmente representável em sua integridade pelo sistema partidário.

O primeiro governo democrático, de Patricio Aylwin, definiu a tarefa nacional em termos de "transição para a democracia", e apontou para a idéia de um "crescimento com eqüidade", mantendo os equilíbrios macroeconômicos e buscando corrigir os efeitos sociais do modelo econômico. Dessa forma, definiu um método de negociações e acordos pontuais que denominou "democracia de consenso". A verdade é que já não se vivia nenhuma transição, nem, tampouco, houve, como dissemos,

verdadeiros consensos. Em todo caso, qualquer que seja a crítica que se faça a essas definições como parciais e insuficientes, há que reconhecer que metas e orientações houve, e que em relação a elas o governo avançou. Pelo contrário, é mister recordar que durante o segundo governo da Coalizão – em que pesem um muito bom desempenho econômico, até 1997, e os importantes avanços em termos de obras públicas e de reforma da justiça e da educação, em matéria de projetos e orientações, de metas que se mobilizem, de energias sociais e culturais, o País andou à deriva, sem uma bússola compartilhada, e, portanto, sem direção política. No governo de Ricardo Lagos foi recuperada a liderança presidencial: a meta foi proposta em termos de ser um país deenvolvido, no segundo centenário de sua existência como nação independente. Entretanto, tal meta, em que pesem os enormes avanços em matéria de infra-estrutura, de reformas sociais e de inserção internacional, está longe de se alcançar, nem tampouco pareceria que o conjunto dos agentes sociais e políticos se encaminhavam com clareza na mesma direção. No governo de Bachelet, primeiro governo, do Executivo, na América Latina, com paridade entre homens e mulheres, dirigido por uma mulher, com duração [prevista] de apenas quatro anos, segundo as rfeformas constitucionais de 2005, o que primou, tanto durante a campanha quanto nos dez primeiros meses de governo foi a idéia de um novo estilo, denominado "cidadão". Ele se define por agendas de medidas concretas, mas que, por carecer de um projeto político que empreste sentido ao conjunto da ação governamental, com exceção da proposta genérica de um sistema de proteção que se materializaria numa reforma da previdência, anunciada no final de 2006, foi ultrapassado por problemas que não estavam na agenda, o mais significativo dos quais foi o movimento estudantil da educação média.

O término da transição, contudo, não significou que juntamente com governos plenamente democráticos o regime político e a sociedade tivessem alcançado a democracia propriamente dita. Tratou-se de uma transição incompleta, que deu origem a uma democracia restrita, de baixa qualidade e cheia de enclaves autoritários. A tarefa não era nem continuar com a transição, já encerrada, nem consolidar o mero regime pós-autoritário, que já estava consolidado, na medida em que não havia retrocesso autoritário possível. Era reformar profundamente esse regime e criar uma autêntica democracia política, em que não são os poderes de fato nem as minorias políticas que estabelecem os limites da vontade e da soberania populares. Em outras

palavras, era preciso resolver os problemas deixados pela transição, e que ela não tinha resolvido.

Os êxitos relativos da democratização política chilena pagaram um preço que se pode verificar nos grandes problemas não-resolvidos, isto é, fracassos relativos devido não à própria natureza do processo, mas a sua condução política.

Insistiu-se muito no caráter consensual da transição chilena. A verdade é que o que primou foi a ausência de debate sobre os grandes temas que definem a sociedade e as bases fundacionais da democracia, compensado apenas pela ilusão do consenso. Este existiu apenas, na verdade, para derrotar a ditadura. O que houve depois foram acordos circunstanciais ou pontuais entre governo e oposição. Ninguém, entretanto, em parte alguma do mundo, teria ousado chamar a esses últimos "democracia de consenso". A ausência de verdadeiros consensos quanto aos temas básicos de reconstrução da sociedade pós-ditatorial explica-se, por um lado, pelo veto da minoria e dos poderes de fato (organizações empresariais, grupos econômicos que controlam os meios de comunicação, as próprias Forças Armadas, em parte, o Poder Judicial e a minoria eleitora de direita com capacidade de veto, dado o sistema eleitoral). Por outro lado, porque não houve debate sobre os temas cruciais, ou esse debate foi abafado pelas exigências de estabilidade econômica ou política. Por último, porque continua existindo um trauma da dissensão, do conflito e do confronto a que se torna demoníaco ou patológico. E para que haja consenso básico na sociedade, deve haver debate e conflito.

Nesse sentido, os problemas centrais sobre os quais existiu um debate limitado, em alguns casos, e nulo em outros, mas sem terem dado origem a consenso em nenhum deles, são a questão da justiça em matéria de violação de direitos humanos, sob a ditadura, a reforma regional, o problema araucano, o tema da igualdade e da redistribuição, os temas ligados à convivência e à reprodução, em geral vetados pela Igreja, o modelo constitucional, a reformulação do modelo de desenvolvimento, ante a globalização, etc. Vale a pena assinalar, por outra, que são, sem dúvida, avanços importantes. Certo consenso sobre a prioridade da educação, que deu origem à reforma educacional no governo de Frei, mas que acusou seus limites com a mobilização estudantil de 2006, originando um novo debate e novos mecanismos de consenso, outra vez parciais e precários, etc.; a luta contra a pobreza, que gerou a Comissão Nacional contra a Pobreza, embora tendo

omitido o tema da redistribuição; a modernização da Justiça; a reforma do Código Penal, com a criação do Ministério Público; e o julgamento oral.

É fora de dúvida que a democratização política chilena foi bem sucedida na medida em que desalojou a ditadura, impediu a decomposição da sociedade ao controlar as variáveis macroeconômicas, e assegurou um governo formado pela condição democrática majoritária. Não se pode, entretanto, falar de "transição exemplar" ou "bem-sucedida", se se levarem em consideração o resultado desse processo e a qualidade desse regime democrático. Ele se caracteriza pela precariedade institucional, pela presença de poderes de fato e pela debilidade de representação, devido às tensões entre os agentes políticos e a sociedade. Igualmente, pela fragilidade de suas bases culturais, devido à ausência de consensos básicos e à falta de coesão, unidade e direção, por parte da sociedade, em razão do colapso do poder do estado.

A ausência de uma crise econômica inicial, que, em muitos outros casos de transição, alterou a correlação de forças pró-democráticas e abriu espaços de desestabilização ou deslegitimação, por parte dos poderes de fato, ou por distanciamento de setores médios e populares, não forçou, nos primeiros governos democráticos, políticas que tivessem conseqüências antipopulares ou recessivas para resolver uma crise conjuntural herdada. Não se tinha herdado uma crise, mas, sim, um modelo, o que é um problema estrutural muito mais grave que se deveria, pelo menos, corrigir, se não substituir.

Todavia, a decorrente oportunidade de se concentrar nos aspectos propriamente políticos, para completar a transição, superando os enclaves autoritários, lamentavelmente não foi aproveitada, e a prioridade absoluta dada à estabilidade econômica desincentivou a constituição e a ação de movimentos e agentes sociais, e arruinou sua relação com a política e os partidos.

É verdade que o Chile se destacou, no último decênio, entre seus parceiros latino-americanos, por ser uma notável economia emergente na região e pelos índices, em matéria de renda, de crescimento e de superação da pobreza, resumidos nos índices de desenvolvimento humano, os quais estão entre os melhores da região. Entretanto, persistem os problemas relativos ao modelo sócio-econômico, que mencionaremos, e que podem erodir não apenas os avanços realizados e a própria existência do País, como também a comunidade no plano social. Isso esteve na origem das discussões quanto à correção ou mudança do modelo econômico, que na campanha presidencial de 2005

foram propostas principalmente pela candidatura da esquerda, alheia à Coalizão.

O primeiro desses problemas refere-se ao ritmo, ao tipo e às metas do desenvolvimento econômico. Foi proposta a meta de ser um país desenvolvido em 2010, o que já não será possível, tanto em termos de *renda per capita* quanto de uma distribuição "desenvolvida" dos frutos do crescimento. E é aqui, então, que se localiza o problema de fundo. O modelo de crescimento do mundo sobre a base do papel principal das forças transnacionais de mercado e do que se tem denominado a nova economia deixou de ser um modelo de desenvolvimento. Crescimento e desenvolvimento já não andam de mãos dadas, e o problema estrutural do emprego é a melhor ilustração, no caso, o que exige intervenções diretas do Estado e da sociedade na economia. Em que pese terem sido assinados acordos econômicos internacionais de enorme significado, e terem-se realizado reformas sócio-econômicas como o Plano Auge, em Saúde, e o Chile Solidário, em matéria de luta contra a pobreza, elas são claramente insuficientes. A discussão em torno da própria natureza do modelo de crescimento baseado em exportações sem alto valor agregado, e com uma taxa de desemprego que parece estrutural, produziu apenas esboços que logo são apagados, porquanto em todas as esferas as únicas vozes que influem e que determinam, inclusive, a venda dos órgãos públicos, são as dos grandes grupos e organismos empresariais, suas organizações geniais e seus meios de comunicação. E esse é, precisamente, o segundo grande problema não resolvido pelo modelo sócio-econômico chileno, o dos agentes do desenvolvimento. Por um lado, o País viveu um clima cíclico de relações entre governo e setores empresariais, passando de guerrilhas verbais, com recriminações por parte do governo e ameaças do setor empresarial, a declarações de plena confiança e apoio mútuo, especialmente quando se fazem presentes bons resultados da política econômica. A verdade é que, em que pesem as significativas exceções, o nível de ideologização e os interesses de lucro a qualquer custo, tão generalizados, fazem com que o Chile não possa contar com uma das forças motrizes necessárias ao desenvolvimento econômico, dentro do modelo atual de economia vigente no mundo, como é uma classe empresarial com responsabilidades, não para com ganhos a qualquer custo, ou para com seus caprichos extraeconômicos, mas sim para com o País, no qual é preciso pensar em termos de país e do papel que lhe é devido como agente de desenvolvimento, em permanente cooperação e relação com o Estado.

Por outro lado, persiste uma atitude crítica e tímida no que respeita ao papel mais ativo do Estado em sua capacidade dirigente e mobilizadora. É verdade que numa economia altamente globalizada, como a chilena, em comparação, por exemplo, com os principais parceiros do Mercosul, torna-se muito difícil a formulação de políticas econômicas ativas. Mas também é verdade que no que se refere à função reguladora e incentivadora na economia, protetora no que tange ao social, redistribuidora de recursos e de riquezas, geradora de igualdades e promotora de áreas indispensáveis, como a pesquisa ou o meio ambiente, com exceção das obras públicas, o Estado encontra-se ainda atrasado e presa das auto-limitações que a ideologia neoliberal impôs como senso comum. A mesma modernização do Estado, embora tenha produzido avanços interessantes em matéria de informatização e nos níveis de atendimento ao usuário, não escapou da perspectiva de se medir com os índices próprios do mundo privado ou do mercado.

Restabelecer o papel dirigente, regulador e protetor do Estado continua sendo uma tarefa prioritária, sem a qual não se poderá resolver o problema das desigualdades a que faremos menção. Deve-se recordar que a participação do Estado no produto nacional é muito baixa, e que há um longo caminho a percorrer do modelo liberal a um modelo social-democrata sem que isso afete o crescimento.

O terceiro problema refere-se às conseqüências da situação econômica no campo social, que têm apresentado uma relativa estagnação, especialmente no que se refere ao emprego, às igualdades sócio-econômicas e à capacidade de ação dos grupos e setores, e dos setores sociais mais atingidos.

No tocante ao desemprego, ainda que se tenham produzido avanços indubitáveis, como o seguro-desemprego e a criação de novos postos por parte do Estado, e que os números do desemprego tenham decrescido no ano transcurso, com a criação de importantes empregos, a questão de fundo pemanece: hoje o crescimento deixou de ser equivalente a desenvolvimento, integração social e, portanto, em termos da OIT, "emprego decente para todos", o que obriga a introduzir tanto modificações no modelo de crescimento quanto ações complementares, que podem estar em contradição com algumas de suas premissas ou pressupostos, de modo a se voltar a associar crescimento a desenvolvimento.

No plano das desigualdades sócio-econômicas deve-se recordar que esse é o principal calcanhar de Aquiles da sociedade chilena, na medida em que a pobreza, ao menos na dimensão estatística, decresceu significativamente,

como indicamos, em grande parte devido ao crescimento e a políticas sociais eficazes do Estado. Na campanha presidencial de 2005/2006, voltou à tona o tema da desigualdade como o principal problema da sociedade chilena, e penetrou em todas as candidaturas, inclusive a da direita. Contudo, o elemento principal para produzir uma maior igualdade, que é a redistribuição de renda, um de cujos elementos indispensáveis é a reforma tributária, esteve ausente dos programas, tanto da direita, na oposição, quanto da Coalizão e das medidas governamentais. A única medida a respeito foi o aumento do IVA, de caráter eminentemente recessivo.

Dessa forma, como o modelo de desenvolvimento anterior, baseado na industrialização e no Estado, apresentava certos defeitos intrínsecos que precisava corrigir do exterior, ele também apresentava perversões que fazem parte de sua natureza. Com efeito, o modelo econômico predominante não favorece, como o faziam a industrialização e o Estado, em outras décadas, a criação de bases materiais e institucionais, onde se possam constituir agentes sociais que organizem, de modo estável, as novas demandas, e que possam expressar-se ou negociar com representantes na instância política, isto é, os partidos. Ao desestruturar a ação coletiva, privilegiou-se tão somente a dimensão corporativa associada ao poder econômico, e se produziram opções defensivas esporádicas. A isso é necessário acrescentar a ausência de uma institucionalidade adequada, tanto no sentido de normas e regulamentos quanto no de organização do Estado para processar os conflitos e demandas, o que ficou demonstrado com os escândalos por denúncias de barganhas e fraudes no setor público durante 2002, e que levou a uma agenda de reformas parciais importantes, mas que não transformaram a estrutura do Estado nem sua relação com a sociedade.

O descompasso entre as organizações sociais, especialmente os setores mais vulneráveis e os agentes mais poderosos que atuam sobre a economia, os poderes de fato, parece não apenas não ter diminuído, como até ter-se tornado mais grave. Issso faz com que os agentes sociais debilitados se vejam obrigados a estabelecer como tarefa única de sua ação seus próprios problemas particulares, com o que diminui sua preocupação com as grandes questões nacionais, e aumenta a demanda meramente corporativa, o que se reforça com não contar, como em outra época, com um sistema partidário em que os setores sociais se sintam ouvidos e incorporados pela classe política, com a exceção da direita, que representa direta e exclusivamente os interesses

empresariais e militares, e do Partido Comunista, sem maior projeção política, que se associa a qualquer descontentamento contra os governos da Coalizão.

Se em alguma coisa parece bem sucedido o modelo econômico chileno, é em sua inserção no processo de globalização. É evidente que a economia chilena sofreu o impacto da globalização de modo mais forte do que outras economias do continente, entre outras razões, por sua própria dependência histórica dos fenômenos externos, em todos os planos, mas também devido à natureza de sua economia, mais aberta do que as outras, em parte porque a abertura e os ajustes foram efetuados antes de que a globalização se impusesse como o fenômeno central do fim do século. Em matéria de economia, mais de 50% do PGB está vinculado ao setor externo.

Com relação à pobreza, a política dos governos da Coalizão implicou, entre outras medidas, um aumento sustentado do gasto social, a criação de agências especiais, como o FOSIS, em Mideplan, para projetos dos próprios agentes e da Comissão Nacional para a Supressão da Pobreza, os programas Chile Solidário e Ponte, que implicam grande assistência direta a todas as famílias dos setores indigentes, e, recentemente, a definição das políticas sociais, para além de seus aspectos focalizados como uma política orientada para o respeito e a promoção dos direitos assegurados judicialmente, no âmbito de um Estado protetor, de que seriam exemplos o Plano Auge, em saúde, a expansão da educação pré-escolar e a projetada reforma da previdência.

Vale a pena assinalar que os últimos dados da Pesquisa CASEN, publicados em junho de 2007, mostram uma melhoria na situação de pobreza e indigência, produto dos programas e princípios enunciados.

Contudo, há duas considerações a esse respeito. Por um lado, existe um debate sobre a foma de calcular a pobreza, no sentido de que, calculado em termos atuais o valor da cesta básica, a pobreza alcançaria cifras próximas do dobro do que apresenta a Pesquisa CASEN, o que não implica desconhecer a tendência positiva, mas se relativizam os resultados estatísticos. Por outro lado, é evidente que qualquer que seja o cálculo, o que varia é uma linha estatística, e não uma linha sociológica, isto é, pode-se tanto ir a qualquer altura da linha quanto não possuir as condições estruturais de sustentabilidade de uma situação de não-pobreza, o que significa continuar sendo sociologicamente pobre, ainda que se esteja acima da linha de pobreza num determinado momento.

Com respeito à distribuição de renda, apenas no último período se consegue alguma melhoria, mas isso é mais aparente do que real, se se calcula a distância em termos de decis ou de percentis. Convém assinalar, também, que a distribuição de rendas autônomas melhora consideravelmente a vida dos mais pobres quando intervém a ação do Estado através de ajuda e subsídios.

Síntese e Conclusões

A matriz sócio-política clássica chilena privilegiou a articulação e a imbricação entre as forças sociais e os partidos políticos. Foram eles, de centro e de esquerda, em conjunto, nos anos 30, e, separadamente nos 60, que desempenharam o papel de "coalizão redistributiva", o que expressa o papel central da política na definição e na trajetória do modelo de desenvolvimento.

O regime militar e as transformações sócio-econômicas por ele promovidas, que significaram, basicamente, a transição para um novo modelo de desenvolvimento, tiveram um significado mais profundo do que a mera desarticulação da sociedade predominante até os anos 70. Tentou-se substituí-la por outra. Em sua forma pura, tratava-se de um projeto neoliberal, que implicava mais do que a autonomização da economia em relação à política, a utopia da subordinação desta àquela. Apostava-se nos mecanismos de mercado como a nova "coluna vertebral" constitutiva dos agentes sociais a qual tinha substituído tanto o sistema de representação partidária quanto o papel referencial central do Estado.

Do ponto de vista da desarticulação da matriz anterior, o regime militar obteve êxito. A partir da perspectiva de sua substituição pela matriz neoliberal, foi um fiasco. Nem se manteve em pé o antigo modelo sócio-econômico nem se impôs consistentemente o modelo neoliberal, naquilo em que não tinha a ver com a estratégia de crescimento, pelo menos desde que se estabeleceu um regime democrático, por baixa que seja a qualidade deste. Juntamente com a decomposição do modelo anterior, estão subjacentes elementos dele numa nova articulação com traços parciais do projeto neoliberal e com traços novos que não pertencem nem a um nem a outro.

De modo que o Chile da pós-transição apresenta o avesso da tese de Aníbal Pinto aplicável à matriz clássica, que apontava uma contradição básica entre uma economia atrofiada e um sistema político institucional e cultural

desenvolvido. Essa debilidade do sistema econômico propunha a questão de tornar a economia livre de suas amarras políticas. Hoje em dia, o problema é exatamente o inverso: uma economia livre, ao menos até meados dos anos 90, tendo recuperado seu ritmo até 2005, mas, principalmente, dissociada do País e da sociedade.

Diante disso, um sistema político, institucional e cultural atrofiado. Basta recordar os enclaves autoritários (Constituição e institucionalidade, clima de impunidade pela violação dos direitos humanos sob a ditadura e solução parcial, em matéria de justiça, existência de agentes não-democráticos representados pelo "pinochetismo político"); a debilidade do sistema de descentralização e regionalização; a crise do sistema educacional e o colapso da educação superior; a enorme debilidade dos agentes sociais, especialmente para negociar com o poder econômico; o atraso, só há pouco superado, da institucionalidade em relação à organização familiar; e as dificuldades para redefinir um novo papel diretor e protetor do Estado. Sem desconhecer os avanços que o regime democrático realizou em diversos desses setores, eles são sempre parciais porque ficam enclausurados nos limites constitucionais herdados. Por sua vez, a natureza do modelo sócio-econômico impediu que em momentos de crise econômica, como em 1998 e 1999, se contasse com os recursos institucionais que permitissem enfrentá-la. Assim, parecia que estávamos diante de uma matriz sócio-política ou de uma sociedade de tipo híbrido, com relação a seu modelo de constituição, prevalecente durante a maior parte do século XX. Ela apresenta um traço de continuidade e um traço de ruptura, além de elementos que se definem autonomamente e que são de fato emergentes.

A ruptura consiste em que a economia tornou-se independente da política, e se submeteu, aparentemente, à sua própria dinâmica de desenvolvimento, em que o Estado apenas delimita, mas não define a direção. Isso, porém, não significa que a economia obedeça a dinâmicas próprias do desenvolvimento nacional, e sim que esta autonomização com respeito à política ou ao Estado vem acompanhada de uma nova subordinação ou dependência, dessa vez com relação às forças transnacionais dos mercados. Talvez o elemento central disso seja que o modelo sócio-econômico de crescimento deixou de ser um modelo de desenvolvimento, ou, dito de outra forma, que a economia não pode assegurar, por si mesma, a integração social, como se pode ver no caso do emprego.

Os conflitos sociais pareceram refletir a contradição entre um país que resolve relativamente bem seus problemas econômicos de curto prazo, mas que deixa pendentes ou mal resolvidos os prolemas institucionais, políticos e culturais, e também os que se referem a um modelo de desenvolvimento de longo prazo, sustentável socialmente, em que o problema central é o da desigualdade social. Diante das fórmulas de desenvolvimento seguidas antes da ditadura militar; e diante do modelo neoliberal, os governos democráticos definiram sua estratégia como de desenvolvimento com eqüidade. Tanto no campo do crescimento econômico, ate a crise de 1997-1998, quanto no da superação da pobreza e no do gasto social do Estado, os avanços foram significativos. Contudo, as desigualdades sócio-econômicas permanecem, e, em alguns casos, aumentam.

É evidente que já não se pode afirmar que a problemática chilena não é a "transição para a democracia e a economia de mercado", como foi apontado mais de uma década atrás, no início dos anos 90. Se a democracia alcançada é incompleta e de pouca qualidade, já não estamos mais em situação de transição, e sim da necessidade de uma profunda reforma política. Por outro lado, o modelo de economia de mercado neoliberal, ou "modelo privatizador", está esgotado como base de um desenvolvimento nacional integrado e auto-sustentável, aqui e em todas as partes do mundo. O mundo hoje oscila com dificuldade entre as tendências globalizadoras e a necessidade de restabelecer o papel orientador dos Estados nacionais e de suas alianças.

Sem voltar à antiga subordinação da economia à política, o que é praticamente impossível, faz-se mister pensar em fórmulas alternativas às atuais, que passam pela devolução ao Estado, em nível nacional, e aos blocos supranacionais, do papel diretor do desenvolvimento, de estabelecer marcos normativos reguladores sobre as forças do mercado e de assegurar o controle cidadão sobre tais marcos e tais forças. Em outras palavas, reconhecendo que política e economia são coisas distintas e autônomas, trata-se também de introduzir os princípios éticos da democracia no funcionamento dos mercados.

Dito de outra forma, o que está em jogo nos próximos anos é a existência do País como comunidade com um sentido coletivo, onde se expressam sua pluralidade e sua diversidade. O projeto de país, suas formas de convivência, as identidades que o constituem e sua inserção autônoma no mundo globalizado são, hoje, o cerne da política.

De modo que os problemas fundamentais do País pós-transição têm a ver com a organizaão da *pólis*, da capacidade de condução, de fazer com que na política se expressem os problemas culturais e sociais e que a economia se relacione com o desenvolvimento geral da sociedade. Isso significa que não há propriamente uma crise do político e de sua legitimidade, nem mesmo entre os jovens. O que há é uma crise da capacidade e da atividade política para dar conta do político e não para girar em torno de si mesma. No fundo, o risco é que isso conduza a uma crise de legitimidade.

Na situação atual, o congelamento da dimensão político-institucional, com respeito a uma base econômica dependente da economia transnacional, se explicaria por dois fatores. Por um lado, a presença dos enclaves autoritários institucionais defendidos pela oposição de direita, herdeira do regime militar. Por outro, a ausência de modelos e projetos alternativos de índole político-cultural, uma de cujas causas é o próprio êxito obtido pelos governos da Coalizão. Dada essa ausência, predominam as "forças naturais" da economia transnacional.

Poderia parecer muito cedo para aprofundar a questão de se estamos ante uma matriz emergente de relações entre Estado e sociedade, ou se se trata de uma situação de transição para outro modelo que não conhecemos. As indagações postas com respeito à situação econômica mundial e ao futuro dos processos de globalização e de integração econômica acentuam essa dúvida.

Em todo caso, o futuro da sociedade chilena se alicerça em sua capacidade de construção de um sistema sócio-político que resgate a idéia de uma comunidade nacional que não se reduza a um mercado nem a um conjunto de instrumentos e técnicas. O de que o País necessita ja não é de um "milagre econômico", mas, sim, de um grande salto para a frente, que deve ser político, institucional e cultural.

Bibliografia

Angell, Alan. 1993. "Chile Since 1958." En Chile Since Independence, Leslie Bethell ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Boeninger, Edgardo. 1997. Democracia en Chile. Lecciones para la gobernabilidad. Santiago: Editorial Andrés Bello.

Corbo, Vitorio Problemas, teorías del desarrollo y estrategias en América Latina. Estudios Públicos Nº 32. 1988.

Correa S., Sofía et al. 2001. Historia del siglo XX chileno: balance paradojal. Santiago: Editorial Sudamericana.

Díaz, Álvaro. 1994. "Tendencias de la reestructuración económica y social en Latinoamérica." Revista Mexicana de Sociología No. 14 (Octubre-Diciembre).

Drake, Paul e Iván Jaksic, eds. 1999. El modelo chileno: democracia y desarrollo en los noventa. Santiago: LOM Ediciones.

Ffrench-Davis, Ricardo. 1973. Políticas Económicas en Chile 1957-1970. Santiago: CIEPLAN-Universidad Católica de Chile.

Ffrench-Davis, Ricardo. 1990. Desarrollo económico, inestabilidad y desequilibrios políticos en Chile. 1950-1989. Colección Estudios No. 28. Santiago: CIEPLAN.

Ffrench-Davis, Ricardo. Entre neoliberalismo y crecimiento con equidad. Tres décadas de política económica en Chile. Siglo XXI Eds. B. Aires, 2004

Fundación Nacional para la Superación de la Pobreza (FNSP). 1996. La pobreza en Chile. Un desafío de equidad e integración social 1: 52. Santiago: FNSP.

Garretón, Manuel Antonio. 1995. Hacia una nueva era política. Estudio sobre las democratizaciones. Santiago: Fondo de Cultura Económica.

Garretón, Manuel Antonio. 1999. "Balance y perspectivas de la democratización política chilena." En La caja de Pandora el retorno de la transición chilena, Amparo Menéndez-Carrión y Alfredo Joignant Rondón. Santiago: Planeta/Ariel.

Garretón, Manuel Antonio. 2000a. La sociedad en que vivi(re)mos. Introducción sociológica al fin de siglo. Santiago: LOM Editores.

Garretón, Manuel Antonio y Malva Espinosa. 1995. Tendencias de cambio en la matriz' socio-política chilena. Una aproximación empírica. Informe final Proyecto Fondecyt. Santiago (Marzo).

Góngora, Mario. 1986. Ensayo histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX. Santiago: Editorial Universitaria.

Heise Julio, 150 años de evolución institucional. Ed. Andrés Bello, Santiago 1977.

Marcel, Mario. 1989. "Privatización y finanzas públicas." Colección Estudios No. 26. Santiago: CIEPLAN.

Marcel, Mario y Carolina Tohá. 1998. "Reforma del Estado y la gestión pública." En Construyendo Opciones. Propuestas Económicas y Sociales para el Cambio de Siglo, eds. René Cortazar y Joaquín Vial. Santiago: CIEPLAN-DOMEN.

Meller, Patricio. 1996. Un siglo de economía política chilena. 1880-1990. Santiago: Editorial Andrés Bello.

Menéndez-Carrión, Amparo y Alfredo Joignant Rondón. 1999. La caja de Pandora el retorno de la transición chilena. Santiago: Editorial Planeta/Ariel.

Moulián, Tomás. 1982. Desarrollo político en Chile. Colección de Estudios No. 18. Santiago: CIEPLAN.

Moulián, Tomás. 1997. Chile actual. Anatomía de un mito. Santiago: Ediciones LOM.

Oyarce, Héctor. 1997. "Los procesos de modernización, el Estado y la política." Santiago. Manuscrito.

Pinto, Anibal. 1971. Tres ensayos sobre América Latina y Chile. Buenos Aires: Solar-Hachette.

Raczynski, Dagmar. 1994. "Políticas sociales y programas de combate a la pobreza en Chile: balance y desafíos." Colección de Estudios No. 39. Santiago: CIEPLAN.

Suárez, Christian. 1990. "Reseña del Gobierno de Chile." Selección de Documentos Clave 7. Caracas: CLAD.

Toloza, Cristián y Eugenio Lahera. 1998. Chile en los noventa. Santiago: Dolmen Ediciones.

Varios autores, Cuánto y cómo cambiamos los chilenos. Balance de una década. (Cuadernos del Bicentenario, Santiago, 2003).

Vergara, Pilar. 1985. Auge y caída del neo liberalismo en Chile. Santiago: FLACSO.

Estados Unidos, América do Sul e Brasil: Seis tópicos para uma discussão

José Luis Fiori

Neste início do século XXI, está cada vez mais claro que a disputa entre as grandes potências não acabou em 1991. Apenas desacelerou – temporariamente – como costuma acontecer depois de uma grande guerra, ou de uma vitória contundente, como foi o caso da vitória norte-americana na Guerra Fria. Neste caso, não houve uma rendição explícita dos derrotados, nem um "acordo de paz" entre os vitoriosos, que consagrasse uma nova ordem mundial, como aconteceu logo depois da Segunda Guerra Mundial. Porque não havia, naquele momento, outra potência com o poder e a capacidade de negociar ou limitar o arbítrio unilateral dos Estados Unidos, e porque os norte-americanos tampouco tinham disposição de negociar ou limitar sua nova posição de poder no mundo. A projeção internacional do poder americano começou logo depois da sua independência, e se prolongou, de forma contínua, através dos séculos XIX e XX. Mas foi só na segunda metade do século XX, depois da "crise de 70", que os Estados Unidos adotaram uma estratégia imperial explícita[1] que obteve uma vitória contundente

[1] " O governo Reagan combinou o messianismo anticomunista de Carter com o liberalismo econômico de Nixon, propondo-se eliminar a União Soviética e a construir uma nova ordem política e econômica mundial, sob o comando inconteste dos Estados Unidos. Hoje está claro que esta estratégia adotada na década de 1980 sob liderança dos Estados Unidos e da Grã Bretanha, apressou a reviravolta na organização e funcionamento do sistema mundial que vinha sendo elaborada, pelo menos nas duas décadas precedentes. Pouco a pouco, o sistema mundial

em 1991, alimentando o sonho de um poder global absoluto, ou de um império mundial. Depois de 2001, esta estratégia vitoriosa assumiu uma postura bélica, e, após 2004, enfrentou reveses sucessivos, que se somaram à expansão da China e da Índia e ao renascimento da Alemanha e da Rússia para trazer de volta ao centro do sistema mundial a competição e os conflitos entre as grandes potências. Esta inflexão é associada, em geral, com o impasse americano no Oriente Médio e ao fracasso da sua "guerra global" contra o terrorismo. Mas, por trás desta situação conjuntural, é possível identificar, também, uma mudança estrutural, de longo prazo, que também foi provocada – em grande medida – pela projeção global do poder americano. Neste sentido, se pode dizer que a política externa recente dos Estados Unidos foi responsável por duas guerras inconclusivas e pelo fracasso do seu projeto para o "Grande Médio Oriente". Mas, ao mesmo tempo, se pode dizer que o expansionismo americano também foi responsável – paradoxalmente – pelo sucesso econômico da China e da Índia e de toda a economia mundial depois de 2001, o mesmo sucesso que está fortalecendo os principais concorrentes dos Estados Unidos dentro do sistema interestatal. Ou seja, como já vimos, a política expansiva da potência hegemônica acaba ativando e aprofundando as contradições do sistema mundial e fortalecendo a resistência dos estados que são desafiados pelo avanço dos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, são fortalecidos pelo sucesso da economia americana. É óbvio que estas mudanças internacionais não são uma obra exclusiva dos Estados Unidos, e envolvem decisões políticas de outros países e de processos que estão fora do controle americano. Mas não há dúvida de que o expansionismo de longo fôlego, e os recentes reveses dos Estados Unidos, têm uma grande importância para compreender a conjuntura internacional deste início do século XXI, bem como o aumento exponencial da pressão competitiva que está atingindo todas as regiões do mundo, alimentando disputas hegemônicas e anunciando uma nova corrida imperialista entre as grandes potências. Neste sentido, resumindo: a expansão do poder americano depois da crise dos anos 70, e, em particular, depois do fim da Guerra Fria, junto com seu projeto de globalização econômica, reacendeu a luta hegemônica entre os estados e as

---

foi deixando para trás um modelo "regulado" de "governança global" liderado pela hegemonia benevolente dos Estados Unidos, e foi se movendo na direção de uma nova ordem mundial com características mais imperiais do que hegemônicas". In J.L Fiori (2004), "O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites", in J.L Fiori (org), O Poder Americano, Editora Vozes, Petrópolis, p: 93 e 94

economias nacionais em quase todas as regiões do sistema interestatal capitalista. Por todo lado, os governos reafirmam seu papel na vida econômica, sobem barreiras protecionistas e assumem o comando de suas estratégias nacionais de desenvolvimento, com suas empresas e seus "fundos soberanos". Quase todos os países voltam a regular seus mercados, de uma forma ou outra, incluindo o mercado financeiro norte-americano.[2] Já não se fala de "regimes" e "governança mundial", e não existe mais consenso sobre a "ética internacional".[3]

No caso da América do Sul, o impacto desta pressão competitiva sistêmica e global tem características particulares, porque se trata de um continente onde nunca houve uma verdadeira disputa hegemônica entre os seus próprios estados nacionais. Primeiro foi colônia, e depois da sua independência esteve sob a tutela anglo-saxônica: da Grã-Bretanha, até o fim do século XIX, e dos Estados Unidos, até o início do século XXI.[4] Nestes dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais da América do Sul nunca atingiram a intensidade, nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa. E tampouco se formou no continente um sistema integrado e competitivo de estados e economias nacionais, como viria a ocorrer na Ásia,

---

[2] "Barreiras nacionais vêm sendo levantadas até na Internet, o símbolo do mundo sem fronteiras. Ela foi projetada para ficar fora do alcance dos governos, transferindo poder, para indivíduos ou organizações privadas. Agora, sob pressão da Rússia, China, Índia e Arábia Saudita, a empresa americana que distribui endereços na Internet está procurando meios de os países usarem o alfabeto de sua língua-mãe. "Estamos assistindo ao passo-a-passo da balcanização da internet global. Ela está se transformando numa série de redes nacionais", diz Tim Wu, professor de Direito da Universidade de Columbia, em Nova York", Bob Davis, "Neonacionalismo ameaça a globalização", The Wall Street Journal, reproduzido no Valor Econômico, de 29 de abril de 2008.

[3] Carr, E. H. (1939/2001) The Twenty Years' Crisis, 1919-1939, Perennial, New York, p:150.

[4] Em agosto de 1823, o ministro de relações exteriores da Inglaterra, George Canning, propôs ao embaixador americano em Londres, Richard Rush, uma declaração conjunta, contra qualquer "intervenção externa", na América Latina. O presidente James Monroe, apoiado no seu secretário de estado John Quincy Adams, declinou o convite inglês. Mas três meses depois, o próprio Monroe propôs ao Congresso Americano, uma doutrina estratégica nacional quase idêntica à da proposta inglesa. Foi assim que nasceu a "Doutrina Monroe", no dia 2 de dezembro de 1823. Como era de se esperar, os europeus consideraram a proposta de Monroe impertinente e sem importância, partindo de um estado que ainda era irrelevante no contexto internacional. E tinham razão: basta registrar que os Estados Unidos só reconheceram as primeiras independências latino-americanas, depois de receber o aval da Inglaterra, França e Rússia. E mesmo depois do discurso de Monroe, se recusaram a atender o pedido de intervenção dos governos independentes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e México. Por isto, muito cedo, os europeus e os próprios latino-americanos compreenderam que a Doutrina Monroe havia sido concebida, e seria sustentada durante quase todo o século XIX, pela força da Marinha e dos capitais ingleses.

depois da sua descolonização. Como conseqüência, os estados latino-americanos nunca ocuparam posição importante nas grandes disputas geopolíticas do sistema mundial, e funcionaram, durante todo o século XIX, como uma espécie de laboratório de experimentação do "imperialismo de livre comércio". Depois da Segunda Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria, os governos sul-americanos alinharam ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba, depois de 1959.[5] E depois da Guerra Fria, durante a década de 90, de novo a maioria dos governos da região aderiram às políticas e reformas neoliberais, preconizadas pelos Estados Unidos. A partir de 2001, entretanto, a situação política do continente mudou com a vitória – em quase todos os países da América do Sul – das forças políticas nacionalistas, desenvolvimentistas[6] e socialistas. E com a grande novidade de que esta

[5] Depois de 1991, e do fim da URSS e da Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram e ampliaram sua ofensiva contra Cuba, apesar de que mantenham relações amistosas com o Vietnã e a China. No auge da crise econômica provocada pelo fim de suas relações preferenciais com a economia soviética, entre 1989 e 1993, os governos de George Bush e Bill Clinton, tentaram um xeque-mate contra Cuba, proibindo as empresas transacionais norte-americanas, instaladas no exterior, de negociarem com os cubanos, e depois, impondo penalidades, às empresas estrangeiras que tivessem negócios com a ilha, através da Lei Helms-Burton, de 1996. Esta posição permanente dos Estados Unidos não autoriza grandes ilusões neste momento de mudanças nos dois países. Do ponto de vista americano, Cuba lhes pertence, e está incluída na sua "zona de segurança". Por isto, o objetivo principal dos Estados Unidos, em qualquer negociação futura, será sempre o de fragilizar e destruir o núcleo duro do poder cubano.

[6] A eleição de Fernando Lugo, para presidente do Equador, em 2008, foi mais uma de uma série de vitórias das forças políticas de esquerda, seguindo as eleições de Hugo Chávez, Luiz Inácio da Silva, Michele Bachelet, Nestor e Cristina Kirshner, Tabaré Vasquez, e Rafael Correa. Esta mudança político-eleitoral trouxe de volta algumas idéias e políticas "nacional-populares", e "nacional-desenvolvimentistas", que haviam sido engavetadas durante a década neoliberal de 90. São idéias e políticas que remontam, de certa maneira, à Revolução Mexicana, e, em particular, ao programa de governo do presidente Lázaro Cárdenas, adotado no ano de 1930. Cárdenas foi um nacionalista, e seu governo fez uma reforma agrária radical, estatizou a produção do petróleo, criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina, investiu na construção de infra-estrutura, praticou políticas de industrialização e de proteção do mercado interno, implantou uma legislação trabalhista e adotou uma política externa independente e antiimperialista. Depois de Cárdenas, este programa se transformou no denominador comum de vários governos latino-americanos que, em geral, não foram socialistas nem mesmo de esquerda. Assim mesmo, suas idéias, políticas e posições internacionais se transformaram numa referência importante do pensamento e das forças de esquerda latino-americanas. Basta lembrar a revolução camponesa boliviana de 1952, o governo democrático de esquerda de Jacobo Arbenz na Guatemala, entre 1951 e 1954, a primeira fase da revolução cubana entre 1959 e 1962, e o governo militar-reformista do general Velasco Alvarado no Peru, entre 1968 e 1975. Em 1970, estas idéias reapareceram também no programa de governo da Unidade Popular de Salvador Allende, que propunha uma radicalização do "modelo mexicano" com a aceleração da reforma agrária e a nacionalização das empresas estrangeiras produtoras de cobre, ao mesmo tempo em que defendia a criação de um "núcleo industrial estratégico", de propriedade estatal, que deveria se transformar no embrião de uma futura economia socialista.

"virada à esquerda" se deu junto com o novo ciclo de crescimento da economia mundial. Depois de 2001, houve uma retomada do crescimento econômico em todos os países do continente sul-americano, acompanhando o ciclo expansivo da economia mundial. A novidade, neste novo ciclo de crescimento sul-americano, é o peso decisivo da pressão asiática sobre a economia continental. Em particular, no caso da China, que tem sido a grande compradora das exportações sul-americanas, sobretudo de minérios, energia e grãos, e tem aumentado, de forma contínua, suas exportações para a região. Por sua vez, os novos preços internacionais das *commodities* fortaleceram a capacidade fiscal dos estados e estão financiando políticas de integração da infra-estrutura energética e de transportes do continente. Além disto, os novos preços da energia e dos minérios permitiram a formação de reservas em moedas fortes, diminuindo a fragilidade externa da região, e aumentando seu poder de resistência e negociação internacional. E as vultosas reservas em moeda forte, da Venezuela, já lhe permitiram atuar, duas vezes, como "emprestador em última instância", da Argentina e do Paraguai. De todos os pontos de vista, a China está cumprindo um papel novo e fundamental na economia sul-americana, mas não é provável que se envolva na geopolítica regional. O que é importante é que este ciclo expansivo da economia mundial tem pressionado as economias sul-americanas e fortalecido seus estados nacionais. Já não há possibilidade de escapar da competição, e, ao mesmo tempo, o sucesso econômico conjuntural está potenciando o poder interno e externo dos estados sul-americanos. Está chegando ao fim a longa "adolescência assistida" da América do Sul, mas o preço desta mudança, a médio prazo, deve ser o aumento dos conflitos dentro da própria região, e o aumento da competição hegemônica entre o Brasil e os Estados Unidos pela supremacia na América do Sul, a menos que o Brasil opte e lute para se manter na condição de "sócio menor" dentro do espaço hegemônico e dentro do "território econômico supra-nacional" dos Estados Unidos, seguindo o caminho do Canadá e do México, na América do Norte.

No caso do Brasil, seu passado pesa fortemente sobre sua posição futura, porque se trata de um país que nunca teve características expansivas, nem disputou, jamais, a hegemonia da América do Sul com a Grã-Bretanha ou com os Estados Unidos. Depois de 1850, o Brasil não enfrentou mais guerras civis ou ameaças de divisão interna, e depois da Guerra do Paraguai, em 1860, o País teve apenas uma participação pontual, na Itália, durante a Segunda Guerra

Mundial, e algumas participações posteriores nas "forças de paz" das Nações Unidas e da OEA. Sua relação com seus vizinhos da América do Sul, depois de 1870, foi sempre pacífica e de pouca competitividade ou integração política e econômica, e durante todo o século XX, sua posição dentro do continente foi a de sócio auxiliar da hegemonia continental dos Estados Unidos. Depois da Segunda Guerra Mundial, o Brasil não teve maior participação na Guerra Fria, mas apesar do seu alinhamento com os Estados Unidos, começou a praticar uma política externa um pouco mais autônoma, a partir da década de 60. Na década de 70, em particular no governo do General Ernesto Geisel, o Brasil se propôs um projeto de "potência intermediária", aprofundando sua estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo seu acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas, e assinando um acordo atômico com a Alemanha. Mas sua crise econômica dos anos 80 e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi completamente engavetado nos anos 90, quando o País voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e seu projeto de criação da ALCA. Mais recentemente, entretanto, depois de 2002, a política externa brasileira mudou de rumo, assumindo uma posição mais agressiva de afirmação sul-americana e internacional dos interesses e da liderança brasileira. Como na prioridade que vem sendo dada à integração sul-americana e às relações mais próximas com alguns países da África e da Ásia, em particular, China, Índia e África do Sul. Mas o Brasil ainda enfrenta limitações importantes para expandir seu poder internacional: primeiro, devido ao não reconhecimento estratégico da existência de um competidor ou adversário na luta pela hegemonia sul-americana, pelo simples fato de que este competidor inevitável responde pelo nome de Estados Unidos da América; em segundo lugar, devido à falta de organização estratégica do seu crescimento econômico, que por isto mesmo, foi muito baixo nas duas últimas décadas; devido à sua baixa capacidade de coordenação dos seus investimentos públicos e privados fora do Brasil, e, em particular, na América do Sul; por fim, devido força política dentro das elites brasileiras, e do próprio *establishment* da sua política externa, da posição favorável à manutenção do Brasil na condição de sócio menor dentro do espaço hegemônico norte-americano, e dentro do "território econômico supranacional" dos Estados Unidos.

Com relação ao posicionamento norte-americano dentro do hemisfério, há que prestar atenção nas suas eleições presidenciais de 2008, porque elas já fazem parte de um processo de realinhamento da estratégia internacional dos

Estados Unidos. Este processo deverá tomar alguns anos, mas é muito pouco provável que os Estados Unidos abram mão dos três "direitos de intervenção" – auto-atribuídos – que orientaram sua política hemisférica durante o século XX: i) em caso de "ameaça externa"; ii) em caso de "desordem econômica"; e, iii) em caso de "ameaça à boa democracia". No período da Guerra Fria, os Estados Unidos patrocinaram em todo o continente, guerras civis, intervenções militares e regimes ditatoriais contra um suposto "inimigo externo". Depois do fim da Guerra Fria, patrocinaram, nos mesmos países, intervenções financeiras e reformas econômicas neoliberais para combater uma suposta "desordem econômica interna" e garantir o cumprimento dos compromissos financeiros internacionais da América Latina. E, finalmente, a partir de 2001, os Estados Unidos vem incentivando claramente as forças políticas conservadoras e a opinião pública contra os governos que eles chamam de "populistas autoritários" e que seriam uma ameaça à democracia.

Nesta encruzilhada norte-americana, é interessante relembrar e refletir sobre os grandes princípios que orientaram a política externa dos Estados Unidos com relação à América Latina, na segunda metade do século XX. Estes princípios foram formulados pelo principal "geoestrategista" norte-americano do século XX, que nasceu em Amsterdam, em 1893, e morreu nos Estados Unidos, em 1943, Nicholas Spykman. Morreu ainda jovem, com 49 anos, e deixou apenas dois livros sobre a política externa norte-americana: o primeiro, *America's Strategy in World Politics,* publicado em 1942, e o segundo, *The Geography of the Peace,* publicado um ano depois da sua morte, em 1944. Dois livros que se transformaram na pedra angular do pensamento estratégico norte-americano de toda a segunda metade do século XX, e do início do século XXI. Chama a atenção o grande espaço que ele dedica à discussão da América Latina, e, em particular, à "luta pela América do Sul". Ele parte de uma separação radical entre a América dos anglo-saxões e a América dos latinos. Nas suas palavras "as terras situadas ao sul do Rio Grande constituem um mundo diferente do Canadá e dos Estados Unidos. E é uma coisa desafortunada que as partes de fala inglesa e latina do continente tenham que ser chamadas igualmente de América, evocando uma similitude entre as duas que de fato não existe".[7] (p. 46). Em seguida, ele propõe dividir o "mundo latino" em duas regiões, do ponto de vista da estratégia americana, no subcontinente: uma primeira,

[7]Spykman, N. "America's Strategy in World Politics", Hartcourt, Brace and Company, Nem York, 1942.

"mediterrânea", que incluiria o México, a América Central e o Caribe, além da Colômbia e da Venezuela; e uma segunda que incluiria toda a América do Sul abaixo da Colômbia e da Venezuela. Feita esta separação geopolítica, Spykman define a "América Mediterrânea como uma zona em que a supremacia dos Estados Unidos não pode ser questionada. Para todos os efeitos trata-se um mar fechado cujas chaves pertencem aos Estados Unidos... o que significa que o México, Colômbia e Venezuela (por serem incapazes de se transformar em grandes potencias), ficarão sempre numa posição de absoluta dependência dos Estados Unidos" (p. 60). Donde, qualquer ameaça à hegemonia americana na América Latina deverá vir do sul, em particular da Argentina, Brasil e Chile, a "região do ABC". Nas palavras do próprio Spykman: "para nossos vizinhos ao sul do Rio Grande, os norte-americanos seremos sempre o "Colosso do Norte", o que significa um *perigo*, no mundo do poder político. Por isto, os países situados fora da nossa zona imediata de supremacia, ou seja, os grandes estados da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile) podem tentar contrabalançar nosso poder através de uma ação comum ou através do uso de influências de fora do hemisfério" (p. 64). E, neste caso, conclui: "uma ameaça à hegemonia americana nesta região do hemisfério (a região do ABC) terá que ser respondida através da guerra" (p. 62). O mais interessante é que se estas análises, previsões e advertências não tivessem sido feitas por Nicholas Spykman, pareceriam bravata de alguns destes populistas latino-americanos, que inventam inimigos externos e que se multiplicam como cogumelos, segundo a idiotia conservadora.

Depois de Nicholas Spykman, Henry Kissinger foi o intelectual quem ocupou posição mais importante na formulação e implementação da política externa norte-americana, nos anos de 1960 e 1970. Ele teve uma participação decisiva na vida política interna da América do Sul. Basta ler os documentos oficiais americanos que já estão disponíveis, e as várias pesquisas jornalísticas e acadêmicas que apontam para o envolvimento direto do ex-Secretário de Estado Norte-Americano, na preparação e execução dos violentos golpes militares que derrubaram os governos eleitos do Uruguai e do Chile, em 1973, e da Argentina, em 1976. Além disto, existem inúmeros processos judiciais – em vários países – [8] envolvendo

[8] Na França, Henry Kissinger foi chamado a depor, pelo juiz Roger Lê Loire, no processo sobre a morte de cidadãos franceses na Operação Condor, e sob a ditadura militar chilena. O mesmo ocorrendo na Espanha, com a investigação do juiz Juan Guzman, sobre a morte do jornalista americano Charles Horman, sob a ditadura chilena. E também na Argentina, onde Kissinger está

Henry Kissinger com a Operação Condor,[9] que integrou os serviços de inteligência das Forças Armadas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para seqüestrar, torturar e assassinar personalidades políticas de oposição. Sempre causou perplexidade, entre os analistas, o apoio de Kissinger e da diplomacia americana a estas "intervenções militares" que se caracterizaram por sua extraordinária truculência. Mas não é difícil de entender o que aconteceu, quando se olha para os interesses estratégicos dos Estados Unidos e sua defesa na América do Sul, sob a perspectiva de longo prazo, traçada por Nicholas Spkyman, em 1942. Spykman definiu o continente americano, do ponto de vista geopolítico, como primeira e última linha de defesa da hegemonia mundial dos Estados Unidos. Dentro deste hemisfério, ele considerava improvável que surgisse um desafio direto à supremacia norte-americana na "América Mediterrânea", onde ele incluía o México, a América Central e Caribe, mas também a Colômbia e a Venezuela. Mas ele considerava que poderia surgir um desafio desta natureza, na região do ABC, no Cone Sul da América. E neste caso, ele considerava inevitável o recurso à guerra. A sigla ABC, refere-se à Argentina, Brasil e Chile, mas a região do ABC inclui, também, o território do Uruguai e do Paraguai, incluindo exatamente os mesmos cinco países que estiveram envolvidos na Operação Condor. Neste sentido, se pode dizer que Henry Kissinger seguiu rigorosamente as recomendações de Nicholas Spykman com relação ao controle desta região geopolítica. Sua única contribuição pessoal foi a substituição da "guerra externa", proposta por Spykman, pela "guerra interna" das Forças Armadas locais contra setores de suas próprias populações nacionais. Mas, mesmo neste ponto, Kissinger não foi original: recorreu ao método que havia sido utilizado pelos ingleses, na Índia, durante 200 anos. E em todos os lugares em que a

sendo investigado pelo juiz Rodolfo Canicoba, por envolvimento na Operação Condor, assim como em Washington , onde existe um processo na corte federal com acusação, contra Kissinger, de haver dado a ordem para o assassinato do Gal Schneider, Comandante em Chefe das Forças Armadas Chilenas, em 1970.

[9] O interesse sobre o assunto foi reavivado, recentemente, pelo livro do jornalista Chistopher Hitchens, *The Trial of Henry Kissinger(2203),* e pela resenha de Kenneth Maxwelll, do livro de Peter Kornbluh, The Pinochet file: a Desclassified Dossier on Atrocity and Accountability, publicado na Revista Foreign Affairs, de Dezembro de 2003, sobre as relações de Kissinger com o regime de Augusto Pinochet, em particular com o assassinato do diplomata chileno Orlando Letelier, em Washington, 1976.

Grã-Bretanha dominou estados fracos, utilizando suas elites divididas e subalternas, para controlar as suas próprias populações locais. Nas décadas de 80 e 90, Henry Kissinger afastou-se da diplomacia direta, mas manteve sua influência pessoal e intelectual dentro do *establishment* americano e dentro das elites conservadoras sul-americanas. Em 2001, ele publicou um livro sobre o futuro geopolítico e sobre a defesa dos interesses americanos ao redor do mundo.[10] Com relação à América do Sul, o autor atenuou a forma, mas manteve o "espírito" de Spykman: segundo Kissinger, a América do Sul segue sendo essencial para os interesses americanos, e deve ser mantida sob a hegemonia dos Estados Unidos. Só que hoje, a ameaça a esta hegemonia já não vem da Alemanha, nem da União Soviética, vem de dentro do próprio continente. No plano econômico: dos projetos de integração regional que excluam ou se oponham à ALCA. E no plano político: dos populismos e nacionalismos que estão renascendo no continente.

[10] Kissinger, H., (2001), Does America Need a Foreign Policy. Toward a Diplomacy for the 21st Century, Simon&Schuster, New York

Algunas claves para entender Bolivia

Pablo Solón[1]

24 de mayo del 2.008. Desde la noche anterior grupos de jóvenes con palos y cachorros de dinamita hostigan a campesinos que llegan para recibir al Presidente. Es la víspera del 199 aniversario de la ciudad de Sucre. El ejercito y la policía se repliegan para no responder a la provocación de grupos de jóvenes universitarios de Sucre que buscan un enfrentamiento que devenga en luto. El presidente Evo Morales cancela su viaje. Con el rostro ensangrentado y lleno de miedo, Ángel Vallejos, alcalde de Mojocaya, es arrastrado a golpes junto a una treintena de campesinos hasta la plaza principal de Sucre. Con el torso desnudo son obligados a arrodillarse y a besar la bandera de Sucre mientras jóvenes fascistas queman una "whipala"[2] *y un poncho rojo.*

Para entender la Bolivia de hoy es necesario tener los ojos puestos en la historia larga de este territorio. Bolivia es un país donde los dilemas de hace mas de 500 años siguen presentes. Es un territorio en rebelión permanente.

---

[1] Pablo Solón es Embajador para temas de Integración y Comercio de Bolivia. Fue Secretario Pro Tempore de UNASUR durante la Presidencia Pro tempore de Bolivia. Analista e investigador de la problemática de la tierra, el agua, los acuerdos comerciales y los procesos de integración.
[2] Bandera y símbolo de los pueblos andinos.

La historia tiene demasiados senderos. Lo que ocurre en Bolivia tiene muchas vertientes que no se puede abarcar en estas paginas. Lo evidente, es que en el país se vive una polarización aguda donde las élites desplazadas del gobierno han hecho resurgir el racismo, el regionalismo y expresiones fascistas para sobrevivir.

Evo Morales llegó al gobierno con el 54 % de los votos. Ningún presidente había sido elegido por mayoría absoluta en las últimas décadas. Todos siempre tuvieron que pactar para ser ungidos presidentes. La historia desde 1985 fue la historia de pactos entre 3 o 4 partidos neoliberales que se turnaron en el gobierno. El ascenso de Evo significó una doble ruptura tanto por la emergencia de los pueblos indígenas como por que se ha empezado a desarmar el modelo neoliberal.

Es cierto que otros indígenas llegaron al gobierno, pero nunca lo hicieron como presidentes y menos con una identidad y una propuesta propia alternativa a los dictámenes de las clases dominantes.

Evo Morales pudo haber sido un Mandela, pero optó por ser Evo Morales. Si se hubiera limitado a reivindicar la identidad indígena-originaria y hubiera realizado algunos ajustes en el modelo neoliberal pactando con las antiguas clases dominantes seguramente habría disfrutado de una situación de tranquilidad. Pero el opto por el cambio y rehuyó los pactos al estilo tradicional, es decir las reparticiones de cuotas de poder y prebendas para "sumar" a los adversarios.

¿Por qué Evo Morales optó por este camino? ¿Por qué no cambio su discurso una vez que llegó al gobierno? ¿Por qué no hizo lo que todos los candidatos hacen una vez que llegan a la presidencia?

Evo Morales es la expresión de un proceso muy profundo de cambio que viene de lejos y de muy adentro. Es la resultante de una serie de vectores que confluyen en el corazón de Suramérica.

El retorno de Tupaj Katari

Los indígenas fueron barridos por la colonia pero no exterminados. Diferentes expertos opinan que los aztecas, mayas e incas sumaban en conjunto entre 70 y 90 millones de habitantes al producirse la Conquista. Después de un siglo y medio de conquista y colonización quedaban sólo 3 millones y medio de indígenas. O sea apenas un 5% de la población originaria de estas tierras.

Entre los misioneros que llegaron había distintas ideas sobre la conversión de los indígenas. Unos pensaban simplemente en destruir los templos, prohibir los antiguos rituales y castigar a quienes los practicaban. Otros creían necesario convencer a los indígenas mediante la prédica y el ejemplo, conociendo la lengua y las costumbres de cada pueblo.

Así surgió una mezcla de dominación y resistencia: catedrales sobre antiguos sitios sagrados; y celebraciones indígenas revestidas de rituales católicos.

El choque de dos culturas hace mas de 500 años fue desigual y doloroso. La conquista fue un hecho inevitable, nada pudo la resistencia de los pueblos. El territorio de unos hombres, fue presa fácil de otros, el Dios de amor de los cristianos se olvidó del prójimo, la codicia del oro brilló en los atardeceres de un vasto continente. Pero la espada y la cruz no lograron exterminar ni doblegar a los indígenas.

Desde el principio hubieron muchas rebeliones. Una de las mas extrañas fue la enfermedad del baile o "Taqui Onkoy". Quechuas y Aymaras bailando hasta morir para escaparse de este "nuevo mundo" al cuál no podían comprender. En 1780 se produjeron varias rebeliones indígenas en los Andes contra la colonia española.

Tupaj Katari cerco la ciudad de La Paz en dos oportunidades por más de 170 días movilizando un ejército de 40.000 indígenas. Nadie ni nada entraba y salía de la ciudad sitiada. Los españoles pasaron hambre y desesperación hasta que llegaron los refuerzos que les permitieron romper el cerco.

Tupaj Katari fue traicionado por uno de sus colaboradores cuando reunía nuevas fuerzas en las orillas del Lago Titikaka. En noviembre de 1781 fue descuartizado por cuatro caballos en la localidad de Peñas situada en el inmenso altiplano de la hoy llamada Bolivia. Su cuerpo despedazado y dividido por cuatro caballos fue expuesto por todo el territorio en señal de "escarmiento a los indios rebeldes". Al morir el líder aymara pronunció una frase celebre: "Volveré y seré millones."

Los españoles rompieron el cerco de Tupaj Katari pero no lo extirparon de la memoria larga de los aymaras y quechuas. La leyenda dice que bajo la tierra los miembros descuartizados de Tupaj Katari se están juntando y que cuando su cuerpo se vuelva a unir volverá convertido en millones.

Es una leyenda por cierto, pero que expresa los sentimientos mas profundos del cambio que vive Bolivia. Después de Evo la historia de este territorio no volverá a ser la misma. Los pueblos indígenas se han reencontrado, han descubierto su fuerza, su identidad y su fortaleza. Ya no es posible pensar

en una Bolivia controlada por élites blancas y mestizas dominando a indios sumisos. "Los indios de mierda" como comúnmente les llaman los ricos y poderosos, incluso algunos que son de origen indio, ya no quieren servir en la mesa, quieren sentarse, ser tomados en cuenta y… dirigir!! Esto es demasiada alevosía para una "sociedad" que siempre los miro desde arriba y que durante siglos discutió como deshacerse, exterminar o convertir a esta "raza enferma".

El Vivir Bien

Que quieran ser tomados en cuenta, ser tratados como iguales y gobernar es ya un plato muy frío para las élites que han hegemonizado el poder durante los últimos siglos, pero que además estos indios quieran quitarles sus privilegios eso es lo inaceptable. En el fondo, lo que está en juego en Bolivia es la nueva repartición de la torta entre empresas transnacionales, clases dominantes, elites regionales, clases medias altas, sectores populares, movimientos sociales y pueblos indígenas.

La propuesta de los pueblos indígenas y movimientos sociales se plasma en lo que se denomina el "Vivir Bien" en oposición a la búsqueda permanente del "vivir mejor" que entraña una competencia constante por superar al otro. Es una propuesta que aspira a la armonía entre los seres humanos, el medio ambiente, las regiones y el mundo, en oposición a la competitividad y la ley del mas fuerte que impera en los mercados mundiales. Según esta concepción uno no debe "vivir mejor" a costa de la explotación del otro, a costa la naturaleza, a costa de la solidaridad y la armonía.

La visión indígena no busca la eliminación del otro sino la redefinición de un nuevo equilibrio mas equitativo que entraña obligatoriamente una redistribución del ingreso y el recorte de privilegios y superganancias a los sectores mas pudientes. Una renegociación verdadera y no de migajas.

El país más equitativo en Europa es Austria, donde el 20% más pobre de la población recibe tres veces menos de ingreso que el 20% más rico. En Suiza los más ricos reciben hasta siete veces más que los más pobres. En Bolivia ese índice es abismalmente superior: el 20% más rico de la población recibe casi 60 veces más de ingreso que el 20% más pobre.

La nacionalización

La nacionalización y recuperación de los recursos y empresas estatales es la palanca para esta nueva redistribución. En el 2004, antes de la

nacionalización de los hidrocarburos, el Estado recibía por concepto de impuestos y regalías 293 millones de dólares. En el 2007 recibió por ese mismo concepto 1393 millones de dólares.

En el 2005 los ingresos del Estado por concepto de impuestos y regalías de los hidrocarburos eran de 350 millones de dólares en el 2007 llegaron a 1470 millones de dólares. Ese fue el impacto de la recuperación de la propiedad sobre los hidrocarburos y la renegociación de mas de 40 contratos con las empresas transnacionales. "Socios y no patrones" es la premisa de este proceso de cambio. El gobierno de Evo reconoce la importancia de la inversión extranjera, pero de una inversión extranjera que verdaderamente invierta y que no busque ganancias fáciles y descomunales en base a la repartición de migajas a los círculos de poder gobernantes. Esto no es del agrado de las multinacionales, es un mal ejemplo que si se generaliza por el mundo seria desbastador para sus ganancias, pero en últimas lo aceptan porque mantienen una ganancia menor pero en ultima instancias ganancia.

Sin embargo la relación es tensa con las transnacionales. Algunas añoran el retorno al pasado y postergan sus inversiones para tratar de doblegar al gobierno. Pero el gobierno de Evo no se doblega y por el contrario sigue avanzando, recuperando todas las empresas de la cadena productiva del gas y el petróleo y adoptando medidas en otros sectores como los de telecomunicaciones, fundiciones de minerales y agua.

El planteamiento que está en el nuevo texto constitucional es que tanto los servicios básicos de educación, salud, agua, energía, telecomunicaciones y los sectores estratégicos de hidrocarburos, minería y otros estén bajo control del estado, pudiendo realizarse en algunos casos contratos de prestación de servicios, de realización de obras, pero siempre preservando el patrimonio del Estado.

Este incremento de ingresos esta sirviendo en primer lugar para sanear las finanzas publicas. El 2006 hubo por primera vez desde 1940 un superávit de 3.664.000 dólares. En segundo lugar los niños y los ancianos han sido beneficiados con bonos de escolaridad y una renta de vejez de carácter universal. En tercer lugar se empieza a recuperar la empresa de hidrocarburos (YPFB) que fue recudida a la condición de administradora de contratos de concesión. En cuarto lugar, los departamentos vieron sus ingresos duplicados o triplicados por concepto de redistribución de impuestos de hidrocarburos y regalías.

La pelea por la tierra

Bolivia es un país con una extensión de 1.098.581 km^2 y 9.5 millones de habitantes, lo que da una densidad de 6.7 personas por km2 muy inferior a la de Francia (109 hab/Km^2) o Estados Unidos (29 hab/km^2). El problema es que la tierra está mal distribuida en Bolivia.

En Bolivia hubo una Reforma Agraria el año 1953 que parcialmente resolvió un problema, pero genero otro. En el altiplano y los valles abolió el "pongueaje"[3] y les dio tierra a los campesinos y comunidades. Así la tierra pasó a ser "de quien la trabaja", con la debilidad de que dichas tierras resultaron insuficientes a medida que fue creciendo la población indígena y la sucesión hereditaria fue haciendo aparecer el "minifundio" e incluso el "surcofundio"[4].

En el oriente de Bolivia el problema de la tierra fue exactamente el inverso. Primero la Ley de Reforma Agraria no reconoció la existencia de los pueblos indígenas del oriente. Los consideraba "selvícolas" que requerían de la protección y cuidado del Estado. Segundo, le otorgaba al Presidente la facultad de entregar tierras hasta de 50.000 hectáreas en el oriente. Tercero, los sucesivos gobiernos y en particular las dictaduras militares de los 70 dotaron gratuitamente las tierras del oriente a sus familiares, seguidores políticos y pagaron favores con decenas de miles de hectáreas. Así surgió un nuevo latifundio en manos de un grupo familias que utilizaban sus tierras para especular, hipotecarlas, engordarlas, arrendarlas o venderlas.

Grandes y medianos empresarios obtuvieron más del 51% de las tierras distribuidas entre 1953 y 2002, en tanto que campesinos y pequeños agricultores recibieron no más del 5%. En la actualidad, la gran mayoría de pequeños agricultores pobres posee apenas el 1,4% de las tierras cultivadas, mientras que los terratenientes más ricos son dueños del 85%[5].

En el año 2002 se aprobó la Ley del INRA (Instituto Nacional de Reforma Agraria) que tuvo el mérito de reconocer la existencia de los pueblos indígenas del oriente y la dotación de Tierras Comunitarias de Origen, pero que estuvo pensada bajo la lógica del Banco Mundial de una reforma agraria asistida por el mercado que buscaba el "saneamiento" de tierras (resolver los conflictos de

[3] Los "pongos" eran una suerte de siervos adjudicados a la tierra que trabajaban gratuitamente para el patrón o el hacendado a cambio del acceso a una parcela de tierra.
[4] Surcofundio: Cuando la tierra se divide al extremo de que uno de los hijos es dueño de sólo un surco de tierra.
[5] Ministerio de Desarrollo Rural, Agropecuario y Medio Ambiente, Viceministerio de Tierras.

límites, sobre posiciones, dobles titulaciones y otros vicios legales) para permitir el mercado de tierras. La gran debilidad de la Ley INRA era que no establecía un mecanismo efectivo para la recuperación de los latifundios sino que por el contrario fijaba un procedimiento que más bien favorecía su legalización.

En la Ley INRA se establecía la figura de la reversión de tierras sin pago de indemnización sólo para aquellas que estuvieran "abandonadas". "Abandono" que se demostraba por el no pago de tributos por la tierra durante dos años. En otras palabras para evitar la reversión por "abandono" un latifundista que nunca había siquiera pisado dichas tierras sólo necesitaba pagar los impuestos según un "autoavalúo" que el mismo hacía de su propiedad.[6]

En el período 1996-2005 se distribuyeron 36.815 hectáreas, en promedio 3.681 hectáreas por año. En los dos primeros años de gestión de Evo Morales se distribuyeron 697.882 hectáreas en los departamentos de La Paz, Pando, Santa Cruz y Tarija, es decir 350 mil hectáreas por año. En el periodo 1996-2007 se distribuyeron en total 734.697 hectáreas de tierra fiscal, 95% en la gestión de Evo Morales.

Hay que destacar que a diferencia de los programas de redistribución de la reforma agraria de 1953 y de 1996, las nuevas dotaciones no son individuales sino comunitarias, acceden a financiamiento para programas productivos y prestación de servicios, y contemplan actividades para el manejo sostenible de áreas forestales.

Entre 1996 y el 2005 los gobiernos de Sánchez de Lozada, Banzer, Quiroga, Mesa y Rodríguez sanearon 9,2 millones de hectáreas. En los primeros dos años de gobierno del MAS se saneó 10.2 millones de hectáreas. En otras palabras, en el período 1996-2005 se saneó un millón de hectáreas por año, mientras que en el período 2006-2007 se saneó 5,1 millones de hectáreas por año[7].

El desplazamiento de las élites

Bolivia siempre fue un país de extrema concentración de riqueza en muy pocas manos. Antes de la revolución de 1952, Bolivia estaba bajo el dominio

[6] **ARTICULO 4º de la Ley INRA (Base Imponible y Exenciones). I.** La Base Imponible para la liquidación del impuesto que grava la propiedad inmueble agraria será la que establezca el propietario de acuerdo al valor que éste atribuya a su inmueble.
[7] Viceministerio de Tierras.

de los tres barones del Estaño. Uno de ellos, Simón Patiño, conocido como el Rey del Estaño llegó a estar entre los hombres mas ricos del mundo. La nacionalización de la minas en 1952 de los barones del estaño no produjo en Bolivia el desarrollo de una burguesía nacional emprendedora. Por el contrario lo que surgió fue una burguesía y una clase media parasitarias del Estado; una clase dominante burocrática que vivía y aun quiere vivir de las prebendas, los contratos, el cuoteo de cargos, las consultorías, los negociados y las migajas de las empresas extranjeras.

Una investigación[8] indica que en el año 2002 el 10% del total de la población, aproximadamente unos 830 mil habitantes se apropió de más del 46% de todos los ingresos generados en el país, en tanto que el 10% de los más pobres se conformaron con menos de 0,17% los ingresos.

Esto quiere decir que en el reparto de 100 bolivianos de ingreso entre 100 ciudadanos bolivianos, los 10 más ricos recibieron hasta 46 bolivianos, mientras que los 10 más pobres obtuvieron apenas 17 centavos, es decir 270 veces menos.

En Bolivia no se desarrolló una burguesía nacional con visión de país. El desarrollo de un sector económico asentado en la pujanza de un aparato productivo fue casi inexistente. Los nuevos sectores dominantes se hicieron a la sombra de las transnacionales y del Estado. Su proyecto era inmediatista, familiar y carente de una perspectiva de país.

Desde que se recuperó las libertades democráticas en 1982 esta burguesía y clase media subsidiarias del Estado se turnaron en el gobierno a través de diferentes pactos entre partidos neoliberales. Tras la caída del muro de Berlín gran parte de la militancia de izquierda de clase media, que en parte tenia lazos familiares con los sectores políticos dominantes, se incorporó al "establishment". Desde el gobierno desmontaron el régimen capitalista de Estado que existía desde 1952. Los hidrocarburos, la electricidad, la fundición de estaño, el transporte aéreo, las telecomunicaciones, los fondos de pensiones, todo fue privatizado. Nueve años antes de la ronda de Uruguay de la OMC, Bolivia ya había empezado ha implementar las políticas de libre comercio. El mercado fue endiosado y las élites gobernantes adoptaron un lenguaje neoliberal a ultranza.

El neoliberalismo no trajo la pregonada inversión extranjera sino la subasta de los recursos naturales y las empresas estatales. La gran mayoría de los

[8] Comisión Episcopal de Pastoral Social Caritas de Bolivia Investigación realizada por Alfred Gugler.

sectores dominantes no apostaron por la empresa productiva y siguieron parasitando del Estado y las transnacionales. Las diferencias sociales y el descontento fueron creciendo hasta el resurgir de los movimientos sociales con la llamada Guerra del Agua en el 2000. Ahí comenzó el ascenso de los movimientos sociales y de Evo Morales.

Cuando el 2006 comenzó el gobierno del MAS[9] se produjo un corte muy profundo para estas elites. El gobierno fijo el sueldo del Presidente en aproximadamente unos 2000 dólares americanos y estableció que nadie en el Estado (ejecutivo, legislativo y judicial) podía ganar mas que el Presidente. Se cortaron las consultorías de decenas y cientos de miles de dólares. Los contratos lesivos para el Estado fueron parados o revertidos. Evo Morales se tomo en serio eso de que el servidor público debe servir al pueblo y no servirse del pueblo. Por primera vez en décadas familias de abuelos, padres e hijos que vivieron de la política quedaron desplazados. Ahí empezó el atrincheramiento de estas elites a nivel departamental en las prefecturas, comités cívicos y algunas alcaldías. Ahí la bandera de las autonomías departamentales, que en si misma no era mas que la prolongación de una descentralización en curso, fue exaltada para oponerla al supuesto centralismo del gobierno de Evo Morales. Los medios de comunicación que estaban bajo la propiedad de las elites dominantes sirvieron para articular una oposición que estaba duramente golpeada por el 54 % de los votos del MAS y el apoyo creciente de la nacionalización.

Regionalismo y racismo como estrategia de confrontación

El gobierno de Evo Morales se propuso hacer una revolución democrática y cultural en el marco de la institucionalidad democrática. Las nacionalizaciones estuvieron en el marco de la legalidad y se optó por convocar a una Asamblea Constituyente para que las transformaciones estructurales pudieran ser consolidadas a nivel constitucional.

Ingenuidad y error político, el MAS negoció una convocatoria a unas elecciones para una Asamblea Constituyente que eran imposibles de ser ganadas inclusive con un 90 % de los votos. En cada jurisdicción electoral el

[9] Movimiento al Socialismo, cuyo verdadero nombre era Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos, brazo político electoral de las organizaciones campesinas e indígenas que fue creciendo hasta cobijar a la gran mayoría de movimientos sociales.

partido que obtuviera el primer lugar tendría 2 asambleistas y el segundo aunque sacara el 2 % de los votos tendría un asambleísta[10]. El MAS ganó en casi todos los departamentos incluyendo Santa Cruz pero no obtuvo y nunca podía haber obtenido los 2/3 necesarios para aprobar la nueva Constitución.

El MAS apostó por la concertación. Creyó que las demás fuerzas iban a negociar una nueva Constitución, pero lo que ocurrió desde el primer momento fue un sabotaje, un boicot sistemático a la posibilidad de una nueva Constitución. Primero con el argumento de que todo acuerdo en cualquier instancia de la Asamblea Constituyente debía ser aprobado por 2/3 y luego el tema de la "capitalía plena" para Sucre.[11]

El día de la elección de los representantes a la Asamblea Constituyente también se realizó un referéndum para ver que departamentos querían autonomía departamental. En Santa Cruz, Tarija, Beni y Pando ganó el SI a las autonomías.

La estrategia de las elites desplazadas del gobierno y el aparato central del Estado fue clara a partir de ese momento. Invocar y azuzar los sentimientos regionalistas contra el poder central del gobierno de Evo. El regionalismo de los departamentos del oriente se combinó con la exacerbación del racismo contra los indígenas que en su mayoría son originarios del occidente, del altiplano. La Unión Juvenil Cruceñista[12] salió a golpear indígenas y disidentes en Santa Cruz generando un clima de amedrentamiento y temor en la población.

Con la Asamblea Constituyente paralizada y bloqueada por la demanda de la "capitalidad plena" y cercada por movilizaciones de universitarios y funcionarios de la alcaldía que impedían el funcionamiento de la misma, el gobierno optó por garantizar el desarrollo de las sesiones en un liceo militar a pocos kilómetros de Sucre. Grupos de la Unión Juvenil Cruceñista se desplazaron a Sucre. Algunas emisoras y en particular el canal universitario llamaron a la población para ir a tomar el recinto donde se reunía la Constituyente. En el trayecto se produjeron algunos choques con la policía. Los medios de comunicación empezaron a hablar de una masacre y

[10] A nivel departamental la primera mayoría tendría solo 2 asambleistas de los 5 en disputa y la segunda, tercera y cuarta fuerza, a un asambleísta cada uno.

[11] Sucre es la capital de Bolivia y la sede únicamente de la Corte Suprema de Justicia. La "capitalía plena" implicaba el traslado de la sede de Gobierno y del Parlamento que están actualmente en La Paz a la ciudad de Sucre.

[12] Agrupación de jóvenes de Santa Cruz con características fascistas y racistas que esta dentro del Comité Cívico de ese departamento.

exacerbaron los ánimos de la población. Los Asambleistas aprobaron en grande el nuevo texto constitucional y se retiraron para evitar mayores enfrentamientos. La turba en la ciudad quemó el edificio de la policía, la cárcel, la casa del prefecto y varios autos. En el enfrentamiento murieron 3 personas.

La Asamblea Constituyente terminó sus sesiones en la ciudad de Oruro. El nuevo texto constitucional fue aprobado en detalle en ausencia de un sector de la oposición. En el proyecto constitucional se incluyeron aquellos temas que habían sido consensuados en las comisiones. La oposición no reconoció el nuevo proyecto de Constitución y redactó en 48 horas el texto de un Estatuto Autonómico para Santa Cruz.

El gobierno les planteo compatibilizar el texto del nuevo proyecto de Constitución con el proyecto de Estatuto Autonómico. Los prefectos y la oposición se negaron a ello y convocaron a "referéndums" en los cuatro departamentos donde había ganado el SI a las autonomías. Dichos referéndums no fueron convocados por el Congreso como manda le Ley del Referéndum y el texto de la pregunta era sedicioso porque llamaba a aprobar e implementar de manera inmediata dichos Estatutos Autonómicos a sabiendas de que la Constitución Política del Estado vigente no contempla la figura de autonomías departamentales. El gobierno no reconoció el carácter legal de los referéndums y los calificó de consultas costosas sin poder vinculante. El Tribunal Constitucional no se pronunció porque la oposición en el Senado hasta ahora bloquea la elección de los miembros faltantes.

La tensión fue aumentando a medida que se acercaba la fecha de la realización del primer referéndum en Santa Cruz. Las agresiones, amedrentamientos y confrontaciones promovidas esencialmente por la Unión Juvenil Cruceñista continuaron. El objetivo era provocar al gobierno para que recurra a las fuerzas publicas para imponer un estado de sitio y evitar el referéndum. El gobierno nacional no cayó en la provocación. La consulta pasó en medio de una gran abstención que llegó al 38 %. El SI al Estatuto Autonómico obtuvo el 85 % de los votos válidos emitidos. Con matices el panorama se repitió en los otros tres departamentos[13].

El día después de los llamados "referéndums", los Estatutos no se pudieron aplicar efectivamente porque no estaban en el marco del

[13] En el Beni la abstención fue del 31 % y el SI obtuvo el 80,5%, en Pando la abstención fue del 45 % y el SI obtuvo el 78 %, en Tarija la abstención llegó al 39 % y el SI alcanzó el 78 % de los votos validos emitidos.

ordenamiento jurídico nacional vigente. Los Prefectos se hicieron llamar Gobernadores pero legalmente siguieron firmando como Prefectos.

Durante todo este proceso el gobierno insistió en la necesidad de acordar primero el capitulo de autonomías departamentales en el nuevo texto constitucional. Era el camino correcto: hacer nacer a la madre (la nueva Constitución) y luego a los hijos (los Estatutos Autonómicos). Pero la estrategia de la oposición no era la de concertar sino la de desestabilizar y desgastar al gobierno con la esperanza de que caiga en la provocación de las confrontaciones violentas y se produzca un caos total que lleve a la caída del gobierno o a su absoluto debilitamiento.

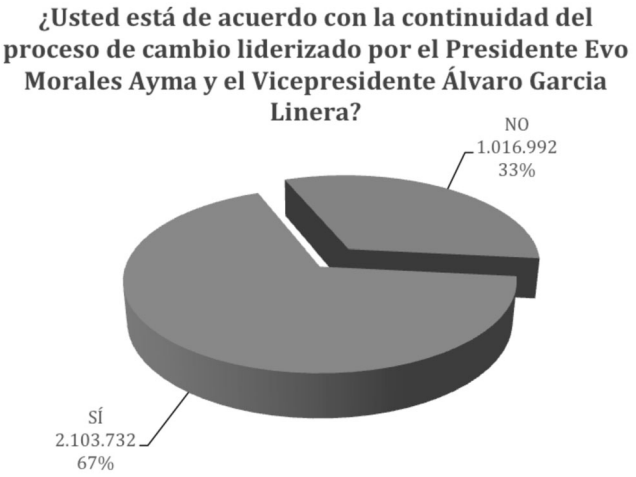
La "oposición" al gobierno no es un todo articulado. Está configurada por los prefectos y comités cívicos de algunos departamentos y por los partidos neoliberales que tienen la mayoría en la Cámara de Senadores. Entre prefectos, dirigentes cívicos y dirigentes políticos hay una constante pugna de liderazgo en la oposición. Esas discrepancias se plasmaron cuando la oposición en el Senado aprobó la ley de convocatoria al referéndum revocatorio para Presidente, Vicepresidente y prefectos, que el gobierno había propuesto hace meses, sin tomar en cuenta que algunos prefectos podían perder y ser destituidos.

Quizás pensaron que el Presidente iba a vetar dicha ley por temor a una derrota después de los resultados del llamado "referéndum" de Santa Cruz. Pero Evo ese mismo día saludo la decisión de preguntar la voluntad del pueblo y de dejar la provocación violenta para pasar a las urnas de manera legal y democrática.

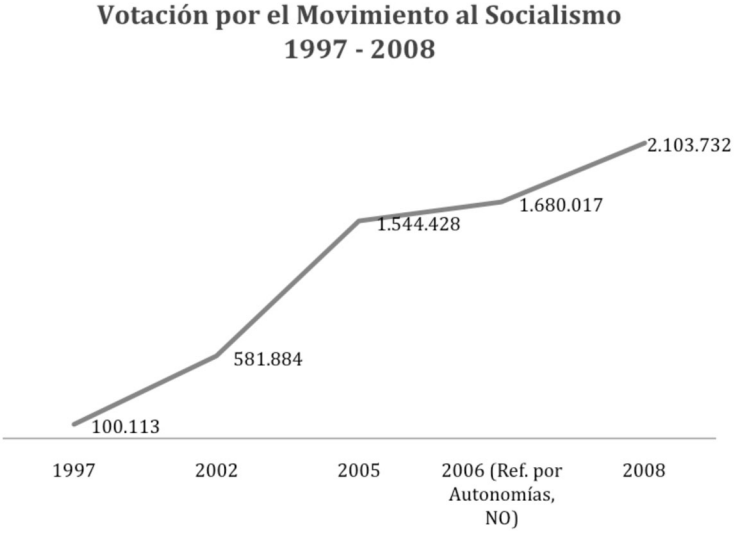
Los Resultados del Referéndum

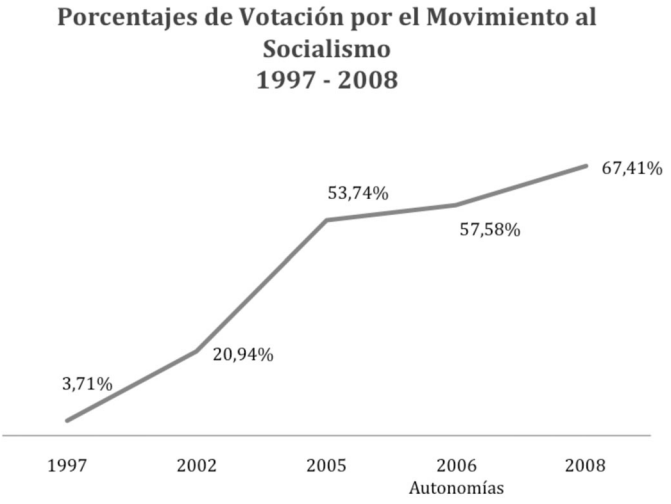
El 10 de agosto se llevó a cabo el Referéndum Revocatorio para Presidente, Vicepresidente y Prefectos con la participación de misiones de observadores de la Organización de Estados Americanos, UNASUR, MERCOSUR y diferentes países de Europa, Asia y América Latina. La justa electoral fue precedida de varias acciones de provocación y violencia que llegaron a impedir incluso la visita de los Presidentes de Argentina y Venezuela a Tarija el 5 de agosto.

El resultado fue contundente el Presidente y Vicepresidente de la República fueron ratificados por el 67.41% de los votos. En números absolutos alcanzaron 2.103.732 votos.

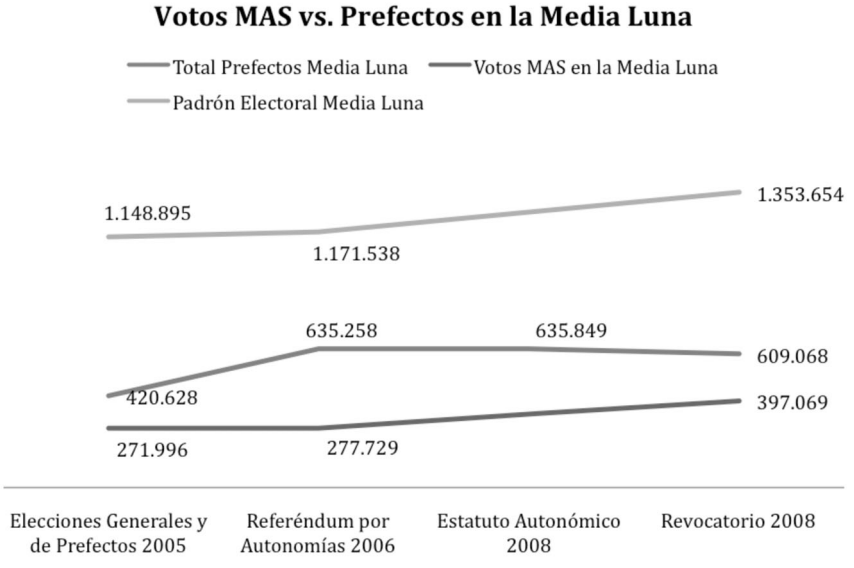


En 11 años la votación del MAS se ha incrementado en más de 2.000.000 de votos. El porcentaje obtenido por el MAS ha pasado de 3.7% al 67.4%, siempre en constante ascenso.



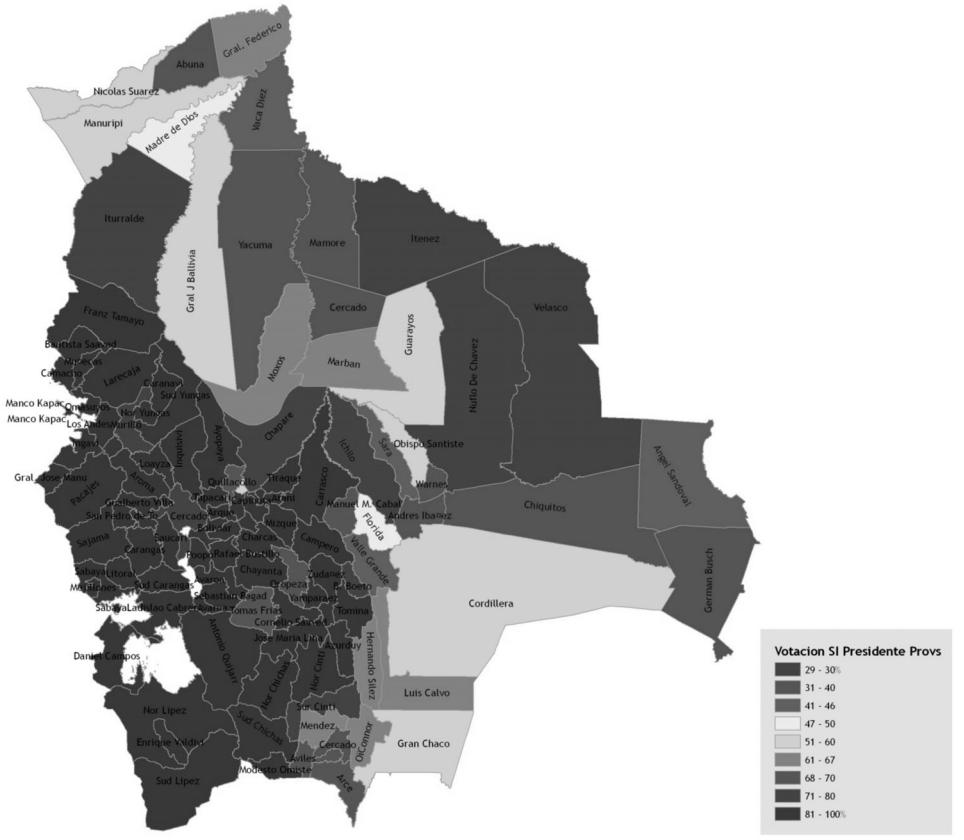


Por su parte los prefectos de la denominada Media Luna perdieron 26.190 votos entre los referéndums del 2006 y 2008 mientras el MAS en esa misma región y en ese mismo periodo incremento su votación en 182.116 votos.



El MAS no solo conquistó mas de los 2/3 de los votos sino que gano en 95 provincias de las 112 que tiene el país demostrando que la llamada "media luna" se asemeja mas a un "cuarto menguante".

Los resultados del Referéndum arrinconaron a la oposición pero al mismo tiempo la radicalizaron, la volvieron mucho mas violenta y desesperada. Los sectores mas violentos tomaron el liderazgo de la oposición cerrando toda posibilidad al dialogo ante la inminente constatación de que en cualquier futuro referéndum sobre el nuevo texto constitucional estaban en desventaja.


Gral. Federico
Abuna
Nicolas Suarez
Manuripi
Madre de Dios
Vaca Diez
Iturralde
Gral J Ballivia
Yacuma
Mamore
Itenez
Cercado
Velasco
Franz Tamayo
Guarayos
Nuflo De Chavez
Moxos
Marban
Larecaja
Manco Kapac
Manco Kapac
Los Andes
Chapare
Ichilo
Sara
Obispo Santiste
Angel Sandoval
Gral. Jose Manu
Pacajes
Aroma
Loayza
Quillacollo
Tiraque
Carrasco
Warnes
Chiquitos
Manuel M. Cabal
Andres Ibañez
Florida
Sajama
Cercado
Mizque
Campero
Valle Grande
Chayanta
Cordillera
German Busch
Tomina
Daniel Campos
Antonio Quijarr
Nor Chichas
Nor Cinti
Hernando Silez
Luis Calvo
Nor Lipez
Sud Chichas
Sur Cinti
Mendez
Cercado
Gran Chaco
Enrique Valdivia
Sud Lipez
Modesto Omiste
Arce
Votacion SI Presidente Provs
29 - 30%
31 - 40
41 - 46
47 - 50
51 - 60
61 - 67
68 - 70
71 - 80
81 - 100%

A integração energética da América Latina e do Caribe do ponto de vista do desenvolvimento integral

María Hernández-Barbarito

O tema da integração energética da América Latina e do Caribe inscreve-se na discussão que vincula a energia ao desenvolvimento integral, independente e soberano dos povos, binômio determinante do desenvolvimento econômico da humanidade. Esse enfoque incorpora a variável ambiental, expressão da qualidade de vida, da permanência das identidades culturais, dos níveis de deterioração e esgotamento dos recursos, tudo o que reflete a capacidade de sobrevivência dos componentes tangíveis e intangíveis próprios da humanidade. Daí a necessidade de avaliar as perspectivas da integração energética regional com base no conceito de desenvolvimento integral entendido como o processo econômico-social necessário para garantir a superação da pobreza, o equilíbrio ecológico, a melhoria da qualidade de vida, a independência, a soberania e o respeito às identidades culturais. A proposta da Venezuela, que se vem concretizando com a Petrocaribe, a Petrosul e a Petroandina, inscreve-se nesse quadro, e está incluído na alternativa bolivariana para os povos da América. Seus avanços são muitos, seus desafios ainda maiores. Deles tratará esta análise com o crivo do desenvolvimento integral a fim de avaliar o caminho percorrido e perfilar algumas diretrizes de ação para sua consolidação, em benefício dos povos da América Latina e do Caribe.

1. A relação energia-desenvolvimento e ambiente

Para ponderar esses vínculos, devemos apenas recordar o papel desempenhado pela energia animal na revolução agrária, predecessora da revolução industrial, o dos moinhos de vento, na indústrial têxtil, o desempenhado pelo carvão vegetal antes, mineral em seguida, no impulso definitivo para o desenvolvimento das manufaturas e o transporte, juntamente com a máquina a vapor (BAIROCH, 1967), a que se seguiram o motor a combustão e o petróleo, dando origem à revolução do automóvel e os eletrodomésticos no início do século XX, modelo energético que se prolonga até hoje, com um componente tecnológico importAnte como a eletrônica e as comunicações.

Todavia, se a carência de energia tem sido, em geral, um obstáculo ao desenvolvimento, sua abundância nem sempre tem sido geradora de progresso e bem-estar. Esse é o caso dos países subdesenvolvidos produtores de petróleo, cuja renda os tem levado a construir sociedades desiguais, altamente vulneráveis a partir do exterior. Tampouco a presença de energia nos países desenvolvidos indica que essa evolução se tenha produzido de maneira equilibrada, visto que a busca de acumulação crescente de capital tem acarretado um esgotamento e encarecimento desses recursos não-renováveis com suas seqüelas no ambiente natural e na qualidade de vida dos seres humanos.

Por essa razão, qualquer proposta de desenvolvimento deve evitar reproduzir a nefasta relação entre crescimento e esgotamento de recuros não-renováveis, como fica evidente na história da indústria petroleira dos Estados Unidos, país que conta com um déficit crescente de petróleo, com os mais altos custos de produção e uma postura internacional contrária à proteção ambiental, como o demonstra sua recusa em assinar o Protocolo de Kyoto, destinado a controlar as emissões de gás CO_2 na atmosfera. Uma pequena história da fé do anteriormente assinalado.

O estímulo aberto à extração do petróleo cru tem sua origem na Lei de Apropriação, que atribuía a propriedade do recurso a quem o extraía, e não ao dono da jazida, o que estimulou a superperfuração de poços para sua extração; essa foi a causa do esgotamento posterior das reservas petrolíferas nos Estados Unidos, juntamente com o estímulo ao consumo intensivo. Adiante, a política petroleira dos Estados Unidos orientou-se mais na direção de evitar a superprodução do que na de conservar o recurso. Assim, aprova-se a Lei

do prorrateio para nivelar a oferta e a demanda e evitar a queda dos preços, com as conseqüentes baixas na acumulação de capitais para os monopólios petroleiros em formação. Finalmente, os programas de importação se orientaram pelo mesmo critério de equilibrar o mercado e garantir preços estáveis para o refinador, ao mesmo tempo em que se evitava o encerramento da produção interna por não ser competitiva.

Foi só por causa da crise energética dos anos 70 que se começou a falar de racionalidde energética, sem, porém, alterar o modelo de consumo maciço de bens... (HERNÁNDEZ-BARBARITO, KARAM, RAMÍREZ E OUTROS, 2005).

Para uma reflexão a respeito, foi escolhido, em meio a múltiplas possibilidades, um analista francês classificado como marxista-ecologista. Trata-se de André Gorz, cujas idéias inspiradoras encontram-se em seu livro Ecologia e Política (1982). Essa escolha não tem a intenção de desconhecer todo o pensamento que inicialmente sintetizou Ramón Tamames em seu livro Ambiente e Desenvolvimento (1982), que reúne a discussão do Clube de Roma sobre o Crescimento Zero, as diversas contribuições ao tema e os esforços internacionais para assumir o problema a partir da Conferência de Estocolmo nos anos 70, da qual surge a idéia da criação de um Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Gorz, porém, vai mais além, ao discutir sobre a racionalidade do chamado "desenvolvimento" e a necessidade de superá-lo, atuando contra a tendência à acumulação de capitais, própria do capitalismo e de alguns socialismos. Ele destaca em "sete teses à guisa de conclusão" os seguintes pontos que resumimos:

1. A crise do capitalismo tem como causa um superdesenvolvimento de capacidades de produção e destrutividade geradora da escassez. Essa crise pode ser superada por uma forma de produção nova que, rompendo com a racionalidade econômica, se apóie na poupança dos recursos e na poupança da energia.

2. A superação da racionalidade econômica e a diminuição do consumo pode fazer-se mediante o tecno-fascismo ou pela auto-regulamentação. O primeiro somente será evitado se se fortalecer a sociedade civil e a soberania das comunidades de base.

3. Rompeu-se a união entre o mais e o melhor. O melhor pode-se conseguir com menos. Pode-se viver melhor trabalhando e consumindo menos,

com a condição de produzir bens mais duradouros que não gerem nem contaminação nem escassez, e a que todos tenham acesso.

4. A pobreza nos países ricos não tem como causa a insuficiência da produção, e, sim, a natureza dos bens produzidos, a forma de produzi-los e de distribuí-los. A pobreza só poderá ser superada quando se deixar de produzir riquezas escassas, isto é, reservadas e exclusivas.

5. O desemprego nas sociedades ricas reflete a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário. Mostra que todos poderiam trabalhar muito menos, com a condição de que todos trabalhassem. O reconhecimento de igual remuneração para todos os trabalhos socialmente necessários é o caminho para superar a pobreza, juntamente com a distribuição do trabalho entre todos os que são aptos.

6. Ao reduzir o trabalho para produzir apenas o socialmente necessário, se expandiria as atividades auto-criadas e livres. A produção de uma variedade ilimitada de bens e serviços far-se-ia no contexto de organizações autogestoras, como as cooperativas.

7. A uniformidade do modelo de consumo e de vida desaparecerá no mesmo tempo em que as desigualdades sociais. Os indivíduos se diferenciarão como resultado dos diferentes empregos que dêem a seu tempo livre, e não de suas remunerações e de seus poderes. O exercício das capacidades e a criatividade durante o tempo livre serão a única fonte de suas riquezas.

Conclui sus recomendações fazendo um apelo a se trabalhar menos, consumir melhor e integrar a cultura à vida cotidiana.

É por isso que, ao apresentar e avaliar o processo que a Petroamérica experimentou, desejamos fazê-lo com um critério integral com o fim de destacar e enfatizar os objetivos que ainda aguardam ser atendidos para que a região se encaminhe, verdadeiramente, para um desenvolvimento integral sustentável (HERNÁNDEZ-BARBARITO, 2007).

2. A integração regional como alternativa

A garantia do desenvolvimento integral encontra-se na união dos povos, hoje mais do que nunca, quando a globalização neoliberal se propõe eliminar fronteiras, identidades e soberanias, impondo a transnacionalização para a satisfação das necessidades induzidas pela voraz acumulação acelerada do capital. É a pluripolaridade, única tendência capaz de frear o unilateralismo,

que fez nascer os blocos de poder para garantir o equilíbrio. A América Latina e o Caribe é um desses blocos onde a integração, idéia concebida por Raúl Prebisch, desenvolvida pela CEPAL, aplicada por todos os países dentro de uma concepção economicista, que deu origem ao Mercado Comum Centro-americano, à ALALC-ALADI, à Comunidade Andina de Nações, ao MERCOSUL, entre as mais importantesexperiências, enfrentou ontem sua avaliação segundo a ótica do próprio Prebisch, que destacou a necessidade de completá-la com os critérios da justiça social, mediante a distribuição do excedente (1980). Hoje, nós a medimos à luz de seus êxitos e de sua capacidade real de integrar os povos. Lamentavelmente, o balanço não é favorável, razão por que persiste a busca: Comunidade de Nações? União do Sul?

Diante de todo esse complexo processo, surge uma proposta de integração energética e uma nova forma de concebê-la inspirada no pensamento integracionista dos Libertadores, Simón Bolívar e José Martí, para mencionar apenas dois dos próceres de nossa América. Ela vem caminhando impelida pela necessidade de satisfazer os requisitos energéticos; dessa forma, nascem a Petroamérica, a Petrocaribe, a Petrosul e a Petroandina; não é, porém, inspirada numa concepção mercantilista, e, sim, na Alternativa Bolivariana para os Povos da América, ALBA, seu suporte ideológico, de princípios onde se destacam a solidariedade social e a complementaridade econômica para alcançar a segurança alimentar e energética. Daí deriva a prática de promover, simultaneamente, o comércio dos hidrocarburetos e da energia em geral, inversões na infra-estrutura energética como os tanques de armazenamento, centrais elétricas, refinarias, transporte, com programas de alfabetização e atenção para com a saúde. Esse novo binômio tenta, também, promover a independência financeira da região com o Banco do Sul, o Banco da ALBA para substituir o FMI e os bancos Mundial e Inter-americano; motivada pelo resgate do cultural, nasce a TELESUL como a opção para garantir o direito de nossos povos de proteger suas identidades e obter informação veraz e também a idéia da Universidade do Sul para formar quadros comprometidos com a transformação social do subcontinente. Os povos da América Latina e o Caribe, que não tinham podido sonhar com a superação do subdesenvolvimento e da dependência, o fazem agora, inspirados na construção de modelos próprios que coincidem com a necessidade de gerar a justição social. Nesse sentido, disse o Presidente Chávez, na XXI Cúpula do MERCOSUL, em Cochabamba, em dezembro

de 2006, quando se acordou celebrar em Caracas a 1ª. Cúpula Energética Latino-Americana, no mês de abril: "estamos construindo, mas de verdade, de forma estrutural, a integração de que necessitamos" (PDVSA AVANCES, 21-01-2007)

3. Nasce a Petroamérica com a marca da ALBA

O projeto Petroamérica, entendido como a proposta de integração energética que a República Bolivariana da Venezuela oferece à região da América Latina e o Caribe, recebeu grande impulso a partir de 2005 e tem avançado celeremente através das três entidades que a constituem: Petrocaribe, Petrosul e Petroandina, esta última recebendo novo alento com a chegada de Evo Morales ao governo da Bolívia e Rafael Correa ao da república irmã, o Equador. Da Petrocaribe participam todas as nações insulares, com exceção de Barbados e Trinidad e Tobago. O segundo incluí Trinidad e Tobago por convênios de refino, visto que lá se refina o petróleo de Barbados, e por causa de seus compromissos com o capital transnacional. Também vêm-se associando alguns governos centro-americanos, e, em não existindo, municípios e governadorias, graças à chamada diplomacia indireta, que tem conseguido beneficiar essas populações com abastecimento de eletricidade e combustíveis para transporte público a preços solidários e condições de pagamento que não podem ser melhores. A Petrosul reúne os acordos com os países do MERCOSUL, e a Petroandina, devido aos compromissos atuais ou potenciais com os Estados Unidos, devido aos TLs, teve que manobrar em níveis bilaterais.

De uma proposta inicialmente de cooperação para facilitar a aquisição de energia por parte dos países da região, o projeto passou à idéia de um Gasoduto do Sul; se cogita um Gasoduto Transcaribenho e foram realizados projetos para a construção de refinarias no Brasil, na Argentina, em Cuba, na Nicarágua, no Equador e na Jamaica, entre outros; projetos petroquímicos entre o Brasil e a Venezuela; aumento da capacidade de armazenamento de combustíveis nos países caribenhos importadores de petróleo; oferta de transporte a custo de frete; instalação de usinas de eletricidade e de moinhos de vento; políticas de racionalidade energética; proposta de criação da Opegasul e participação de países como a Argentina, o Brasil e o Uruguai nos blocos Carabobo e Ayacucho, da Faja Petrolífera del Orinoco, etc.

A Alternativa bolivariana para os povos da América – ALBA – uma proposta de princípios, nasceu em dezembro de 2004, em Havana, Cuba, com o objetivo de lutar contra a pobreza e as assimetrias, com base na complementaridade e na defesa da segurança alimentar, da soberania e da independência dos povos latino-americanos e caribenhos. Da ALBA já fazem parte Cuba, a Venezuela, a Bolívia, Dominica e a Nicarágua, e, em futuro próximo, com certeza, o Equador e o Haiti. Cedo proclama sua declaração inicial, e os processos de integração nascidos antes na região, longe de corresponder aos objetivos de desenvolvimento independente e de complementaridade econômica, têm servido como mecanismo para aprofundar a dependência e a dominação interna. Esclarece que, embora a integração seja para os países da América Latina e o Caribe uma condição imprescindível para aspirar ao desenvolvimento por meio da criação de grandes blocos regionais que ocupam posições destacadas na economia mundial, somente uma integração baseada na cooperação, na solidariedade e na vontade comum de ascender, todos juntos, aos mais altos níveis do desenvolvimento, pode satisfazer as necessidades e anelos dos países latino-americanos e caribenhos, e, igualmente, preservar sua independência, soberania e identidade. Indica, também, que a ALBA não se tornará realidade com critérios mercantilistas, nem com interesses egoístas de ganho empresarial ou benefício nacional às custas de outros povos; por conseguinte, o comércio e o investimento não devem ser fins em si mesmos, e, sim, instrumentos para alcançar um desenvolvimento justo e sustentável que assegure a sustentabilidade do desenvolvimento mediante normas que protejam o meio ambiente e defendam, através de meios diversos, como a estação de televisão Telesul, a cultura e a identidade dos povos da região, com particular respeito e promoção das culturas autóctones e indígenas (GRANMA, 2004-5).

Essa nova visão da integração inclui um Plano Continental contra o analfabetismo, bolsas em áreas de interesse para o desenvolvimento econômico e social e um plano para o tratamento gratuito da saúde para os cidadãos que necessitam de tais serviços, como é o caso da Operação Milagre (SALAZAR, 2005).

4. Forças, debilidades, oportunidades e ameaças à integração energética regional

Petroamérica, como proposta, pretende unir potencialidades, necessidades e vontades dos povos e governos regionais; entretanto, também

está sujeita às próprias debilidades internas da região e a severas ameaças externas. Vejamos:

O balanço energético da região indica que se conta com uma alta disponibilidade de recursos para alcançar o autoabastecimento. Seu padrão de consumo privilegia, até agora, o petróleo, colocando em segundo lugar a biodiversidade, com exceção dos países petroleiros, como o México e a Venezuela, que se apóiam mais em algas, que vem em terceiro lugar para a maioria. Seguem, em ordem de importância, o carvão e a energia nuclear, esta última presente apenas no México, na Argentina e no Brasil (B.P. INFORME ANUAL, 2006). A oferta de petróleo concentra-se fundamentalmente na Venezuela, no México, no Equador, na Bolívia, no Brasil, em Trinidad e Tobago, e, em menores proporções, no Peru e na Colômbia. Em matéria de gás, encontramos três grandes produtores no Sul, como a Venezuela, a Argentina e a Bolívia. Ao norte destaca-se o México.

A essas fortalezas juntam-se outras não menos importantes, como:

- Manejamento de certa capacidade tecnológica na área energética.
- Capacidade de investimento por parte da Venezuela e de outros países, como o Brasil e a Argentina, que puderam começar a superar o processo de crise.
- Experiências prévias de intercâmbio energético, via acordos de cooperação, gasodutos e extensões de redes elétricas, como as existentes entre os países do Cone Sul e entre o Brasil e a Venezuela.
- Interesse manifesto de muitos governos por avançar nessa linha de ação para superar suas carências energéticas.
- Consciência da incerteza da oferta de petróleo procedente do Oriente Médio, devido à invasão e ocupação anglo-norte-americana do Iraque, à intervenção no Líbano e às ameaças ao Irã.
- Ter vivido períodos de aplicação de pacotes neoliberais que criaraam consciência dos riscos que implica a ALCA com sua Alternativa Energética Hemisférica (Petróleo venezulano e mexicano para os EUA) e os TLCs com os Estados Unidos.
- Existência de experiências de organização regional no Grão Caribe, com os esforços do México e da Venezuela para promover o Programa de Cooperação Energética, dos anos 80, conhecido como Acordo de San José. A isso se acrescenta a iniciativa da República Bolivariana da Venezuela, que

negociou com eles o Acordo de Cooperação Energética de Caracas (2000) e o Convênio Integral de Cooperação, com Cuba (2000).

- Con antecedência, as empresas estatais da região tinham criado a ARPEL (Assistência Recíproca Petroleira Estatal da América Latina), que foi uma primeira tentativa de cooperação entre empresas estatais, embora logo tenha mudado de nome, de membros e de objetivos, abrindo-se às empresas privadas. Posteriormente, os governos criaram a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com a esperança de coordenar a almejada integração energética, porém a mesma passou a se dedicar quase exclusivamente ao estudo do setor na região.

Entre as oportunidades do projecto de integração energética regional encontramos o emergente sentimento dos povos do Sul que buscam superar a unipolaridade e consolidar a pluripolaridade, formando blocos que podem negociar no âmbito internacional com uma visão do Sul, para combater a pobreza e alcançar a paz. A ela junta-se o momento particular que se vive de fortalecimento da OPEP, o que proporcionou um período de etabilização do mercado petroleiro a favor das tendências que expressam os países produtores, e não os consumidores.

Finalmente, para os povos da região é uma oportunidade de fato que a Venezuela vivencia um processo de transformação com lato sentido do social, e que projeta, no âmbito internacional, seu compromisso de solidariedade, integração e combate à pobreza. Vai ficando para trás o período durante o qual o manejamento transnacional foi distanciando nosso País da região, como mostram alguns fatos:

O processo de deslocamento que sofreu o petróleo venezuelano da região, a partir da década de 60, levou à sua progressiva substituição por petróleo cru procedente do Oriente Médio e da África. Como conseqüência, nosso petróleo foi-se concentrando nos Estados Unidos. Durante esses anos, víamos como companhias que operavam no Oriente Médio e na Venezuela preferiam enviar petróleo desta região para o Brasil. Era o caso da Shell, que, em 1969, levou petróleo trazido do Iraque para o Brasil num volume 50% superior ao que exportava da Venezuela. O mesmo sucedeu com a Esso Internacional, hoje Exxon, que vendeu semelhantes volumes de petróleo árabe e venezuelano ao Brasil. O petróleo do Kuwait era vendido no Brasil a preços muito abaixo do venezuelano. Muito menos se atendiam as propostas da Petrobrás, nos anos 70, para realizar atividades petroleiras

na Venezuela (HERNÁNDEZ-BARBARITO, KARAM, RAMÍREZ E OUTROS, 2005).

Por outra parte, nossa história petroleira mostra apenas nossa dependência e submissão aos Estados Unidos, sem contrapartida alguma. Vejamos:

1. No ano de 1939, é assinado com os EUA um Acordo de Livre Comércio para isentar de impostos todas as mercadorias importadas pela Venezuela em troca da redução do novo imposto petroleiro dos Estados Unidos (0.21 $/bl) pela metade no caso do petróleo cru leve e médio, e por um quarto no caso do pesado, que não existiam no mercado. Entretanto, o sacrifício não touxe vantagens comparativas para a Venezuela, visto que esse tratamento rapidamente se estendeu a todo o Oriente Médio.

2. Na década de 50, quando se iniciou nos Estados Unidos o controle, inicialmente voluntário, e logo em seguida obritarório das importações, a Venezuela foi excluída do tratamento especial concedido ao México e ao Canadá. Esse tratamento especial consistia em determinar a demanda interna para deduzir dela as importações procedentes doa países limítrofes, com o que ficava um montante para as importações que se distribuíam entre todos os importadores, inclusive a Venezuela, mediante quotas. Na década de 60, após os Estados Unidos classificar nosso petróleo como altamente contaminante, devido a seu conteúdo de enxofre, o País se obrigou, sob ameaça de suspensão das importações de resíduos de petróleo, a conceder às concessionárias depreciações aceleradas para os invetimentos nas instalações de dessulfurização, as quais obrigraram a construir no País, o que provocou uma diminuição do ingresso fiscal ao se elevarem os montantes das deduções da renda líquida sujeita a imposto. Esse foi um investimento perdido, visto que na década de 70, com a chegada da Crise Energética, deixaram de ser empregadas as mencionadas instalações. Dessa forma, as refinarias venezuelanas se superespecializaram na produção de resíduos para exportação para os EUA, apesar de que esse resíduo teria um preço muito abaixo do do petróleo cru.

3. Essas manobras danosas à renda nacional sobrevieram quando da chamada nacionalização "chucuta" dos anos 70. Um exemplo muito claro foi a estratégia que se utilizou para superar o déficit interno de gasolina que exigiu a troca do padrão de refino dedicado, desde sempre, em 60% a produzir resíduos. O oneroso negócio, denunciado, a seu tempo, por Juan Pablo Pérez

Alfonso, consistiu em contratar investimentos muito altos com cada ex-concessionária, em vez de abrir licitação para escolher a melhor opção para o País. O gasto foi de tal magnitude que, sendo fundadora da OPEP, insistiu em sua não-aprovação, propondo, ao invés, importar a gasolina de que necessita. Esse foi um dos negócios mais visíveis da nova administração petroleira transnacionalizada, que se dedicou a deteriorar os ativos da indústria, desviar fundos através dos contratos de comercialização e de tecnologia, derrubar o preço do petróleo, e, finalmente, colocar a empresa estatal em condições para privatizá-la, a preços vantajosos para o grande capital, no momento em que o Presidente Cháves assume o governo (HERNÁNDEZ-BARBARITO, KARAM, RAMÍREZ E OUTROS, 2005).

A dinâmica da dependência, manifesta em nossa indústria petroleira, fez com que a Venezuela não pudesse desempenhar o papel de protagonista na região da América Latina e Caribe, que ficou exposta e submetida às manobras do Cartel Petroleiro. Hoje, porém, nosso País pode e quer desempenhar um papel de protagonista, o que fica patente ao constatar que a Venezuela conta com 62% das reservas de petróleo em torno de 25% da produção. Em matéria de gás a proporção é de 58%. Constatamos, igualmente, que a região poderia autoabastecer-se tanto desses dois produtos como de carvão (B.P. INFORME ANUAL, 2006). A fortaleza da região e o papel de protagonista da Venezuela crescem se considerarmos as proporções que nos levam a pensar sobre o que somos e o que podemos conseguir juntos: vulnerabilidade ou auto-suficiência energética? Tudo dependerá das alianças e das decisões que se tomem.

Entretanto, a proposta enfrenta um conjunto de debilidades, umas históricas, outras comtemporâneas, conjunturais, que precisam de atenção da forma como se apresentam:

- Existência de diferenças fronteiriças.
- Inconsistência política de alguns governos no que respeita ao processo de integração, devido a seus compromissos com o governo dos Estados Unidos.
- Limitado desenvolvimento tecnológico em algumas áreas específicas do setor energético, o que obriga a negociar com o capital transnacional.
- Restrições quanto à capacidade dos países para financiar projetos de refino, transporte e petroquímicos.

• Presença, em muitos países, de empresas transnacionais que administram o setor petroleiro de forma parcial ou total.

A essas debilidades juntam-se as ameaças que se concentram no esforço da potência do Norte para enfraquecer qualquer processo de integração na região, ainda mais com sua exclusão. Trata-se das pressões dos Estados Unidos e do grande capital transnacional para forçar alternativas de abertura, desintegração e intervenção, como:

• a ALCA e a iniciativa energética hemisférica.
• tratados de livre comércio.
• apoios militares, como o Plano Colômbia e o Plano Patriota.
• ações multilaterais a partir da Organização Mundial do Comércio (OMC).
• ameaça de guerra preventiva contra Cuba e a Venezuela, líder, esta última, da proposta.
• a tendência a ir-se substituindo o uso do petróleo pelo gás, hidrocarbureto com o qual o capital transnacional tenta debilitar o papel da OPEP no mercado energético mundial. Esse processo é conhecido como a nova transição energética.
• a criação de uma OPEP do etanol e outros agrocombustíveis extraídos de cereais e raízes, dando impulso às sementes transgênicas e reduzindo a oferta de alimentos à população faminta.

À medida em que a ALCA e seu componente, a Iniciativa Energética Hemisférica, começaram a debilitar-se, cresceu a pressão para a assinatura dos TLC, que, juntamente com o projeto de estender o Plano Colômbia e as ameaças de guerras preventivas contra a Venezuela e Cuba, se propõe alcançar os objetivos do monroísmo: a América para os americanos (leia-se estadunidenses) e neutralizar o espírito libertador dos povos que continuam aderindo, como o da Nicarágua, do Equador da Bolívia, da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Povos que exigem cada vez mais de seus governos a oferta de propostas de vida digna.

Por sua parte, a ameaça da nova transição energética (de petróleo para gás) suscita na Venezuela um novo debate, o da necessidade de resgatar a orimulsão (emulsão à base de petróleo pesado e água) para garantir a produção imediata da eletricidade na região, e não esperar contar com novas

reservas de gás que impeça que a Faja, o maior reservatório de petróleo do mundo, se coloque ao serviço do desenvolvimento do estratégico setor elétrico da região, capaz de promover a esperada industrialização endógena regional. Como complemento, surge a isca dos agrocombustíveis, proposta de um desenvolvimentismo até à morte, que pretende subtrair terras agrícolas à produção de alimentos, mas que pode obnubilar mais de um governo com a miragem do mercado devorador de energia da nação do Norte. Controlar e dividir, eis a estratégia. Veremos mais adiante, com detalhes, essas duas últimas ameaças.

A nova transição energética tenta concentrar, sob o domínio dos países industrializados e das transnacionais, as novas jazidas de gás das ex-repúblicas soviéticas no Mar Cáspio e do oeste da África. Para enfrentar tais propósitos, o presidente do Irã lançou também a idéia de uma organização dos países exportadores de gás, e convidou a Rússia a juntar-se a ela. Esse é um tema central para a Venezuela, sobretudo se o associarmos à necessidade de resgatar a orimulsão, produto que foi descartado, em nossa opinião, pela necessidade de revalorizar nossas reservas da Faja Petrolígera del Orinoco, para que fosse considerada como petróleo, e não como betume, e também por considerar que seria maior a rentabilidade geral da Faja se o petróleo cru se misturasse com o leve. Também existiu o temor de que, com o tempo, a orimulsão fosse considerada dentro da quota da OPEP, o que, com os preços acordados, não era rentável. Nesse caso, não se considerou que a orimulsão deveria competir não com o carvão, e sim com o gás na geração de eletricidade, e que seu preço deveria ser fixado com base nessa relação, ajustado de acordo com seu teor de vanádio, altamente valorizado no mercado, sendo desconhecida sua presença no subproduto, àquela época.

Suas vantagens são muitas: a Venezuela possui a exclusividade desse produto e de sua tecnologia; é transportado pelas mesmas vias do petróleo, não demandando, como o gás, instalações especiais de liqüefação; encontra-se apta a atender a requisitos nacionais e regionais, na tendo que esperar anos, como exige o gás, cujo uso mais valioso está na indústria petroquímica. Não é em vão o interesse da China, da Índia, do Japão e da Itália por esse inovador energético (TRAVIESO, 2005). Com respeito à discussão que surgiu sobre o etanol, é importante considerar que a mesma se inscreve no contexto de uma estratégia que tenta enfraquecer a integração energética regional e criar falsas expectativas com respeito ao impulso que ela poderia receber dos Estados Unidos. O possível apoio se adequaria às necessidades da

economia do Norte, o que prova a negativa dos EUA, ante a solicitação do Brasil, de reduzir a tarifa que protege sua produção interna.

Essa estratégia ficou evidente nas primeiras semanas do ano de 2007, quando se iniciou o debate sobre o etanol, por ter sido esse um dos temas centrais da visita do Presidente dos Estados Unidos a alguns países da América Latina.

Como sabemos, o etanol que se produz nos Estados Unidos obtém-se do milho, enquanto que no Brasil provém da cana de açúcar. O biodiesel, por sua parte, produz-se a partir de oleaginosas, como a palma, a soja e o girassol. Até agora a estratégia de produção de ambos os agrocombustíveis se apoiava naa necessidade de utilizar o produto em pequenas proporções para substituir o chumbo e o metilterbutileter (aditivo da gasolina), que demonstrou também sua condição de contaminador dos mananciais, nos casos em que ocorreram vazamentos.

A polêmica tem início porque a proposta que traz o Presidente Bush em seu giro apresenta a possível substituição total da gasolina e do diesel pelos agrocombustíveis, o qual se transforma num absurdo, visto que seria necessário semear diversos planetas Terra para atender às necessidades de combustível em âmbito mundial.

Diz-nos Ramón Picha, pesquisador do Centro de Pesquisa sobre a Economia Mundial que "para encher com biocombustível, durante duas semanas, o tanque com cinco galões, são necessários os grãos com que se podem alimentar 26 pessoas durante um ano" (ULTIMAS NOTICIAS,, 3-10-2007). A isso haveria que acrescentar seu efeito sobre os preços, cuja elevação tem gerado os protestos da população mexicana, que viu encarecida sua tradicional panqueca. Os argumentos relativos aos custos energéticos de produção terminam de lançar por terra a opção do etanol como substituto dos combustíveis, visto que para produzi-los é necessário aplicar energia fóssil na terra, mediante os fertilizantes, fungicidas e praguicidas, que se originam do petróleo em proporções cada vez maiores por se tratar de um monocultivo; é preciso semear, colher, processar e transportar também, como petróleo e eletricidade.

Além disso, com essa estratégia estar-se-ia estimulando o uso dos transgênicos e acelerando a destruição da biodiversidade: a esse respeito, destaca a FAO, em seu último informe, que entre 1900 e 2005 a superfície florestal na América Latina retrocedeu 19%; na América Central e 9% na América do Sul. Além disso, a região figura em primeiro lugar no mundo no

que respeita ao número de árvores em perigo ou ameaçadas de extinção (ULTIMAS NOTICIAS, 14-3-2007).

Esse é um debate que precisa acontecer, visto que todos os países da região, inclusive a Venezuela, têm projetos a respeito. Vejamos alguns dados:

O Brasil produz 18 milhões de litros anuais, com o que reduz em 40% suas importações de petróleo cru; na Colômbia produzem-se 300 milhões de litros de etanol originária da cana de açúcar, e espera-se elevar para 645 mil toneladas em 2008 o biodiesel obtido da palma africana; na Argentina produz-se com soja; espera-se obter 800 mil toneladas ao ano utilizando também as algas marinhas. No Chile estão adiantados estudos de terreno e se conta com 170 mil hectares para diesel e etanol. O Paraguai pretende processar uns 100 mil litros diários de biodiesel a partir da semente de rícino; e outros países, entre os quais se encontram a Bolívia, a Guatemala, Honduras e a Nicarágua, têm projetos adiantados para montar usinas. Na Venezuela, o Plano PDVSA contempla um investimento de 86 milhões para o etanol entre 2006 e 2012, e, recentemente, se anunciou que serão instaladas onze usinas para mesclá-lo com a gasolina, com assessoria cubana (ULTIMAS NOTICIAS, 12,13 y 14 de marzo de 2007)

Preocupa, em particular, que o Brasil tenha fortalecida sua aliança com os Estados Unidos através dessa estratégia, como se anuncia no protocolo de cooperação, assinado entre os dois países, que indica "que produzirá uma mudança radical a matriz energética do mundo nos próximos 20 a 30 anos"(ULTIMAS NOTICIAS, 13-3-2007) e que a Colômbia se proponha adiantar planos nesse sentido nas regiões onde nascem nossos rios.

Esses são temas a considerar pelos governos da região.

5. Um balanço e algumas considerações finais

Para concluir, poderíamos dizer que. o projeto de integração energética da América Latina avançou celeremente e em profundidade, abarcando setores vitais para promover o desenvolvimento de nossos povos. As fortalezas que inicialmente destacamos como próprias do projeto permitiram consolidá-lo, como no caso da oferta de fontes energéticas abundantes, o que levou, inclusive, a propor a necessidade de criar uma OPEP do gás para a América do Sul, a Opegasul, entre a Argentina, a Bolívia e a Venezuela, com o objetivo de protegê-lo da voracidade dos grandes capitais transnacionais.

A rejeição crescente à opção do neoliberalismo, bem como o bom momento que vive a região em termos de crescimento, com as nacionalizações dos hidrocarburetos na Venezuela e na Bolívia, e a recuperação da Argentina, continuam trabalhando a favor dessa estratégia de integração energética, pelo que as debilidades têm sido neutralizadas, como o mostra o tom moderado que tomou a discussão sobre o direito ao mar, proclamado pela Bolívia, a incorporação da Guiana à Petrocaribe e o gasoduto transcaribenho com a Colômbia, projetos que ocuparam o espaço que anteriormente ostentavam as discussões sobre limites. Um avanço importante foi a obrigação de negociar entre empresas estatais que puseram à margem do processo as transnacionais e fortaleceram o setor estatal no plano energético, embora seja apenas para comercializar os hidrocarburetos no caso dos países não-produtores.

Entretanto, as tensões existem e a estratégia de dividir persiste, como o mostra a recente ofensiva de Washington para promover o etanol, e a recente intervenção colombo-estadunidense no Equador; a inconsistência de alguns governos também, em especial devido à aliança da Colômbia e do Peru com os Estados Unidos. Diante disso, a oferta energética atua como moderador e veículo de aproximaçõess, dado o interesse da mesma para estimular o desenvolvimento.

As ameaças se enfraqueceram, como mostra a rejeição quase generalizada da ALCA, e, com elas, da Iniciativa Energética para a América Latina, os freios que os países do Sul impuseram na OMC e as alianças profundas entre os novos governos da área, que se colocam como barreiras de proteção contra as ameaças de guerra preventiva de Washington. Um exemplo é o surgimento da ALBA entre Cuba, a Venezuela, a Bolívia, Dominica e a Nicarágua, além da possível adesão do Equador e do Haiti, bem como os profundos laços de amizade e de cooperação que se teceram com a Argentina e o Brasil, no caso da Venezuela. O contexto internacional de guerra de desgaste no Iraque e no Afeganistão, bem como as ameaças ao Irã, tornam até mesmo o Oriente Médio uma frente de batalha muito importante para o governo dos Estados Unidos, o que, junto com a recessão econômica que atravessa, torna menos provável uma intervenção militar no continente.

Contudo, esse panorama de avanços e êxitos da integração energética da América Latina e Caribe não nos impede de insistir na reflexão sobre um consumo crescente de energia. Insistimos em que a busca da superação dos déficits

energéticos dos países da região deve ser acompanhada da necessidade de atuar com critérios de alta racionalide energética, promovendo o uso mais adequado para cada combustível. Trata-se de privilegiar o transporte público, preferindo-o ao particular, e de promover soluções produtivas e energéticas em consonância com as características de cada localidade. Trata-se, também, como o diz Gorz, de viver melhor com menos, de evitar a produção de dejetos, de racionalizar o consumo, de avaliá-lo e de democratizar o aparelho produtivo, privilegiando o trabalho criador e cooperativo.

Seria também o caso de promover o uso de fontes alternativas renováveis para atender às necessidades energéticas das áreas afastadas, como as fronteiras, as zonas rurais, as regiões de selvas, etc.

Vejamos alguns exemplos:

A experiência do Centro Las Gaviotas, da Colômbia, que explora e utiliza fontes energéticas alternativas às das planícies colombianas, como o biogás e a bioeletricidade dos rios. O Brasil também tem realizado desenvolvimentos com o biogás. Na Venezuela encontramo o que se conhece como a Revolução Energética, que permitiu substituir lâmpadas convencionais por outras mais eficientes, experiência promovida por Cuba: fabricar lâmpadas com células fotovoltáicas em Caracas e em outras regiões do País; dar início ao parque eólico da Península de Paranaguá, etc. Tratar-se-ia, entretanto, também, de multiplicar as minicentrais propostas e construídas nos Andes por nosso tecnólogo popular, senhor Luis Zambrano; propiciar o uso da energia solar direta favorecendo culturas como a iúca, que aproveita a luz solar do trópico durante todo o ano, como faz o Brasil; e tipos de cultivo hidropônico, organopônico(Cuba) ou simplesmente misto, como o tradicional *conuco* venezuelano, que possui uma alta racionalidade energética. Estaríamos, assim, facilitando o desenvolvimento da agricultura integral, o turismo ecológico, a ocupação racional de regiões desabitadas, e a auto-suficiência alimentar.

A integração energética da América Latina e o Caribe deve concentrar-se na luta contra a pobreza, na criação de emprego produtivo e na construção do desenvolvimento sustentável, compromisso da América Latina na Cúpula Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Cúpula do Rio (1992) e na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo, no ano de 2002.

Finalmente, poder-se-ia assinalar que a Integração Energética, via Petroamérica, constitui um componente fundamental, se não o mais importante,

do processo de integração regional. Ela caminha inicialmente para a solução dos problemas de abastecimento, a preços e condições mais justas. Todavia, sua missão é integral, e enfrenta o desafio de promover a racionalidade energética, a preservação do ambiente e criar um mundo mais limpo e sustentável, garantindo maior bem-estar à população, ou, como diria nosso Libertador, Simón Bolívar, "a maior soma de felicidade possível" para ela.

Referências bibliográficas

Bairoch, Paul. La Revolución Industrial y el Subdesarrollo. Editorial siglo XXI, México 1967.

Gorz, André. Ecologie et Politique. Ed. Du Senil. Paris, 1982.

Granma, 2004, La Habana, Cuba.

B.P. Informe estadístico sobre la Energía Mundial, Londres, junio, 2006.

Hernández-Barbarito Lolola. Petroamérica y la Integración Energética de América Latina y el Caribe. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Güal. MPPRE, Caracas 2007.

Hernández-Barbarito, Karam, Ramírez y otros. Los mercados para el petróleo venezolano. MRE, Caracas, 2005.

PDVSA Avances 2005-2007. Caracas.

Prebisch, Raúl. Capitalismo Periférico. Crisis o Transformación. FCE, México 1980.

Suárez Salazar, Luis. El ALBA: Un hito en la proyección de la revolución cubana hacia América Latina y el Caribe. En Política Internacional No. 6, julio-diciembre 2005 del Instituto Superior de Relaciones Internacionales Raúl Roa García. MRE de la República de Cuba.

Tamames, Ramón. Ambiente y Desarrollo, los límites al crecimiento, Madrid, 1979.

Travieso, Fernando. Orimulsión. Determinantes geopolíticos de la Orimulsión y sus consecuencias político-económicas para Venezuela, Latinoamérica y el mundo. Editorial Buchivacoa, Caracas, 2005.

Últimas Noticias, prensa diaria, 2005-2008, Caracas, República Bolivariana de Venezuela.

O Brasil e a América do Sul

José Sarney

Nestes mais de cinqüenta anos de vida pública, não me lembro de nenhuma época de transformações tão vertiginosas quanto as que testemunhamos no final do século XX e nestes primeiros anos do novo milênio. Quinze anos atrás, a história havia acabado, para parafrasear Fukuyama, o grande conflito ideológico decidido em favor do Ocidente. Era a época dos "dividendos da paz", quando o mundo parecia haver abandonado as ideologias e estar destinado a uma nova era de progresso, livre comércio, desenvolvimento econômico e social e desarmamento de paióis e de espíritos.

Pois a notícia do fim da história, como vimos, foi muito prematura. Surgiu um novo foco das preocupações mundiais, algo que, aos olhos do Ocidente, parecia resolvido: a questão religiosa. Radicais islâmicos, em busca da restauração do Califado, saíram das margens do mundo globalizado e, com os ataques de 11 de setembro de 2001, provocaram mais uma reviravolta na história, doze anos após a queda do Muro de Berlim. Vivemos hoje a fase da "guerra ao terrorismo", que não se sabe como vai acabar.

Encontramo-nos então numa nova configuração mundial, em que o atual Governo dos Estados Unidos, tragicamente provocado em 2001, não hesita em empregar a força nas relações internacionais, com ou sem as bênçãos das Nações Unidas. O mundo ficou mais inseguro, e as reações não tardaram. A ascensão da China, a postura declaradamente mais anti-ocidental da Rússia de Putin, o programa nuclear do Irã, a renitência da Coréia do Norte, a muito

custo dobrada, tudo aponta para um ambiente de mais incertezas quanto ao futuro do planeta.

Apesar dos perigos e das dificuldades, o mundo chega ao século XXI com o predomínio do sistema democrático de governo. Deixamos para trás os momentos críticos da construção das nacionalidades e dos Estados. Aqueles ideais de justiça social e de liberdades públicas que foram formulados a partir do século XVIII, expressos pela Revolução Francesa no lema "liberdade, igualdade, fraternidade" e pela Revolução Americana no preceito "todos os homens são criados iguais", consolidaram-se ao longo do século passado. Chegamos, portanto, ao momento em que as relações internacionais são a grande porta ao desenvolvimento, a um só tempo esperança e desafio.

Neste mundo altamente competitivo, com os espaços reduzidos, é preciso encontrar alternativas de inserção. Os Estados Unidos foram, de certa maneira, precursores, com a aliança de colônias inglesas que viria a tornar-se a potência mundial que são. Mas o grande exemplo do alcance e do poder das relações internacionais para construir a paz, a cooperação e a prosperidade vieram no século XX, com a União Européia, a maior experiência de organização supranacional de nosso tempo. O caminho aberto por Adenauer e De Gaulle, passando por cima de todas as guerras e ressentimentos para criar uma soma de interesses comuns, logrou um sucesso inequívoco. Hoje, mais de trinta por cento do produto mundial são gerados pelos países-membros da EU, num ambiente democrático e de justiça social.

Felizmente, posso dizer que a América do Sul não perdeu esta oportunidade de cooperação e integração econômico-comercial; por outro lado, ainda não a realizamos em todo o seu potencial.

Aquele que perde a memória histórica arrisca-se a repetir erros do passado. A história das relações entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai foi marcada pelos desencontros. A questão do Prata, como caminho dominante do centro da América do Sul, criou rivalidades e alimentou disputas que perduraram até nossas gerações.

Ao chegar à Presidência do Brasil, tinha eu, como político e intelectual, perfeita consciência de nossos equívocos, e mantive firme a decisão de iniciar nova etapa das relações entre o Brasil e os demais países do Cone Sul.

Enviei a Buenos Aires, dois meses depois de assumir, meu Ministro das Relações Exteriores. Tinha pressa. Ele ia propor a abertura de conversações para estabelecermos uma grande mudança. Assim nasceu meu encontro com Raúl Alfonsín, em Iguaçu, em novembro de 1985. Havia uma afinidade total

em nossas visões. Naquele dia conheci as virtudes extraordinárias desse homem, estadista das Américas e grande patrimônio moral e político da Argentina.

Ele compreendia que deveríamos crescer juntos, mudar a história do continente, com a formação de um mercado comum entre nossos países. Alfonsín deu o primeiro passo importante para mudar a imagem de nossas diferenças. Fora do programa, visitou Itaipu. Ficou apenas uma foto, mas sepultou a guerra das águas do Paraná.

Assinamos acordos básicos, inclusive o primeiro na área nuclear. Precisávamos encerrar uma competição que então se desenvolvia entre alguns setores militares de nossos países, a tentação da corrida nuclear no Cone Sul. Depois, Alfonsín foi mais longe ao levar-me a Pilcaniyeu, na Província de Río Negro; e eu o trouxe a Aramar, onde o Brasil processava urânio. Ele inaugurou a nova usina brasileira, até então mantida em segredo, sob a jurisdição da nossa Marinha. Este processo de construção da confiança mútua levou à criação da Agência Brasileira-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares.

Alfonsín e eu tínhamos como ideal criar um mercado comum, a exemplo do modelo europeu: integração econômica, estratégica, política e cultural.

Na Europa, há cinqüenta anos, essa solução começou com o acordo sobre o carvão e o aço. Nosso projeto seria, também, por setores. Deveria dar passos firmes, para evitar retrocessos e frustrações. Estabelecemos um panorama de dez anos para chegar ao final com tarifa zero. Assinamos então cerca de trinta e quatro instrumentos bilaterais, entre acordos setoriais, memorandos de entendimento e convênios. As coisas iam bem. Desenhamos um plano geral de mecanismos bilaterais com vistas ao grande projeto: comissões parlamentares que acompanhassem as decisões, representantes da sociedade civil, um banco de compensações e até uma moeda comum, o gaúcho, já que nenhum espaço econômico no mundo pode defender-se ou existir sem ela.

Enfim, nossa visão não era somente a de uma união aduaneira, mas a de um mercado comum, onde nos vacinaríamos contra as assimetrias. Pretendíamos trabalhar por setores até chegar à totalidade da economia. Era, assim, um projeto de avanços sucessivos para evitar impasses.

O Uruguai, sob a liderança iluminada de Julio María Sanguinetti, juntou-se logo depois e o Paraguai, assim que atravessou o gargalo institucional e aderiu firmemente aos princípios democráticos.

Mas nos equivocamos no processo de integração quando, em julho de 1990, Brasil e Argentina assinaram a Ata de Buenos Aires, decidiram mudar os rumos e, em vez de focalizar o mercado comum, priorizaram o desenvolvimento de uma área de livre comércio e de uma união aduaneira em um prazo de cinco anos, com os riscos implícitos nessa nova abordagem.

Reduziram-se nossos objetivos e ficamos vulneráveis ao que viria. O momento atual caracteriza-se pelo esgotamento do modelo de tarifa zero, que já deu tudo que tinha que dar. O projeto de integração não sucumbiu, porque o bloco aproveitou a forte expansão do comércio mundial e um período de estabilidade em nossos países. Não obstante, a decisão da união aduaneira nos atrasou.

Vieram problemas, alguns sérios, que exigiram dos envolvidos capacidade e paciência para negociar e uma decisão política firme de avançar e não retroceder. É preciso consciência de que acabou a fase de obter unicamente vantagens comerciais. Agora temos que caminhar rumo à integração setorial e retornar ao projeto inicial do mercado comum.

Não obstante, o balanço dos anos que vão da Declaração de Foz do Iguaçu e da criação do MERCOSUL até nossos dias apresenta resultados positivos extraordinários. O primeiro deles é a mudança de nível nas relações entre Brasil e Argentina, o fim das reservas militares, leia-se corrida nuclear, e a sintonia política que, embora não seja total, é suficiente para marcar um novo tempo de cooperação. Recordemos a melhoria da infra-estrutura de intercâmbio entre os países; os centros unificados de fronteira e o estreitamento das relações culturais e educacionais, no qual se insere o processo de aprendizagem do espanhol no Brasil e do português nos países hispanófonos; as ações turísticas, com crescimento avassalador de visitas recíprocas; a convivência, a amizade e uma nova mentalidade, bens espirituais incorporados às nossas relações, superados os desencontros históricos.

Na área econômica, os resultados são dimensionáveis e explícitos. Argentina, Uruguai e Paraguai incorporaram às suas economias esse bem extraordinário de 186 milhões de consumidores brasileiros. O que se produz na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, sem tarifas e barreiras, pode ingressar nesse universo. O mercado de cada um desses países passa a ser várias vezes superior à sua população. Isto aumenta o horizonte para incorporar tecnologias de produção e condições de competitividade.

Onde estão os problemas? Eles residem justamente em alguns setores dos países-membros que não estavam preparados para uma mudança tão

grande, que exige tecnologias avançadas, sistemas de gestão, enfim, produtividade para poder competir. O modelo de substituição de importações que praticamos chegou ao fim. O mundo mudou. Agora, na hora da verdade, os setores não integrados sofrem ameaças concretas. Embora não pesem muito, não devemos desprezar os números macroeconômicos, os quais têm visibilidade e poder de pressão, podem contaminar o todo, dando a impressão de que o processo não vale a pena.

É preciso repetir: isto só ocorreu porque a abordagem da integração setorial foi abandonada, substituída por uma política tarifária cujos resultados imediatos escondem o perigo de colapsos.

A economia foi feita para o povo e não o povo para a economia. É a hora de a política servir à economia e não de a economia destruir a obra política. Negociar é a palavra chave. Mesmo na Europa unificada, quase cinqüenta anos passados do Tratado de Roma, que criou a Comunidade Econômica Européia, uma das chaves da integração é a ação da Comissão Européia, que se dedica a vigiar que não se distorçam as condições de competitividade entre os diversos países e que se evitem conflitos que em determinados momentos são graves e não podem ser subestimados. O que é evidentemente impensável é recuar e voltar ao modelo protecionista, que não resolve nada.

Não há razões, nesse quadro, para pensarmos em malogro. A solução para os problemas conjunturais está dada: ter a consciência de que o modelo puramente tarifário está esgotado, construir o mercado comum e dar-lhe condições para a construção de uma relação ainda mais sólida, dotada de mecanismos que evitem as crises que nos possam levar a retrocessos e temores.

Argentina e Brasil têm obrigações com a América do Sul. Unidos, são uma fonte de estabilidade, ajudam a consolidar instituições em nível interno e em nível continental. Devem procurar articular, cada vez mais, políticas conjuntas nos fóruns internacionais, o que em nada interfere na projeção e autonomia de suas inserções externas. Juntos, aumentarão a força do continente e pesarão nas decisões mundiais.

O futuro do MERCOSUL é consolidar-se, aprofundar-se e alargar-se com a incorporação de Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru e, em médio prazo, com a integração de todos os países da América do Sul. Não há como retroceder. O patamar das relações entre os países sul-americanos mudou a história do continente. Somos vizinhos, mas estávamos de costas

um para o outro. Podemos mudar tudo, menos a geografia. O Brasil voltava os olhos principalmente para o Hemisfério Norte: Estados Unidos e Europa. Foi uma decisão política importante inverter as setas e concentrar nossa maior prioridade no processo de integração da América do Sul.

***

É inegável que à divisão geográfica natural entre as Américas do Norte e do Sul corresponde, hoje em dia, uma divisão socioeconômica, manifesta em um drástico desequilíbrio econômico, comercial e também de *hard power* entre os dois continentes do Hemisfério.

A América do Norte seguiu um processo histórico que a trouxe para posição central na história da humanidade. Dali saíram os Estados Unidos para sua liderança mundial, herdeiros dos ideais europeus de liberdade, de direitos individuais e de livre iniciativa, que propagaram ativamente pelo mundo.

Já as Américas Central e do Sul seguiram uma trajetória diferente. Grandes fornecedoras de matérias-primas lutam, desde as independências nacionais, para desenvolver-se e para reduzir a pobreza e a miséria que as assolam. Os países da região sempre estiveram ao sabor dos grandes ciclos econômicos mundiais, mas jamais os determinaram. Integrávamos assim, por definição, a periferia do poder e dos fluxos mundiais.

A Revolução Cubana trouxe-nos um agravante adicional, na forma da ascensão dos regimes militares, criados em reação à exportação da revolução por uma Cuba comunista. Ao longo de décadas, nossos povos viram-se submetidos a drásticas restrições às liberdades fundamentais do ser humano, para não falar da prática de tortura, dos estados de exceção, dos prisioneiros políticos e das arbitrariedades. É um capítulo negro de nossa história que logramos superar e que não podemos permitir seja reprisado no continente, com regimes de exceção quer de direita, quer de esquerda.

A América do Sul foi uma das últimas grandes regiões do mundo a atravessar o gargalo institucional. Aos poucos, com coragem e determinação, voltamos à normalidade democrática, aprendemos a conviver com opiniões contrárias, vencemos o medo e abraçamos a liberdade. O continente é hoje democrático e livre, com instituições políticas que se consolidam.

Resta agora atravessar o gargalo econômico para que possamos concretizar nossa aspiração de sermos países prósperos, justos e livres. Mas há algo de novo em gestação na América do Sul. Como os acontecimentos

políticos não mostram suas conseqüências de um dia para outro, a meu ver, agora, estamos colhendo os frutos da liquidação das classes políticas pelos regimes militares do continente. Dizimadas as lideranças políticas, em muitos casos restaram apenas as esquerdas revolucionárias que agora ressurgem com força.

Passou o tempo das sínteses, mas podemos hoje ver surgir uma divisão em duas Américas do Sul. Num grupo de países há maturidade política, crescimento sustentável, forte investimento estrangeiro, melhoria dos indicadores sociais, perspectivas bastante positivas em termos de evolução econômica e social. Suas economias são menos vulneráveis, apóiam-se também na demanda doméstica, têm capacidade de aproveitar as oportunidades que o panorama econômico mundial apresenta.

No segundo grupo de países há instabilidade política e econômica, a inflação está em níveis crescentes, os investimentos reduzidos, o crescimento econômico não é sustentável e o eventual progresso nos indicadores sociais é esporádico ou artificial.

Trata-se de uma divisão político-econômica que tem se tornado cada vez mais clara: de um lado países que abraçaram a economia de mercado, políticas macroeconômicas responsáveis, respeito a instituições e contratos.

De outro lado, países onde houve o retorno do papel do Estado como dirigente da economia, em que as políticas macroeconômicas são pouco transparentes e a instabilidade jurídica com relação a instituições e contratos afugentam investidores. Não raro, tais características são acompanhadas de um processo de concentração do poder político, o que é pouco saudável para a democracia do continente.

O Brasil é um exemplo dos países pertencentes ao primeiro grupo, democrático e com uma economia de mercado saudável. Disciplina fiscal, abertura comercial, regime de metas de inflação, redução do papel do Estado na economia, câmbio flutuante, independência de fato do Banco Central, tudo resulta em estabilidade macroeconômica, inflação sob controle, solvência externa, ampliação das reservas internacionais, e redução da dívida doméstica, por meio da diminuição da relação da dívida pública sobre o PIB e das parcelas da dívida atreladas a juros e câmbio.

Os números do Brasil – insisto em nosso caso particular – são bons: entre 2003 e 2006 o PIB cresceu em média 3,4%, atingindo 5,2% em 2007. A inflação é baixa – foi de 4,4% em 2007. A dívida líquida do setor público, que dos 28% em 1989 crescera para 52% do PIB em 2003, reverteu a

tendência e caiu para 45% em 2006. As exportações brasileiras passaram de 73 bilhões de dólares em 2003 para 132 bilhões nos primeiros dez meses de 2007. As importações cresceram ainda mais rapidamente, mas o saldo comercial tem sido elevado, 34,4 bilhões de dólares naquele período de 2007. As reservas cambiais do País passaram de 16,3 bilhões de dólares em 2002 para 180,3 bilhões de dólares ao final de 2007, com um crescimento de 110,1% apenas neste último ano.

Os últimos anos foram marcados também pela criação expressiva de empregos: mais de 4,6 milhões entre 2003 e 2006. O recuo da taxa de desemprego de 12,3% a 10% só não foi mais expressivo porque a população economicamente ativa cresceu mais – 2,4% – que a população como um todo. Mais importante, a massa salarial real cresceu a mais de 5% ao ano.

O sucesso econômico do Brasil é um elemento fundamental para a América Latina: com ele nos tornamos um melhor parceiro e um ponto de convergência dos interesses regionais. A economia, no entanto, não dispensa a ação política. A história da política externa brasileira é feita dos princípios irmãos da afirmação da nossa autonomia e da importância das boas relações com os outros países. Dos diplomatas do Império a Rio Branco, de Rio Branco até hoje, passando por meu governo, mantivemos sempre uma grande coerência, em que se insere a evolução da política com a América Latina.

Concluo com duas palavras, uma de otimismo, outra de cautela. Nós já vivemos os anos dourados da Europa, dos Estados Unidos e dos Tigres Asiáticos. Penso que a América do Sul será a próxima grande área do planeta a experimentar um processo de desenvolvimento sustentável e de melhoria forte dos indicadores sociais. A região já conta com uma classe empresarial hábil e treinada, possui recursos naturais abundantes e uma boa base industrial, e o setor de serviços já representa uma fatia considerável do PIB. Faltava persistir em políticas econômicas responsáveis e integrar nossas economias, dois processos que estão em andamento e já frutificam. Com isso, estou seguro em afirmar que a explosão do desenvolvimento no continente vai inevitavelmente ocorrer neste século.

Já a palavra de cautela diz respeito à democracia na região. Quando Alfonsín e eu, primeiros presidentes civis após os regimes militares de Argentina e Brasil, tivemos o privilégio de iniciar a integração comercial e política, criamos uma "cláusula democrática", posteriormente formalizada no Protocolo de Ushuaia: somente países com a plena vigência das instituições democráticas

participam do processo de integração, o que constitui uma garantia da manutenção das liberdades no continente.

Tomamos esta precaução porque o verdadeiro desenvolvimento não se dá sem liberdades civis e sem alternância no poder. É dever dos sul-americanos vigiar sem cessar para que o Estado de Direito e a Ordem Democrática nunca sejam ameaçados no continente.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)